



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB-
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-CDS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL JUNTO A POVOS E
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS – MESPT**

MÁRCIA JUCILENE DO NASCIMENTO

**POR UMA PEDAGOGIA CRIOULA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NO
QUILOMBO DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS - PE**

Orientadora: Prof^a Dra. Cristiane de Assis Portela

Brasília - DF, maio de 2017.

MÁRCIA JUCILENE DO NASCIMENTO

**POR UMA PEDAGOGIA CRIOLA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NO
QUILOMBO DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS – PE**

Dissertação de Mestrado Profissional em
Sustentabilidade junto a Povos e
Territórios Tradicionais - MESPT, do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
da Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Cristiane de Assis Portela/UNB
Orientadora (Presidente da Banca)

Prof. Dr. José Carlos de Paiva/FBAUP
Examinador Externo

Prof.^a Dra. Mônica Celeida R. Nogueira /UNB
Examinadora Interna

Prof.^a Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães/UNB
Examinadora Interna (Suplente)

Givânia Maria da Silva
Examinadora Quilombola

Brasília - DF, maio de 2017

Eu acredito que a história não para e a cada momento ela vai exigindo de nós mesmo estar sempre aprendendo. [...] E depois dizer que tudo isso também me satisfaz, porque é fruto de toda essa luta conjunta da comunidade. Então, é verdade que nós vamos tá sempre desafiando. Desafiando os currículos, desafiando as dificuldades que são imensas, né. Mas também propondo sempre que as pessoas precisam estar em sala de aula pra está sempre aprendendo, precisa tá sempre buscando. E claro, questionando e denunciando qualquer forma de governo ou de interrupção do direito das pessoas de ter educação. E aí queria lembrar uma frase que eu sempre penso: não pensar a educação de uma forma exclusiva, mas a gente poder propor uma educação onde inclua as pessoas, onde valorize as pessoas, onde as pessoas tracem seu próprio destino. Não penso que uma educação ela hoje seja pra dá um troco ao que fizeram com o povo negro ao longo do seu tempo, mas seja sim para dar conta de dizer tem tanta riqueza que foi massacrada, oprimida pelo poder dominante desse país. Então me satisfaz aqui essa sementinha de experiência de liberdade.

(João Alfredo,
liderança quilombola de Conceição das Crioulas,
em agosto de 2016)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, de maneira especial a duas pessoas. Ao meu pai, Tarcísio José do Nascimento, mais conhecido como Nego de Zé Mago (in memoriam) por quem tenho um amor infinito. Sei que da mesma maneira como contribuiu em vida para que eu pudesse sempre adquirir mais conhecimentos do mundo acadêmico, enviou energias positivas para que eu pudesse estar agora concluindo essa etapa.

E também a Cecília Maria da Conceição (Ceci), minha querida mãe, minha professora, minha educadora, minha fortaleza, por quem tenho grande amor e gratidão. Ela que me incentivou e me apoiou desde os meus primeiros anos de minha vida até os dias de hoje.

AGRADECIMENTOS

*Em formato de cordel
Eu quero prestigiar
Com essa linguagem bonita
Da cultura popular
Com carinho agradecer
A todos do meu lugar*

*Uma linguagem importante
Que todo mundo já viu
Na academia é escassa
Mas a mim ela serviu
Então vou intercalar
Está em todo Brasil*

*Primeiro quero lembrar
A quem me incentivou
Dando apoio e carinho
E nunca faltando amor
Te digo minha família
Sempre em mim acreditou*

*Nos desafios constantes
Muitas vezes nem dormi
Meu pai figura importante
Que fez meu sonho seguir
Minha mãe sempre quis muito
Que eu estivesse aqui*

*Quatro irmãos, duas irmãs
Sempre estavam ao meu lado
Torcendo muito por mim
Não se afastaram os cunhados
E um irmão que já partiu
Por mim será sempre lembrado*

*E todos sem exceção
Cada um à sua maneira
Estavam sempre presentes
Se mostrando verdadeira
Isso foi muito importante
Até a ida derradeira*

*Na minha segunda família
Eu quero permanecer
A descendência Jilu
A quem quero agradecer
Givânia e Diva então
Eu nunca vou esquecer*

*Tem landara Ainã
Que é um doce de menina
Trata todos com carinho
Assim a todos fascina
Sobre a vida em Brasília
Ela também nos ensina*

*Essa sim valeu a pena
A ela eu me agarrar
Com toda sua paciência
A nós veio visitar
Por essa não esperava
Cris aqui me orientar*

*Cris Portela é o nome dela
Uma pessoa humana
Que em todo seu percurso
Seus alunos não abandona
Respondendo suas dúvidas
Durante toda a semana*

*E seguiu o seu trabalho
Sempre a se preocupar
Eu daqui ela de lá
À distância a zapear
No final muito estressante
Bom mesmo é apresentar*

*As amigas do quilombo
Pela sua compreensão
Quando vinham a minha casa
Eu dizia agora não
E elas com muita calma
Depois retorno então*

*Mas as que sempre rodeiam
Não desistem fácil não
A Penha o meu abraço
De todo meu coração
Que apesar do meu enfado
Nunca me deixou só não*

*E Zélia sempre dizia
Eu num venho aqui mais não
Mas quando saía ali
Logo vinha a ligação
Dessa amiga não separo
Nem na outra encarnação*

*Fabiana nem te conto
A que menos aqui andou
Até do Zap um dia
Ela de nós separou
Mas os recados chegavam
De nada adiantou*

*E no nome dessas três
Agradeço as amizades
Que mesmo distante ou perto
Acreditam de verdade
Fazem valer a busca
Me dão credibilidade*

*A Equipe da José Mendes
Que teve compreensão
Às vezes em que eu saia
Ficava com ela a gestão
E quando eu retornava
Havia organização*

*A coordenação do mestrado
Eu quero agradecer
Sérgio, Carol, Moniquinha
Que trabalhou pra valer
Dando o melhor de si
Para tudo acontecer*

*E dessa equipe a última
Será sempre a primeira
Que com seu jeito agradável
Não se estressa com asneira
Merece os meus aplausos
Das turmas desde a primeira*

*Esse curso nos levou
A vivências importantes
Das partilhas com os colegas
Professores e palestrantes
Experiências nos mostraram
As trocas irradiantes*

*Eu não posso esquecer
Todos os tradicionais
Quilombolas, pomerano
Indígenas e dos gerais
Os que não foram citados
Descreverei logo mais*

*As colegas mais de longe
Que vinham do Suriname
As lindas Genia e Ficenca
Não tem quem não as ame
Suas pesquisas encerraram
Com certeza há quem ganhe*

*Os sem marcadores étnicos
Acho o termo equivocados
Pois a marca não está
No nome a ser chamado
Por eles construí afeição
Eu levo um aprendizado*

*A nossa turma do bonde
Kátia sempre a nos guiar
Jhoni, Diva e a alegre Lúcia
Não esquecendo Helmar
Sem ela fica difícil
A saudade vai chegar*

*E a galera que dizia
Vamos à Codorna comer
E todos às gargalhadas
E a mente a espaiar
Naqueles belos momentos
Trocamos nosso saber*

*Dos jogos do fim da tarde
Onde teve diversão
De lá quase não saíamos
Demorávamos um tempão
Ah! Dessa galera boa
Não posso me esquecer não*

*E das festas que fazíamos
Sempre lá no “casarão”
Muitas vezes repetiam
Gente de animação
Lá na casa de Carol
Agradecemos então*

*No sítio de Moniquinha
Certo dia fomos lá
Eita que valeu a pena
Nós todos a festejar
E o arroz com pequi
Não poderia faltar*

*A elas que nos receberam
Eu quero agradecer
Com o sorriso no rosto
O tempo a permanecer
De toda essa gente linda
Não dá para esquecer*

*Também quero agradecer
Os que não me abandonaram
Ao descer a Serra Kalunga
Meus medos se instalaram
Sirlene, Kátia e Amilton
Comigo se abraçaram*

*Junto a estes tem mais gente
Que comigo acompanhou
Creuza, Jeane e Camila
Comigo se solidarizou
E o companheiro Fiorot
Junto a todas caminhou*

*E aos que me orientaram
Desde a árdua seleção
Carol, Giva e Edu
Eu não posso esquecer não
M. Antunes e Faria
A eles minha gratidão*

*Aos meus interlocutores
Eu quero agradecer
Baseada em seus saberes
Fiz a discussão ocorrer
Desde a epígrafe inicial
Fez o texto acontecer*

*João Alfredo, André Negão
Por eles tenho respeito
Que na luta educacional
Hoje vemos os efeitos
Givânia também falou
Mais uma no grupo eleito*

*Jovens e adolescentes
Comigo também falaram
Teve Daniel Oliveira
Sobre a escola informaram
E Livia menina esperta
Sobre as crioulas narraram*

*E a nossa AQCC
Que desde sua criação
Se empenha nos desafios
Desenvolve sua missão
A quem estou vinculada
Receba minha gratidão*

*Aos que leram meu trabalho
Meu carinho especial
E ao doutor José Paiva
Que veio para o final
Contribuir como sempre
Na luta educacional*

*A Moniquinha querida
Por todos nós os mestrandos
Sempre com dedicação
Que passou noites velando
Contribuiu no meu trabalho
Eu lhe agradeço rimando*

*Por Givânia contribuir
De uma forma genial
Foi uma das escolhidas
Pra está no rito final
Examinadora quilombola
De uma forma original*

*Eu agradeço também
A meu companheiro Márcio
Que no início ficou
Um pouco atrapalhado
Sem entender por que
Só em Brasília esse mestrado*

*Por ela tenho paixão
Venho aqui reconhecer
A estimada comissão
E a todos que aqui lê
Como é grande a importância
Dos núcleos da AQCC*

*A comissão de Educação
Que faz por merecer
Que dela eu faço parte
Desde o seu acontecer
Que já tem muitas conquistas
Demonstrando seu fazer*

*Um destaque especial
Às lideranças crioulas
Que sempre valorizamos
As vemos como doutoras
Que com seus saberes próprios
Nossa história é duradoura*

*Não posso me esquecer
Das mulheres ancestrais
Que a sua sabedoria
Sempre nos ensina mais
São como peças raras
Valorizando o que faz*

*E tem outras no quilombo
Com o seu jeito de ser
Transmitem de forma oral
A cultura, o saber
E no seu cotidiano
Só estando aqui pra ver*

*As mulheres que escolhi
Pra estar no TCC
De ações inspiradoras
Que apresento a você
Fundamentam o meu trabalho
Para mim foi um grande prazer*

*E a equipe do Crioulas
Que criou um vídeo inédito
Vai ficar pra história
Conquistou todos meus créditos
Kêka, Lena e Adalmir
Fizeram tudo com mérito*

*Aos interlocutores do filme
Quero a eles agradecer
Por estarem disponíveis
E suas histórias fornecer
E na memória coletiva
Elas vão permanecer*

*Ao professor Francílio
Eu dou meu muito obrigado
André, Nina e do Carmo
Por ter se disponibilizado
E na história da Mendes
Estiveram engajados*

*Diva é muito presente
Em todo meu caminhar
E nesse último curso
Só veio me ajudar
É companheira guerreira
Quero a todos externar*

*As crianças que no filme
Mandaram o seu recado
Transmitindo a história
Ficam todos empolgados
Que da nossa educação
Isso é um resultado*

*Tem Luiza das Caboca
Que também entrevistei
Falou sobre sua tia
Das informações gostei
E no perfil de Agostinha
As mesmas utilizei*

*De maneira particular
Lembro de um intelectual
O seu nome é Moisés
Relatou excepcional
Tem apenas 9 anos
Fez tudo fenomenal*

*E Marinalva da Paula
Gestora na educação
Que nos doou uma foto
Da Fazenda Conceição
Com alunos e lideranças
Valeu sua contribuição*

*Agradeço as amigas
Que em Brasília conquistei
Não esquecendo a Rita
Por Lu Costa me encantei
Uma pessoa encantadora
E delas muito lembrei*

*E a amiga Sirlene
Que na minha casa andou
Essa amizade surgiu
Amimada ela ficou
Já veio aqui duas vezes
Mas por aí não parou*

*As pessoas da família
Em Brasília visitei
Nas suas casas eu fui
Sempre quando lá voltei
Valorizando os laços
E todos eu abracei*

*Nessa minha trajetória
Passaram-se muita gente
Se não tivesse o incentivo*

*Não teria ido em frente
A quem hoje agradeço
Muito respeitosamente*

*As gratidões não encerram
Nesse papel aqui
Elas permanecerão
Até quando eu partir
E na memória estão
Elas vão sempre existir*

NASCIMENTO, Márcia Jucilene. *Por uma Pedagogia Crioula: Memória, Identidade e Resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas - PE*. Brasília: MESPT/UnB, 2017.

RESUMO

Esta dissertação objetiva descrever o processo de educação escolar específica desenvolvido no quilombo de Conceição das Crioulas, -Salgueiro/PE, construído a partir do movimento de reconstrução da sua história, iniciado nos anos 1980. Esse processo desencadeou várias lutas, dando prioridade à reconquista do território e à busca por uma educação com ideais descolonizantes. Baseadas na memória individual e coletiva dos e das criouleses, fizemos um relato histórico dos acontecimentos de resistência da comunidade e da dominação e opressão impostas desde a chegada das crioulas até os dias atuais. A trajetória metodológica baseou-se em entrevistas, conversas informais e na análise de um vídeo-documentário, elaborado especificamente para este trabalho. Esse percurso permitiu ainda um exercício avaliativo sobre o nosso jeito de ver e fazer educação escolar por um período de vinte e dois anos, cujo marco temporal é a conquista da Escola Municipal Professor José Mendes, escola de 6º ao 9º ano, inaugurada em 1995. Primeiramente o trabalho narra sobre elementos importantes para o início dessa busca. Em seguida, descreve práticas e ações específicas da educação de Conceição das Crioulas. Logo após, traça uma análise comparativa entre esta e outras experiências pedagógicas, apontando aproximações e também distanciamentos significativos entre elas. Por fim, ao final do último capítulo, conceitua essa experiência, que foi denominada na comunidade de *Pedagogia Crioula*.

Palavras-Chave: educação específica; Conceição das Crioulas; Pedagogia Crioula; Projeto Político Pedagógico; mulheres crioula, resistência.

ABSTRACT

This dissertation aims to describe the specific schooling process developed in the quilombo of Conceição das Crioulas, in Salgueiro / PE. This process was a result of the socio-historical reconstruction movement of the quilombo's history, which started in the 1980s. This process triggered several conflicts, and priority was given to the regaining of their territory and to the search for educational practices with decolonizing ideals. Based on the individual and collective memories of Conceição das Crioulas people, we have registered the historical accounts of the community's resistance to the domination and oppression systems imposed to them since the arrival of the creole founders until today. The methodological trajectory was based on interviews, informal conversations and the analysis of a video-documentary, specifically recorded for this research. This path also allowed us to evaluate how we have perceived and done our school education over a period of twenty-two years, whose milestone is the inauguration, in 1995, of Professor José Mendes school, a local public school where grades 6th to 9th are taught. First, this paper addresses important elements for the beginning of this search. Next, it describes practices and specific actions of the education of Conceição das Crioulas. After that, it draws a comparative analysis about this and other pedagogical experiences, highlighting connections and significant distances between them. Finally, at the end of the last chapter, it conceptualizes this experience, which was named Crioula Pedagogy in the community.

Keywords: tailored education; Conceição das Crioulas; Crioula Pedagogy; Political Pedagogical Project; Creole women, resistance.

LISTA DE FIGURAS

- ✓ **Figura 1.** Exemplo de uma das histórias de Barnabé,. Livro “Nosso Território”, AQCC, 2011..... 32
- ✓ **Figura 2.** Agostinha Cabocla 35
- ✓ **Figura 3.** Maria Alzira 36
- ✓ **Figura 4.** Aparecida Mendes 37
- ✓ **Figura 5.** Valdeci Silva 38
- ✓ **Figura 6.** Givânia Silva 40
- ✓ **Figura 7.** Mulheres Crioulas. Jornal Crioulas, Ano 2, n.6, dezembro de 2004 41
- ✓ **Figura 8.** Raízes Quilombolas (Agostinha Cabocla). Jornal Crioulas, Ano 3, n.8, agosto 2005 42
- ✓ **Figura 9.** Raízes Quilombolas (Pai Nuto). Jornal Crioulas, Ano 2, n.4, maio de 2004 54
- ✓ **Figura 10.** Vista de parte da Vila Centro e parte da Fazenda Velha (a 1ª que foi desintrusada) 60
- ✓ **Figura 11.** Foto tirada de cima da Pedra Preta [1] localizada do lado Sul do territorio 60
- ✓ **Figura 12.** Capa do Livro “Nosso Território-Conceição das Crioulas”, AQCC, 2011..... 65
- ✓ **Figura 13.** Cartilha “Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco”, 2009 80
- ✓ **Figura 14.** “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”. Jornal Crioulas, Ano 3, n.8, agosto 2005 84
- ✓ **Figura 15** (15a – 15 i). Livro A Pedra da Mão 93
- ✓ **Figura 16** (16a – 16g). Trechos de Livro Os Caldeirões de Conceição das Crioulas, produzido por estudantes do Programa Avançar, em 2016 96
- ✓ **Figura 17.** Buraco dos ossos. Foto: Acervo da comunidade 100
- ✓ **Figura 18.** Livro Umbuzeiros, produzido por estudantes do 7º ano em 2014 101
- ✓ **Figura 19.** Foto: Estudantes com faixa de abertura da caminhada contra os cortes de direitos 102
- ✓ **Figura 20.** Foto: Mulheres tocando na banda de pífano 108
- ✓ **Figura 21.** Foto: Bonecas feitas de caroá 108
- ✓ **Figura 22.** Foto: Mulheres dançando o trancilim 109
- ✓ **Figura 23** (23 a – 23 d). Livro “Conceição 12 Anos de História”, 2007. Fonte: Acervo da Comunidade 122
- ✓ **Figura 24.** Estudante lendo o Jornal Crioulas. Fonte: Arquivo da Escola Professor José Mendes - Foto: Fabiana Mendes 125
- ✓ **Figura 25.** Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência* - Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência, ano 1, n. 1, abril de 2003 127
- ✓ **Figura 26.** Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência* - Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência, 2004 128
- ✓ **Figura 27.** Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência* - Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência, Ano 3, n. 8, agosto 2005 129
- ✓ **Figura 28.** Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência* - Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência. Ano 2, n.4, maio de 2004..... 131
- ✓ **Figura 29.** Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência* - Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência. Ano 2, n.5, agosto de 2004 132
- ✓ **Figura 30.** 200Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência* - Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência, Ano 2, n.6, dezembro de 2004 132
- ✓ **Figura 31.** Estudantes da Escola Bevenuto Simão (Sítio Paula) reconhecendo a Fazenda Conceição. Fonte: Arquivo do GT- Território. Autor: Desconhecido 139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização do município de Salgueiro-PE	23
Mapa 2. Localização da Comunidade de Conceição das Crioulas	23
Mapa 3. Mapa do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, perímetro oficial e localização nas divisas municipais	24
Mapa 4. Quilombolas de Conceição das Crioulas/ Salgueiro, Pernambuco.....	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CF - Constituição Federal
CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
COPIPE - Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco
COPIXO - Comissão de Professores indígenas Xukuru do Ororubá
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil
DEM - Democratas
FACHUSC - Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
FCP - Fundação Cultural Palmares
FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
GT - Grupo de Trabalho de Gestão do Território
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID - Movimento Intercultural Identidades
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisas Aplicadas
MESPT - Mestrado em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Territórios Tradicionais
MEC - Ministério da Educação
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL - Partido da Frente Liberal
PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular
PPP - Projeto Político Pedagógico
PT - Partido dos Trabalhadores
STF - Supremo Tribunal Federal
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
MEMORIAL: Minha história e o delineamento de um problema de pesquisa junto à Comunidade de Conceição das Crioulas	19
CAPÍTULO 1 – AGOSTINHA, MARIA ALZIRA, CIDA, VAL E GIVA: MULHERES E CONTINUIDADES DESDE AS SEIS CRIOULAS	35
1.1. Agostinha Cabocla: As seis crioulas, sua condição de não-escravas e os ensinamentos sobre a resistência e insurgência	42
1.2. Maria Alzira: O protagonismo das mulheres crioulas, as CEB's e a consciência da opressão vivida	47
1.3. Cida Mendes: A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas e o aprendizado de uma nova forma de organização comunitária	54
1.4. Valdeci Maria: Saberes tradicionais e conhecimentos de mulheres reafirmando a cultura e identidade crioula	62
1.5. Givânia Silva: A comunidade diz não a uma escolarização que mantém práticas colonizadoras	68
CAPÍTULO 2 - A ESCOLA PROFESSOR JOSÉ MENDES EM BUSCA DE LIBERDADE E IDENTIDADE	73
2.1. O Projeto Político Pedagógico das Escolas do Território e os sete eixos temáticos	81
2.2. Materiais pedagógicos produzidos na escola	90
2.3. Espaços educativos fora da escola	103
2.4. Fundamentos da Pedagogia Crioula	110
CAPÍTULO 3 - NARRATIVAS AUDIOVISUAIS, OLHARES E MEMÓRIAS AFETIVAS DA COMUNIDADE PELO OLHAR DOS EGRESSOS NUMA METODOLOGIA DA PEDAGOGIA CRIOULA	133
3.1. Escola dos Sonhos e Possibilidades: Dialogando sobre os olhares dos egressos	136
3.2. Transgredindo e ensinando: O Crioulas Vídeo reflete a escola	141
3.3 Comparando experiências pedagógicas e construindo uma comunidade de aprendizagem	146
3.4 Pedagogia crioula: uma pedagogia de resistência.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS - O QUE VIRÁ?	158
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS	167

INTRODUÇÃO

“Nós fomos meio que formulando um currículo quando ainda sequer existia escola. É como se a gente fosse fazendo o currículo da escola que ainda não existia. Quando a escola passa a existir em 95, aí sim tivemos a oportunidade de implementar aquela discussão que nós vínhamos fazendo fora, nós levamos pra dentro da escola. Então tudo aquilo que a gente discutia de que a escola devia ter uma relação com o território, ela devia buscar, absorver as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar à época, ela devia ter mecanismos pra contar a história da comunidade, ela devia ter uma proposta de currículo que pudesse fortalecer a identidade, e aí fizemos gincanas, fizemos várias atividades no sentido de fazer dois movimentos. Um, resgatar a história da comunidade e contar pra aqueles que nunca tinham ouvido em lugar nenhum, e ao mesmo tempo fortalecer esse pertencimento das pessoas ao território. (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016)

Discutir a ausência da educação escolar numa comunidade que não teve acesso a ela – e que vê nesse tema meios para a superação de desigualdades, avanços no campo da aquisição de direitos e também como um instrumento capaz de reconstruir a história dessa comunidade e fortalecer sua identidade – é falar não somente sobre a falta de uma escola, um prédio, mas, sobretudo, discutir sobre a criação de um currículo específico com conteúdos significativos, de uma nova metodologia, de profissionais engajados, entre outros aspectos. É pensar numa política educacional protagonizada pela própria comunidade.

O Quilombo de Conceição das Crioulas pautou esse debate e iniciou essa empreitada de reconstrução e reorganização social do povo. E, a partir da implantação de uma escola de 5^a a 8^a série na comunidade, começou a compreender quais seriam os passos a seguir, a ponto de a comunidade ser vista hoje por meio de dois períodos muito distintos: o antes e o depois da Escola Municipal Professor José Mendes (Escola José Mendes ou José Mendes).

Nesse sentido, a pesquisa realizada pretende mostrar que uma educação escolar protagonizada pelas pessoas da própria comunidade onde estão inseridas é uma ferramenta capaz de reafirmar a identidade do povo e rumar por caminhos que fortaleçam a sua história, através de processos inerentes ao cotidiano da comunidade, nos diversos espaços educativos onde ela acontece.

Só quando nós próprios discutimos e refletimos sobre nossa especificidade é que podemos garantir que a nossa história, nossa organização, nosso modo de ser, nossa ancestralidade se reflita nos nossos currículos. É importante que o currículo pense no geral, mas não pode ser feito apenas disso, ele precisa refletir as especificidades, porque todo mundo não é igual. (Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco, 2009)

Este trabalho consiste, portanto, em uma narrativa do nosso fazer pedagógico na comunidade desde o ano de 1995 até os dias atuais. Trabalhando com entrevistas temáticas pautadas em recortes temporais, ouvimos narrativas que enfatizaram as memórias de sete moradores da comunidade, cujas histórias são marcadas pela constituição e vivência em torno da Pedagogia Crioula. São eles: 01 estudante egresso da Escola Professor José Mendes – Daniel de Oliveira –, 02 estudantes de Ensino Fundamental – Lívia Bezerra, atual estudante da Escola Professor José Mendes, e Moisés Oliveira, atual estudante da Escola José Nêu –, 02 lideranças que também são egressos e estudaram no período noturno da Escola Professor José Mendes – João Alfredo de Souza e Andreilino Antônio Mendes (André Negão) – 01 professora – Givânia, liderança e primeira diretora da Escola Professor José Mendes; e 01 pessoa mais velha da comunidade – Luiza das Caboclas, integrante do movimento de mulheres e mãe de estudantes egressos da Escola José Mendes.

No roteiro da entrevista utilizei recortes que de certa forma marcam um pouco o caminho percorrido pela Escola Professor José Mendes. Esse roteiro somente foi utilizado nas conversas com Givânia, João Alfredo e André Negão, porque foram os que vivenciaram todo o percurso da busca dessa escola. Os recortes temporais foram considerados neste trabalho se dão 1) antes de 1995, destacando como a comunidade vivencia uma escola opressora; 2) de 1995 a 1996, descrevendo os primeiros passos para uma educação escolar do nosso jeito; 3) de 1997 a 2000, período de intervenção de atores políticos externos na escola, e 4) de 2001 até os dias atuais, refletindo acerca da pedagogia utilizada. A partir desse recorte temporal apresentarei em três capítulos a trajetória educacional escolar no quilombo de Conceição das Crioulas desde antes da implantação do Ensino Fundamental- anos finais- até os dias atuais.

Ademais, a metodologia se valeu além das entrevistas, de conversas informais, escutas diversas, análise de um vídeo-documentário produzido especificamente

para este trabalho, análise documental diversa, revisão de literatura e a minha própria memória, pois pesquisei a minha comunidade desde que comecei a trabalhar enquanto professora, o que proporcionou uma análise das ações e avanços ocorridos durante esse período. Estes recursos permitiram também apresentar um exercício avaliativo do nosso trabalho durante os vinte e dois anos de fazer pedagógico escolar.

Este trabalho objetiva-se também a descrever o significado do termo: *Pedagogia Crioula*, utilizado por nós, educadores e educadoras, quando nos referimos ao modo de fazer educação escolar aqui no quilombo. Esse termo surgiu no contexto das oficinas para revisitação, sistematização e, posteriormente, publicação do nosso Projeto Político Pedagógico (PPP). O referido trabalho era coordenado pela antropóloga Caroline Mendonça¹, parceira da comunidade desde a época em que fazia parte do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)². Por se tratar de um termo ainda recente, e criado dentro de circunstâncias específicas, é ainda desconhecido por grande parte da comunidade.

Apresentarei a relação existente entre a opressão sofrida pela população crioula, a luta das seis crioulas por liberdade e a resistência das suas e dos seus descendentes para buscar políticas específicas para a comunidade, principalmente, a luta pela reconquista do território e uma educação escolar específica.

O primeiro capítulo conta o processo histórico de Conceição das Crioulas ressaltando as lutas pela reconquista do território e também como se deu a luta pela educação escolar de 5ª a 8ª série, hoje, 6º ao 9º ano. O título do Capítulo 1 como também seus subtítulos iniciam com nomes de mulheres por entender que a *Pedagogia Crioula* traz na sua essência o jeito como as mulheres construíram e reconstróem a cada dia a nossa comunidade. Não só porque se formou a partir desse segmento, mas porque são elas quem conduzem, desde as primeiras crioulas, os processos de luta e vivem cotidianamente à frente de movimentos

¹ Caroline Leal Mendonça é antropóloga e parceira da comunidade. Foi uma das pessoas que assessorou o processo de revisita, reelaboração e sistematização do PPP de Conceição das Crioulas.

² O CCLF é uma organização não governamental (ONG) de direitos humanos, sediada em Olinda, Pernambuco, Brasil, “que surge em 1972, a partir de um grupo que buscava a restauração da democracia, através de atividades culturais e projetos de desenvolvimento comunitário, durante o período autoritário da Ditadura Militar brasileira. O CCLF participou do processo de redemocratização e também contribuiu para o movimento de reordenamento político-institucional do País, e no fortalecimento das organizações populares e comunitárias”. Disponível em: <<http://cclf.org.br/sobre/>>. Acesso em 22 nov. 2016.

políticos, religiosos, territoriais e principalmente educacionais. A utilização desses nomes é como se fosse um chamamento das mulheres à luta, fato que acontece frequentemente no nosso dia a dia. O porquê das escolhas dos nomes estará descrito mais a frente, bem como seus saberes e fazeres.

O Capítulo 2 descreve a conquista da Escola Professor José Mendes, entendida por nós como um marco na história de uma educação específica. Esse capítulo narra o processo da elaboração dessa política, que é vista pela comunidade como um tema importante para o “empoderamento” das causas quilombolas baseado especificamente no PPP das escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas. O destaque para os materiais pedagógicos produzidos na própria comunidade, os eixos temáticos do PPP, os espaços educativos fora da escola e, sobretudo, os fundamentos dessa pedagogia afirmam o diferencial da proposta pedagógica crioula.

No terceiro e último capítulo utilizamos uma ferramenta hoje vista como um mecanismo importante tanto para a divulgação da causa quilombola como para o fortalecimento da identidade étnica e cultural – o audiovisual. Por isso, o Crioulas Vídeo, equipe de vídeo local a qual descreverei mais adiante, produziu um documentário que mostra os resultados da pedagogia crioula a partir de olhares de estudantes egressos das escolas do quilombo, conseqüentemente egressos dessa educação específica. Nesse capítulo, fazemos também um exercício comparativo entre algumas experiências pedagógicas analisando semelhanças e diferenças da nossa educação em relação a outras. Finalizando o capítulo listamos valores, princípios e práticas específicas da *Pedagogia Crioula*.

MEMORIAL: MINHA HISTÓRIA E O DELINEAMENTO DE UM PROBLEMA DE PESQUISA JUNTO À COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO DAS CRIOLAS

A população negra do Brasil desde o início do período escravista vem se rebelando contra esse sistema que por séculos nos segregou simbólica e materialmente, causando sequelas irreparáveis que até hoje são visíveis em nosso povo. Países europeus utilizaram-se do “poder” para escravizar os povos originários e africanos, causando muitas desigualdades. “As colonizações nas Américas produziram encontros desiguais, fundamentalmente experiências históricas, envolvendo trocas culturais, dominação, conflitos, protestos e confrontos que uniram, inventando, Europas, Américas e Áfricas” (GOMES, 2003, p. 447).

A escravidão produziu desigualdade, discriminação e o preconceito que se perpetuam. Acentuou a diferenciação entre os de cima, a elite detentora de privilégios, e os de baixo, o povo preto, pobre e com pouca oportunidade de se escolarizar, gerando a sociedade excludente que ainda persiste. Dentre diversos efeitos perversos desse processo, observe-se que muitas vezes estes últimos ganham um salário bem menor que o do branco, mesmo realizando a mesma atividade. Dados atuais³ revelam que a população negra ainda é a maior parcela dos analfabetos do país. Somam-se a este fato os discrepantes índices relacionados ao desemprego, às taxas de natalidade, ao assassinato de jovens negros pela polícia e de mulheres negras por violências diversas, além da desigualdade das condições de acesso à saúde, o que demonstra as condições que fazem com que essa população esteja sempre em desvantagem se comparada à população branca.

Para confirmar essa tese, exponho logo abaixo alguns dados numéricos de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano

³ Dentre publicações relevantes que tratem do assunto, destacamos os trabalhos do IPEA, sendo o mais recente o “Desenvolvimento Humano para além das médias: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil”, lançado em maio de 2017. A publicação busca visibilizar dados estatísticos que evidenciam desigualdades e, com isso, subsidiar a elaboração de políticas públicas afirmativas para promover a igualdade racial, de gênero e das condições sociais das populações residentes nas áreas urbanas e rurais. Abrangência: Brasil, 27 Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas, 111 municípios com mais de 228.000 habitantes (Palmas – TO). Período: 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_par_a_alem_das_medias.pdf>. Acesso em 20 jun. 2017. Os dados do Atlas podem ser acessados também no sítio: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Entre outras publicações acerca do tema, interessam ainda à consulta: o “Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2009-2010”, disponível em< http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf>, acesso em 10 mar. 2016, e o “Mapa da Violência” (2016), organizado por Julio Jacobo Waiselfsz, disponível em< http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>, acesso em 15 jan. 2017.

de 2014⁴, com base em dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados demonstram que enquanto a renda média mensal do negro é de R\$ 1,8 mil, a do branco está em R\$ 3,4 mil. Quando a pesquisa auferir apenas salário, a diferença entre as raças, de ambos os gêneros, é de 30%. Ou seja, pode-se inferir que a cor da pele motiva menor rendimento. A diferença também demarca as relações de trabalho. Segundo o IBGE, o desemprego entre as mulheres brancas, na Região Metropolitana, é de 2,5% — contra 4,3% para as negras, numa diferença de 72%. Mulheres brancas tiveram renda média de R\$ 2,5 mil e as negras, de R\$ 1,4 mil (56% a menos). Portanto, em outubro de 2014 os homens brancos tinham ganhos 32,7% a mais que as mulheres brancas e 144,8% em relação às negras e pardas.

Além desses dados, a matéria “Censo 2010 mostra as características da população brasileira”⁵, publicada no Portal Brasil no ano de 2012 e atualizada em 2015, teve como fonte dados disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE e mostra que apesar de a população negra (negros e pardos) ser maioria no Brasil ainda há uma grande desigualdade se compararmos os números em relação à situação social dos não-negros. No que se refere às oportunidades de escolarização os dados são muito destoantes, pois apontam a grande diferença que existe no acesso a níveis de ensino pela população negra. No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos.

Na matéria “A população negra brasileira”, da revista Carta Capital, apresentam-se dados de estudos do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA). Esse estudo gerou uma pesquisa intitulada “A Dinâmica Demográfica da População Negra Brasileira”⁶ em que podemos observar um quadro numérico muito semelhante ao apresentado acima. Essa pesquisa permite afirmar ainda que mesmo havendo

⁴ Os dados foram retirados da matéria de Hilka Telles intitulada “Branços têm renda 85,3% maior que a dos negros”, veiculada pelo jornal online O Dia em 23 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2014-11-23/brancos-tem-renda-853-maior-que-a-dos-negros.html>>. Acesso em 10 out. 2016. Os dados atualizados estão disponíveis no Relatório Anual da Desigualdades no Brasil, mencionado na nota anterior.

⁵ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>. Acesso em 10 out. 2016.

⁶ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8391>. Acesso em 08 nov. 2016.

alguns avanços, como no caso da ação do Estado em termos das políticas distributivas de cunho universal, atuando no sentido de combater a pobreza e a desigualdade de renda, a população negra ainda se encontra em situação de vulnerabilidade, necessitando da implantação de políticas públicas específicas para que lhe seja garantida a equidade nas oportunidades e assim se diminuam as desigualdades sociais.

A elite predominantemente branca que sustenta até a atualidade um projeto de colonização - hoje modernizado - utilizou-se de diversas estruturas e instituições para poder manter os seus ideais e privilégios sociais, econômicos, culturais e políticos vigentes. A escola foi uma das instituições que, historicamente, serviu a esse propósito, cabendo destacar que na nossa comunidade a escola cumpriu com muita eficiência esse papel. Começamos então a pensar se se a escola pode produzir desigualdades, poderia, também, estando nas mãos da comunidade, ser um lugar de resistência e fomentar o contrário. A partir deste ponto, passamos a nos empenhar em trabalhar não no sentido de manter desigualdades, mas de ir mais além, ou seja, refletir juntos sobre a igualdade que desejamos, e o mais importante, desconstruir pensamentos de que nós pretos somos inferiores aos brancos. Trazemos em nossa ancestralidade algo que podemos considerar como um ideal de busca por igualdade que perdura até hoje, sendo para nós referência de um passado presente: a luta das seis crioulas que aqui chegaram há quase três séculos.

Assim, podemos afirmar que o Quilombo de Conceição das Crioulas formou-se com o intuito de desconstruir essa ideia de existirem opressores e oprimidos, inferiores e superiores. As crioulas que aqui chegaram usaram da coragem e do desejo de não serem dominadas pelos que utilizavam das formas mais violentas de opressão às quais, na época, o povo negro era submetido. E, nos embates para constituírem este espaço, lutaram incansavelmente para esse pensamento vigorar. Fizeram guerras, combinados e uniões com outras pessoas e outros povos. Dessa forma, convive no quilombo hoje uma população que se identifica etnicamente parte como quilombolas e parte como indígenas, com os quais temos fortes ligações ancestrais e históricas.

Conceição das Crioulas é uma comunidade quilombola do sertão pernambucano com uma forte consciência política e identitária apoiada na história de luta e resistência, nos saberes dos mais velhos e em valores comunitários de partilha e reciprocidade. O sentimento de pertencimento ao território conquistado foi

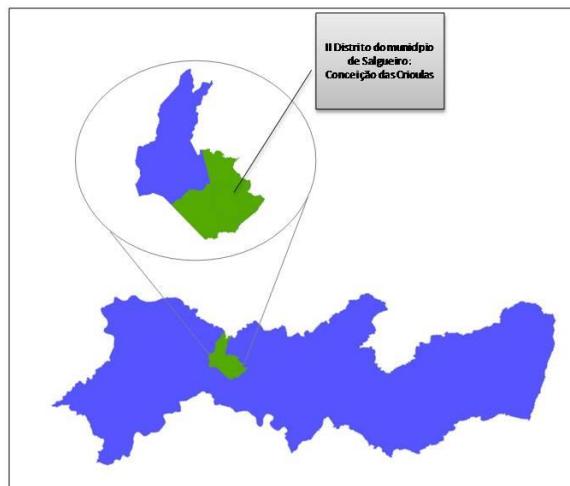
incorporado pelos/pelas descendentes das primeiras crioulas, o que fez com que lutássemos corajosamente para defender a herança mais importante deixada por nossas ancestrais: o território tradicional.

O território quilombola é composto por trinta (30) núcleos rurais, que são denominamos de sítios, e duas vilas: A Vila União e a Vila Centro. Esta última é o principal espaço de povoação, com uma estrutura física composta de: posto de saúde, biblioteca, centro digital com internet, a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), posto dos correios, uma quadra de futsal, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, símbolo da promessa, a Casa da Comunidade Francisca Ferreira e três escolas.

Existem no território quatro escolas quilombolas. A primeira escola construída no distrito foi a Escola Municipal José Néu de Carvalho, que atende estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e EJA. Em seguida a Escola Municipal Professor José Mendes, que atende o público de Ensino Fundamental (anos finais). A Escola Municipal Bevenuto Simão de Oliveira, localizada no Sítio Paula, que atende também estudantes de Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais), fica a seis quilômetros da Vila Centro. A mais recente delas, inaugurada em 2012, após muitos momentos de mobilização para efetivarmos o direito ao Ensino Médio na comunidade, foi a Escola Estadual Professora Rosa Doralina Mendes.

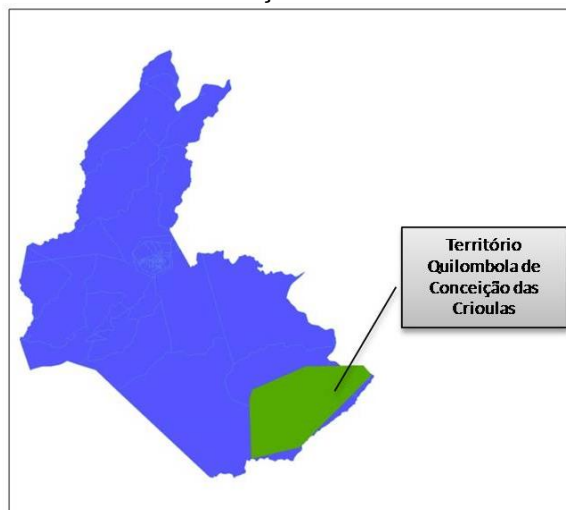
Nas figuras abaixo, podemos observar a localização geográfica do nosso território. A primeira figura localiza o município de Salgueiro, no estado de Pernambuco, destacando também o II Distrito de Salgueiro (Conceição das Crioulas); e a segunda localiza o Território Quilombola de Conceição das Crioulas no município.

Mapa 1: Localização do município de Salgueiro-PE



Fonte: “Elaborado por Marcus Fernandes a partir das informações disponibilizadas no site do IBGE sobre a malha censitária de 2010, utilizando o software TerraView. O espaço ocupado pelo município de Salgueiro no estado de Pernambuco encontra-se em Verde.” (ANTUNES, 2016, p.3)

Mapa 2: Localização da Comunidade de Conceição das Crioulas



Fonte: “Elaborado por Marcus Fernandes a partir das informações disponibilizadas no site do IBGE sobre a malha censitária de 2010, utilizando o software TerraView. O espaço ocupado pelo município de Salgueiro no estado de Pernambuco encontra-se em Verde.” (ANTUNES, 2016, p.3)

O quilombo de Conceição das Crioulas fica localizado no II Distrito de Salgueiro. Salgueiro⁷ é um município do estado de Pernambuco com população aproximada de 59 mil habitantes. Faz parte do Sertão Central, numa região localizada na mesorregião do Sertão Pernambucano. A distância da capital do estado, Recife, é de 518 quilômetros. O seu clima é semiárido – quente – com temperatura média de 25° C. O seu relevo apresenta uma variação entre plano e montanhoso. O relevo e o clima variado fazem com que a região seja caracterizada

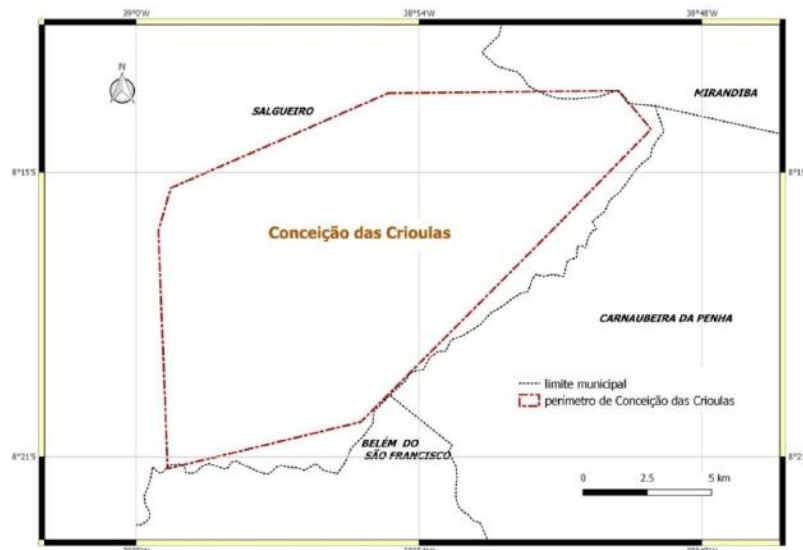
⁷ Disponível em: < http://www.salgueiro.pe.gov.br/munic_numeros.htm>. Acesso em 10 de out. 2016.

tanto por áreas de sequeiro, com chuvas escassas e mal distribuídas e vegetação xerófita e rios temporários, como por áreas de altitude com temperatura amena.

A área demarcada do território quilombola compreende exatamente 16.865,0678 ha. Dentro dessa extensão foram identificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aproximadamente 30 fazendas, sendo a maioria delas obtidas pelos invasores que se utilizaram de relações de compadrio e através de compras ilegítimas. Desse total, antes dos processos de desintração acontecerem, com a entrega de títulos definitivos, tínhamos um percentual muito pequeno de áreas que ficavam em regiões de pedregulho, nas encostas de serras e serrotes, ineficazes para plantios.

Apesar das lutas pela desintração do território se intensificarem com a titulação de 2000⁸, somente no ano de 2012, depois de 12 anos do título expedido pela Fundação Cultural Palmares, é que o primeiro título de posse definitiva foi entregue à comunidade. A fazenda a qual me refiro é a Fazenda Velha que fica bem próxima da Vila Centro e é a segunda em extensão territorial. De 2012 em diante, esse retrato vem mudando gradativamente, fruto da luta que é constante. Atualmente, já soma-se um número de seis fazendas desintradas, tema que comentaremos em outro tópico. Abaixo apresentamos o mapa do território quilombola que destaca as divisas municipais.

Mapa 3: Mapa do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, perímetro oficial e localização nas divisas municipais



Fonte: “Elaborado por Nilo Cesar Coelho da Silva a partir de dados vetoriais do mapeamento Sistemático Brasileiro, utilizando o QGS.” (ANTUNES, 2016, p.2)

⁸ Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2000.pdf>>. Acesso em 10 de out. 2016.

A partir dos anos 1980, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, num movimento de reconquista do território, as/os crioulenses conseguem o reconhecimento de uma área de aproximadamente 17 mil hectares como “remanescente de quilombo” e também a sua titulação. Com isso, se reverencia a luta das crioulas pela terra desde as suas chegadas. Lutas que, aliás, perpassam a história da região desde muito tempo.

Segundo pesquisadores houve, historicamente, um genocídio contra os povos indígenas que habitavam a região. Os que conseguiram resistir foram expulsos pelos criadores de gado das terras em que habitavam e tiveram que se esconder nas serras. Esta situação, ocorrida desde o século XVII, foi quando aconteceu a primeira onda de interiorização da produção de gado ao longo do Rio São Francisco (ANTUNES, 2016). Na época os dizimadores adentraram a região do São Francisco, chegando à nossa região.

De acordo com Santos Junior (2012) e Grünewald (2004) foram vários os grupos indígenas que ocuparam a Serra de Umã, a Serra do Arapuá e as ilhas do Rio São Francisco como refúgio e moradia, em virtude da expansão da pecuária sobre suas terras. Além destas, buscaram também os núcleos urbanos, o que provocou conflitos entre indígenas e moradores das vilas e uma consequente mobilidade dos indígenas pelos sertões. Entre as tribos que ocuparam o vale do Rio Pajeú, recorrendo aos Anais Pernambucanos, Santos Junior destaca os Ôe, os Chocós, os Pipipães e os Umãs. (ANTUNES, 2016, p. 239 apud SANTOS JUNIOR 2012).

Nesse contexto, o que ouvimos através da memória oral dos mais velhos confirma a tese de que quando as crioulas chegaram à região, a população indígena se localizava mais próxima da área hoje demarcada como quilombola, habitando as Serras de Umã, do Urubu e do Arapuá. Sendo assim, o entrelaçamento do povo de Conceição das Crioulas com o povo indígena Atikum-Umã – residentes naturais da Serra Umã, que se localiza no município de Carnaubeira da Penha-PE e que tem parte do território que faz fronteira com o território quilombola de Conceição das Crioulas – antecede em muito tempo os dias atuais.

Somos povos misturados. Esse é um aspecto que aparece com muita convicção ao conversar com as pessoas mais velhas. Elas fazem referência a relatos que ouviam de seus avós e bisavós. Como exemplo, podemos citar o relato de Luiza das Caboclas, sobrinha de Agostinha Cabocla, liderança na luta e na

defesa do território. Ao interpelá-la sobre a origem do nome “Cabocla” ela responde: “Ah! A avó de Agostinha que se chamava Cássia foi ‘pega’ no mato, ela era índia”. Da mesma forma, quando perguntei a João Alfredo sobre a presença indígena na região ele diz o seguinte: “uma irmã da minha vó, Dominga Maria Clara, dizia com muita convicção: eu sou índia, e dizia ainda que os negros daqui não eram escravos”.

Dessa forma, confirmam-se duas questões. A primeira é que a junção com os indígenas, inclusive matrimonial, vem de muito longe, apesar de não sabermos informar datas mais precisas. A segunda é a de que as crioulas não chegaram na região na condição de escravas, ou seja, eram livres ao constituírem a comunidade. Somente com o passar dos tempos é que os brancos foram se apoderando das suas terras com o desejo de expropriá-las, expulsarem-nas ou as tornarem suas subordinadas. Entretanto, a aliança com os índios/caboclos foi importante para a defesa do território desde esse tempo. Ainda hoje, descendentes dos que invadiram as nossas terras habitam o território demarcado, usurpando de um direito alheio. Como, infelizmente, ainda não foi possível a desintrusão total da área titulada, esses permanecem em áreas “tomadas” há bastante tempo. Conforme o laudo antropológico⁹:

A afirmação da identidade de ‘remanescente de quilombo’ em Conceição das Crioulas remete à origem das crioulas, mas nega a condição de escravas e ressalta a tênue alteridade entre índios e negros. Seu Virgínio, na sua fala, afirma que os negros que chegaram em Conceição ‘arranjaram’ a liberdade se aliando aos índios. O ideal de liberdade aliado ao estigma de estar à margem de uma sociedade provocaram em muitos momentos no sertão nordestino a cooperação entre negros e índios, que, conforme já foi colocado anteriormente, deram conformação a territórios em que esta aliança representava a existência de uma organização à parte, fora do controle colonial. (SOUZA, 1998, p.21)

Essas questões ainda estão presentes na comunidade. Em pesquisas realizadas no ano 2003, durante o processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), instrumento que norteia a educação escolar no quilombo, a comunidade afirma que essas ocupações ilegais ocorreram no final do século XIX e

⁹ O Relatório de Identificação da Comunidade Negra de Conceição das Crioulas, 1998, é mais conhecido na comunidade somente como laudo antropológico. Esse documento foi produzido pela antropóloga Vânia Fialho para fins de reconhecimento das quatro léguas em quadra, como é mencionada na história oral, enquanto território quilombola de Conceição das Crioulas pela FCP.

início do século XX, quando os invasores se utilizaram de artimanhas para se apossarem do que não era seu de direito. Podemos ainda confirmar isso quando João Alfredo, liderança da comunidade, relata:

Pediam (os brancos) para botar logradouro, e de partida desses logradouros, eles quando saiam já vendiam para segundas pessoas, depois deles e o outro já ficava como dono. E isso aconteceu muito quando o segundo dono tomava conta daquela gleba que tinha comprado. Ele tinha condições, porque tinha vaca. Quem tinha vaca, tinha mais poderes financeiros né, e já cercava uma área maior, mesmo contra a vontade do próprio negro. (SOUZA, 1998, p. 9)

Nesse contexto de escuta e aprendizagem dessas histórias, os relatos são capazes de reconstruir um passado fazendo ele se tornar presente, como é para todos de Conceição: além dos mais velhos, os adultos, os jovens e crianças, todos nós hoje conhecemos e narramos a história das seis crioulas. Com isso também aprendemos que não existe uma memória passada, o que existe é uma memória que está sempre ali *permanente*, que através da oralidade pode trazer narrativas que nos fazem compreender contextos atuais, nos fazendo refletir sobre nossa própria história (ARAÚJO, 2008).

A partir dessas reflexões, inicialmente pensei em pesquisar qual a influência da história de resistência e luta por liberdade e pela reconquista do território do quilombo de Conceição das Crioulas e se esta afetava as expressões identitárias de crianças e jovens estudantes. Entretanto, durante o período do estudo nas disciplinas do Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) e em conversa com a Comissão de Educação da AQCC, a qual descreverei mais a frente, ao me manter sempre em sintonia com a comunidade, foi que a minha pesquisa foi sendo redimensionada.

O meu perfil profissional e de engajamento nas lutas do quilombo, especificamente na construção de uma educação escolar diferenciada e específica em Conceição das Crioulas desde 1995, permitiu que houvesse uma redefinição no problema de pesquisa, me fazendo adequar a pesquisa àquilo que considerávamos necessário dentro do contexto descrito. Por isso, analisarei quais foram os resultados de uma pedagogia que tem práticas e princípios educacionais próprios e que foram se construindo a partir de uma teoria coletiva. O pensamento de se construir uma proposta educacional fundamentada na história, na luta e nos saberes

da comunidade permeava várias cabeças. Por isso, ela se constrói de maneira coletiva, jeito que permanece até os dias de hoje.

A pesquisa também tem estreita ligação com o objetivo “h” do Estatuto da AQCC do ano 2007: “desenvolver estudos e pesquisas que divulguem a causa quilombola, valorizem a memória histórica de Conceição das Crioulas e subsidiem práticas pedagógicas específicas para as comunidades quilombolas”. Portanto, o que irei apresentar aqui dialoga diretamente com a minha trajetória de vida pessoal, profissional e coletiva, sobre a qual escrevo logo a seguir.

Minha mãe, mulher da roça, professora, mãe de oito (três mulheres e cinco homens). Meu pai, homem da roça, era trabalhador incansável para contribuir no sustento da família. Sempre acordavam cedinho para a labuta diária, a fim de dar o melhor para os seus filhos e filhas. E eu era uma das filhas que desde cedo teve o sonho de estudar, e esse sonho inicialmente tinha o intuito de trazer dias melhores para a minha família. Pensava em ter uma casa melhor e ter uma independência financeira que pudesse me dar autonomia e também ajudar minha família.

Apesar de todos os obstáculos que existiram em minha história estudantil, consegui concluir a licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC) e depois me especializar no Ensino de Língua Portuguesa em um curso que foi ministrado pela Universidade de Pernambuco em parceria com a Faculdade de Formação de Professoras de Petrolina. Sou professora das séries iniciais pelo município de Salgueiro - PE e professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio pelo estado de Pernambuco. Sou pesquisadora da história da minha comunidade e quilombola de um dos aproximadamente cinco mil quilombos do Brasil. Conceição das Crioulas é uma comunidade que desenvolve no seu cotidiano ações que reafirmam a importância da construção de um projeto de educação que desconstrua estereótipos sobre a história dos quilombolas, já que esta foi, ao longo dos tempos, contada e escrita de maneira contraditória.

Desde o início da minha vida profissional, no ano de 1995, convivo com processos orais, coletivos e educacionais, pois minha mãe, professora das séries iniciais sempre contava histórias em casa e também na escola, histórias que escutava dos mais velhos, principalmente as que eu ouvia do meu avô. Ela foi uma mulher que se destacou na sua localidade, Sítio Cruzeiro do Sul, enquanto liderança familiar e comunitária.

Cruzeiro do Sul foi o lugar onde nasci e morei até os meus doze anos de idade. É um lugar pequeno e seus moradores possuem todos a mesma ancestralidade. Quando criança, além das histórias que ouvia, escutava minha mãe falar também: “é bom ir pra escola, pra estudar, aprender a ler pra ser professora”. Porém, sempre que escutava isso pensava comigo mesma: “Deus me livre”, pois via o sofrimento dela em ser professora de turmas multisseriada, com salas de aula repletas de estudantes. Todo ano eram mais de 40 alunos e além de ser professora ela era também merendeira e auxiliar de serviços gerais, tarefas que sempre conciliou com os afazeres domésticos. “Não quero isso pra minha vida!”, esse foi um pensamento sempre presente na minha mente.

Fui à escola com seis anos de idade, porém não era matriculada, porque naquela época a matrícula só era efetuada a partir dos sete anos de idade. Lembro-me que todo dia chorava pra ir à escola, então minha mãe na maioria das vezes deixava que eu ficasse em casa. Ficava “encostada”, pois tinha o privilégio de ser filha da professora. Cursei os anos iniciais (1ª a 4ª série) sem repetir o ano, entretanto quando terminei essa fase não tinha mais como estudar, só havia as outras etapas na cidade. Fiquei repetindo a 4ª série só para não ficar “parada”, afinal, estudar, me formar, continuar estudando até ser doutora sempre foi meu sonho – sonho que ainda permanece, apesar das dificuldades que nós quilombolas encontramos para chegar a esse nível acadêmico.

Mais tarde minha mãe percebeu que a minha vontade de estudar era muita, então decidiu que eu fosse morar na casa de seu primo, na sede do município, para que assim eu pudesse concluir os anos finais e o Ensino Médio. Concluí o magistério e logo fui aprovada num concurso para professores(as) da Prefeitura do Município de Salgueiro, município onde moro. Mesmo não querendo essa profissão, por razões anteriormente explicitadas, ingressei para trabalhar aqui no Quilombo de Conceição das Crioulas, lugar cheio de histórias, de vidas, de coragens de resistências e de lutas.

Com o tempo aprendi a gostar da minha profissão, amo o que faço e tento fazer sempre melhor a cada dia. Este ano completarei vinte e dois anos de trabalho, e afirmo com segurança que sem a determinação e insistência sábia da minha mãe eu não teria chegado aonde cheguei. Apesar disso tudo, segui uma profissão que não era fácil, mesmo que em meados dos anos 1990 fosse a mais acessível para

nós, pobres, mulheres e quilombolas. Se tornar-se professora já era uma vitória alcançada por poucos.

Para seguir nesse rumo algumas mulheres foram fundamentais na minha vida. A primeira sobre a qual irei falar, sem dúvida, foi minha mãe, que nunca mediu esforços para me ajudar a concretizar meu sonho. Sua influência na minha vida foi importante para me assumir enquanto negra, dentre outras questões. Foi ela quem num certo dia disse: “dia tal vai acontecer um encontro de educadores e educadoras negras no Recife, dessa vez é você quem vai participar, porque ano passado eu já fui”. Isso aconteceu no ano de 1996, eu estava apenas com um ano de vivência no quilombo de Conceição e também de sala de aula. Começaram aí as discussões sobre ser negro/negra na minha vida. Até aquele momento eu era “morena”, categoria que hoje compreendo como uma variedade da cor preta criada para esconder a negritude e, conseqüentemente, a identidade de mulher negra e quilombola.

Mesmo me considerando “morena” não ficaria fora do mundo das discriminações e violências sofridas pelas pessoas pretas. Muitas situações que ocorreram comigo me fazem crer que as pessoas não toleravam a minha presença em um lugar que na época era restrito aos das classes mais favorecidas, ou seja, os brancos. Isso seria percebido especialmente na universidade. Numa dessas situações, fui sutilmente violentada no meu direito, quando no primeiro ano em que cursava a graduação fui reprovada pela professora, que não me deu sequer a possibilidade de fazer a avaliação. Em diversos momentos fui insultada por meus colegas de sala, principalmente pelos do sexo masculino. As minhas colegas, na sua grande maioria, eram quem me defendia. Por isso, avalio que a escola e a universidade foram cúmplices das diversas formas de opressão construídas pela sociedade.

A segunda mulher que fez/faz diferença na minha vida é Givânia Maria Silva (Givânia ou Givânia Silva). Meus primeiros contatos com ela aconteceram no final dos anos 1980 para o início dos anos 1990, no período de efervescência dos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi através desse contato que pude chegar à Vila das Crioulas para trabalhar na escola José Nêu, no ano de 1995. Givânia, com o seu jeito especial de sempre acreditar nas pessoas, me colocou no mundo do movimento social quilombola. Lembro-me que logo no ano de 1996 ela me incentivou a participar de um encontro da Coordenação Nacional das

Comunidades Quilombolas (CONAQ) que aconteceu no Piauí. A CONAQ havia sido criada naquele mesmo ano, e eu nem sabia direito o que estava sendo pautado no encontro. No entanto, após sua insistência, viajei juntamente com outra liderança do estado para participar desse encontro. A influência de Givânia na minha vida no início da construção da minha identidade negra quilombola foi fundamental. A vivência com ela me fez compreender o quanto o reconhecimento da nossa identidade é importante para construirmos caminhos que buscam menos desigualdades e mais direitos. Com a minha inserção diretamente no território das crioulas, num momento em que a comunidade passava por uma fase de autorreconhecimento da sua história e da sua identidade, foi possível começar a enxergar outras perspectivas de vida e a necessidade de outros enfrentamentos.

Comecei a me envolver também no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR) e lá percebi que necessitaríamos nos fortalecer para enfrentar as diversas formas de violências decorrentes do forte machismo que existia, e ainda existe, também nas áreas rurais. Sempre na companhia de mulheres fortes e guerreiras fui reconstruindo a minha identidade. Isso deixava aparente algumas características identitárias entrecruzadas, como exemplo a de professora, mulher, negra e quilombola. Esses são elementos muito fortes na minha personalidade, que foram construídos a partir da interação com as mulheres que acabo de mencionar. No entanto, como em Conceição das Crioulas o protagonismo das mulheres é bastante visível, muitas outras contribuíram na minha formação social, étnica e política.

Por ser destaque o vigor das mulheres crioulas e a história de muitas delas marcou e marca a resistência do povo de Conceição das Crioulas. Seja como guardiãs do documento da terra; seja como companheira dos homens nos momentos de guerra ou ainda enquanto transmissoras de costumes, crenças e tradições que são relevantes para o fortalecimento da cultura e da identidade quilombola.

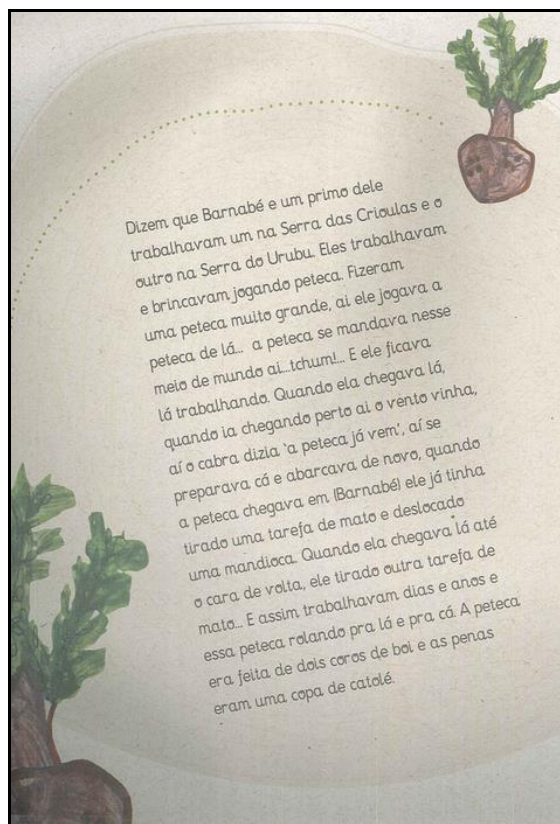
Nesse contexto, podemos destacar a simbologia das bonecas de caroá¹⁰. Elas contam a história de onze mulheres e isto confere representatividade às diversas atividades exercidas e em diversos campos temáticos. As seis primeiras negras; as professoras, são maioria e as outras representam as benzedeiras; as artesãs e

¹⁰ Planta bromeliácea que produz fibras têxteis. Tecido feito com essas fibras.

outras funções importantes para a comunidade. São categorias compostas majoritariamente por mulheres com trabalhos efetivos e significantes. Suas narrativas nos inspiram e nos impulsionam à luta sempre. Esse protagonismo num mundo de homens, na sua maioria, brancos e, por vezes, machistas é que faz a diferença. Elas nos ensinam sobre como se enfrenta a vida e como se luta pelo que é nosso de direito.

Comecei a escutar também outras histórias¹¹, como as de Barnabé de Oliveira¹¹, personagem muito importante no processo de identidade e afirmação territorial de Conceição das Crioulas. Fui vivendo e revivendo histórias enquanto professora dessa comunidade e percebendo a necessidade de continuar estudando e pesquisando, não só por necessidade da profissão, mas também para contribuir no processo educacional da minha comunidade. Com isso, fui sendo reconhecida na comunidade por esse envolvimento em questões que eram/são de grande importância naquele contexto e, por isso, são vistas como prioridade para o processo de reorganização social.

Figura 1. Exemplo de uma das histórias de Barnabé. Livro “Nosso Território”.



Fonte: AQCC, 2011

¹¹ Barnabé de Oliveira foi um grande contador de histórias. Estas eram muito interessantes e sempre se relacionavam com os marcos territoriais, como as serras. É um personagem muito importante para a afirmação da identidade étnica e cultural do nosso povo.

Ingressei na Faculdade para cursar Letras, área com a qual me identifico muito, por entender também que os conhecimentos teórico-científicos são importantes quando pesquisados e estudados na intenção de reafirmar saberes de culturas tradicionais que muitas vezes não são reconhecidos no campo acadêmico. Compreendendo também a escola como espaço de diálogo de saberes e que também pode ser espaço para o desenvolvimento da *interculturalidade crítica* e afirmação do compromisso assumido com a comunidade através de sua função social:

A escola quilombola de Conceição das Crioulas vem ao longo de sua história trabalhando para desconstruir conceitos e concepções colonizadoras impostas há anos pelos sistemas de ensino no Brasil. Para nossa comunidade a escola é importante para reafirmar nossa história, nossa cultura, valorizar nossa organização e nossa identidade étnica, fortalecer nossos conhecimentos próprios e o cuidado com o nosso território e com a Natureza. Entendemos que a partir dos conhecimentos das pessoas mais velhas da comunidade e da história de luta e resistência do povo de Conceição das Crioulas é possível descolonizar as mentes e as práticas, reavivando os valores presentes no modo de viver em coletividade.[...] É importante também que a escola ensine a ler, escrever, contar e interpretar bem, de forma que esse tipo de conhecimentos possa contribuir para o empoderamento dos alunos e alunas no enfrentamento de todas as formas de injustiças e que, sobretudo, fortaleça o projeto de vida coletiva das pessoas que vivem nesse território. (PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015).

Com o passar do tempo me envolvi nas lutas da minha comunidade, principalmente na construção de uma educação específica e diferenciada que fosse baseada nos moldes de vida do quilombo. A concepção de educação escolar quilombola, atualmente com a nomenclatura de Educação Quilombola, foi em 2010 instituída como Modalidade de Ensino através da resolução nº 4 do CNE/CEB/ MEC e no ano de 2012 foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Com isso fui também me tornando liderança da comunidade. Integro duas comissões temáticas da AQCC, as de Educação e de Comunicação, nas quais tenho uma produção que considero importante no sentido de divulgar a história, a cultura e as lutas do povo de Conceição das Crioulas e dos quilombolas de Pernambuco.

Produzimos, nós da comissão de Comunicação, durante cinco anos consecutivos (2003 a 2007) o jornal: *Crioulas, a voz da resistência*, material

impresso que divulga e fortalece as histórias desse povo. Também fiz parte da diretoria da AQCC de 2006 a 2013, tempo durante o qual pude contribuir em questões relevantes para o desenvolvimento da nossa comunidade, Conceição das Crioulas.

Por acreditarmos que os conhecimentos adquiridos por nós quilombolas servem de instrumento de fortalecimento da história e da cultura crioula, é comum participarmos de palestras, seminários, rodas de conversas e outros momentos no intuito de divulgar e encorajar outras comunidades, contribuindo para também fortalecerem suas lutas. Foi ouvindo e contando histórias de heróis negros e negras, como as das Primeiras Crioulas, de Zumbi dos Palmares, entre outras, que me descobri uma pessoa negra que até então não era negra de fato. Identificava-me com outras categorias que foram criadas para negar a nossa identidade.

Com isso percebi que a educação escolar nos quilombos é também um elemento capaz de “abrir” mentes e olhos fechados pelas marcas da opressão, ou seja, des-escravizar as mentes, assim como analisa Catherine Walsh ao citar Césarie.

Por isso o intelectual revolucionário, assim como o ativista e professor, têm a responsabilidade de, ativamente, ajudar e participar no despertar da educação política, “abrir as mentes, despertar as massas e permitir o nascimento de suas inteligências, inventando mais”, como disse Césaire. (WALSH, 2006, p.43) – Tradução nossa.

Sinto-me com responsabilidade semelhante à desse profissional revolucionário, porque entendo que devemos fazer a diferença dentro desse espaço que foi instituído para colonizar as mentes e as práticas. No entanto, mais tarde lideranças de Conceição veriam que ele pode trazer outras perspectivas para uma comunidade mais forte e autônoma. Coloca-se em nossas mãos esse trabalho de inventar e reinventar sempre mais.

CAPÍTULO 1. AGOSTINHA, MARIA ALZIRA, CIDA, VAL E GIVA: MULHERES E CONTINUIDADES DESDE AS SEIS CRIOULAS

As mulheres aqui escolhidas para apresentar a história de luta e resistência em Conceição das Crioulas, são fundamentais em minha e vida e na pesquisa já que, de maneira enfática, reafirmam a dimensão feminina da luta das crioulas por direitos, sobretudo, quando nos referimos às questões territoriais e educacionais. Destaco alguns dos pontos que determinaram a minha escolha por elas.

Figura 2. Agostinha Cabocla



Fonte: Fotografia e textos organizados pela autora

Agostinha foi uma mulher extraordinária que não mediu esforços para defender dos usurpadores o documento conquistado pelas crioulas. Juntamente com

Antônio Andreilino Mandes, mais conhecido como Totô, viajou muito para participar de audiências, inclusive no Recife, capital do nosso estado. Outras mulheres também a acompanhavam em alguns momentos. Dentre elas podemos citar Joana Duó, (irmã de Bevenuto Simão) e Teodora, esta última de uma geração mais nova. Esse movimento fez com que ela seja sempre presente na *memória permanente* (ARAÚJO, 2008) da comunidade.

Figura 3. Maria Alzira



Fonte: Fotografia e textos organizados pela autora

A escolha de Maria Alzira se deu por conta de ela ser uma mulher referência na organização das mulheres trabalhadoras rurais, mas, não só por isso. Ela se destaca com um perfil de mulher que enfrenta o machismo e o preconceito que existe na comunidade sobre as mulheres “libertas”. Estas são mulheres que não têm medo de serem chamadas de feministas, e são, por isso, rotuladas negativamente por conta de visões equivocadas que existem sobre o assunto.

Figura 4. Aparecida Mendes

Aparecida Mendes, 46 anos. Conceição das Crioulas-PE

Aparecida Mendes, ou simplesmente Cida Mendes traz no sangue a garra, a luta e a coragem das mulheres guerreiras de Conceição das Crioulas. Conceição que não é atoa que traz em sua origem o nome das Crioulas e desde sua fundação iniciada por seis negras aguerridas, as mulheres não deixa a peteca cair. Lembrar de Cida é lembrar do artigo 68 do ADCT e principalmente do decreto 4887/03, pois sua bandeira de defesa sempre foi com maior veemência a luta pela terra. A conquista pela posse do território corre em suas veias. É difícil saber quem escolheu quem, pois, às vezes penso que foi a luta que a escolheu, e quando é assim, não há como fugir. E ela não fugiu. Entrou de corpo e alma. Alma destemida de quem não foge à luta. E o seu pertencimento de mulher negra, quilombola da Comunidade de Conceição das Crioulas a mantém sempre firme, sobretudo para que a reforma agrária e a regularização dos territórios quilombolas sejam verdadeiramente efetivadas. Uma mulher que não gostava de política, como ela mesma diz quando fala do seu envolvimento nas lutas da comunidade, mas que rapidamente se tornou uma das lideranças mais atuantes do quilombo.



Fonte: Fotografia e textos organizados pela autora

Cida Mendes coordenou a AQCC por diversas vezes, tanto na coordenação política e administrativa, como na coordenação executiva. No período em que estava coordenando a AQCC, trabalhou arduamente em ações que fomentassem os processos e procedimentos para a regularização do território quilombola de Conceição das Crioulas e também de outras comunidades do Brasil. Logo, me motiva muito falar dessa mulher.

Figura 5. Valdeci Silva



Valdeci Silva, 52 anos. Conceição das Crioulas-PE

Valdeci Maria da Silva, conhecida carinhosamente como Val, é uma mulher de referência na organização das trabalhadoras rurais. Ainda menina enfrentou muitas dificuldades. Por ser a mais velha da casa teve que assumir responsabilidades, pois perdeu sua mãe muito cedo. Casou-se muito nova com um homem que não poupou esforços em demonstrar, diariamente, a valentia do "ser homem". Com uma disposição invejável, se supera a cada dia dos obstáculos que a vida lhe coloca. O seu espírito de resiliência nos impressiona, e a sua sabedoria nos ensina, e nos inspira cotidianamente.

Fonte: Fotografia e textos organizados pela autora

Val é artesã do algodão e do barro e se preocupa bastante em realizar ações em que as práticas educativas de manutenção dos conhecimentos tradicionais sejam vivenciadas e fortalecidas, principalmente, as que educam para hábitos alimentares que valorizam a culinária típica da região, contribuindo para uma prática

alimentícia saudável e sustentável. Atualmente é coordenadora geral da AQCC, através da qual luta incansavelmente pela desintração total do nosso território. Uma mulher de coragem, de resistência e guerreira. Esses atributos sintetizam o perfil de Valdeci Maria da Silva, a quem afetuosamente a chamamos de Val. Suas qualidades vão muito além das que aqui apresento. Val é uma mulher de personalidade admirável que repassa firmeza e desperta entusiasmo em quem lhe rodeia. É de uma resiliência e aconchego impressionantes para com “os de casa” e “os de fora”, assim como diz a poesia sobre ela na embalagem da boneca que lhe representa:

*Valdeci Maria da Silva
Mulher de grande valor
Nasceu no Poço da Pedra
Rodeada de muito amor
Cresceu no mundo da arte
Seu pai muito lhe ensinou*

*Mulher de fibra e coragem
Resistente e lutadora
Fortalece a nossa história
Uma grande educadora
Vence todos os obstáculos
Ela é encantadora*

*Uma mulher de estilo
De beleza e alegria
Vive e revive a arte
Dia e noite, noite e dia
Cozinha com muito prazer
Tudo faz com alegria*

*Ela é boneca faceira
E tem bastante saber
Sua história é Crioulas
Uma homenagem a merecer
Como não dá pra dizer tudo
Venham aqui conhecer*

Figura 6. Givânia Silva



Fonte: Fotografia e textos organizados pela autora

Givânia foi também a 1ª diretora da Escola Professor José Mendes, escola que deu início ao processo sistemático de uma educação fundamentada na cultura e história do povo da comunidade, processo que descrevo neste trabalho como *Pedagogia Crioula*. Seu espírito aguerrido possui uma grande resistência capaz de inspirar outras mulheres à luta. Sempre pioneira nos desafios da escolarização para mulheres, quilombolas e nordestinas, acaba de ingressar num doutorado na área de Sociologia na UnB. Givânia, a mulher que esteve/está em diversas frentes! Com uma contribuição impar, no campo da política, da educação escolar, da academia, é uma das precursoras do momento mais recente de reorganização social do nosso povo há aproximadamente trinta anos. É forte, é incentivadora, portanto, uma das

mulheres que escolhi para representar as temáticas que abordam questões feministas, educacionais, políticas, étnicas e territoriais. Enfim, Givânia é uma mulher com um vasto conhecimento nas áreas citadas a partir de vivências práticas que a faz singular em inúmeros aspectos. Além dessas mulheres, tantas outras poderíamos citar como parte dessa história e como narradoras protagonistas dos sentidos de identidade e pertencimento na comunidade conforme relatamos em texto escrito por mim e pela professora Maria Diva, para o Jornal Crioulas:

Figura 7. Mulheres Crioulas.

Raízes Quilombolas

**MULHERES CRIOULAS:
EXEMPLOS DE LUTA E CORAGEM**

Ao longo da história de Conceição das Crioulas, as mulheres se destacaram através da inteligência, coragem e determinação, qualidades essenciais no processo de construção, desenvolvimento e, sobretudo, na preservação de nossos valores, costumes e tradições.

Inicialmente, analisemos o papel daquelas seis mulheres que, em meados do século XVIII aqui chegaram e com muita união conquistaram esse espaço, plantando, beneficiando e vendendo algodão na cidade de Flores/PE. Essa garra tem-se estendido de geração em geração.

Podemos citar o exemplo de Agostinha Cabocia, mulher corajosa e cheia de estratégias que lutou incansavelmente contra a invasão de nossas terras, inclusive para defender o documento (registro) de nossas terras, que devido o seu grande valor era bastante perseguido pelos fazendeiros. Uma estratégia usada por ela para esconder o documento era colocá-lo em cabaças e entregar a pessoas de sua confiança, porque ela sabia que se os invasores pegassem-no podia falsificá-lo ou até mesmo destruí-lo.

Margarida Dominga (Mãe Magá), além de ser líder religiosa, dedicou-se a salvar vidas. Parteira muito experiente, não media esforços e nem distância para socorrer as mulheres que se encontravam em trabalho de parto.

Atualmente, existem várias mulheres que são destaque por estarem presentes na luta por uma Conceição melhor. Entre tantas outras citamos: Joana Joventina e Maria Auxiliadora, parteiras e benzedoras; Generosa, Maria Antonia e Eunice, líderes religiosas e comunitárias; Cecília Maria da Conceição e Maria de Lourdes da Conceição, mães, agricultoras, donas de casa e ex-professoras, esta última artesã; As nove artesãs que confeccionam as dez bonecas: Maria Emilia (D.Liosa), Firmiana Marcionília (Ana Belo) e D.Antonia historiadoras; Júlia

Francisca, artesã; Josefa Maria (Zefinha) e Lourdinha, lideranças e artesãs; Generosa, artesã; D.Lourdes, artesã; Francisca Ferreira, uma das seis primeiras crioulas; Mãe Magá, parteira (personagens históricas da comunidade); Aparecida Mendes, Márcia Juilene, Fátima de João Pedro, Maria Diva, Roseane, Valdeci Silva, Maria de Lourdes da Silva e Maria Zélia e muitas outras têm dado sua contribuição no processo de desconstrução de conceitos discriminatórios e pejorativos e na construção de uma comunidade mais desenvolvida e conhecida no cenário regional, nacional e até mesmo mundial.

Nesse contexto precisamos dar ênfase à participação de Givânia Maria da Silva. Ela foi a primeira mulher de Conceição das Crioulas a ter um curso superior e a envolver-se diretamente na política partidária. Por indicação das lideranças da comunidade, foi candidata a vereadora, sendo eleita duas vezes consecutivas. Ela é também integrante da CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas). Através da sua atuação, tem conseguido divulgar a causa quilombola em todo o país, bem como sensibilizar os governos (municipal, estadual e federal) e ONG's de todo o Brasil a investirem na comunidade.

Compreendemos que passos importantes foram dados, porém muito falta para termos a comunidade que queremos. A luta da nossa ancestralidade feminina nos inspira a cada dia e continuamos acreditamos nas mulheres do presente e na nossa força mobilizadora para que juntas possamos concretizar os nossos anseios.

Por Maria Diva da Silva Rodrigues e Márcia Juilene do Nascimento, educadoras da comunidade

Fotos: Arquivo AQCC

7

Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência. Ano 2, nº 6, dezembro de 2004.

Fica aqui, também, a nossa homenagem a todas as mulheres guerreiras e protagonistas da história de Conceição das Crioulas. Sem vocês, nossa história não teria a mesma força e engajamento.

1.1. AGOSTINHA CABOCLA: AS SEIS CRIOULAS, SUA CONDIÇÃO DE NÃO-ESCRAVAS E OS ENSINAMENTOS SOBRE A RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA

Apesar de já termos comentado sobre Agostinha Cabocla, iniciamos essa sessão comentando um pouco mais sobre sua história, a partir de uma narrativa feita para o Jornal Crioulas.

Figura 8. Raízes Quilombolas (Agostinha Cabocla)

Raízes Quilombolas

A VIDA DE AGOSTINHA CABOCLA

Agostinha Gomes Dionísio, conhecida como: Agostinha Cabocla, filha de Nicácia Gomes de Jesus e Vicente Gomes Dionísio, tinha sete irmãos, Miguel Gomes Dionísio, Antonia Gomes Dionísio, Ana Gomes Dionísio, Joaquina Gomes Dionísio, Mariana Gomes Dionísio e Josefa Gomes Dionísio.

Agostinha era agricultora, benzedeira e também artesã. Fazia corda de caroá, saco e esteiras de palhas, e ia vender seus produtos nas cidades mais próximas como: Salgueiro, Mirandiba, Floresta, e também na própria comunidade. Seu meio de transporte era animais (jumento, cavalo). Quando não tinha o animal ela ia a pé com suas companheiras fazer suas vendas.

Agostinha era mulher forte e dedicada nas luta da comunidade. Sempre esteve ao lado de Antônio Andreolino (Totó) e Luiz Simão, viajando muitas vezes a Recife e até Brasília para defender os direitos da comunidade. Era solteira e nunca teve filhos. Muito respeitada por todos(as), muito religiosa, sempre procurava dar conselhos aos mais jovens dizendo o melhor caminho a seguir, pois muitas coisas de ruim que poderia ter acontecido na comunidade, graças a seus conselhos foram evitadas.

Não gostava de dizer palavrões, pois quando mais jovem foi dizer a palavra "frecha" que significa peste (diabo) e foi surpreendida por uma queda ao falar este nome. Não entendendo o motivo da queda, repetiu a palavra e caiu novamente. Daí então ela sempre pedia as pessoas para não dizer palavrões. Agostinha gostava de fazer amizades, estava sempre visitando as pessoas e prestando sua solidariedade.

"Sinto muita saudade de Agostinha, pois foi a mãe que não tive. Era quem me dava força e coragem para enfrentar as dificuldades da vida. Sinto-me feliz em poder estar contando a história de uma mulher forte e lutadora que nunca mediu esforços em prol da sua comunidade", diz sua filha adotiva Luiza Joaquina Gomes, conhecida Luiza das Caboclas.

Por: Maria Zélia de Oliveira e Francisca Marcelina de Oliveira (Nina)

Reliquia: Não é fácil encontrar uma foto de Dona Agostinha Cabocla

Você sabia?

Que recentemente foram implantadas telessalas quilombolas em três Municípios do Brasil? E que uma delas é em Salgueiro, na comunidade de Conceição das Crioulas?

Que o objetivo é incluir as pessoas que estão muito tempo fora da escola no processo educacional sistemático?

Fonte: Jornal: Crioulas, a voz da resistência. Ano 3, nº 8, agosto 2005.

A história de Conceição das Crioulas, narrativa repleta de simbologias que aos poucos, e num período bem recente, foi sendo (re)construída por seus descendentes, é o marco fundamental na luta pela liberdade que mais tarde daria o impulso necessário para se buscar a educação escolar e outras questões prioritárias. Entre elas, a luta pelo território e saúde específica para negros/negras, água de qualidade para o consumo.

Conceição das Crioulas foi formada em um cenário de opressão numa época em que a única alternativa dada para a população negra era a escravidão. Forjar a liberdade, ir em busca dela e lutar por autonomia era no mínimo um insulto à ideologia dominante que era fortemente sustentada pelos coronéis da época, hoje, os fazendeiros(as). Essa comunidade nasceu nesse contexto conturbado. Destacando a ousadia e a resistência que vem desde as seis mulheres negras em enfrentar os obstáculos que surgissem pela frente, é possível contar nossa história.

Um fato que deve ser sempre lembrado é que, segundo as pessoas mais velhas de Conceição das Crioulas, as primeiras mulheres não chegaram à condição de escravas. Para Clóvis Moura, a região do sertão nordestino não foi fundamentada no trabalho escravo e o negro aparece como fugitivo quilombola, contrariando o sistema colonizador vigente (apud LEITE, 2016, p. 32). A busca por um espaço territorial na nossa região antecede séculos. Aqui, em Conceição das Crioulas, o empenho para essa conquista foi coletivo. Ele foi idealizado há aproximadamente três séculos numa ação em que se demonstrou resistência e coragem como sinônimo de autonomia e de expressão de liberdade.

Para ilustrar esse pensamento trago um pouco da narrativa de ocupação do quilombo de Conceição das Crioulas, que em meados do século XVIII, tempo estimado a partir da história oral, seis mulheres negras, em busca de liberdade, fixaram moradia em um espaço de terra e começaram a trabalhar no cultivo do algodão. Com o passar do tempo chega à região um homem chamado Francisco José que trazia uma Santa, Nossa Senhora da Conceição, e juntamente com as mulheres fizeram uma promessa: se conseguissem aquele espaço territorial fariam uma capela. E assim aconteceu. No ano de 1802 conseguiram o documento de posse da terra que compreende aproximadamente 17 mil hectares, começando assim um longo episódio de territorialização, desterritorialização e reterritorialização desde essa época até os dias atuais.

Tempos depois que as crioulas se fixaram na região e trabalharam duramente na produção do algodão, elas conseguiram a “compra” da terra, uma área de três léguas em quadra, termo usado pela linguagem oral. Por volta da segunda década do século XIX começa o período de invasão dos coronéis que mais tarde se tornam fazendeiros com seus rebanhos de gado. Estes chegavam de maneira dócil e ludibriavam os negros para conseguir se apossar de grandes áreas, as melhores para a produção.

É nesse contexto que surge a necessidade de defender o território e é quando acontecem as guerras, dentre elas a Guerra dos Urias, que descrevo mais adiante. Aconteceram embates armados com os invasores, mas que não foram suficientes, pois aqueles utilizam da *reciprocidade assimétrica* para chegar ao objetivo (SABOURIN, 2011). Os valores gerados por esse tipo de reciprocidade podem criar desigualdades e injustiças. No nosso caso, se fizermos uma análise das situações vividas após esse período, podemos dizer que este processo produziu consequências drásticas, incluindo a dominação e a hierarquização das relações dos fazendeiros para com o povo de Conceição das Crioulas. Segundo Sabourin,

A forma de reciprocidade que gera valores éticos é a reciprocidade simétrica (ou equilibrada), mas os valores podem ser produzidos também por meio de relações de reciprocidade desigual. É, por exemplo, o caso da ajuda agrícola nas terras do senhor ou do chefe (Chrétien, 1974). Os valores ficam, então, presos ao imaginário que traduz essa desigualdade: a realeza (o príncipe, os nobres e os servos ou escravos), a divindade (as religiões e os seus sacerdotes...) ou o Estado com a sua burocracia e a sua tecnocracia. [...]Este tipo de relação se estabeleceu historicamente na América Latina entre colonos e índios, senhores e escravos, patrões e peões, proprietários e meeiros ou moradores. (SABOURIN, 2011, p. 35-36).

Portanto, trata-se de uma reciprocidade assimétrica, que causou dependência e submissão por muito tempo. Para Ilka Boaventura Leite, se referindo especificamente ao ano de 1850, quando é instituída no Brasil a primeira Lei de Terras, os negros quilombolas tiveram o direito à posse da terra violentado.

Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra. (LEITE, 2000, p. 335)

E foi nesse ritmo de ganhos e perdas em que muitas lideranças, homens e mulheres – das quais podemos citar Agostinha Cabocla e Antônio Andreino Mendes (Totô), entre outras de destaque – se empenhavam cotidianamente na defesa do território conquistado pelas seis negras. Mesmo assim não foi possível conter as estratégias dos invasores e a escritura da área conquistada pelas mulheres foi usurpada. Ficaram seus descendentes sem as melhores áreas e sem o instrumento que oficializava o direito à posse.

Conseguir articular uma comunidade numa situação de condições adversas e numa época em que a lei em vigor era a lei do homem branco explorador, era um desafio. As seis mulheres crioulas e seus descendentes enfrentaram obstáculos que foram silenciados pela história, como no caso dos conflitos que existiram em defesa do território. Muitos dos seus moradores desconheciam a história das guerras que aqui aconteceram, como são chamadas as “brigas” entre brancos e negros. Porém, nas oficinas de elaboração do PPP, iniciadas em 2003, achamos que essa seria uma etapa da história que deveria ser mostrada e registrada, senão ali, em outro documento que pudesse gravar o que está ainda hoje apenas nas memórias de alguns mais velhos/velhas. Leite (2016) confirma isso quando diz que “possíveis conflitos entre elas e os colonizadores brancos não constam nos registros históricos aos quais tive acesso, mas o processo de aquisição das terras foi difícil [...]”. Assim, podemos considerar que

apesar da tentativa de dominação também psicológica havia no território um grupo de negros e negras que não se deixaram levar pelas ilusões dos coronéis. Lutaram com todas as forças contra os invasores que ameaçavam a tranquilidade e a paz que reinava no Território de Conceição das Crioulas. Como fruto da opressão promovida pelos invasores e da resistência dos quilombolas, tem destaque na história de luta de Conceição, duas grandes revoltas: a dos revoltosos (policiais desertores da época); e a guerra envolvendo a comunidade e Os Urias, grupo de fazendeiros que queriam dominar o território, inclusive os negros(as) que não aceitavam a opressão. (Extraído do PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

As memórias apontam que esses embates ocorreram no final do século XIX para o início do século XX, e que indígenas e quilombolas se uniam neles na tentativa de combater a força inimiga: os invasores brancos, que queriam a todo custo se apossar das terras das crioulas. No conflito que ficou conhecido como: Guerra dos Urias, os Simão, negros, enfrentaram os brancos que eram os Urias.

Durante o período conflituoso, os laços harmônicos existentes entre quilombolas e indígenas se fizeram valer. Uniram-se e venceram os adversários. A partir da pesquisa para o PPP produzimos coletivamente essa narrativa sobre os conflitos:

Segundo relato dos mais velhos, Os Urias chegaram aqui através do Coronel Pedro da Luz. Alguns compraram terrenos e outros foram tomando outras áreas para o criatório de animais. Com o passar dos tempos esses animais começaram a invadir outros roçados, aí Januário Simão matou uma criação deles. O líder dos Urias achou muito ruim, e veio diretamente matar Januário. Ele disse: sabe que vai morrer hoje Januário? Respondeu Januário: É, se chegou a hora. Aí levantou o punhal para enfiar no velho, aí chegou seu irmão. Iniciando-se assim o conflito. Os Urias foram arranjar parcerias na cidade de Cabrobó, e os negros foram arranjar na Serra do Umã. E nessa guerra o Coronel Pedro da Luz agia como uma faca de dois gumes, nem tava de um lado e nem tava do outro. Nessa batalha os negros e negras lutaram valentemente para não perder seu território. Mas todo esforço não foi suficiente para impedir que suas terras não fossem invadidas. Os negros começaram a lutar para defender seu espaço de terra que havia sido tomado pelos fazendeiros. Os da frente eram Januário e Zé Simão, este lutava de maneira diferente, rezava bastante encorajando os outros. Em um dos combates, os Urias mataram João Domingo. Daí então, o conflito se acirrou mais ainda. Entrou na briga Jinu Simão e toda a família dos Domingos levando parte dos Simão a irem morar na Lagoinha por conta do conflito. Mesmo com isso eles “juravam” uma turma de negros outra dos Urias. Certa vez, combinaram marcar um local para se enfrentarem trajando roupas de couro e armas, como rifles e outras. Um desses duelos aconteceu num local chamado “porteirinha”, onde destacamos a figura de Januário Simão um negro muito astucioso não somente nesse combate mais durante toda a guerra. Nesse mesmo embate vieram parar na Vila de Conceição, e quando passavam pela calçada da igreja um dos Urias ao acender um cigarro recebeu um tiro vindo do lado açude e caiu. Os negros começaram a vencer, e os Urias para não morrerem, todos foram pedir arrego ao coronel Pedro da Luz. Os Simão tinham muitas estratégias e uma delas era: matavam o gado dos Urias e se escondiam, e quando estes apareciam eles metiam “fogo”. Aconteceram vários momentos de conflitos e um deles aconteceu em um lugar chamado Baixa de Teofo que fica nas proximidades do Sitio Paula, que recebeu esse nome por conta de um embate entre negros e brancos. (Extraído do PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

Como vemos, passividade é um termo que não cabe quando se trata da luta do povo negro, com destaque para as comunidades quilombolas. Ao contrário, tinham um incansável espírito de luta que sempre estava em movimento. Portanto, para falar de protagonismos na educação escolar no Quilombo de Conceição das Crioulas é primeiramente falar dos protagonismos e histórias dessas mulheres. É

lembrar também dos diversos movimentos, organizações, instituições, grupos, entre outros, existentes na comunidade em que também as iniciativas partem desse segmento.

1.2. MARIA ALZIRA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES CRIOULAS, AS CEB'S E A CONSCIÊNCIA DA OPRESSÃO VIVIDA

Exemplificando alguns desses espaços que são coordenados, majoritariamente, por mulheres, temos: a AQCC, a Casa da Comunidade Francisca Ferreira, a Igreja católica que foi construída por conta de uma promessa feita por Francisco José juntamente com as crioulas, as escolas etc. Assim, podemos dizer que Conceição das Crioulas é um quilombo protagonizado pela luta e participação feminina.

É no contexto de busca, de fuga e ao mesmo tempo de retorno à liberdade que as mulheres de Conceição das Crioulas constroem, na condição de grupo, suas próprias estratégias de afirmação, marcadas pela indivisibilidade e a pertença ao território de Conceição das Crioulas, com forte protagonismo e a participação ativa em todos os momentos da história. (SILVA, 2012, p. 20)

Analisando outras literaturas que retratam a história da comunidade, como é o caso do livro: *Movimento Social Quilombola: Processos Educativos*, da professora Maria Jorge dos Santos Leite (2016), é unânime a narrativa que caracteriza as seis crioulas como protagonistas nesse processo. Desse modo,

a tradição oral é enfática em apontá-las como mulheres fortes e resistentes que, desafiando os padrões sociais da sua época, exerceram grande influência sobre o seu grupo, na coordenação dos trabalhos, no plantio e colheita do algodão, no firme propósito de adquirirem a posse legal da terra, por meio da compra. Em outros momentos da história de Conceição, especificamente quando aquelas pessoas começaram a ser expropriadas por outras, vindas de fora,[...] também foram as mulheres que se destacaram na luta pela recuperação das terras. (LEITE, 2016, p. 151-152)

Sempre na intenção de consolidar o seu pertencimento ao território, os descendentes das crioulas desenvolveram inúmeras estratégias de resistência ao longo do tempo. Uma delas, conforme anteriormente mencionado, foi a educação escolar. Porém, para que esse mecanismo tivesse outra intenção deveria haver uma reviravolta nas suas estruturas. Precisávamos desconstruir essa escola que existia.

Quando Freire (2016) fala de um contexto bem parecido com o nosso, em que a sociedade está em transição, a proposta seria justamente uma educação que fosse capaz de colaborar com ela. E para ele “somente um método ativo, dialogal, crítico, participante, poderia fazê-lo” (FREIRE, 2016, p.15).

Analisando o que disse Daniel Oliveira, estudante, 20 anos, ao entrevistá-lo, podemos afirmar que a história de resistência das crioulas contada dentro da escola, ou fora dela é um forte conteúdo de fortalecimento da identidade. Daniel, que estudou da Educação Infantil ao Ensino Fundamental nas escolas quilombolas, avalia:

Essa história pra mim significa uma fonte de motivação. Por eu ser negro, ser descendente das negras que chegaram aqui e saber como elas lutaram, trabalharam pra conquistar o território. Eu vejo isso como uma motivação, porque a gente sai, a gente encontra barreiras como elas encontraram aqui, e a gente sabe que elas conseguiram conquistar essas barreiras e isso faz com que a gente tenha um espírito a mais pra lutar pra querer conquistar os nossos objetivos. (Daniel Oliveira, entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2016)

Em sua fala ele afirma sair preparado para conquistar seus objetivos, inspirado pela história de resistência das crioulas. A meu ver, toda essa compreensão está intimamente ligada ao projeto de educação específica e diferenciada, à *sustentabilidade e à interculturalidade crítica* propostas por Walsh (2009), tratando-se, portanto, de um projeto político. Isso faz com que possamos olhar para Conceição das Crioulas sob o viés da interculturalidade crítica e decolonial.

Como projeto político, social, epistêmico e ético, a interculturalidade crítica expressa e exige uma pedagogia e uma aposta e prática pedagógicas que retomam a diferença em termos relacionais, com seu vínculo histórico-político-social e de poder, para construir e afirmar processos, práticas e condições diferentes. Dessa maneira, a pedagogia é entendida além do sistema educativo, do ensino e transmissão do saber, e como processo e prática sociopolíticos produtivos e transformadores assentados nas realidades, subjetivas, histórias e lutas das pessoas. Vividas num mundo regido pela estrutura colonial (WALSH, 2009, p. 26).

Na década de 1980, entre 1987 a 1988, chegam à comunidade freiras ligadas à Congregação das Irmãs Carmelitas de Vedruna. Elas vinham numa missão da Igreja Católica estimulada pelos movimentos da *Teologia da Libertação*, que tinha ideias que se opunham à ala conservadora da igreja. Umas delas defendia o engajamento

social do clero, motivada também pelas manifestações que ocorriam pela redemocratização do país.

A partir desse evento a comunidade começa a se envolver no movimento organizado pela igreja. Começam a fazer parte das CEBs, as chamadas Comunidades Eclesiais de Base, cujo objetivo na época era de *unir o povo para melhor participar da Igreja, saber seus direitos, discutir os problemas e procurar resolvê-los*. A juventude juntamente com outras pessoas mais velhas começa a se envolver nas pastorais. Desde então, inicia-se um processo de reorganização social na comunidade, assim como afirmou Givânia quando entrevistada.

No ano de 88 pra 89 começou um movimento na comunidade de rediscussão que veio por meio da catequese, das CEBs. E nós passamos a discutir várias questões. A questão de quem éramos nós, fomos discutir nossa identidade, e também fomos discutir algumas questões: por que era que não tinha energia na comunidade, por que era que não tinha escola, quando nós somos o distrito de Conceição a segunda maior população depois da cidade. (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016).

O envolvimento nas CEBs animou a comunidade a pesquisar sua história para saber sua origem. Esse movimento fez com que as lideranças tomassem consciência de diversas questões, uma delas, a percepção do quanto o colonialismo dominou, explorou e negou direitos ao povo de Conceição das Crioulas. Mônica Faria ressalta que:

Givânia conta que foram anos de muita efervescência porque quando começaram a estudar os textos bíblicos perceberam que todos os povos presentes nos textos falavam de sua história, de sua origem, e eles constataram que nada sabiam sobre si mesmos. No entanto, e como os mais velhos sabiam sobre a sua própria história, isso fez com que um pequeno grupo de jovens interessados começasse a pesquisar e a registrar as suas pesquisas com os membros mais velhos e foi assim que reconstituíram parte da sua história, que desde então tem sido registrada e escrita. (FARIA, 2016, p. 136)

Quando através da afirmação da identidade e resistência do povo negro e em especial o povo quilombola, a Constituição Federal (CF) de 1988 reconhece o direito dos quilombolas, registrando no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por meio do Art. nº 68, que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva,

devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, dando, assim, maiores condições de luta para essa população. Vinculado a este direito constitucional e à parceria que se construía com outras comunidades quilombolas do Brasil, sobretudo com algumas do Maranhão, Conceição das Crioulas dá seus primeiros passos para a reconquista do seu território.

Givânia Silva e Andreilino Antônio Mendes (André Negão) participaram do I Encontro Nacional Quilombola, que culmina com a Marcha Zumbi dos Palmares que ocorreu em Brasília no ano de 1995. Estes retornaram à comunidade muito mais animados para encarar a burocracia e ingressarem na reivindicação junto aos órgãos governamentais de políticas públicas, às quais temos direito. Cientes dos desafios, estavam, também, convencidos de que a luta daria frutos.

Na ocasião do encontro, há vinte e dois anos, o povo quilombola já reivindicava do governo federal uma política de educação que pudesse dar a garantia de uma escola quilombola que trabalhasse com questões relacionadas ao lugar no qual estivesse inserida. Sobre isso, listaram na carta final do evento, os pontos abaixo.

1. Reivindicamos que o governo federal implemente um programa de educação 1º e 2º graus especialmente adaptado à realidade das comunidades negras rurais quilombolas, com elaboração de material didático específico e a formação e aperfeiçoamento de professores; 2. Extensão do programa que garanta o salário base nacional de educação para os professores leigos das comunidades negras; 3. Implementação de cursos de alfabetização para adultos nas comunidades negras quilombolas. (CARTA DO I PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE QUILOMBOS, Brasília, 1995).

Pouco tempo depois do acontecimento do encontro, mais precisamente no ano de 1998, o governo federal reconhece o território enquanto “remanescente” de quilombo, e no ano de 2000 o título de posse é concedido à AQCC.

A garantia de um sistema educacional específico está na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹² sobre povos indígenas e tribais. Esta traz no seu art. 26 que as comunidades quilombolas têm o direito de “criarem suas próprias instituições e meios de educação, a fim de responder às suas especificidades, devendo abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas,

¹² Convenção Nº 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho – sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, revê a Convenção de nº 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata de especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais.

seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais”.

Nesse contexto, entendemos que a escola precisa contar e recontar as histórias, os mitos, os enredos que, protagonizados por nossos antepassados, fizeram com que resistíssemos a todas as formas de opressão impostas pelos que invadiram nosso território. É necessário um projeto político fortemente enraizado na luta diária por justiça e por direitos, e que possa garantir um futuro promissor para as próximas gerações.

Dessa forma, a educação diferenciada vista pela comunidade como instrumento necessário de fortalecimento da sua identidade, como também de autonomia política e de autogestão do território, é afirmada por Little (2002) quando ressalta que:

O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica. (LITTLE, 2002, p. 40)

Little (2002) aponta ainda que:

Os processos educativos, normalmente administrados pela administração nacional, representam outra frente pela qual os grupos étnicos podem ganhar autonomia cultural no plano simbólico. Em primeiro lugar, são poucos os casos de currículos escolares que incorporam ensinamentos sobre as diferenças étnicas de forma a incluir o ponto de vista dos grupos subordinados. Para tanto, os grupos étnicos teriam que lutar pelos conteúdos da educação, garantindo que as perspectivas locais, e não só as perspectivas do "pacificador", sejam parte integral dos ensinamentos. (LITTLE, 2002, p. 43)

Diante disso, uma educação baseada na história, cultura e modos de vida locais não pode se restringir à constatação de insuficiências trazidas pelos conteúdos das disciplinas escolares, mas alargar-se em uma transformação continuada, na qual elementos estruturais (legislação, currículos e plano político-pedagógico) e (pré) conceitos (lidar com o *novo*, pesquisa, alteridade, exercício do diálogo) são imprescindíveis (ARAÚJO, 2008).

Construir um método ativo, dialogal, crítico, participante, como sugere Freire (2016) é uma tarefa de perspectivas revolucionárias que a comunidade descobriu no final da década de 1980 como essencial vendo-a a partir daquele momento como prioridade. Inicia-se, portanto, a luta pela escola de 5ª a 8ª série.

A gente passou a perceber que uma das ausências que afetava a nossa vida diretamente, era a questão da educação, né. Então, entre as pautas que a partir desse processo de reestruturação, de reconstrução da história da comunidade, nós passamos a discutir educação. Mas naquele momento nós discutíamos a ausência da educação. E fomos avançando, e depois passamos a perceber que não era só a ausência da educação que nos afetava, para além da ausência da educação, a educação que nos era oferecida também não batia com aquilo que a gente tava discutindo no processo de reorganização e de reestruturação da comunidade. Até então era isso. Foi a partir daí que a gente começou a fazer dois movimentos: um, era pra ter a escola, e o outro era pra que essa escola oferecesse uma educação que dialogasse com aquilo que a gente tava discutindo no território sobre a questão da organicidade do território, a luta pela reconstrução do território. (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016)

Após perceber que a ausência da escola afetava de forma negativa a comunidade, lideranças passaram a pautar principalmente a construção de uma escola de Ensino Fundamental II, como na época era denominado. Entretanto, essa escola deveria ter o objetivo contrário àquele que inicialmente havia sido implantado, pois as que já existiam ofereciam somente de 1ª a 4ª série e tinham como diretriz básica ensinar os alunos a ler e escrever para poderem votar. Esse pensamento marcou bastante a memória dos que dela participavam.

Porque meu pai dizia que tinha um deputado por nome de Suetone Alencar, que ele chegava aqui e dizia: “Não seu Antonio Bilo, você pode ficar sossegado porque vocês não têm condições mesmo de ser professor, de ser doutor. Tá capaz de vocês estudar até a 4ª série, de botar os meninos até 4ª série e pra estudar, até a 4ª série a gente traz professor seja de onde for, mas a gente bota professor...” Não achavam que nós aqui seria capaz de nós aqui um dia, dentre nós mesmo tirar alguém pra ensinar os que tavam iniciando. Então por isso, era muito ruim aquela época. Eu era muleque, mas cheguei a presenciar essa declaração desse deputado. Então era porque nós era incapaz de ser um professor, ou até um negócio mais alto aí, uma graduação mais alta, porque pra nós era só...quer dizer na realidade era só pra aprender a votar manter, nos manter debaixo dos pés deles. (Trecho da entrevista com André Negão em agosto de 2016)

Sendo assim, essa escola não necessitaria da participação da comunidade, nem sequer ter professores/as da localidade, já que tinha um objetivo padrão que direcionava a maneira de ensinar. Era a escola do fazendeiro, do patrão, do santo, mas jamais do povo. Givânia retrata bem essa escola:

Porque na comunidade, não sei se você sabe, mas nós chegamos a ter momento em que nem o prédio da escola a gente podia utilizar pra fazer reunião das CEBs, da juventude, da catequese. Então, a escola era como se fosse uma outra coisa assim. Era uma caixinha que ela tava ali, que ela era pros alunos, era como se fosse para os alunos, mas não para a comunidade. E a gente entendia, como entendo ainda hoje que a escola é instrumento da comunidade, entendeu? [...]

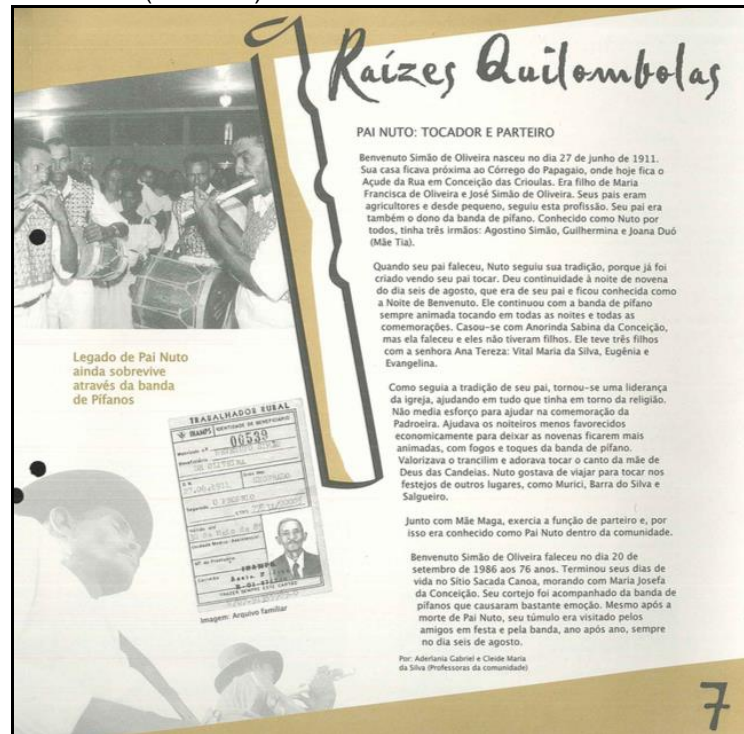
E aí, passamos a discutir, a perceber que todas as escolas do território ou tinham nome de santo ou de fazendeiro, e aí nós discutimos internamente que as próximas escolas não poderiam mais ter os de nomes santos. Não que não poderia, mas não deveria ter os nomes dos santos. Mas deveria enaltecer os nomes das lideranças da comunidade que vieram, que chegaram, que defenderam o território. E nesse bojo, nós discutimos também que essa escola ela teria que ter a cara da comunidade. (Givânia, agosto de 2016)

Como vemos, os que pensavam a escola tinham um propósito definido e articulado, que ia desde o quadro de professores/professoras até os nomes que eram dados às instituições, inclusive as que não eram ligadas à educação, como por exemplo a Escola São Domingos Sávio, a Escola Santa Luzia, a Escola Nossa Senhora de Lourdes e a Escola David Gonçalves dos Santos. Estes nomes reverenciavam os patrões/fazendeiros através de santos católicos, pois, os escolhidos eram os santos das suas devoções. Misturava-se a “fé” do povo nos santos com a “credibilidade” nos patrões e assim as pessoas eram, intencionalmente, induzidas a seguir os desejos dos patrões. Isso, a meu ver, motiva o entendimento de que estes pudessem ser iguais ou semelhantes aos santos, pois muitas vezes realizavam ações que os confundiam com pessoas bondosas, caridosas. Digo isso, porque durante a minha prática investigatória ouvi vários depoimentos que confirmam isso. Muitas pessoas disseram, e ainda dizem: “apesar de tudo, eles eram pessoas muito boas. Ajudavam os pobres, faziam caridade”.

Rompendo com essa ideia, na década de 1990 surge a primeira escola na região a ter o nome de um negro. Em homenagem a uma liderança da comunidade que doou o terreno para a construção da escola que se localiza no Sítio Paula,

situada a 6 km da vila centro do quilombo, muda-se o nome de escola Típica Rural para Escola Bevenuto Simão de Oliveira. Bevenuto, conhecido também como Pai Nuto, além de ser tocador de pífano, era também um articulador da luta pela terra.

Figura 9. Raízes Quilombolas (Pai Nuto).



Fonte: Jornal Crioulas Ano 2, n.4, maio de 2004

1.3. CIDA MENDES: A ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS E O APRENDIZADO DE UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A AQCC, organização comunitária sem fins lucrativos é fundada no dia vinte e seis de junho de 2000 para atender exigências burocráticas instituídas pelos órgãos governamentais, visto que várias associações de produtores(as) rurais já existiam em diversos sítios que compõe o território demarcado.

Conforme a ata de fundação a AQCC, ela foi constituída tendo como um dos seus objetivos, o de lutar pela regularização das terras dos remanescentes do Quilombo de Conceição das Crioulas, tendo como base o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Segundo esta ata, no ato de posse da diretoria provisória que aconteceu no mesmo dia da criação da AQCC, as falas dos componentes da diretoria se articulavam no sentido de que deveria haver o empenho para que a comunidade pudesse valorizar não somente o território

“ocupado”, mas, sobretudo suas raízes culturais como forma de preservar a história e a memória dos antepassados.

Já que sua criação era obrigatória e a associação teria que fazer parte do quadro organizativo da comunidade para poder receber o título de posse do território, as lideranças juntamente com os que a compunham pensarem em transgredir os padrões do formato organizacional imposto por este tipo de organização. Na perspectiva de dar um formato que atendesse às necessidades locais e ao jeito de se organizar da comunidade, após um ano e meio da sua formação a estrutura padrão da AQCC foi alterada.

No dia dezesseis de fevereiro de 2002 foram criadas comissões temáticas com finalidades diversas na intenção de descentralizar as ações e fazer com que cada núcleo formado pudesse se responsabilizar por demandas específicas. Foram cinco as comissões, sendo elas: Comissão de Saúde e Meio Ambiente, cujo objetivo era o o cuidado com a natureza e a saúde da população criouloense; a Comissão de Geração de Renda que tinha na época um fim bem específico que seria desenvolver ações ligadas à melhoria da renda, como também fazer um levantamento das potencialidades econômicas locais; a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comissão que integro desde essa data, que surgiu com o objetivo de lutar por uma educação específica e diferenciada e valorizar e “resgatar” a cultura que foi de certa forma silenciada pelo pensamento colonizador. Além dessas, criamos também a Comissão de Patrimônio, com o objetivo de zelar pelo patrimônio material e imaterial da comunidade; e a Comissão de Comunicação, com o objetivo de dar visibilidade e defender a causa quilombola.

Cabe salientar, que muitas lideranças sejam mais velhas, adultas ou jovens integram várias comissões, ou seja, é comum uma única pessoa compor mais de uma comissão. O fato de muitas de nós professoras sermos vistas como lideranças, integrarmos as equipes gestoras das escolas e compormos mais de uma comissão causa um emaranhado de vivências e situações que traz um complexo identitário que se entrelaça cotidianamente nas ações e nos papéis que desempenhamos.

A Comissão de Educação composta atualmente por seis educadoras, desde a sua criação tem realizado inúmeras ações no sentido de avançar na implantação de mecanismos que possibilitem a efetivação do direito a uma educação específica e diferenciada na e para a comunidade. Conseguimos progredir em algumas questões desafiadoras. Uma delas foi a conquista da realização do concurso específico para

quilombolas no município, já realizado por duas vezes, a primeira em 2012 e a segunda em 2016. Esse fato só foi possível após a aprovação da lei nº 1.813/2011 que cria o cargo de Professor Quilombola de Educação Infantil e Professor Quilombola do Ensino Fundamental.

Para esse evento se concretizar foram anos de encontros e desencontros entre nós e a gestão municipal. E mesmo não chegando aos anos finais do Ensino Fundamental no primeiro momento, vibramos muito pela conquista alcançada. Em 2012 foi possível abarcar essa última etapa do Ensino Fundamental. Acreditamos que essa possa ser uma experiência pioneira no Brasil.

Andrelino Negão, vê a comunidade crescer, avançar e este é um pensamento que vem de longe. Seu pai, Antônio Bilo, como também era conhecido, já “sonhava” com isso.

É, inclusive a comunidade colabora através da coordenação da AQCC que tá sempre junto discutindo esses assuntos e depois ela éé’... se expande pra os pais dos alunos. E é por aí que eu vejo a história. Já tô com meus 64 anos e quero ver a coisa andar. Graças a Deus eu acho que tá dentro daquilo que Antônio Bilo previa. Era a intenção dele era ver Conceição crescer. E ela tá crescendo muito bem. (Trecho da entrevista com André Negão em julho de 2016)

Sobre essa temática educacional e a relação escola, comunidade e a AQCC, Marta Antunes¹³ na sua tese: *A terra que volta: Gerindo territórios, memórias, conflitos e normas em Conceição das Crioulas* acrescenta que:

A proposta de educação diferenciada, que vincula educação escolar com atuação política, se reflete nos vínculos entre a comissão de educação da AQCC e as escolas do território localizadas na Vila Centro e no Sítio Paula, tendo um dos exemplos dessa vinculação a implementação da pesquisa sobre “O território que temos, o território que queremos” pelas professoras e professores, em parceria com a coordenação executiva e política da AQCC, assim como a participação de representantes de turmas ou de turmas inteiras em atividades promovidas pela AQCC, como dia letivo, ou ainda os eventos de Culminância de meses que incluem datas comemorativas consideradas relevantes: dia do índio; dia da mulher; e dia da consciência negra. (ANTUNES, p.232, 2016)

Como vemos a proposta de educação pensada e desenvolvida pelas escolas do território tem como foco o fortalecimento da identidade, baseada no

¹³ Marta de Oliveira Antunes. Pesquisadora, antropóloga, conviveu no quilombo de Conceição das Crioulas por aproximadamente doze anos. Primeiro trabalhando pela Actionaid, depois enquanto pesquisadora. É também uma parceira importante da causa quilombola.

pertencimento das pessoas ao seu território. Sabermos qual o território que temos, em quais condições e como queremos que ele seja, representa a preocupação das escolas e da gestora desse território (AQCC) em envolver os seus moradores numa discussão que é passado, presente, mas acima de tudo futuro. No trabalho mencionado, a pesquisa tinha como foco principal o uso sustentável do território e ainda tentar garantir que os estudantes, crianças, jovens e adultos, se encarregassem de dar prosseguimento às lutas.

É importante dizer que antes de colocarmos em pauta quais comissões temáticas seriam formadas, houve um curso de seis dias com organizações parceiras da AQCC, sendo uma delas o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF). No curso participaram, lideranças, integrantes das coordenações política e executiva da AQCC, sócios/sócias e outras pessoas da comunidade. O referido estudo tinha como objetivo discutir sobre esses grupos, quais os papéis das pessoas que iriam compô-los e como operacionalizá-los.

Nesse movimento de formatação do quadro organizacional da AQCC, refletimos bastante sobre os processos de opressão, negação e silenciamento dos nossos modos de ser e viver pelos quais havíamos passado. Como já explicitado anteriormente, a nossa história era pouco divulgada e quando falavam da gente era de uma maneira totalmente deturpada, repleta de equívocos e estereótipos, logo não queríamos fazer parte dessa história, não queríamos ser vistos assim. Pensamos em virar essa página escrevendo-a diferente. Para isso, criamos a Comissão de Comunicação, da qual também faço parte.

Tínhamos a intenção e o desejo de começar ali uma outra história. Outras páginas seriam escritas. Dessa vez o desejo era de afirmar uma história em que prevaleceu a luta, a coragem, a persistência e a resistência. Substituiríamos o período da subalternização, do coronelismo, do colonialismo por uma era de liberdade, coletividade e protagonismo quilombola.

Ligada a essa comissão temos outros subgrupos, entre eles a equipe que elabora o Jornal *Crioulas, a Voz da Resistência* e o *Crioulas Vídeo*, sobre os quais detalharei nos próximos capítulos.

Passado pouco tempo, surgiram outras questões demandando a criação de outras comissões e/ou outros grupos, de reorganizá-los. Dessa forma, criamos a Comissão de Juventude e a Comissão de Mulheres, somando sete comissões temáticas que atualmente compõem a AQCC. Compõe também o quadro de sócios

e sócias da AQCC pessoas físicas e jurídicas, estas últimas, as associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais que já existiam antes de 2000.

Com os trabalhos de desintrusão das fazendas (áreas em que se apossaram os fazendeiros criadores de gado e opressores dos negros/negras), a serem detalhados mais abaixo, sentimos a necessidade de criarmos um grupo de lideranças com representantes de todos os sítios que participavam ativamente das discussões da AQCC para construir o *Plano de Gestão e Uso Sustentável do Território*. Assim, no ano de 2008 formamos o Grupo de Trabalho de Gestão do Território (GT) que passamos a chamar simplesmente de GT. O GT ficou vinculado à Comissão de Patrimônio, visto que essa comissão tem a tarefa de preservar, cuidar, lutar e defender os bens da nossa comunidade.

A forma como a luta pela terra se deu inicialmente, e os processos conflituosos para sua retomada foram dando outros significados a ela. Outros elementos tais como, a resistência, a coragem, a religiosidade, o espírito de coletividade e a maneira como as pessoas se organizarem para os embates se incorporaram. Isto deu um valor simbólico para aquele espaço ultrapassando os pontos geográficos demarcados pelo Estado. Criaram-se laços de pertencimento e relações sociais históricos com esse lugar que Little (2002), denomina de cosmografia.

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território de defesa dele. (LITTLE, 2002, p. 4)

No ano de 2007, num encontro de formação de professores/as na comunidade, com assessoria da DIGNITATIS¹⁴ - Assessoria Técnica Popular, numa discussão sobre direitos, sobretudo sobre o direito ao território, refletíamos sobre o que é território quilombola. Na ocasião, a partir da visão de vários grupos de trabalhos foram elaborados diversos conceitos sobre território, dos quais listo aqui dois:

¹⁴ Organização de assessoria jurídica popular parceira da comunidade que à época tinha sede em João Pessoa capital do estado da Paraíba com atuação nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Território é a base física em que vive em organização uma comunidade, preservando valores históricos, éticos e culturais. Dessa forma, busca-se o desenvolvimento social e o planejamento para as futuras gerações.

Território é o espaço de resistência histórica; espaço de afirmação de valores culturais de uma identidade étnica e coletiva, onde se constroem saberes e luta-se pelos seus direitos. Não se limita só a terra, vai além de fronteiras geográficas. (Relatório do Projeto: CRESCER COM CIDADANIA, AQCC, 2007)

Analisando estes conceitos podemos perceber que são praticamente indissociáveis as ideias do que é terra e do que é território. Entretanto, percebe-se que existe uma clara compreensão de que são elementos distintos, isso no discurso, porque na prática estão intimamente ligados. Compreendo dessa maneira por vivenciar essas experiências de perto, no campo das lutas pela efetivação dos nossos direitos individuais e coletivos. Percebo que a terra é um fator imprescindível para a territorialidade, porém ela não se expressa somente com a posse física do lugar em questão, mas na memória coletiva da ocupação e defesa daquele espaço histórico.

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002, p.11)

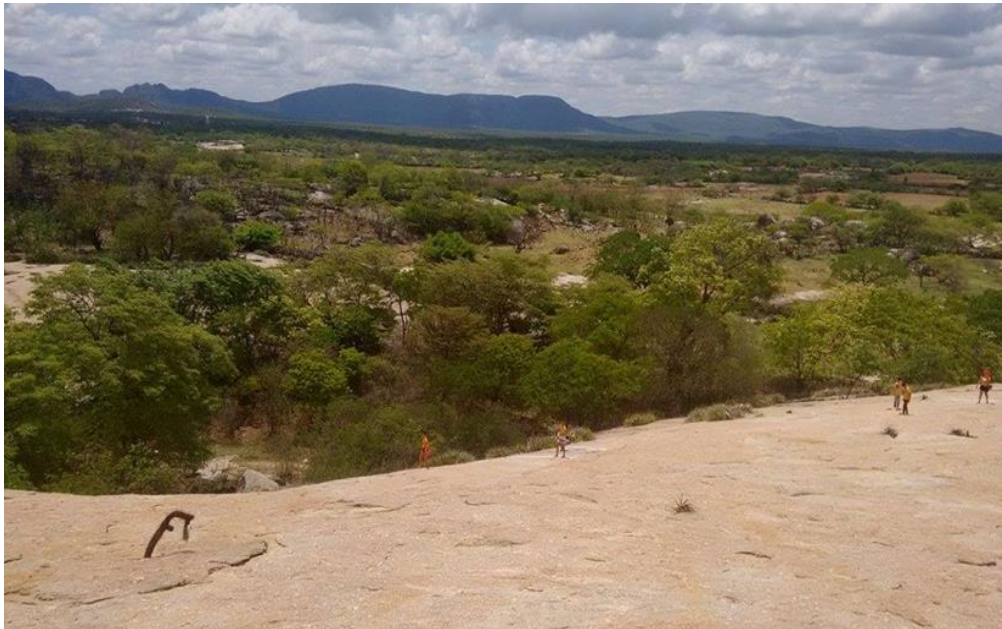
É importante destacar que a dimensão política do termo *território*, está nitidamente demonstrada através dos conceitos acima descritos pela comunidade, por considerar a importância de ações e debates no âmbito dos movimentos de articulação em busca de direitos, especificamente, o direito a terra. Percebo ainda que a ênfase a essa dimensão se dá como forma estratégica de reafirmação da identidade desses povos para legitimar e conseqüentemente efetivar os direitos definidos nas legislações vigentes.

Figura 10. Vista de parte da Vila Centro e parte da Fazenda Velha (a 1ª que foi desintrusada)



Fonte: Arquivo da AQCC

Figura 11. Foto tirada de cima da Pedra Preta¹⁵ localizada do lado Sul do território.



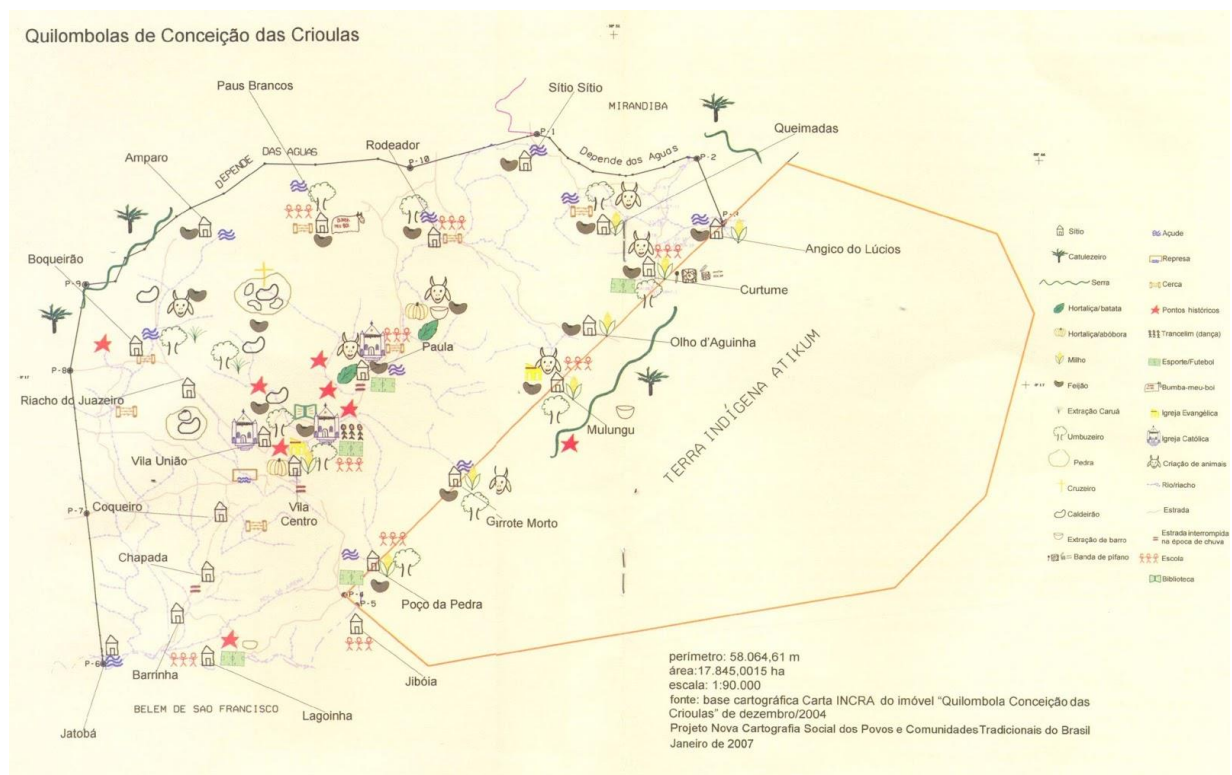
Fonte: Arquivo pessoal

¹⁵ A Pedra Preta é um dos símbolos históricos da comunidade com muito significado. Por isso também se tornou também um ponto de visitação para quem vem ao território quilombola de Conceição das Crioulas. Sobre ela as pessoas mais velhas da comunidade nos contam algumas histórias. Segundo elas, na Pedra Preta há muitos sinais: o rastro do pé de Deus quando era criança e também quando já adulto; o rastro do pé de uma mulher preta gigante. (Informações registradas por Mônica Faria, pesquisadora portuguesa, e também escritas na memória de adultos e crianças).

O território tradicional, historicamente, faz parte da nossa vida e é compreendido como um elemento fundamental para a manutenção da nossa história, por isso é pautado sempre como prioridade e defendido diariamente. É um espaço de conquistas e de vivências mútuas. De experiências coletivas e de relações de reciprocidade em que as simbologias espalhadas em todo território dão sentido às relações, crenças e costumes que permanecem vivos na nossa cultura. Trata-se de elementos repletos de significados que só os que vivem aqui e se relacionam nesse lugar cotidianamente podem sentir e tomar para si como parte da sua existência.

O mapa abaixo construído pela comunidade para compor o fascículo 6 do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidade Tradicionais do Brasil, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner, apresenta alguns aspectos socioculturais e delimita a área quilombola. Como vemos, o quilombo faz limite com a terra indígena Atikum, etnia que está extremamente ligada a Conceição das Crioulas, seja em termos de espaço territorial, seja relacionada às questões de consanguinidade.

Mapa 4 Quilombolas de Conceição das Crioulas/ Salgueiro, Pernambuco.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Fascículo 6, Brasília DF, abril 2007, p.6-7.

Vale salientar que a construção desse mapa se deu tão somente pelos relatos orais das pessoas que participaram das oficinas. Quer dizer que a reconstituição da nossa história se vale, principalmente, da memória. Para Saraiva (2010, p.1), “a narrativa da história parte de uma fonte, a experiência coletiva, aquela ligada a uma ‘tradição viva e coletiva’ que traduz um passado comum, permanentemente vivo nos relatos dos narradores”.

1.4. VALDECI MARIA: SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS DE MULHERES REAFIRMANDO A CULTURA E IDENTIDADE CRIOLA

A manutenção da cultura pode ser entendida como uma ação política, um meio de fortalecimento e afirmação da resistência histórica dos povos tradicionais que durante toda a história da sociedade brasileira, apesar das opressões, resistem na busca do reconhecimento das suas identidades, especificidades e dos saberes.

O dia a dia da dinâmica cultural do quilombo apresenta-se como um elemento de fortalecimento cultural contra-hegemônico, ou seja, que esteja em favor da nossa identidade cultural ao se contrapor ao pensamento hegemônico europeu de controle e dominação. Pode-se entender a partir disto que toda prática cultural é antes de tudo uma ação política, conforme enfatiza Sahlins (1997).

Esse sentido político do culturalismo continua hoje a ecoar, nesta assim chamada era pós-colonial, no discurso dos intelectuais africanos. O mesmo ocorre com a apreciação do futuro da tradição. Como diz Paulin Houtondji, “a cultura não é somente uma herança; é também um projeto” (1994). Ou ainda, na observação paralela de Elika M’Bokolo, a cultura é uma exigência de formas de modernidade especificamente africanas: “Por todo o século XX, a cultura tem sido o campo de batalha que os africanos escolheram para obter o reconhecimento de sua dignidade, o que envolve muito mais que o mero reconhecimento de seus direitos civis e políticos. Desde a independência, os mais legítimos porta-vozes do continente nunca deixaram de chamar a atenção para a cultura enquanto particularidade constitutiva da África contemporânea, seja para sublinhar que, no ‘toma lá dá cá’ mundial, é justamente a cultura que constitui a contribuição específica do continente, seja para exigir que o desenvolvimento se conforme às exigências da cultura africana. (SAHLINS, 1997, p. 131)

Sendo assim, a cultura de Conceição das Crioulas, que através de laços ancestrais estabelece ligação com a africana, legitima o buscar de um “desenvolvimento” que valorize e reconheça suas especificidades, mas acima de

tudo, é uma cultura de vivência consciente da sua importância no enfrentamento das ideias plantadas pelo colonialismo e que persistem no sistema capitalista atual.

Sobre isso, Sahlins afirma ainda que:

[...] Pois o fato é que, em si mesma, a diferença cultural não tem nenhum valor. Tudo depende de quem a está tematizando, em relação a que história mundial. Nas últimas duas décadas, vários povos do planeta têm contraposto conscientemente sua “cultura” às forças do imperialismo ocidental que os vêm afligindo há tanto tempo. A cultura aparece aqui como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino [...] (SAHLINS, 1997, p. 45-46)

É nesse cenário, que com o pensamento de perceber como a identidade étnica e cultural de um povo pode ser fortalecida através da sua história de resistência e de luta por liberdade, como também, sua cultura, seus modos de vida individual e coletivo poderão contribuir no processo de luta pelo território e outras políticas sociais, que pretendo perceber como esse processo acontece dentro de um contexto institucional representado pela escola, mas também fora dela, ou seja, na perspectiva da comunidade.

A maneira como as comunidades quilombolas desenvolvem seus modos de vida, sua cultura, requer valorização e reconhecimento diante do que vem sendo discutido e implantado através das ações de política educacional nos últimos anos. O jeito dos quilombolas de se relacionar com os outros e com a natureza traz um diferencial que penso ser de extrema valia, porque expressa a ideia de sustentabilidade.

Pensar a sustentabilidade como adjetivo do desenvolvimento, assim como frisa Nascimento (2012), limitando somente a três dimensões – ambiental, econômica e social – é de certa forma desconsiderar a importância da cultura dos povos nesse processo. Compreendo que essa dimensão é imprescindível para a vida do povo quilombola, porém muitas vezes fica em segundo plano para os que pensam desenvolvimento somente na linha econômica, da exploração capitalista. Por vezes surgem questionamentos indispensáveis de respostas: como ficariam os povos tradicionais, sua história, sua cultura, nessa conjuntura?

O desenvolvimento que se defende tem o cunho radical de se inscrever no político e essa dimensão tem a sua raiz na cultura identitária das comunidades e sobre o que pensam, sendo estas ideias comuns à população que ali vive.

Perceber que estamos ameaçados por pensamentos e ações globalizados é imprescindível para que possamos movimentar em busca de projetos que respeitem e valorizem a diversidade cultural como forma de defesa do patrimônio tradicional e que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e simbólicas, ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.

Lévi-Strauss, na sua obra “Raça e História” (1993), traz uma abordagem importante sobre cultura quando se refere a ela como um elemento dinâmico, desfazendo a ideia que ainda é bastante presente de que há um processo de “aculturação” e de que a cultura contemporânea é menos autêntica do que a de algum tempo atrás. Em outros termos, a afirmação é de que a “cultura” irá desaparecer e logo seremos um povo sem cultura.

O fato de muitas pessoas acreditarem no essencialismo da cultura quando se trata de povos tradicionais, principalmente, quando esses povos são quilombolas e indígenas, é uma situação que nos preocupa bastante. Penso ser muito “perigoso” pensarmos dessa forma, pois desconsideramos as ressignificações que fazemos ao longo de nossa história em contato com outras culturas, outras vivências. Assim como observa Lévi-Strauss:

Vemos, pois, que a noção da diversidade das culturas humanas não deve ser concebida de uma maneira estática. Esta diversidade não é a mesma que é dada por um corte de amostras inerte ou por um catálogo dissecado. É indubitável que os homens elaboraram culturas diferentes em virtude do seu afastamento geográfico, das propriedades particulares do meio e da ignorância em que se encontravam em relação ao resto da humanidade, mas isso só seria rigorosamente verdadeiro se cada cultura ou cada sociedade estivesse ligada e se tivesse desenvolvido no isolamento de todas as outras. (STRAUSS, 1993, p. 3)

Esse pensamento nos revela ideias bastante atuais, em que fica explícita a preocupação com a tendência de homogeneização das sociedades e das culturas numa dimensão única, o que poderia levar a um desaparecimento gradativo da

diversidade cultural. Essa é uma preocupação relevante e atual nas comunidades quilombolas do Brasil como um todo.

No quilombo de Conceição das Crioulas, como em qualquer outro lugar do mundo, a cultura é ressignificada constantemente. Da cultura que pode ser entendida por muitos como “tradicional” e própria do nosso lugar, temos a banda de pífano, o trancilim¹⁶, o trabalho das benzedeadas/rezadeiras, as cantigas de roda e diversas ações que acontecem no seio da comunidade e fazem parte do nosso cotidiano. O nosso jeito de ser, de lutar, de se divertir, de cantar, de rezar, de comer, de ajudar a outra pessoa, são características bem marcantes do povo de Conceição das Crioulas e dizem um pouco da nossa identidade crioula.

No livro *Nosso Território - Conceição das Crioulas*, produzido pela própria comunidade, no capítulo “no nosso território se celebra, festeja e brinca” estão descritos vários costumes culturais que ainda existem no quilombo.

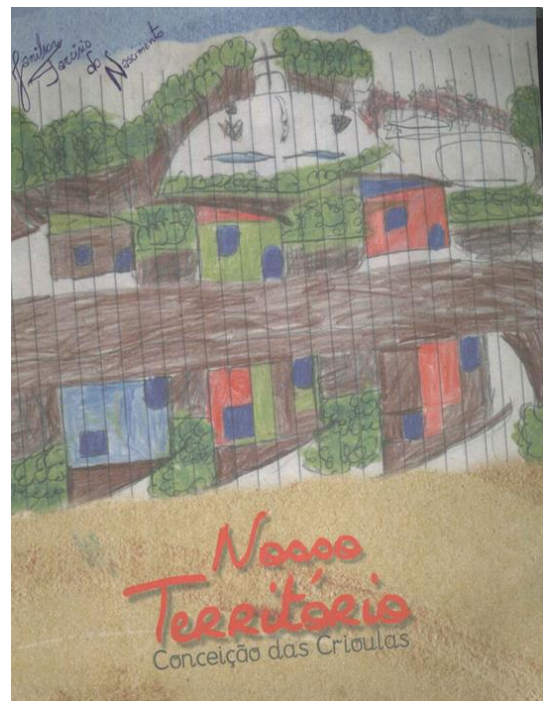
Figura 12. Capa do Livro “Nosso Território-Conceição das Crioulas”, AQCC, 2011.

Tempo de partilhar e brincar de peteca

A semana santa acontece em nosso território durante três dias de muita diversão e também demonstração de fé. As pessoas se deslocam de suas casas para irem à casa dos familiares e amigos onde vivenciam momentos de muita alegria. Uma das coisas que contagia todo mundo é a maravilha brincadeira da peteca. Contudo, o sentimento que verdadeiramente mobiliza as pessoas é o prazer do encontro e das partilhas.

Tradição

O trancelim é uma dança tradicional de nosso território que vem desde o início da comunidade, sendo transmitida de pai para filho. Sempre se dançou ao som da Banda de Pífanos nas principais festas e, segundo os mais velhos, surgiu para amenizar o cansaço do trabalho do dia-a-dia. (AQCC, p. 29, 2011).



¹⁶ Trancilim, dança tradicional da comunidade criada, segundo relatos orais no início do século XX. No início somente as mulheres dançavam acompanhadas da banda de pífano. É uma dança que anima geralmente o término de alguma atividade da comunidade. Nos finais das novenas não pode faltar o trancilim.

Além de costumes ligados a danças, festas, relações de reciprocidade, a comunidade desenvolve ainda muitos costumes culturais que têm o intuito de preservar o ambiente natural. Para nós, cuidar da natureza inclui o cuidado com diversos elementos que são primordiais para uma relação harmoniosa. Portanto, as pessoas, a terra, as matas, os caldeirões, as serras, as águas, os animais, os saberes e as formas como estes saberes são transmitidos são valiosos. Atividades como o cultivo da terra, as práticas religiosas, as músicas, as danças, as crenças de modo geral, refletem de modo significativo o respeito às práticas socioeducativas existentes.

Nas atividades artesanais em que são utilizadas matérias-primas como o caroá, o barro, o algodão e a palha, os estudantes não só aprendem a praticar a arte, mas também aprendem a conhecer e valorizar a história da nossa comunidade. Dos produtos confeccionados com caroá, as bonecas que representam onze lideranças femininas são as que são mais comercializadas e mais solicitadas pelos estudantes para participar de oficinas. Por homenagear onze mulheres da comunidade, o produto consegue agregar um valor histórico que não é visto em nenhum outro produto semelhante. As bonecas representam Francisca Ferreira, uma das seis negras fundadoras de Conceição das Crioulas; Mãe Magá, parteira; D. Júlia, artesã especialista na arte do caroá; Antonia Maria, artesã e historiadora; Ana Belo, historiadora e destacava-se por ser muito religiosa; Madrinha Lourdes, artesã e agricultora; Generosa Ana, liderança da comunidade, umas das mulheres que liderou o projeto das casas da Vila União; Maria Emília da Conceição, agricultora e historiadora; Josefa Maria, artesã, agricultora, mulher guerreira que criou sua família trabalhando na roça; Valdeci Maria da Silva, artesã, agricultora e coordenadora do MMTR; e Maria de Lourdes da Silva, professora, artesã e liderança; As cinco primeiras já não estão mais conosco. Deixaram um legado de ensinamentos que estarão sempre presentes nas memórias e vivências dos mais jovens. As outras seis continuam firmes repassando conhecimentos que fortalecem cada vez mais a nossa cultura.

A caatinga do nosso território é bastante rica, nela podemos encontrar algumas vegetações que segundo as benzedadeiras e parteiras podem ser utilizadas como remédios, tais como: alecrim, ameixa, aroeira, babosa, marcela, e muitas outras que são de grande importância para a saúde das pessoas da comunidade.

Outro aspecto cultural importante na comunidade são os lugares de ensino e aprendizagem. Diversos espaços religiosos no quilombo, os rituais de mesa branca e de jurema, as rezas tradicionais e os cantos tirados pelas mulheres nas novenas são conteúdos aprendidos e transmitidos de geração em geração.

As experiências obtidas através do tempo são ensinamentos que ainda hoje são repassados entre as gerações. Foi observando a maneira como o tempo se apresenta que nossos antepassados deixaram ensinamentos que fortalecem nossos saberes e caracterizam nossa cultura e a nossa identidade. Esses conhecimentos nos auxiliam em relação a retirar madeira para fazer cercas, casas, ou qualquer outra atividade. Para saber se o ano é bom de chuva são utilizadas experiências relacionadas ao tempo e até para cortar o cabelo é importante observar o tempo.

Uma questão de destaque é a participação e iniciativas das mulheres na organização social da comunidade. Esse pensamento é valorizado em documentos de intenção política e pedagógica como no caso do PPP das escolas da comunidade. No texto que conceitua o eixo Identidade, temos:

O protagonismo de mulheres guerreiras está na alma da nossa identidade. Nossa organização, nossa luta, nossa ancestralidade, nossa história e nossa cultura. Nossa resistência nos embates diários nas lutas por direitos. Nosso jeito de ser e de viver; as nossas especificidades. O forte sentimento de pertença a uma comunidade que há quase três séculos resiste e persiste na defesa do seu projeto de vida. (Extraído do PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2008).

O protagonizar de mulheres na comunidade vem rompendo barreiras implantadas pelo pensamento colonizador e machista desde a sua formação. As seis crioulas que tiveram a ideia inicial de ocupar um espaço em que seu trajeto foi sendo traçado no próprio caminhar foram as primeiras guerreiras, e as principais inspiradoras de outras mulheres. As suas descendentes buscaram também caminhos de liberdade. Foram responsáveis em transmitir conhecimentos fundamentais para o fortalecimento da história e de práticas culturais e na manutenção de valores e é daí que se constroem outros perfis de mulheres. As parteiras, as benzedadeiras, as rezadeiras, as que construíram a Vila União e muitas outras mais.

Quando a comunidade vê na educação escolar também uma possibilidade de crescimento profissional e começa a investir nisso, muitas mulheres ainda meninas

migram para a cidade e lá são postas a muitas provas. No entanto a grande maioria sai vencedora e retorna à comunidade com um diploma nas mãos. Foi assim que muitas de nós nos tornamos professoras. Orgulha-me muito de fazer parte desse grupo.

1.5. GIVÂNIA SILVA: A COMUNIDADE DIZ NÃO A UMA ESCOLARIZAÇÃO QUE MANTÉM PRÁTICAS COLONIZADORAS

Para compreendermos melhor o processo de implantação de uma educação diferenciada no Quilombo de Conceição das Crioulas, precisamos analisar como eram as representações sobre o quilombo até 1995. O preconceito e a discriminação eram muito fortes. Os que estavam com o poder de dominar, ou seja, os fazendeiros, tentavam de diversas maneiras “abafar” nossa história, nossos direitos, nossa cultura. De forma geral, a comunidade era vista como feia, atrasada, alienada. Enfim, ser de Conceição das Crioulas era muito ruim. Essa foi uma ideia construída pela nação dominante que se utilizou de visões de que a sociedade europeia era superior às outras – pensamento que, desastrosamente, durou séculos e permaneceu por muito tempo na vida das pessoas dessa comunidade. Os ensinamentos advindos da resistência das primeiras crioulas, a exemplo de Francisca Ferreira, Mendencha Ferreira e Agostinha Cabocla, lideranças que atuaram ao longo da história do quilombo pareciam não ter valor. Estávamos impotentes diante das imposições sofridas. Hoje fazemos a leitura de que a educação escolar conservadora e ocidentalizada foi um dentre os fortes elementos capazes de causar o sentimento de fraqueza, de inferioridade que existia em nós.

No projeto de vida buscado para a comunidade alguns temas foram priorizados. Um deles é a educação escolar que o povo de Conceição entendeu desde cedo como um dos caminhos que poderia levar à conquista de seus direitos. Foi por este motivo que muitas famílias, mesmo com dificuldades, pagavam um mestre para ensinar a seus filhos e filhas a, pelo menos, assinar seu nome. Os mestres¹⁷ eram lideranças mais velhas da comunidade que se colocavam à disposição para ensinar na casa das pessoas que tinham interesse pelos estudos. Para eles, repassar seus conhecimentos para os mais jovens resultaria na

¹⁷ Os mestres da época eram na sua maioria do sexo masculino. Lecionavam nas casas das pessoas porque não existiam escolas. Estima-se que isso ocorria no final do século XIX a meados do século XX.

valorização e fortalecimento da história de luta e resistência do povo quilombola de Conceição das Crioulas. Durante um grande período o ensino funcionou dessa forma.

No ano de 1958 é construída a escola na Vila de Conceição. Uma escola administrada pelo Sistema Estadual de Ensino. Nessa escola somente era possível estudar até a 4ª série do Ensino Fundamental e muitos alunos sem opção para continuar os estudos passavam vários anos repetindo a última série oferecida.

Devido à falta de escolas para dar continuidade ao ensino fundamental na comunidade, algumas famílias mandavam suas filhas para trabalhar em casas de pessoas ricas na cidade de Salgueiro para continuar os estudos e também para conseguir algum dinheiro para mandar para as mães e os pais que ficavam na comunidade. No entanto, a migração de meninas em busca de estudos gerou consequências danosas para as famílias já que muitas dessas filhas de Conceição das Crioulas eram proibidas pelos patrões e patroas de estudar. O estudo era uma das estratégias encontradas por eles para abusarem de diversas formas dessas meninas. Por vezes, como tantas vezes ocorre nesses processos de migração campo/cidade, as meninas eram até mesmo exploradas sexualmente nas casas em que trabalhavam.

A tarefa de estudar era exclusiva das meninas. Os meninos tinham outro destino, faziam outro caminho. Migravam também para a cidade, porém o objetivo era outro, o de trabalhar nos grandes centros urbanos. Parte destes rumou para a grande São Paulo. Todas as famílias criouleses têm parentes morando por lá. O que moveu essa saída foi o sonho de ser independente financeiramente e também de poderem sobreviver longe dali com menos opressão. Entretanto, esse desejo não excluía o sonho de estar na sua comunidade. Em conversas com muitos deles percebemos essa vontade: voltar para sua terra natal, fato que inclusive já tem acontecido e é ilustrado, por exemplo, pelo retorno de Andrelino Negão.

No período dos anos 1980, em toda a região de Conceição das Crioulas, essa era a dinâmica de vida. Para conseguir algum recurso financeiro os jovens eram obrigados a trabalharem nas roças dos patrões, que eram os fazendeiros invasores do território. Faziam as atividades num período e no outro iam para a escola. Como as escolas eram pouquíssimas, muitos estudantes vinham de muito longe a pé, ou a cavalo. Quando chegavam à escola, já cansados, não tinha nenhum incentivo, aliás, muitas vezes ouviam frases do tipo: “têm que aprender a ler e escrever que é para ir

para São Paulo”. Os conteúdos ali repassados seguiam a lógica da *educação bancária* discutida por Paulo Freire (1974) na obra *Pedagogia do Oprimido*. Os estudantes tinham que decorar lições que não tinham nenhum significado para a vida deles e se por acaso não o fizessem assim eram castigados. Lembro-me que as cartilhas, como eram denominadas os livros de alfabetização à época, tinham uma lição para cada dia e cada uma delas fazia referência a algum objeto. Lembro que uma delas se referia ao caqui, o fruto do caquizeiro, uma planta cultivada no Sul do Brasil e que não dizia nada para nós. Isso faz lembrar uma das críticas de Freire a essa maneira de ensinar, que podemos dizer que é um método opressor de educar. Sobre isso ele alertou: “Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.

Como já mencionado anteriormente, no final da primeira metade do século passado, por volta de 1950, foi construída na comunidade a primeira escola de 1ª a 4ª série. Naquela época as escolas pertenciam ao Estado e eram pensadas sempre com a mesma estrutura, ou seja, havia uma única lógica para as escolas, desde a estrutura física até o currículo. Na década de 1970, essa escola passou a ser chamada de “Escola José Néu de Carvalho”. Tal nome foi sugerido pela professora da época para homenagear seu sogro, fazendeiro da região. As professoras que lecionavam nessa escola, à época, vinham de grandes centros urbanos, distantes do nosso mundo. Impunham a ideia de uma educação explicitamente eurocêntrica, dotada de um método totalmente conservador. Tradicionalmente, a escola de Conceição das Crioulas adotou uma forma de ensinar rígida: tinha a carta do ABC 1ª e 2ª, e fazia-se uso da palmatória. O não-aprendizado das lições levava a castigos físicos na forma de “levar bolo nas mãos”. A maioria das professoras fazia uso da palmatória como parte do método de ensino. Em conversa com Seu Zé Joaquim, um dos primeiros estudantes da José Néu, pude entender que a “hora do argumento” era esperada com muita aflição, pois seria o momento em que os estudantes que não respondessem corretamente o que a professora lhes perguntasse seria castigado, levando bolos nas mãos. Muitas vezes o estudante que respondia corretamente a lição ganhava “o prêmio” de bater nos seus colegas. Isso gerava constrangimentos, criando entre eles e elas relações de hostilidades e de inimizades.

Lembro-me que até à época que comecei a lecionar, no ano de 1995, as mães diziam quando iam deixar seus filhos/filhas na escola: “se ele/ela não fizer as atividades, pode castigar. Em casa sou eu, mas aqui é você”. Analisando essa fala podemos entender que eram práticas consentidas também pelas próprias famílias dos estudantes. Presenciei ainda colegas de profissão utilizando esse tipo de prática. Essa metodologia foi mudando aos poucos.

A compreensão de que os castigos físicos ajudavam os estudantes a decorar as lições foi mudando. Com a permanência de um governo municipal que a gestora principal (prefeita) era uma professora, muitas questões relacionadas à educação escolar foram repensadas a partir da década de 1990. Inicia-se aí uma nova forma de ver, ressignificar e fazer o ensino, do ponto de vista dos métodos, mas também da formação de seus sujeitos (professores e estudantes).

As professoras dos primeiros anos da implantação da escola no distrito eram mulheres brancas que vinham de fora, de muito longe. Segundo uma pesquisa realizada quando a Escola José Néu foi reinaugurada no ano de 2004, já havia lecionado ali professora que vinha do Recife, capital do estado de Pernambuco. E segundo, a oralidade, já passou por aqui também professora do Rio de Janeiro. Dentre elas, havia a professora Osvaldina, que veio do Recife. Ela era mulher de Adolfo, que pertencia à família dos Viturinos, que eram os brancos do Coqueiro. Havia também Maria do Carmo Magalhães, que lecionou no ano de 1956; Maria do Patrocínio de Menezes, que trabalhou nos anos de 1957 e 1958. Dessa maneira, as atividades duraram aproximadamente um período de dez anos. Andreilino Negão conta com autenticidade, pois estudava exatamente nessa época, como era o método de ensino dessas professoras:

Como no início a gente disse que os professores vinham de fora pra... eram professores brancos, tá, e que a gente não tinha direito a voz. A gente só ouvia. Talvez hoje, seja um dos problemas que eu enfrento nas conversas, porque eu nunca fui, não tive...naquela época não tinha a participação dos alunos não, nos conteúdos da escola. Vinha um livro, veio pra mim eu estudei primeiro, o nome do livro era Nosso Tesouro, e era só aquilo, folha por folha, ela marcava. Ó, você vai estudar daqui pra aqui. Então você tinha que estudar, memorizar aquilo, pra no outro dia ela pegava aquela lição, marcava outra. Mas não tinha conversa com o aluno como tem hoje não. Trecho relato oral de Andreilino Mendes, julho de 2016).

Mesmo com esse sistema cruel de ensinar, os estudantes eram “obrigados” a permanecer ali, não tinham para onde ir. E mesmo se houvesse outra escola o método seria do mesmo jeito. Era uma lógica padrão de colonização. Mais tarde, já na no final da década de 60 para o início dos anos 70 em diante foram sendo indicadas professoras da localidade. Por ser uma região de domínio hegemônico de coronéis ligados à direita da política brasileira, eram eles quem indicava quem seriam essas professoras e muitas delas eram subordinadas a esse pensamento. Elas não tinham a formação que atualmente é exigida para quem exerce esse tipo de profissão, eram chamadas de “professoras leigas”. Porém com o tempo foi surgindo à necessidade de elas obterem outros conhecimentos. Então os governos a quem estavam vinculados foram desenvolvendo programas de formação para esse público para que pudessem sair da condição de leigos e passassem a ser professoras com formação em magistério.

Num período mais recente, iniciando nos anos 90, a formação de professores e professoras começa a rever as práticas e novas metodologias “tradicionais” que eram propostas e colocadas em uso. Em seguida esse pensamento se refletiu na escola, assim foi se ensinado que é possível aprender também brincando, ao invés da aprendizagem estar sempre atrelada aos castigos corporais.

Com o passar dos anos, percebemos que a educação escolar poderia trazer conhecimentos importantes capazes de contribuir para as lutas coletivas que ora despontavam na comunidade. A partir daí inicia-se a busca por uma educação de qualidade que estivesse voltada para a especificidade quilombola. As coisas começam a ter sentido para a vida das pessoas, principalmente no que se refere ao currículo e a metodologia de ensino. Entendíamos que o primeiro passo seria reconstruir o currículo da escola pautado numa concepção de educação em que fossem valorizadas, a história, a cultura e a resistência vivida pelo povo da comunidade. Buscava-se uma dinâmica de trabalho a partir de um contexto real e significativo para que os conhecimentos ali aprendidos servissem como instrumentos de transformação para uma comunidade melhor.

CAPÍTULO 2 - A ESCOLA PROFESSOR JOSÉ MENDES EM BUSCA DE LIBERDADE E IDENTIDADE

Neste capítulo, pretendo mostrar a partir da história da Escola Professor José Mendes, instituição educacional que marcou a realização de um currículo específico, até que ponto a educação escolar é capaz de mexer em estruturas historicamente postas na sociedade. Considerando a necessidade de implantação de uma nova etapa educacional no quilombo de Conceição das Crioulas é que percebemos que a estrutura que existia até aquele momento necessitaria de mudança e que o ensino deveria ser transformado. Fomos em busca disso, e com muita persistência conseguimos a implantação de uma escola no quilombo, pois entendemos que a educação escolar é um dos caminhos para a aquisição de outros conhecimentos necessários para o enfrentamento das lutas. As batalhas se intensificaram e no ano de 1995 é inaugurada a Escola Municipal Professor José Mendes. Implanta-se no quilombo o Ensino Fundamental, anos finais, na época denominado de 5ª a 8ª série, trazendo com ele a necessidade de profissionais qualificados e de um currículo “novo”, que desenvolvesse uma pedagogia diferenciada, que enfatizasse a história e a cultura local.

Para por em prática essa proposta curricular específica foi necessário pensar em questões específicas que pudessem viabilizar essa proposta que seria inovadora. Pensar esse currículo suscitou também pensar não só no que seria ensinado, mas também quem ensinar, como ensinar, por que ensinar. Dessa forma, os conteúdos, os professores/professoras, o campo metodológico, eram elementos que demonstrariam a intenção política e pedagógica dessa escola.

Nesse contexto de construção da teoria de um currículo, que é sempre bom lembrar que era pensada por um grupo de pessoas, refletir sobre o que essa proposta educacional deveria fazer, qual transformação deveria ocorrer na comunidade era uma questão imprescindível naquele momento. Eram questões de *pano de fundo*, como salienta Tomaz Silva (2001).

A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. De uma forma mais sintética a questão central é: o quê? Para responder a essa questão, as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e a sociedade. (SILVA, p.20, 2001).

Givânia aponta qual era a concepção de escola que se imaginava, que se discutia.

Porque tinha uma concepção de escola ali. Qual era? Que a escola era um instrumento de fortalecimento da luta da comunidade. Não era porque a escola tinha um prédio, só simplesmente. Não era isso. Era porque tinha uma concepção. Que deve ter até uma teoria sobre isso, mas na época a teoria era nós, era o nosso fazer, era a nossa prática, era o nosso cotidiano. A gente não ia atrás de teórico pra ver como ele fez pra a gente fazer não. A gente tava diante do problema, meio que assim, e ia fazer. (Givânia, agosto de 2006)

Como era um currículo em construção e sua elaboração se dava baseada em vivências práticas da comunidade, a oralidade era um ponto forte de que compunham as discussões. Sobre isso, Givânia ainda acrescenta:

Mas naquela época não tinha ninguém que tinha escrito. Então tudo que nós íamos fazer era a partir da oralidade. Então, nosso currículo era o currículo da oralidade, podia se dizer que era o currículo da oralidade. Porque tudo que a gente ia contar, a história. Tudo que a gente ia contar da identidade, do território, era a partir do que nós tínhamos feito, nós tínhamos buscado enquanto história. Então formatamos esse currículo, e aí, assim Márcia, não teve uma coisa assim do currículo está como hoje, tá tudo organizadinho lá, vocês tão lá... Nessa época, nós não tivemos tempo de fazer isso. Por quê? Porque a escola, ela é aberta em 15 de maio de 1995, ou seja, no meio do semestre, já perto de fechar um semestre, e nós tivemos que correr até janeiro de 1996 pra fechar o primeiro ano letivo, trabalhando sábado e domingo, mas numa energia muito boa. Então, é meio que a gente tinha aquele conteúdo sistematizado em parte, mas não tão bem sistematizado, mas nós não tivemos tempo de dizer, não, agora vamos organizar a parte do currículo de história, não. Era tipo, vamos organizar e fazer valer e vivenciar o currículo. Ééé...Foi uma experiência muito interessante!! (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2017).

Nesse sentido, o caráter discutido ali era o que contribuiria para o processo de reorganização social que ora acontecia naquela comunidade, que há muito tempo vinha enfrentando situações de opressão, em que negavam a sua história, a sua cultura, os seus direitos. E a escola era uma estrutura que reforçava isso, ou seja, estava a serviço de um projeto de dominação do outro. Por isso, era uma situação em que a escola atendia a uma dinâmica viva, real de que certo modo também atendia aos anseios urgentes de mudança.

Diante disso, percebemos que a intencionalidade da escola estava presente em todas as ações que eram desenvolvidas. Havia a perspectiva de uma escola

com conhecimentos significativos, que reforçasse a identidade das pessoas do lugar porque existia a seleção de conhecimentos que eram indispensáveis de serem vivenciados com vistas a um resultado comum. Vejo que essa ideia dialoga com o que diz Silva (2001) quando se reporta às teorias pós-críticas:

As teorias tradicionais se preocupam com questões de organização. As teorias críticas e pós-críticas, por sua vez, não se limitam a perguntar 'o quê', mas submetem esse 'quê' a um constante questionamento. Sua questão central seria, pois, não tanto 'o quê', mas 'por quê?'. Por que esse conhecimento e não outro? Quais interesses fazem com que esse conhecimento e não outro esteja no currículo? Por que privilegiar um determinado tipo de identidade ou subjetividade e não outro? (SILVA, 2001, p. 16)

Respostas a esses questionamentos é o que pretendemos dar ao longo desse trabalho. Qual o propósito de se construir uma proposta de educação escolar que podemos dizer que é diferenciada e específica.

Na busca por uma educação escolar que desse sentido à vida da comunidade, inicia-se a reconstrução do “modelo” de escola vivenciado até então. Como instrumento propulsor dessa ideia tivemos a tão sonhada Escola Professor José Mendes. A instituição recebeu esse nome em homenagem a José Martins Mendes¹⁸, primeiro professor negro da região.

A José Mendes começa com um método de ensino muito inovador e significativo para a vida dos estudantes. O que estava ao redor se transformava em conteúdos de aprendizagem. Para entender sobre Geografia, História, Ciências, Língua Portuguesa pesquisava-se os caldeirões, as serras, os córregos e riachos. O

¹⁸ José Martins Mendes, conhecido como professor José Mendes, natural de Conceição das Crioulas. Filho de Martins Mendes da Silva e Maria Gomes da Silva. Nasceu em 1873. Casou-se com Antônia Mendes também de Conceição das Crioulas. Foi professor na Vila de Conceição das Crioulas durante alguns tempos. Dos seus alunos ainda existem alguns vivos como: Antônio Andreilino Mendes (Antônio Bilo), Maria Antônia da Silva e outros. Na época ainda foram professores, Agostinho José de Oliveira; Bevenuto Simão. José Martins Mendes foi professor lecionando na Vila de Conceição das Crioulas e em outros Sítios onde as pessoas tinham um poder aquisitivo melhor e podiam pagar. Depois de cumprir sua missão árdua passou a não mais lecionar e foi trabalhar como marchante e sapateiro. Ficou viúvo, não mais trabalhou em nenhuma das profissões. Daí passou a ser animador de comunidade [...] Morreu com 84 anos. Seus marcos ficaram na comunidade. A homenagem ao seu nome pondo-o nesta escola foi uma opção como forma de preservar a memória de nossos heróis, que embora com o pouco saber deram aquilo que era de bom a nossa comunidade. Não teve nenhum vínculo com órgãos públicos, pois nessa época ser professor era um cargo muito elevado, não cabendo aos negros estarem nesse processo. A história de José Mendes para nós da comunidade é uma honra, pois mesmo não sendo reconhecido pelas autoridades da época fez a sua parte aqui na terra. Para ele e toda sua família nossas homenagens e nosso muito obrigado. Esses dados foram adquiridos em uma pesquisa feita pelos alunos da Escola Professor José Mendes como forma de resgatar nossos valores. A forma utilizada para construir essa biografia foram conversas com alguns daqueles que conviveram no mesmo tempo que ele. Pesquisa realizada no ano de 1995. Arquivo da Escola Professor José Mendes.

barro que fazia o artesanato, as histórias dos sítios¹⁹ que compõem o território, a maneira de falar eram valorizados. Dessa maneira, demonstrava motivação e trazia para os estudantes uma perspectiva de possibilidades, de realização. João Alfredo relata com muito entusiasmo sobre a maneira de ensinar nos anos de 1995/1996.

Era tão legal que alguns momentos a gente desafiava a provocar os currículos, né? Tipo: pra estudar Geografia, como é que a gente fazia. Nós começávamos estudando a Geografia a partir do nosso meio. Até onde são as divisões geográficas, as nossas serras? De que é vive o pessoal? Como é que vive? E ainda mais assim, como é que vivem as pessoas, porque também tá dentro da Geografia, né? Pra História, o é que a gente fazia, ah, gente ia pesquisar o pessoal da comunidade para buscar as informações na comunidade. Chegando na sala de aula, aí o professor pegava isso e ia transformando em material didático, ia transformando em informações. Ia colocando o seu conhecimento dentro disso. E ainda fazendo paralelo com outros conhecimentos de mundo. Com personagens importantes como Nelson Mandela[...] Então era assim que se dava, e eu lembro muito bem, muito, muito isso, e eu acho que foi de uma importância muito grande. (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

No período de 1997 a 2000 esse sonho que era tão vivo se transformou em pesadelo. Dá-se início uma nova gestão administrativa no município e como a escola é municipal sua estrutura de pessoal foi totalmente desorganizada. Nessa nova composição política estavam os fazendeiros que queriam a todo custo impedir o processo educacional que estava sendo desenvolvido na comunidade. Como os professores eram todos contratados e a diretora tinha um cargo indicado, foram todos colocados para fora da escola e os novos administradores começaram a fazer um trabalho contrário ao que vinha sendo realizado há dois anos. Havia o pensamento de que não havia necessidade de escola em Conceição, segundo um dos fazendeiros e políticos da época, e isso deu sustentação para investiram fortemente no desfazer desse projeto. Colocaram os brancos, filhos e filhas de fazendeiros para lecionarem na escola. Quando não eram estes, eram outros da cidade, mas que atendiam à demanda deles. Fecharam o horário noturno, que era o horário em que as principais lideranças da escola estudavam. Não havia nenhuma intenção de contribuir para que a nossa cultura e identidade fosse valorizada e fortalecida. Fechar o horário da noite, sem dúvida foi uma das ações mais impactantes, por que lá estavam os mais velhos, lá estavam os animadores da

¹⁹ Cada aglomeração de famílias que formam um determinado sítio que recebe um nome que se relaciona com sua origem.

comunidade. Isso é bastante forte na memória dos que estudavam e dos que estavam mais à frente da luta. Vejamos relato de André Negão:

Tudo que ela tinha construído junto com nós da comunidade ééé...entrou um partido adversário e que não tinha nenhum interesse de ver a comunidade andar e começou a desconstruir a nossa...inclusive o horário. Que tinha horário à noite aí quando tirou nós que trabalha, pai de família que trabalha que tem que trabalhar durante o dia e estudar á noite, aí eles já tirou o horário da noite, quer dizer, pra quem era pai de família que tinha que ficar correndo atrás de um dia de serviço ou fazer alguma coisa durante o dia, não podia porque tinha que ir pra escola. Eu tive que...no meu caso eu tive que desistir por conta disso. (Trecho da entrevista com André Negão em julho de 2016)

Eles se apossaram de um bem público para destruir a nossa história, desarticular a nossa luta. Givânia Silva acrescenta que:

Então eles retomaram o poder por dentro da escola. Foi a mulher do fazendeiro, foram as filhas dos fazendeiros que não só assumiram a gestão da escola, mas assumiram também a sala de aula. E os nossos ligados à comunidade, os negros e negras da comunidade, quem eles não puderam demitir que não eram contratos, já era concurso eles tiraram da escola, tiraram da sala de aula, mandaram pras outras escolas. E aí começaram a dizer que aquilo era invenção minha e enfim que não tinha nada a ver.[...]
Então, tudo o que a gente tinha tentado fortalecer, a identidade, fortalecer as referências do povo negro, eles passaram a dizer que isso não era importante. E que não era importante, por quê? Porque isso não ia cair num concurso, porque nós estávamos guetizando a escola, que nós tínhamos transformado a escola num gueto, os meninos tinham que estudar era pra concurso, não era saber quem era Zé Mendes, quem era num sei quem, quem eram as crioulas. Então foi uma desestruturação não só do ponto de vista institucional, mas muito mais do ponto de vista conceitual dessa proposta que a gente vinha desenvolvendo. (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016)

O que estavam fazendo era tentar enterrar a vida de uma comunidade, um verdadeiro massacre, só que de maneira planejada, institucionalizada. Apesar de tudo a comunidade reagiu. Os dois anos da José Mendes foram suficientes para aqueles meninos e meninas saberem o que queriam. Houve enfrentamentos, discórdias e muita organização. Isso nos dava certeza de que aquele era o caminho.

E houve um embate muito forte. O que nos orgulha muito de olhar pra trás e vê é que a comunidade viveu isso, mas não viveu passivamente, como a história dos quilombos. Os quilombos nunca viveram passivamente qualquer em absolutamente nada do que se

impôs do processo escravista. Então, Conceição não foi diferente. A comunidade reagiu, né. Tentaram mudar o nome da escola a comunidade não deixou; mudaram o calendário, a comunidade fez dois calendários, dois recessos, por exemplo. Ééé.. e pautava sempre, porque esses dois primeiros anos tinham sido muito importante esse trabalho que a agente tinha feito, porque os alunos continuavam lá. Eles não queriam quebrar aquilo. Então tem histórias de meninos hoje que são lideranças, assim, de embates muito violentos, embates ideológicos não embates físicos, muito violentos em relação a concepção da escola. (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016)

No ano de 2001 muda novamente a gestão municipal, mas era uma gestão em que havíamos apoiado e acreditado. Começa uma nova fase de reorganização das estruturas escolares, o pessoal, e principalmente o currículo deveria ser reestruturado com o intuito de mais solidez ao nosso pensamento político e pedagógico. A escola desenvolvida naqueles moldes iniciais nos impulsionou para que pudéssemos pensar numa proposta compatível com os anseios daquele momento. Para dar base a essa ideia sentimos a necessidade de construir o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do território de Conceição das Crioulas. Para isso, foi realizada uma pesquisa no território que teve como referência o pensamento de pais, mães, jovens, crianças e lideranças e através dela buscamos entender quais os conhecimentos que realmente interessam ao nosso povo, quais os espaços educativos existentes no território, qual o perfil do(a) educador(a), qual a importância de se adequar o calendário escolar ao calendário sociocultural do quilombo, quais os conteúdos ensinar, enfim, para qual fim deveria servir uma escola em Conceição das Crioulas, e qual o nosso jeito de fazê-la.

Iniciamos a reelaboração do PPP, que atualmente encontra-se em processo de sistematização para publicação. Esse documento contém sete eixos que são fundamentos principais da *pedagogia crioula*. São eles: Território, História, Identidade, Organização, Saberes e Conhecimentos próprios, Gênero e Interculturalidade. Esses temas foram escolhidos após amplo debate sobre a relevância de cada um deles na estruturação de uma pedagogia que reúna elementos que venham reforçar a concepção de uma escola pensada para além de ler e escrever. Uma escola comprometida com as pretensões da comunidade, com a sua luta e plenamente na pertença do território onde age. Parafraseando Karen Maciel (relato oral), uma escola que aconteça dentro e fora dos muros institucionais, que atenda os interesses e as necessidades do seu povo.

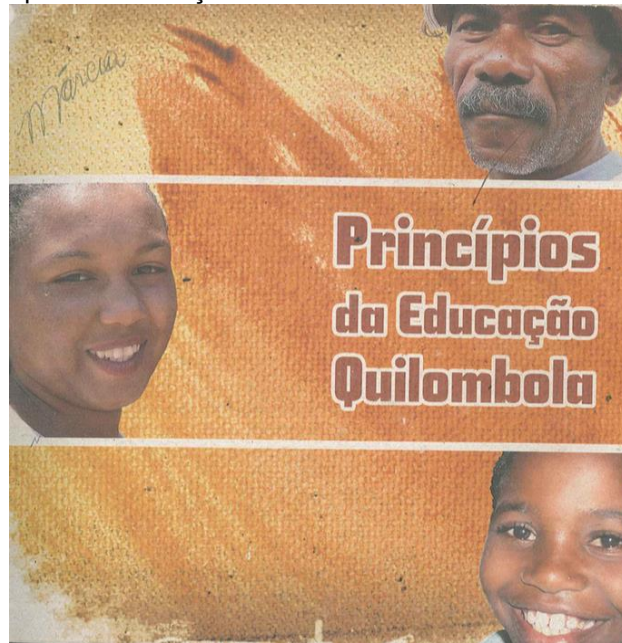
Os estudos, reflexões, discussões, construções, desconstruções e reconstruções tiveram e têm como principal objetivo a concretização do desejo de uma comunidade que vê na educação escolar a possibilidade de garantir que a história da comunidade, a cultura, o território, a organização, a identidade, as questões ambientais, as relações de gêneros e a interculturalidade sejam a base que sustenta e direciona a pedagogia crioula vivenciada pelas escolas da comunidade. Esses elementos estão presentes no documento que direciona o fazer pedagógico, filosófico e político das escolas da comunidade, no qual consta que:

A escola tem a função de reafirmar a nossa história, nossa cultura e nossa identidade étnica e cultural, a partir do conhecimento das pessoas mais velhas no sentido de cada vez mais valorizar e fortalecer a história de luta e resistência do povo quilombola de Conceição das Crioulas. É importante também que a escola ensine a ler, escrever, contar e interpretar bem, de forma que esses conhecimentos possam contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social de Conceição das Crioulas e que, sobretudo fortaleça o Projeto de Vida do povo que vive nesse território. (Extraído do PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2008).

Ideia que mais tarde se materializaria também em um documento chamado: Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco:

Entendemos que somos comunidades étnicas, com nossas crenças, jeito de falar, comer, rezar, celebrar e brincar, com lutas e saberes diferentes da sociedade envolvente, dentro de uma diversidade que é rica na criatividade, respeito e resistência. Por isso, a nossa escola deve ser pensada do nosso jeito, como instrumento da nossa luta pelos nossos territórios, na valorização da nossa identidade étnica e dos saberes e histórias transmitidas pelas pessoas mais velhas, buscando a melhoria da qualidade de vida para cada quilombo. (CARTA DE PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DE PERNAMBUCO, 2009)

Figura 13. Cartilha “Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco”, 2009.



Refletindo sobre as questões apresentadas anteriormente, suas implicações e seus resultados e como parte dessa luta desde o início, inicialmente enquanto professora, mais tarde enquanto liderança e também integrante da Comissão de Educação da AQCC é que me proponho fazer uma análise desse caminhar desde a implantação da escola Professor José Mendes aos dias atuais. A intenção é analisar o nosso jeito de fazer escola, intitulado como pedagogia crioula, e qual a contribuição dessa pedagogia no processo de fortalecimento da identidade das pessoas da comunidade, principalmente, dos estudantes da escola Professor José Mendes, e perceber ainda sua contribuição nos processos de construção do projeto de sociedade buscado para a nossa comunidade.

Para isso, pretendo analisar a forma diferenciada de fazer educação escolar na comunidade a partir da implantação da Escola Municipal Professor José Mendes, no ano de 1995. Pretendo encontrar respostas a muitos questionamentos que me vêm sempre à cabeça: em que medida o desenvolvimento de uma educação específica e diferenciada poderá fortalecer a história da comunidade e a identidade quilombola de Conceição das Crioulas? De que maneira essa prática pode contribuir nas lutas para uma comunidade autônoma, sustentável e resistente?

Diante da escassa produção que conte outras narrativas acerca do povo quilombola, apesar de já existir um acervo de certa forma importante na nossa comunidade, este trabalho será de extrema importância para apresentar de forma

autêntica a história do nosso povo, que por séculos foi escrita com outro “olhar”, o olhar de quem sempre oprimiu, explorou e negou direitos, com isso, construindo em nós mesmos um sentimento negativo sobre nossa própria história. Servirá também de objeto de pesquisa e de encorajamento para outras comunidades do Brasil, podendo também dar visibilidade a causa e fortalecer a luta dos quilombolas de todo o Brasil.

Um dos problemas maiores que se enfrenta, consiste no modo como se pretende valorizar a história quilombola e a construção identitária da comunidade no estabelecimento de condições de aprendizagem que potenciem nos jovens a inscrição de seus desejos de futuro num devir comum.

2.1. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO TERRITÓRIO E OS SETE EIXOS TEMÁTICOS

“Não basta ter escolas no quilombo, queremos ajudar a construir escolas quilombolas, ou seja, escolas com projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo quilombola”. (Liderança quilombola – Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco, 2009)

O Projeto Político Pedagógico das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, cujo processo de discussão e implementação da ideia de uma educação escolar que dialogasse com a história e a vida da comunidade já vinha acontecendo mesmo antes da construção da José Mendes no ano de 1995. Essa ideia era discutida e protagonizada pelas lideranças locais. Era um pensamento construído com base nas reflexões que vinham fazendo desde a reafirmação da identidade quilombola iniciada, aproximadamente, em meados da década de 1980.

Descreverei agora sobre etapas e ações da produção desse instrumento que veementemente vem sendo citado neste trabalho.

O PPP no seu texto de abertura faz a seguinte apresentação: “Esse documento faz parte de um processo longo de discussões e reflexões sobre a educação que nós, do território Quilombola de Conceição das Crioulas, queremos para o nosso povo. Nele está expressa a ideia de educação pensada pela comunidade de forma coletiva”.

A revisitação e sistematização do Projeto Político Pedagógico das Escolas Quilombolas de Conceição das Crioulas que tem o propósito também de sua publicação se iniciam no ano de 2003. A partir de processos formativos específicos para os professores e professoras das escolas do nosso território assessorado pelo CCLF²⁰, uma organização não governamental parceira da comunidade. Vale salientar que na época os professores/professoras das escolas que estão hoje estadualizadas dentro do nosso território e que seguem a lógica da educação indígena também participavam da formação.

Durante esse processo foram realizadas várias ações de consulta à comunidade, pesquisas, seminários, oficinas, encontros envolvendo lideranças jovens, lideranças mais velhas, pais, mães, jovens, e crianças com o objetivo de identificar o que a comunidade define como Educação e Educação Escolar no Quilombo de Conceição das Crioulas. Buscamos entender quais os conhecimentos que realmente interessavam ao nosso povo, quais os espaços educativos existentes no território, qual o perfil do professor e da professora, qual a importância de se adequar o calendário escolar ao calendário sociocultural do quilombo, enfim, para quê escola em Conceição e qual o jeito de fazê-la. (Adaptação - Texto de Apresentação do PPP-Versão 2016). No ano de 2003 a Comissão de Educação da AQCC que havia sido formada havia pouco tempo, começa a trabalhar no intuito de dar conta do seu papel que é, além de outras questões, lutar por uma educação específica.

A elaboração do PPP se deu através do projeto “Educação e Etnia”, coordenado pelo CCLF e que na sua segunda etapa realizou um diagnóstico com o objetivo de colher subsídios sobre a situação escolar, como também saber que tipo de educação escolar e qual a sua importância para a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas. O primeiro instrumento de consulta, um questionário feito à 37 pessoas da comunidade em 2003, solicitava dados de identificação dos entrevistados e entrevistadas e listava 14 questões. O referido questionário seguia o seguinte roteiro: Item 1- Identificação dos entrevistados/entrevistadas; Item 2- Escola na comunidade; Item 4 – Espaços educativos; Item 5 – Perfil do(da) professor(a).

²⁰ Uma organização não governamental (ONG) de direitos humanos, sediada em Olinda, Pernambuco, Brasil, “que surge em 1972, a partir de um grupo que buscava a restauração da democracia, através de atividades culturais e projetos de desenvolvimento comunitário, durante o período autoritário da Ditadura Militar brasileira. O CCLF participou do processo de redemocratização e também contribuiu para o movimento de reordenamento político-institucional do País, e no fortalecimento das organizações populares e comunitárias”. Disponível em: <<http://cclf.org.br/sobre/>>.

Todos esses itens dispunham de diversos campos com perguntas que iam da serventia da escola ao tipo de professor adequado para ensinar naquela escola que ora se construía.

Após a sistematização dos dados, trabalho que foi efetivado em grupos pelos professores, professoras e lideranças da comunidade, obtivemos um documento com doze páginas. Ao final de cada conjunto de dados referentes às questões de cada item, o grupo responsável pelo trabalho fez suas considerações em relação às respostas obtidas.

A terceira etapa do projeto Educação e Etnia teve como objetivo identificar saberes culturais da comunidade com vistas a elaboração do currículo, do calendário e de material didático para as escolas. Nessa fase do projeto realizamos encontros com professores, professoras e lideranças locais para definir temas e procedimentos para a realização da pesquisa dos saberes culturais.

Após esse momento foram escolhidos os temas e as fontes a serem pesquisadas. Foram listados doze temas que são eles: Contando a história; Pessoas que fizeram a história; Pessoas que fazem a história; A natureza conta (aborda a diversidade natural de Conceição das Crioulas, a posição geográfica, o relevo, a hidrografia, o clima, a vegetação); Festas, costumes e tradições; Mitos, contos e poesias; Artesanato; Outros meios de sobrevivência (agricultura, criação de abelhas...); O cotidiano em Conceição das Crioulas; Movimentos Sociais; Organização Social e a Luta pela terra.

As pesquisas aconteceram com maior ênfase no período em que estávamos trabalhando na sistematização do PPP, porém se repetiram no cotidiano curricular das escolas do território. Utilizamos vários métodos, dentre eles – rodas de diálogos, questionários, entrevistas, contações de histórias, conversas informais, desenhos e produtos audiovisuais.

O pensamento buscado até hoje é a publicação de um livro contendo todos os conteúdos acima listados. Mas como o recurso financeiro disponível no projeto não contemplou esta parte, somente foi possível a publicação do livro: **Nosso Território – Conceição das Crioulas** que apresenta os olhares da comunidade sobre o seu território. Mostra os aspectos físico-territoriais e as relações estabelecidas na sua produção física e na construção de sua identidade cultural.

Nesse pesquisar e caminhar de reflexões, desconstruções e reconstruções, adquirimos muitas parcerias. Uma delas foi a COPIPE – Comissão de Professores

Indígenas de Pernambuco, formada com representantes dos 12 povos do estado. Como eles já tinham um caminho mais longo na construção de uma educação escolar dos seus jeitos, inclusive com marcos legislativos consistentes como é o caso das Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas, instituída no dia 10 de novembro de 1999 pela CEB (Câmara de Educação Básica) do Ministério da Educação (MEC), nos aproximamos desse grupo.

É importante ressaltar que os indígenas lutam incansavelmente pelos seus direitos específicos, sobretudo, por uma educação escolar que valorize as suas culturas e fortaleça as suas causas. Um dos lemas bastante utilizados por eles é: “a educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”. Objetivando trocar experiências com esses povos com quem temos alianças ancestrais e que muitas vezes suas lutas se confundem com as nossas, realizamos no ano de 2005 um encontro aqui no quilombo com os Xukuru do Ororubá que se localizam na região da Serra do Ororubá no município de Pesqueira, na mesorregião do agreste de Pernambuco. Nesse evento organizado pela AQCC e pela COPIXO – Comissão de Professores indígenas Xukuru do Ororubá com assessoria do CCLF se fez presente também a COPIPE, além de diversas organizações parceiras destes dois povos.

O PPP não é um produto pronto e acabado, sempre está em processo de revisitação no intuito de atender às demandas que surgem dos anseios da comunidade. Dessa forma, nos anos de



Figura 14. “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”. Jornal: Crioulas, a voz da resistência. Ano 3, nº 8, agosto 2005

2006/2007 fizemos novas pesquisas, desta vez com crianças, e fizemos oficinas de estudos com a temática dos direitos quilombolas. Cabe ressaltar, que o projeto agora em destaque era o Crescer com Cidadania em que um dos públicos prioritários era as crianças. Afirmando ainda mais o entrelaçamento cultural e os laços consanguíneos com os parentes indígenas, como também a proximidade da concepção pedagógica em relação à educação escolar entre nós, visitamos em 2011 os Pankará que se localizam, principalmente, em cima da Serra do Arapuá, município de Carnaubeira da Penha. Dessa vez, a troca de experiência era sobre a temática: Gestão Escolar. Foi um momento que gerou importantes trocas de vivências educativas.

Nos diversos momentos de revisita ao PPP sentimos a necessidade de definir bases temáticas que pudessem dar sustentabilidade aos conteúdos a serem trabalhos nas diversas áreas do conhecimento. Fazer movimentar as intenções pelas quais a escola foi pensada. Além disso, num dos primeiros exercícios dialógico para produção desse documento, surge a pergunta: mas para quê servirá eixos exatamente? Durante um processo demorado de discussão e reflexão a resposta vai se delineando:

Para garantir a ligação entre o que a escola faz e a comunidade; garantir a reflexão crítica acerca do que se quer ensinar e aprender; intenções; para a escola ir além do ensinar a ler e escrever, tem o intuito de fortalecer a cultura, a história, a identidade; o dia a dia, os valores, as articulações e parcerias o que quer ser no presente e no futuro: articular a escola ao projeto de sociedade do quilombo de Conceição das Crioulas; selecionar os conteúdos e pensamentos; para a escola fortalecer as lutas mais amplas da comunidade, o movimento político, social, histórico, econômico, religiosos, cultural. (Relatório de Discussões Sobre a Construção/Sistematização do PPP, 2011)

Apesar de esse instrumento apresentar diversos aspectos que deixa evidente a intenção política das escolas quilombolas, me deterei mais sobre os sete eixos temáticos que servem de base para todo o desenvolvimento pedagógico (planos, ações e projetos) nas escolas do quilombo. Ele abarca questões que são consideradas de grande valia para a comunidade, com o objetivo de dar conta do que foi anunciado e sistematizado com base na ferramenta utilizada no diagnóstico. A seguir estaquei um trecho retirado dos Princípios da Educação Escolar Quilombola

de Pernambuco, documento que resume pontos que devem nortear o fazer pedagógico nas comunidades quilombolas.

As formas de educação próprias de cada comunidade podem e devem contribuir na formação de uma política e práticas educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias dos grupos, tendo em vista que os conhecimentos “tradicionais” não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea, pelo contrário devem estabelecer um diálogo permanente. Trata-se de transformar a escola eurocêntrica num Projeto Político Pedagógico que respeite, valorize saberes, modos de vida e que contribua na autonomia sociopolítica e econômica dessas comunidades, respeitando os tempos e espaços próprios dos grupos. (Carta de Princípios da Educação Quilombola, 2009)

Baseado nesse entendimento é que foram pensados os eixos temáticos do nosso PPP sobre os quais descreverei logo abaixo apontando o porquê de cada um deles terem sido escolhidos para compor o documento. Antes de cada trecho discursivo sobre cada um dos eixos, antecede a conceituação dos referidos eixos.

História

Conceição das Crioulas é uma comunidade quilombola que se constrói a partir da coragem de seis mulheres negras que em pleno século XVIII enfrentam os desafios do período escravista. É uma comunidade que possui uma forte consciência política e identitária apoiada nas lutas, na resistência, nos saberes das pessoas mais velhas e em valores coletivos. O sentimento de pertencimento a essa comunidade, faz com que os descendentes das seis crioulas lutem corajosamente para defender a herança mais importante deixada por suas ancestrais, o território tradicional. Sendo assim, essa história é o eixo que norteia todo o fazer pedagógico. (PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

A história da comunidade como vem se mostrando ao longo desse trabalho, é a base principal na nossa existência e resistência. Ela é quem define a nossa identidade e a nossa territorialidade. E também remete a ideia de resistência, de luta e de ancestralidade. Pertencer a essa história das crioulas nos faz fortes e corajosos para cotidianamente defender a causa quilombola. Portanto, a origem, a resistência às situações de dominação do branco, as pessoas importantes que fizeram e as que fazem a história, as lutas do passado e do presente, as guerras (Urias e Farias), histórias contadas pela comunidade que se espalham no território e que fazem a ligação entre as gerações (mitos como Barnabé de Oliveira, as seis mulheres,

Francisco José, mãe Magá, Agostinha Cabocla, etc., são elementos que compõem esse eixo.

Território

Nosso território é um espaço tradicional com características específicas de um grupo étnico que nele vive. Que reafirma a sua identidade, fortalecendo seus costumes, tradições e valores. É um espaço de resistência, de lutas coletivas e de conquistas. (PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

Os eixos história e território estabelecem uma forte ligação entre si. É fundamental para Conceição das Crioulas: terra, territorialidade, ocupação tradicional, processos de luta pelo território, limites, fronteiras, expansão das fronteiras, regularização fundiária, plano de gestão e uso do território, pontos históricos como patrimônio material e imaterial, relações de parentesco, aliança com indígenas. Esses são alguns pontos presentes nesse eixo. Com o eixo território é possível aprofundar os sentidos de estarmos nesse lugar. Compreender e distinguir terra de território, mas assimilar. Vivenciar costumes e tradições que fortalecem a nossa identidade.

Identidade

O protagonismo de mulheres guerreiras está na alma da nossa identidade. Nossa organização, nossa luta, nossa ancestralidade, nossa história e nossa cultura. Nossa resistência nos embates diários nas lutas por direitos. Nosso jeito de ser e de viver; as nossas especificidades. O forte sentimento de pertença a uma comunidade que há quase três séculos resiste e persiste na defesa do seu projeto de vida. (PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

Aspectos como: as relações de parentesco (irmãs e irmãos de luta), relações familiares, a relação Atikum-Crioula, identidade quilombola (social, política e jurídica), identidade negra, identidade indígena, cultura material e simbólica (artesanato), trancilim, banda de pífano é o que nos caracteriza. O que nos distingue e nos aproxima da diversidade existente. Nosso jeito de ser é percebido pelas pessoas que nos conhece, as que nos visita, ou por aquelas que somente ouvem/ouviram falar de nós. Uma comunidade de luta e de organização.

Organização

Os valores da partilha, da ajuda mútua e da reciprocidade são elementos presentes no jeito de viver e de se organizar da comunidade. Os mutirões, as rezas, as reuniões, as assembleias, os grupos culturais e religiosos, fazem parte da forma organizativa da comunidade. Discussões e decisões políticas referentes ao território, a educação e outros temas relacionados à vida no quilombo são

tomadas em conjunto, por escola e comunidade fortalecendo um princípio importante que é ouvir a voz das lideranças.(PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

A organização se faz presente desde os primeiros passos das primeiras crioulas quando chegarem ao território. A importância do processo de organização étnica, do ser quilombola, de se mobilizar para conquistar os direitos, através das associações, das CEBs, em outros movimentos, mutirões, grupos de jovens, processos e modos de lutas coletivas, as lideranças e as pessoas mais velhas fazem do quilombo referência em processos organizativos. A organização social da comunidade é referência também para a estrutura organizativa da escola. Como exemplo, a gestão que se pensa é baseada no jeito do povo se organizar: ouvindo a voz de lideranças e pessoas mais velhas do quilombo. Seus conselhos, e seus saberes servem de base para a estrada que devemos seguir.

Saberes e conhecimentos próprios

Os saberes das pessoas mais velhas e os conhecimentos construídos em sintonia com a nossa ancestralidade é o que mantém viva a nossa história. Esses saberes são fortalecidos e valorizados tornando-se fundamental para a ressignificação de outros conhecimentos repassados pela escola formal. Esta valorização dos saberes e conhecimentos existentes não invalida o desenvolvimento da criatividade e de novos modos de utilizá-los face aos desafios renovados de cada dia-a-dia.(PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

Os saberes e conhecimentos próprios sustenta a história, a identidade, a vida dos crioulenses. Os mais velhos/velhas possuem ciências que derivam da vivência histórica com os seus descendentes. O cuidado com o meio ambiente e o valor que ele tem para nós quilombolas. A maneira de trabalhar a terra, as experiências com o tempo e com os animais. A medicina tradicional, as técnicas tradicionais de retirar a matéria prima para a produção artesanal, as benzedadeiras e parteiras sustentam e transmitem habilidades e conhecimentos tradicionais. As novas tecnologias alternativas de convivência com o semiárido são componentes utilizados na escola. Essa instituição tem a tarefa de fortalecê-los cotidianamente, estabelecendo um diálogo permanente com os conhecimentos ditos “universais”. Como afirma os Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco.

Gênero

Eixo que discute e reflete sobre as questões de gênero, num processo de desconstrução da violência contra a mulher causada, principalmente pelo machismo. Busca construir novas práticas e atitudes para que sejam garantidos os direitos das mulheres. Nesse eixo também procura-se reafirmar a história das crioulas e dar visibilidade as causas femininas. Também inicia-se um processo de discussão e de respeito a outras identidades de gênero.(PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

A temática de gênero é importante, porque coloca em pauta na escola um assunto que é polêmico e difícil de ser enfrentado, apesar de presente na vida do quilombo. São planejadas ações pedagógicas dentro da escola, mas também se viabiliza a participação dos estudantes em campanhas, fóruns, e concursos de leitura que discutem e fazem enfrentamento às violências contra a mulher. Está completamente articulado com a origem do quilombo, a visibilidade e o protagonismo das mulheres na nossa história e na construção da nossa identidade.

O Brasil é um país machista e patriarcal e em Conceição das Crioulas as mulheres sempre assumiram um papel de liderança, mesmo no contexto Brasil-sertão e até os dias atuais. Na nossa organização social e política há sempre uma predominância das mulheres. Na nossa cultura as mulheres têm um papel fundamental na condução das lutas do quilombo. Suas forças estão sempre levantando outras mulheres lutadoras que nascem, se criam inspiradas na história das mulheres do passado e do presente. Um bom exemplo que nos é familiar em Conceição das Crioulas é a história da Paula, da Vila União, da construção da Casa da Comunidade. Contudo, a dimensão de gênero para nós não se resume a discutir as mulheres e suas demandas, mas também o papel dos homens, seu lugar na nossa sociedade e na nossa história. Assim também estaremos refletindo sobre as práticas educativas machistas as quais nossas crianças, homens e mulheres estão submersos desde crianças.

Interculturalidade

A interculturalidade é vista como o diálogo de culturas e como uma questão inerente às relações sociais e aos processos educativos, por isso é um ponto de valorização dentro do PPP. Compreendemos que os conhecimentos construídos por outros povos podem e devem fortalecer a nossa história, se tornando instrumento de luta para o nosso povo e de reafirmação da nossa identidade étnica e cultural. PPP das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, 2014/2015)

Por fim, a interculturalidade que é o eixo que permite o diálogo entre as culturas. Para nós, o primeiro diálogo intercultural se dá no diálogo entre a escola e os saberes da comunidade. Nesse processo *dialógico*, conforme escreveu Paulo Freire, é também importante que a escola acesse não só os conhecimentos da comunidade, mas os ditos “conteúdos universais”, como já citados anteriormente. E além deles, conheça e dialogue com as diversas outras culturas tradicionais situadas ao seu redor na intenção de formar crianças e jovens capazes de respeitar e conviver com as diferenças desse mundo plural. Até porque, as escolas do território recebem estudantes com identidades étnicas diversas, quilombolas, indígenas, não quilombolas e não indígenas. E compreendendo que outros conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos tradicionais, pelo contrário, poderão se complementar fortalecendo cada vez mais as lutas.

2.2. MATERIAIS PEDAGÓGICOS PRODUZIDOS NA ESCOLA

Apesar de existir uma rica produção de material didático na comunidade, que são bastante utilizadas nas escolas, discutirei apenas sobre algumas produções de audiovisual e sobre alguns livros que foram produzidos pelos estudantes da Escola Professor José Mendes.

Como já descrito no primeiro capítulo deste trabalho, na comunidade existe há 12 anos, uma produtora de vídeo composta por jovens quilombolas denominada: Crioulas Vídeo. Essa é também uma ferramenta ligada a Comissão de Comunicação da AQCC criada com o intuito de divulgar e fortalecer a causa quilombola, como os próprios componentes apresentam o seu objetivo em um vídeo em que eles falam da produtora. Utilizando-se dessa linguagem moderna e envolvente, ela tem um acervo de mais de quarenta documentários produzidos. Percebe-se que as ações que tem como objetivo principal o fortalecimento da identidade quilombola aconteciam, podemos dizer, simultaneamente. Era um período de intenso movimento e mobilização da comunidade, em que participavam, mulheres e homens, crianças, jovens, lideranças e pessoas mais velhas. O vídeo, a ser descrito em breve, tem a participação destas por manterem na sua oralidade e, sobretudo de deter uma memória permanente que preserva as narrativas que mantêm viva a história e as lutas coletivas.

O conceito de *memória permanente* considerado por Araújo (2008) age no sentido dinâmico do verbo, a fim de reconstruir práticas tradicionais que evidenciam as lutas ancestrais e re(elabora) um movimento novo conduzido pelo anseio de afirmação da identidade coletiva e que produz novos direitos e constroem novos caminhos para a sua liberdade.

No vídeo-documentário: *Contando História*, Maria Emília da Silva, mais conhecida como D. Liosa²¹, Ana Belo²², D. Marina²³, Andreino Antônio Mendes²⁴, e Aparecida Mendes²⁵ contam aos jovens estudantes a história do açude de Conceição das Crioulas e como a comunidade se organizou para que ele não “fosse embora” num ano de grandes chuvas na região.

Além desse acontecido, os jovens também pesquisaram e apresentaram as histórias do antigo Cemitério e da Usina Velha que atualmente abriga as instalações da Biblioteca afro-indígena. É importante salientar que os estudantes listam vários espaços que existem na comunidade e que consideram como patrimônio histórico. No entanto, eles escolhem somente esses três para apresentarem, mas que ao final do vídeo eles já anunciam: “Na história de nossa comunidade há muito a ser contado, por isso continuaremos em outros capítulos”.

Na história do açude aparecem práticas antigas que até hoje são vivenciadas na comunidade. Como exemplo podemos pensar que o instrumento de comunicação utilizado na época para avisar e mobilizar as pessoas quando o açude estava correndo o risco de desabar foi o sino da igreja. Nos dias de hoje o mesmo é utilizado frequentemente para avisar a morte de alguém ou quando as atividades religiosas irão começar. A escolha dessas narrativas e o fato de terem sido reconstruídas e reproduzidas pelos estudantes refletem como eles veem e valorizam esses espaços como herança histórica e cultural que precisa ser divulgada e preservada pela comunidade. Dessa maneira, a escola pratica uma pedagogia

²¹ D. Liosa, historiadora da comunidade. A sua oralidade foi fundamental no processo de reconstrução da história das crioulas para elaboração do laudo antropológico através do qual foi dado o reconhecimento de Conceição das Crioulas como território quilombola.

²² D. Ana Belo, uma das mais velhas que aparece no vídeo, historiadora da comunidade e também representa a história das mulheres através do artesanato. Ela é uma das onze bonecas de caroá.

²³ D. Marina, também é uma mulher já idosa, conta a história não só da origem da comunidade, mais também de outros espaços considerados patrimônio histórico e cultural para o nosso povo.

²⁴ André Negão, como é popularmente conhecido, liderança da comunidade que tem um vasto conhecimento da história. É uma pessoa importante no processo da luta pelo território e pela conquista da educação escolar específica e diferenciada.

²⁵ Cida Mendes, como é mais conhecida, se tornou uma liderança no processo organizativo da comunidade. Foi coordenadora executiva d AQCC por dois mandatos.

participativa em que o conhecimento é construído e vivenciado pelos próprios estudantes. Portanto, é visível que essa escola estimulou nesses jovens a vontade de se tornarem protagonistas da sua própria história.

E nessa história, como se percebe, é bastante valorizada nos trabalhos pedagógicos escolares, nela existem vários “mitos” que trazem encantamentos. Essa mesma história é retrata de diferentes maneiras pelo público das escolas, que vai da Educação Infantil ao Ensino Médio. Podemos constatar isso em diversas produções do Crioulas Vídeo que frequentemente registra diversos eventos e momentos educativos organizados por elas. Daí transforma essas imagens em documentários que são utilizados como material pedagógico dentro das próprias escolas do quilombo e também fora da comunidade.

Outros recursos que são bastante aproveitados pela escola são os livros produzidos pelos estudantes. As competências e habilidades necessárias para a produção destes materiais são acionadas deste cedo. Como as etapas para esse trabalho acontecem em grande parte fora das quatro paredes das salas de aulas, se tornam momentos descontraídos, alegres, empolgantes. De maneira muito natural eles seguem um roteiro bastante comum para a realização do trabalho que é: pesquisar, escrever, sistematizar os textos, organizar a estrutura do livro, e depois apresentar a obra para o grande grupo. Trabalham com elementos e temas simbólicos que deixa explícito o orgulho em pertencer àquela história. A maneira como se relacionam com as narrativas escritas revela um sentimento de legitimidade e de naturalidade que está inerente somente aos que ali vivem, defendem o território e valorizam a sua história. Segue abaixo alguns exemplos de livros produzidos por estudantes da Escola Municipal Professor José Mendes.

Figura 15 (15a – 15 i). Livro: A Pedra da Mão - Livro que conta a história da Pedra da Mão elaborado por estudantes do 6º ano “B”, em 2015

Figura 15 a. A Pedra da Mão, capa



Figura 15 b. A Pedra da Mão, p.2

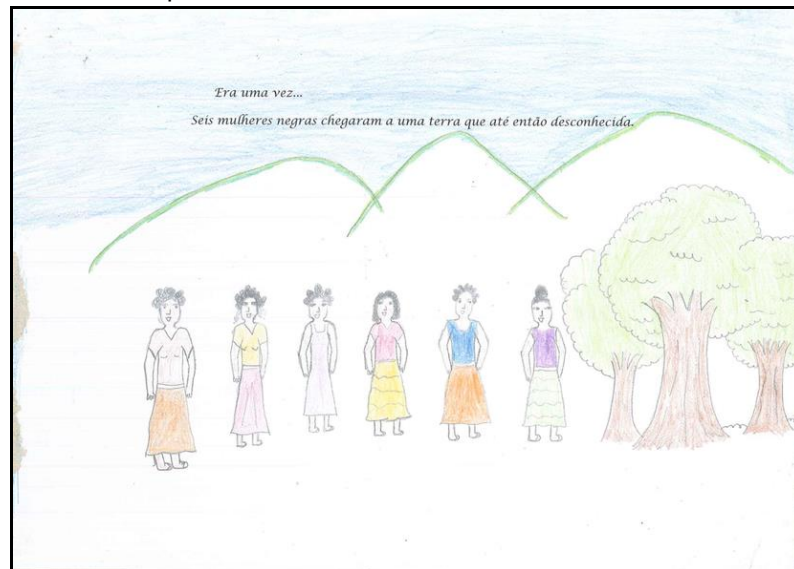


Figura 15 c. A Pedra da Mão, p.3

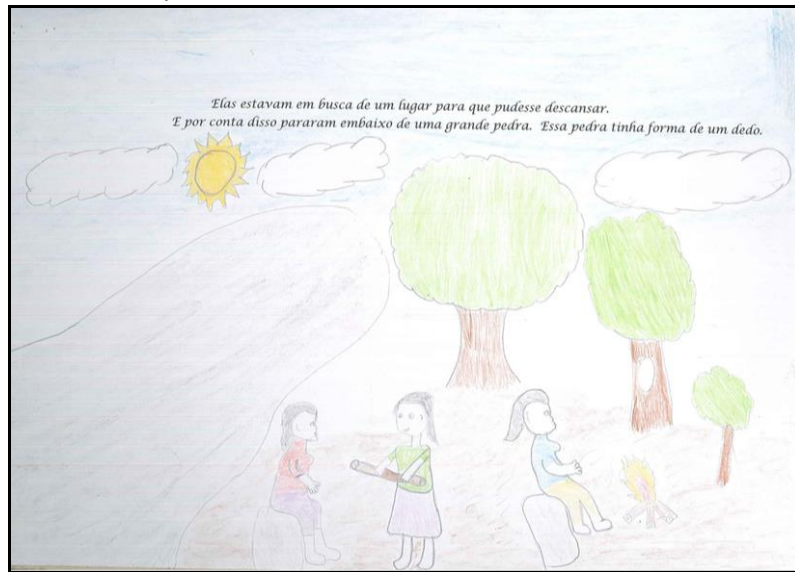


Figura 15 d. A Pedra da Mão, p.4

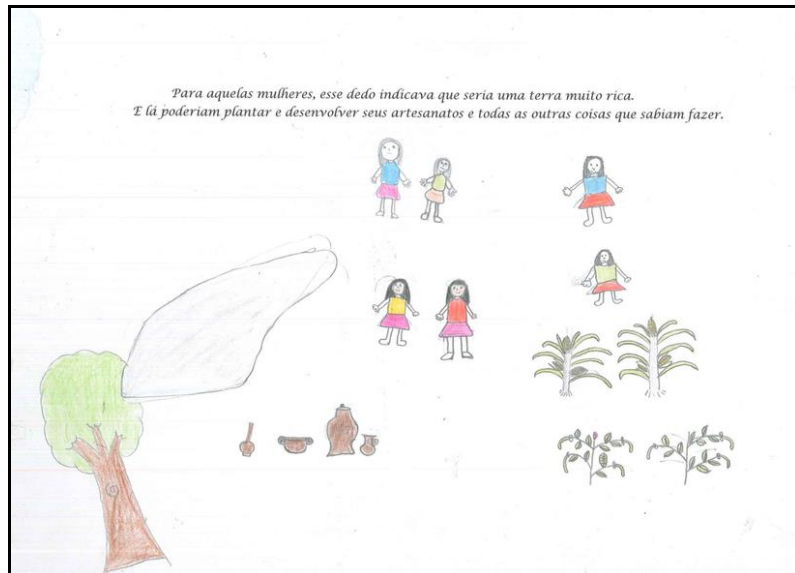


Figura 15 e. A Pedra da Mão, p.5

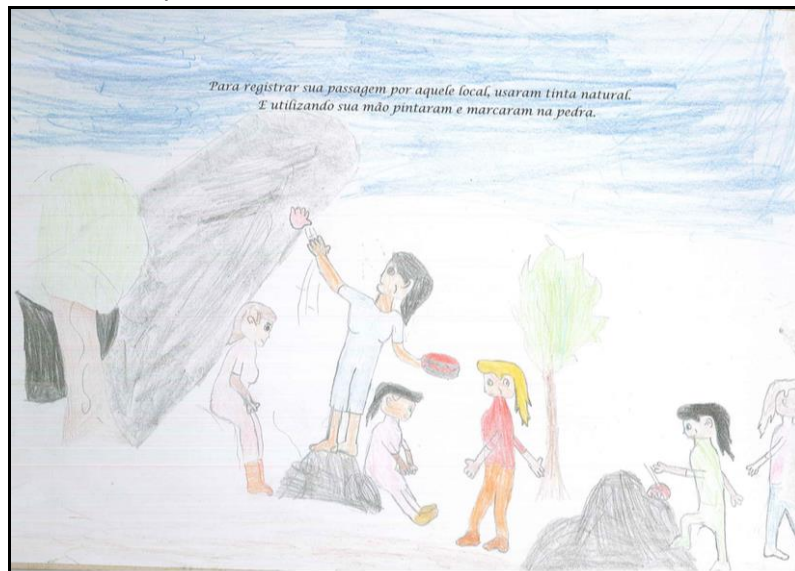


Figura 15 f. A Pedra da Mão, p.6

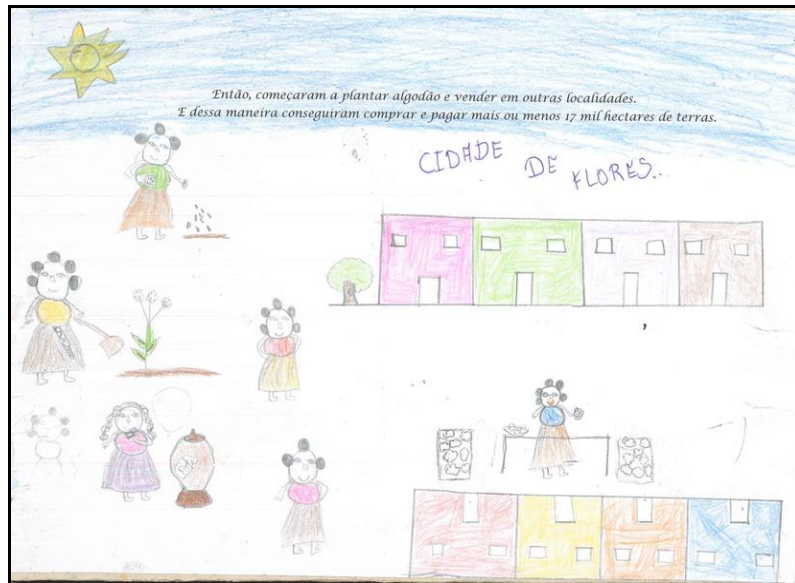


Figura 15 g. A Pedra da Mão, p.7

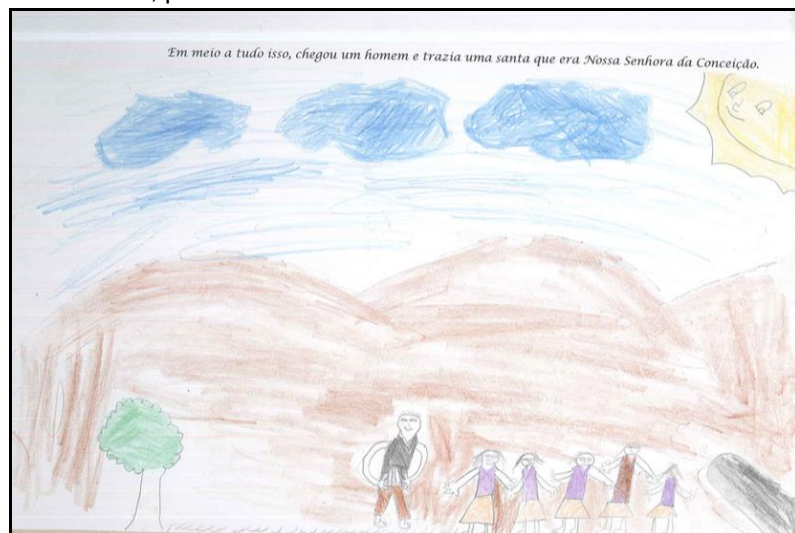


Figura 15 h. A Pedra da Mão, p.8

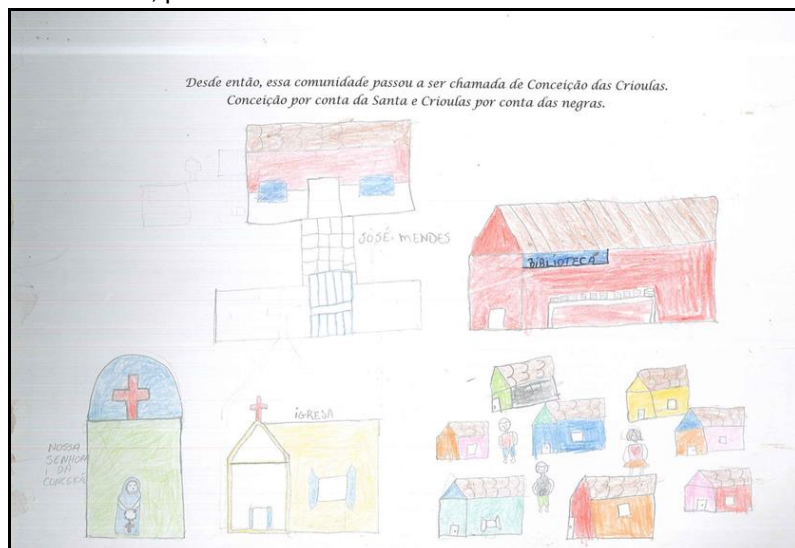


Figura 15 i. Créditos - A Pedra da Mão

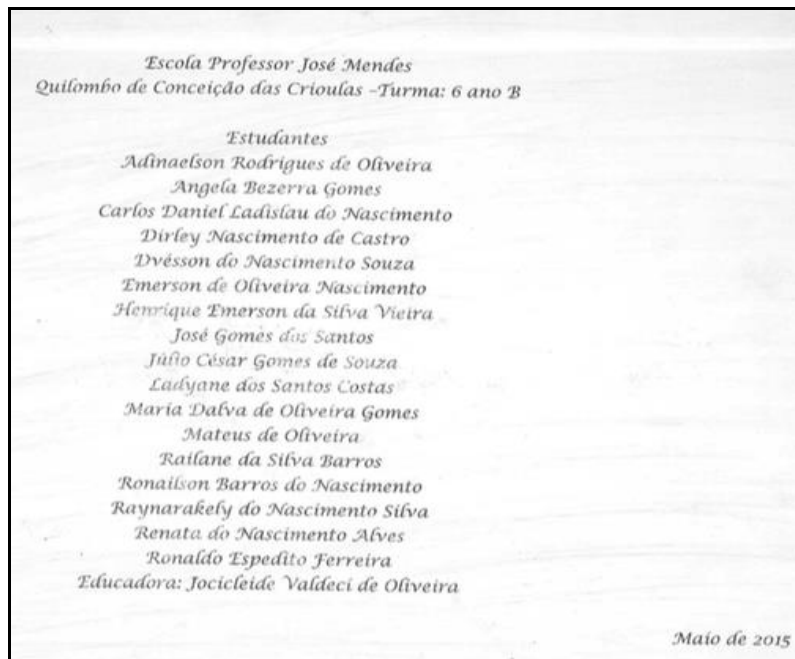


Figura 16 (16a – 16g). Trechos do Livro: Os Caldeirões de Conceição das Crioulas, produzido por estudantes do Programa Avançar em 2016.

Figura 16a

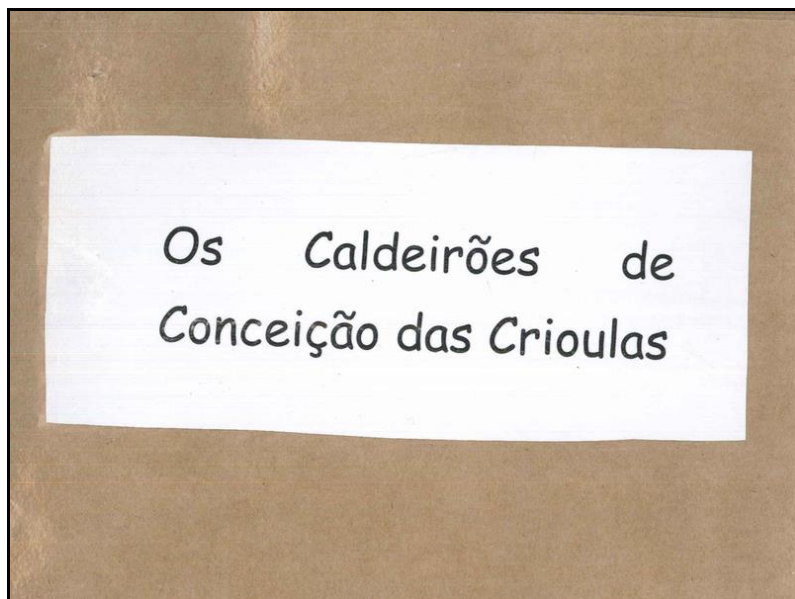


Figura 16b

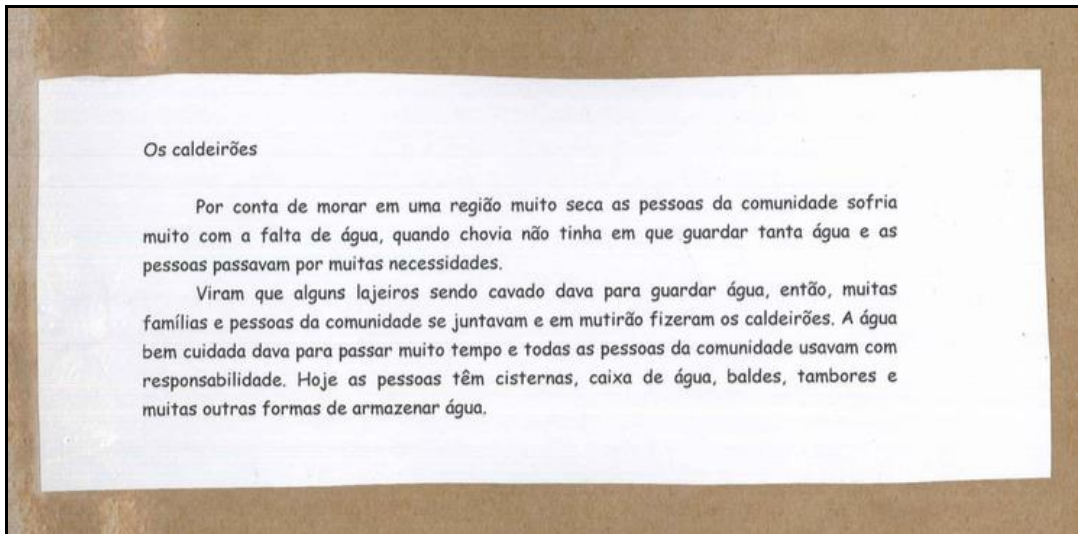


Figura 16c

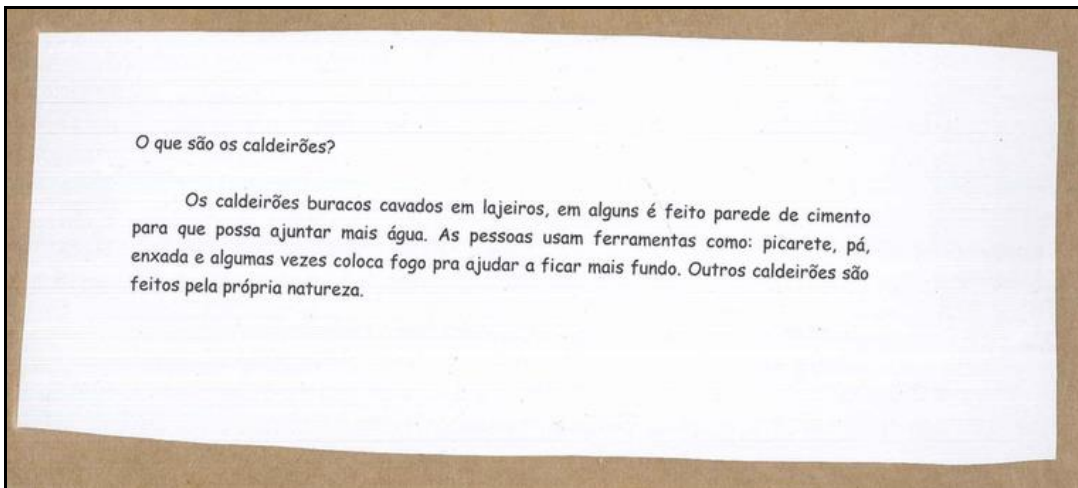


Figura 16d

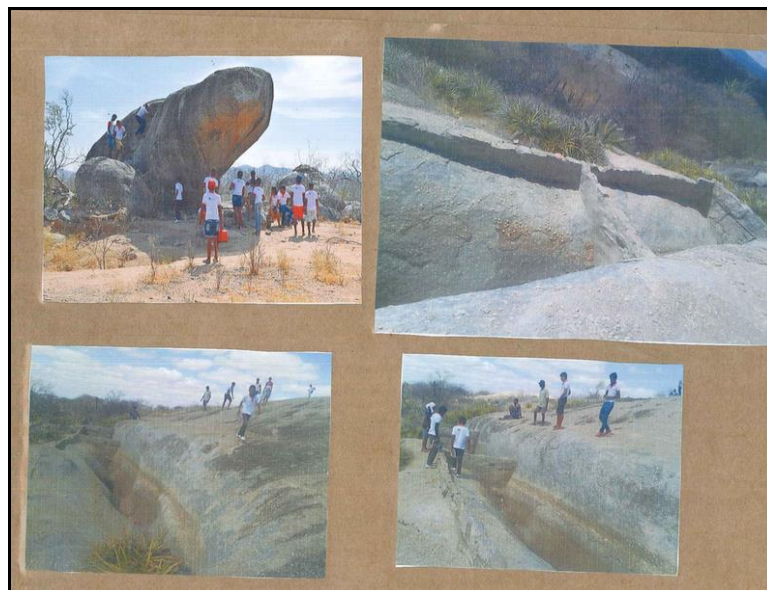


Figura 16e

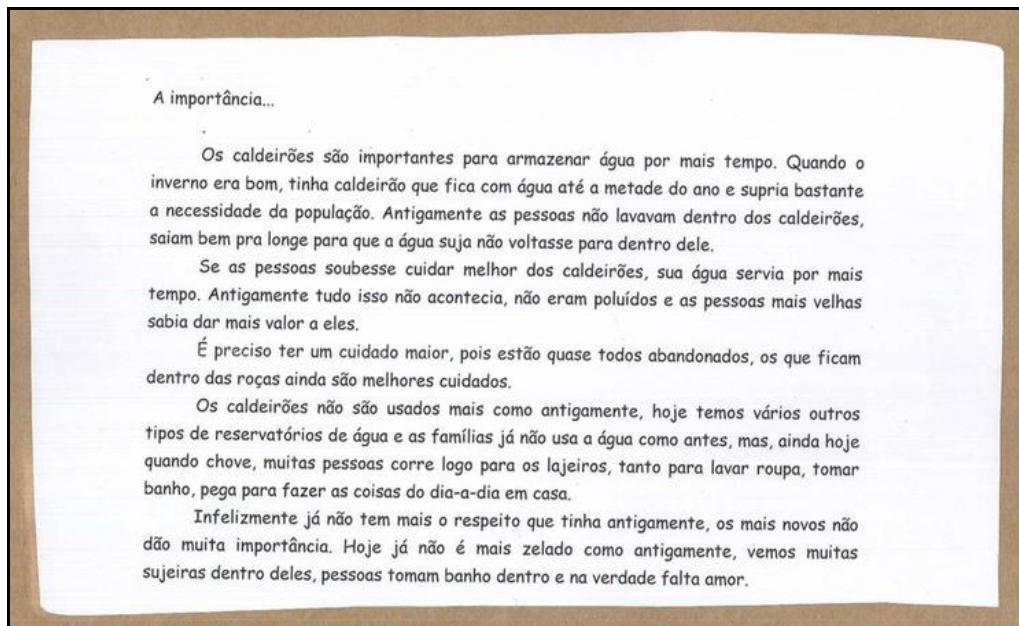


Figura 16f

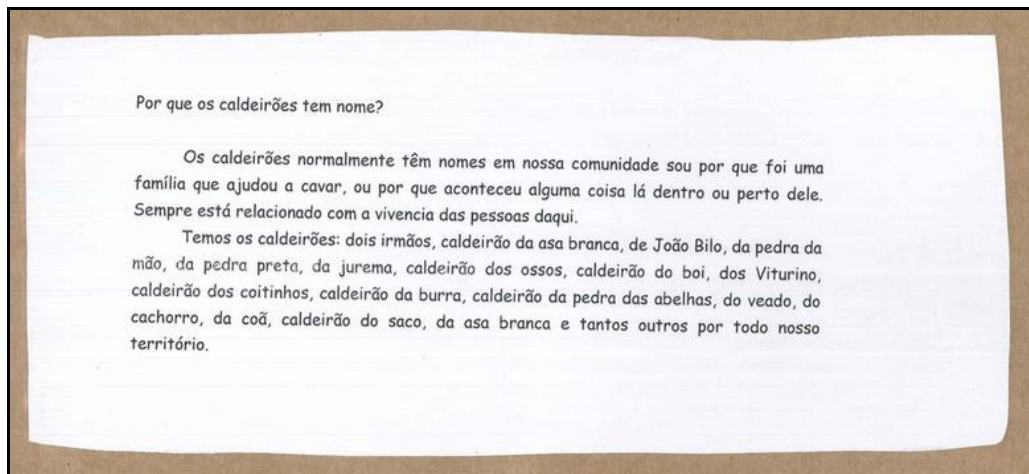


Figura 16g



Cada produção tem sua importância dentro do contexto histórico e cultural do povo quilombola de Conceição das Crioulas. A Pedra da Mão é frequentemente visitada pelos estudantes das escolas do quilombo e também pelos que não são quilombolas. É um patrimônio que diz um pouco da cronologia da comunidade, por ser um marco rupestre que segundo os estudiosos pode se relacionar com o período da pré-história. Essa pedra se localiza no sítio arqueológico de Conceição das Crioulas sobre o qual arqueólogos, no ano de 1993, afirmaram ainda de maneira preliminar que havia ali, vestígios de atividade humana na pré-história pelo fato da existência da concentração de registros em rochas localizados nas proximidades de antigos caldeirões.

No livro acima os estudantes recriam o mito de origem da história da origem de Conceição das Crioulas relacionando-o à chegada das seis mulheres à Pedra da Mão. Para eles a mão indicava que ali era um lugar bom. A terra era muito rica, boa para plantar e para fazer artesanato. Percebe-se que no imaginário dos estudantes os elementos que compõem a paisagem do território tem extrema ligação com a história do seu surgimento e traz ingredientes importantes que instrumentaliza a nossa identidade.

Já o livro: *Os caldeirões de Conceição das Crioulas* conta a história de cavidades situadas em pedras que se formaram de forma natural que até pouco tempo era fonte de sobrevivência para as pessoas. Funcionam como reservatório de água que no período de seca se utilizavam para o consumo humano, especificamente, para beber. Hoje, o uso dessa água vem se modificando. Somente é utilizada para: tomar banho, lavar roupa e louça e outras atividades afins. São lugares que demonstram a união e as alianças de reciprocidade existente na comunidade. Nesses locais era comum pessoas se juntarem para limpá-los e também cavá-los para que sua profundidade aumentassem podendo captar mais água do que o natural. Então, geralmente aconteciam mutirões para a realização desses serviços. Foi num momento como esse que aconteceu a descoberta dos fósseis da preguiça gigante, fato que tornou um caldeirão famoso.

Figura 17. Buraco dos ossos.



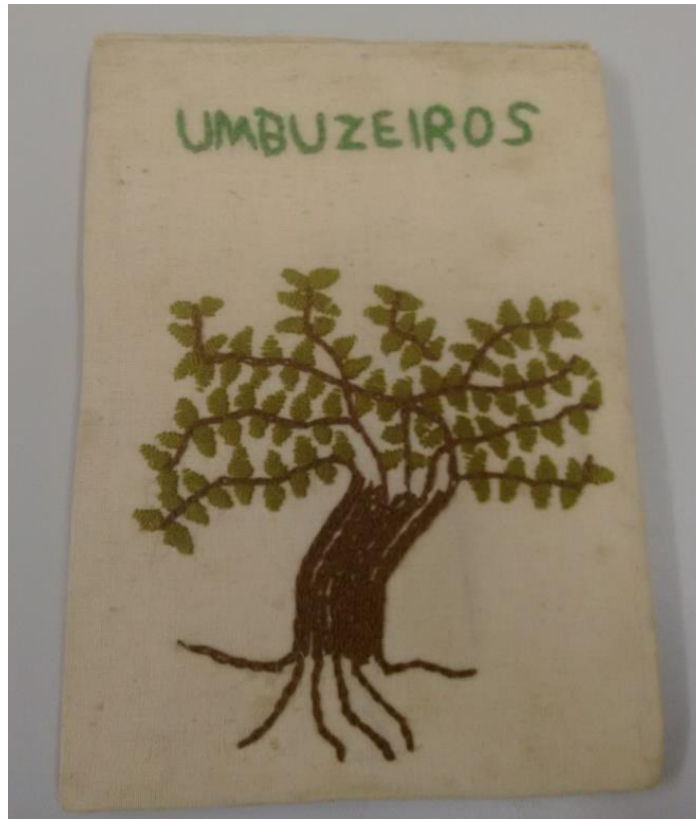
Fonte: Acervo da comunidade.

No ano de 1993, a comunidade passava por um período de seca terrível. Portanto, motivada pela escassez de água, revolveu escavar mais alguns reservatórios naturais que já existiam, os caldeirões. Quando estavam realizando os serviços começaram a encontrar pedras com formatos diferentes com aparência de ossos. Estudiosos do tema, vinculados a Universidade Federal de Pernambuco, fizeram um estudo da localidade e de matérias encontradas e confirmaram ser de animais gigantes da pré-história. Marcos Galindo Lima e Maria Somália Sales Viana²⁶, em artigo da época, intitulado: Arqueologia em Salgueiro Pernambuco faz a seguinte observação: “constatou-se, nos sedimentos da Lagoa da Pedra a presença de artefatos de pedra lascada e polida, bem como possíveis traços de atividade humana em restos ósseos fossilizados (mamíferos gigantes, principalmente)”.

O povo começou a chamar esse lugar de “buraco dos ossos”, um dos mais visitados do quilombo. (Foto acima.)

²⁶ Arqueólogo do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco juntamente com Maria Somália Sales Viana, professora de Paleontologia do Departamento de Geologia da mesma universidade coordenaram os trabalhos de pesquisa na região.

Figura 18. Livro: *Umbuzeiros*, produzido por estudantes do 7º ano, em 2014



O livro: *Umbuzeiros* foi produzido através da parceria AQCC e escolas. No projeto, as escolas faziam a pesquisa sobre o nome dos umbuzeiros e o Grupo de Artesanato ligado à Comissão de Geração de Renda da referida associação fazia estampas da planta nos produtos feitos de algodão. Os umbuzeiros, plantas nativas da região do semiárido nordestino, na nossa região têm nomes, ou seja, são batizados. E cada nome, assim como os nomes das pessoas têm um porquê. Os nomes são relacionados às suas características, a acontecimentos ou a pessoas que trabalhavam, moravam próximas, ou até mesmo que passaram por ali que se tornaram parte da história daquela árvore. Muitas vezes são histórias acontecidas há bastante tempo que estão presente somente na memória das pessoas mais velhas, carecendo escrevê-las para se tornar presente na mente dos mais jovens.

Como se percebe, as práticas educacionais sejam elas dentro ou fora da sala de aula seguem aspectos semelhantes. O que quero dizer com isso? Que os conteúdos, os caminhos, as maneiras de fazer educação escolar têm um jeito próprio de Conceição das Crioulas, em que fortalecer a história, anotar o que está na memória, seja no papel, em vídeo ou na própria memória é característico do seu fazer pedagógico.

As escolas de Conceição estão cotidianamente preocupadas com o que acontece no mundo “político” que de certa forma interfere na vida da comunidade. Por isso, têm optado ultimamente por um planejar flexível e que aborde temas significativos. Exemplificando, as datas do calendário sociocultural seguem definições que foram discutidas num coletivo que “desconsideram” datas oficiais que são seguidas pelo calendário comum a todas as outras. Nesse contexto, as conquistas do presente que estão intimamente ligadas às lutas do passado são lembradas e celebradas. Dessa forma os são saberes são trazidos como “conhecimentos que têm contemporaneidade para criticamente ler o mundo, e para compreender, (re)aprender e atuar no presente”. (WALSH, 2009, p.25) A compreensão é de que os movimentos de territorialização são inseparáveis aos processos educativos, na verdade, são processos educativo-políticos.

Essa visão se construiu a partir de observações e das minhas vivências aqui no quilombo. Percebo que os processos educativos são inerentes às lutas, e a territorialização acontece o tempo todo e de muitas formas. No jeito que a comunidade se organiza, pensa suas demandas e atua em busca dos seus direitos.

As ações que são vivenciadas no decorrer do ano letivo obedecem a uma organização que são vistas como “naturais”, porque surgem de acordo com as necessidades vigentes. A faixa abaixo é o lema principal de um momento coordenado pelas escolas no mês de setembro/2016 a favor dos direitos trabalhistas e contra as atrocidades do Governo Federal e que os estudantes intitularam-no de: **Fora Temer.**

Figura 19. Foto: Estudantes com faixa de abertura da caminhada contra os cortes de direitos.



Nesse dia, o público estudantil juntamente com professores, professoras, familiares, fizeram uma passeata com cartazes de empoderamento e gritos de ordem, com um percurso pequeno, mas bastante notável. Saímos do espaço onde antes funcionava o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), demos uma volta na praça e pararam em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Lá aconteceram falas de incentivo à luta e de demonstração de que a educação escolar é, sem dúvida, um instrumento de busca e de defesa de direitos.

As escolas quilombolas municipais e a estadual, respectivamente: Professor José Mendes, José Néu de Carvalho, Bevenuto Simão de Oliveira e Rosa Doralina Mendes que trabalham na lógica construída pelo “novo” PPP expressam sua autonomia cada vez mais. Desse modo, fazem subversões nas propostas curriculares padronizadas que ainda hoje querem impor à comunidade.

As práticas de negação e desvalorização às formas de ser e de viver do povo de Conceição das Crioulas permanecem até os dias atuais. Mesmo tendo percorrido um caminho significativo em que já existem dispositivos legais a nosso favor, muitas vezes desconsidera-se todo o processo já percorrido e desrespeita essa legislação alegando que estas se encontram abaixo da “lei maior” que a Constituição Federal de 1988.

Lembro-me que em inúmeros momentos com o governo municipal e sua assessoria jurídica para se construir uma legislação específica que desse o direito a um concurso público para professores e professoras quilombolas, ouvíamos dizer que a Convenção 169 da – OIT não poderia ser aplicada, por se referir a um Tratado Internacional que não tinha valia igual à CF/88 sendo inconstitucional se fosse utilizado como base para as nossas reivindicações. Ainda assim, com muita batalha, entre outras conquistas conseguimos a criação da categoria professor quilombola no ano de 2012 através da lei municipal de nº 1.813/2011. Com sua homologação foram realizados dois concursos com especificidade para quilombolas, o primeiro em 2012 e o segundo, mais recente, em 2016.

2.3. ESPAÇOS EDUCATIVOS FORA DA ESCOLA

Os espaços educativos a que nos referimos são aqueles do dia-a-dia do povo de Conceição das Crioulas. Os terreiros, as celebrações religiosas, os mutirões, os açudes, as roças, as oficinas, as reuniões, os encontros, as assembleias, ou seja,

são aqueles em que as sabedorias são partilhadas e vivenciadas por crianças, jovens, e adultos. São espaços de discussões, de tomadas de decisões e de encaminhamentos. Além desses, existem outros que naturalmente são incorporados ao cotidiano escolar.

A Casa da Comunidade Francisca Ferreira tem uma importância histórica de organização muito grande. Quando foram impedidos pelos fazendeiros de utilizarem as dependências da escola José Nêu para fazerem encontros, os jovens e as lideranças planejaram a construção de um espaço a fim de adquirirem autonomia e liberdade. Os que lideravam o movimento deram o pontapé inicial e a casa foi construída de forma coletiva, com mutirões e outras ações que demonstram a reciprocidade presente na vida da comunidade. Na casa da comunidade acontecem frequentemente atividades pedagógicas coordenadas pelas escolas e também pela AQCC através das suas comissões. Como é o caso da Comissão de Geração de Renda, e da Comissão de Mulheres; Juventude e outras. Nesse local além de ter espaços para reuniões existe também a loja do artesanato, e o beneficiamento de frutas. É um lugar de bastante movimentação.

A Casa das Juventudes Girlene Rosa representa um lugar de resistência e organização dos jovens. É um espaço que agrega diversas identidades e onde acontecem várias atividades relacionadas ao público juvenil. Esse lugar foi conquistado após várias reivindicações, culminando com a ocupação da cadeia velha e a conseqüente reforma que a transformou num local de autonomia para esse público. Lá acontecem atividades de projetos educativos que objetivam fortalecer a cultura da comunidade. O último que aconteceu foi o projeto: Ao Som do Pífano, coordenado pelo educador Adalmir com a parceria das escolas. Ali também está a conexão cidadã que dar a possibilidade aos jovens acessarem os conhecimentos do mundo virtual e se relacionarem com outras realidades.

A AQCC (Associação Quilombola de Conceição das Crioulas) é um espaço que concentra a organização administrativa e política da comunidade. Ela é responsável no gerenciamento do território. Criada no ano de 2000 quando a comunidade recebeu o título como comunidade quilombola. É um lugar de referência em luta e conquistas.

Um aspecto importante da AQCC são as parcerias adquiridas por ela a exemplo do grupo Identidades da Universidade do Porto em Portugal, que

desenvolve projetos na área de artes desde o ano de 2003, realizando oficinas com professores/as, estudantes e com a equipe do Crioulas Vídeo.

Um espaço que sempre ajudou o ensino-aprendizagem é a roça. Pois os pais e mães levam seus filhos e filhas para aprender desde cedo a cultivar a terra e plantar os alimentos necessários para o dia-a-dia de forma consciente sem o uso de agrotóxicos considerando que era uma pratica tradicional dos agricultores (as). Eles também ensinam que a terra é parte da luta da comunidade. Todos esses conhecimentos estão sendo socializados com as crianças, jovens e adultos na perspectiva de sensibilizar as pessoas para o cuidado com o ambiente.

Como podemos observar são vários os espaços educativos no quilombo de Conceição das Crioulas que têm contribuído muito no fortalecimento da identidade étnica das pessoas que vivem nesse território.

Discutirei aqui a relação que existe entre identidade e cultura quilombola, a partir dos espaços dentro e fora da escola que foram listados anteriormente. A ideia é reforçar que os espaços de aprendizagem em Conceição das Crioulas, não estão restritos aos “espaços ditos escolares”. Nem muito menos os conhecimentos estão com aqueles/as “formados/as” e sim, na grande maioria, com a benzedeira/benzedor/parteira, raizeiro/a, pois são eles que guardam esses conhecimentos inscritos nas oralidades e memórias. Como explica Gomes (GOMES, 2002, p.3) “Existem diferentes e diversas formas e modelos de educação, e a escola não é o lugar exclusivo onde ela acontece e nem o professor e a professora são os únicos responsáveis pela sua prática”. No entanto, pode sim, esse professor ou professora, proporcionar ações pedagógicas que sejam possíveis de reafirmar a identidade e a história dos estudantes. Esse pensamento é imprescindível para a pedagogia crioula.

Os espaços comunitários e de vivências sociais são considerados dentro do Projeto Político Pedagógico das escolas do território, da mesma forma a história de resistência de forte presença feminina que originou a comunidade. Esses lugares, como também a historia das Crioulas são elementos de aprendizagens coletivas e significativas e proporcionam uma aprendizagem interativa entre comunidade e escola. Os saberes das pessoas mais velhas são valorizados na intenção de favorecer ao ensino “formal” uma base de conhecimentos próprios da comunidade que tragam significados ao projeto de vida do nosso povo.

Ainda dialogando sobre esses espaços, percebe-se um conjunto de significados a objetos, lugares que contam histórias, revivem memórias e afirma pertença. Por exemplo: uma coisa forte que é bastante perceptível são os significados dado as árvores (umbuzeiro²⁷, mulungu²⁸, baraúna²⁹, mangueiras, etc). Geralmente, elas possuem nomes e contam histórias. É como se a oralidade tivesse como sua escrita as árvores, pedras, serras³⁰, os caldeirões³¹, lajeiros³², etc).

Uma indagação que poderá surgir é: como esses conhecimentos poderão fazer parte dos conteúdos das escolas? Embora, nem sempre estejam dentro da escola, nos espaços escolares e nem sempre estão com os professores/as, quais são os meios que utilizaremos para que eles possam compor o currículo e serem, além de reconhecidos, valorizados e não anulados.

A distribuição/socialização de “conhecimentos válidos” ocorre por meio da seleção feita nos currículos escolares, sejam eles da educação básica ou não. Portanto, é na tentativa de incluir “novos significados” na vida escolar, o significado dos seus saberes e de sua cultura, que a comunidade de Conceição das Crioulas tem, inclusive, negado parte a seleção feita de fora pra dentro, para assegurar que os interesses desse grupo sejam incorporados no cotidiano escolar, em uma tentativa de desconstruir os currículos prontos que desconhecem o meio onde eles se materializam. (SILVA, 2012, p.129).

Para a autora, esse processo propõe uma metodologia que leva à desconstrução de currículos prontos, pois a perspectiva apresentada é outra, já que visa dar “novos significados”. Nesse sentido, a cultura, a identidade quilombola, os saberes tradicionais são componentes curriculares que as crianças, jovens e adultos

²⁷O umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) é uma planta xerófila, pertence à família das Anacardiáceas, nativa do Nordeste brasileiro. É uma árvore de crescimento lento, excessivamente esgalhada, formando copa baixa, densa, com tronco retorcido, ramos tortuosos e cobertos de bastante folhagem podendo chegar até dez metros de diâmetro, atingindo às vezes oito metros de altura.

²⁸ Mulungu: planta medicinal com efeito ansiolítico, antidepressivo, tranquilizante, sedativo, hepatoprotetor, hipotensivo, entre outros. Seu uso interno faz-se através de infusões, decocções, extrato seco, tintura e xaropes.

²⁹ A baraúna é uma espécie típica do sertão nordestino (Figura 1). Geralmente em algumas áreas é encontrada em agrupamentos. Contudo, em certos ambientes, a quantidade de indivíduos da espécie está praticamente desaparecendo. O porte arbóreo é mediano, com altura máxima de 12m e 30 cm de diâmetro.

³⁰No quilombo de Conceição das Crioulas existem duas serras com grande significado para os quilombolas, pois por meio deles, contam a história de origem do quilombo as tem como marco da luta pelo território, que são a Serra das Crioulas e Serras das Princesas.

³¹Cavidades, buracos em pedras que serve para armazenar água nas regiões mais secas do semiárido.

³²Lajeiros são afloramentos rochosos de pequena à médias proporções e de ocorrência natural, geralmente em formato plano se assemelhando com uma laje.

podem adquiri-los, não necessariamente nos espaços escolares ou com encontra-se na função formal de “educar”.

Araújo (2008, p.108), se referindo ao quilombo de Conceição das Crioulas, diz que:

a própria comunidade poderá traçar sua relação com a prática pedagógica e com o território, a construção identitária e sua apropriação do direito enquanto instrumento normativo, visto que as condições e percepções do direito, enquanto concepção de algo inato a cada reivindicação social, está cristalizada na própria Memória Permanente.

Ou seja, há um processo de apropriação no quilombo sobre seus processos educativos que dialogam com as lutas cotidianas por direitos. Esse é um currículo que nos aponta para outra construção de conhecimento, os conhecimentos que não tem base única. São conhecimentos de construção coletiva com protagonismo das mulheres, jovens e crianças, além de primar os saberes das pessoas mais velhas. Por isso, como a comunidade tem na sua construção histórica o destaque para resistências e lutas femininas, elas têm presença expressiva no currículo escolar.

Para ilustrar, apresento três imagens. Na imagem 1, as mulheres tocam na banda de pífanos, atividade inicialmente extremamente masculina e que aí muda-se de posição. Na imagem 2, bonecas feitas da fibra do caroá, já apresentadas acima. Na figura 3, mulheres dançam o trancilim.

Conta a história oral que o trancilim era dançado também para animar a luta e ainda hoje é um símbolo da identidade quilombola de Conceição das Crioulas. Como podemos esperar que um/a professor/a, possa repassar na prática esses conhecimentos para seus alunos/as, se eles/as não possuírem identidade com esse território e com esses saberes? É um conhecimento tradicional importante, pois não apenas conta a história de formação desse quilombo, mas remonta uma memória de luta e formação dos quilombos no Brasil e da resistência negra contra o sistema escravista.

Figura 20. Foto: Mulheres tocando na banda de pífano



Fonte: Arquivo da AQCC

Figura 21. Foto: Bonecas feitas de caroá.



Fonte: Arquivo da AQCC

Figura 22. Foto: Mulheres dançando o trancilim



Fonte: Arquivo da AQCC

Esses são conhecimentos que as crianças, jovens e adultos da comunidade precisam saber, pois faz parte da sua pertença, da sua identidade quilombola. Essas são as razões para afirmar que os saberes tradicionais não podem ficar de fora do currículo, nem muito menos colocados como menores. Porém, nem sempre eles se encontram dentro das salas de aulas e que os detentores desses saberes, precisam ser reconhecidos e valorizados.

Diante do exposto nesse capítulo, podemos concordar com Silva (2012) quando afirma que uma educação escolar pensada nos moldes organizativos locais poderá concretizar anseios coletivos, como também dar resultados possíveis no campo de uma identidade política capaz de lutar por direitos que historicamente foram negadas a essa parcela da população.

A ideia foi se consolidando e apresentado resultados concretos, tanto na diminuição do analfabetismo quanto na inserção das pessoas nas oportunidades de trabalho, na afirmação da identidade quilombola, na elevação da autoestima de seus moradores(as) e no fortalecimento das lutas pelos seus direitos e, principalmente, na busca de alternativas para permanecer em suas localidades, lutando para recuperar as terras ocupadas por não quilombolas. (SILVA , 2012, p.64)

Silva descreve o trabalho da Escola Professor José Mendes como ponto de fortalecimento da história de resistência da comunidade na luta pelos direitos. Ela entende que a partir dali se construiu um elemento central nessa busca que é o autoreconhecimento de sua identidade. Acredito que a história do povo negro brasileiro deverá ser (re)contada, e que seja baseada no olhar de quem vive ou mesmo pelos que viveram na própria pele as mais diversas narrativas em que a opressão era uma questão essencial para a manutenção do projeto de civilização europeu. Que possam atuar enquanto protagonistas e não como meros personagens que historicamente e de maneira intencional sempre foram postos em papéis subalternos, na tentativa de manutenção do projeto elitista de uma ideologia dominante. Sendo assim:

A educação, nessas relações de poder e diferenças, pode incluir em seu currículo alternativas às sociedades, buscando a ruptura com domínio das elites, à servidão e a invisibilidade das minorias, criando segundo Brandão (2002) protagonistas emergentes de um processo que inclui e discute a educação popular como um fundamento da identidade. (RIBEIRO, 2010, online)

Tenho a crença de que a educação específica quilombola produz reflexos positivos possíveis de atuar diretamente na desconstrução das concepções educacionais hegemônicas que de acordo com a história agiram em nossas vidas causando prejuízos irreparáveis.

2.4. FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA CRIOULA

O processo de consolidação da questão educacional em Conceição das Crioulas foi estimulando também políticas mais amplas. Com isso, aqui no estado de Pernambuco, no período de 2007 e 2008, através do CCLF, e em parceria com a COPIPE através de ações formativas, foi realizado um diagnóstico em várias comunidades quilombolas com a finalidade de elaborar um documento que sistematizasse ideias sobre a educação escolar que queríamos em nível estadual. O documento denominado *Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco* estabelece quatorze questões prioritárias para serem consideradas no âmbito da educação. Ele exerceu também influência na criação da resolução nº 8/2012 do CNE/CEB/MEC, resolução que define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica.

No período em que aconteceram audiências públicas com o objetivo de subsidiar a elaboração das referidas diretrizes, houve uma importante interlocução sobre a experiência de educação que vivenciamos na comunidade. Para isso, duas professoras quilombolas de Conceição das Crioulas fizeram parte da composição da comissão quilombola de assessoramento à comissão especial da Câmara de Educação Básica do Mec. As audiências públicas realizadas tiveram como tema “A Educação Escolar Quilombola que temos e a que queremos”, o mesmo tema utilizado no diagnóstico para a construção dos Princípios da Educação de Pernambuco.

Após anos de imposição de uma escola centrada em padrões eurocêntricos, no final da década de 1980 a comunidade engajada nas CEBs, que à época iniciava a discussão de temáticas ligadas à vida dos excluídos, como exemplo: pobres, negros, indígenas, etc., começa a refletir sobre sua origem. Com base em um tema da Campanha da Fraternidade denominado: A Fraternidade e o Negro, que de maneira abstrata tratava de questões relacionadas à luta em defesa dos direitos do povo negro, baseando-se reflexões diárias da campanha da fraternidade vão surgindo questionamentos e estes vão delineando caminhos investigatórios que aos poucos surgem respostas de quem de fato é aquele povo.

É importante destacar que o objetivo de desconstruir as ideias e as práticas negativas da ideologia colonialista dominante, principalmente nas escolas, construiu um jeito específico de fazer educação, uma maneira própria do cotidiano e das práticas crioulenses. *A pedagogia crioula*, termo criado nas oficinas de revisitação do PPP, se desenvolve embasada no pensamento de uma educação escolar que se firma no fortalecimento da história e da identidade do povo de Conceição das Crioulas. Essa ideia de educação já vinha sendo discutida e registrada nos momentos de sistematização do PPP, onde inclusive há um item que versa sobre os seus fundamentos. Os parágrafos que descrevo abaixo fazem parte desse documento que foi escrito por nós (professores/professoras e lideranças) de maneira coletiva.

Esse pensamento tem forte ligação com o que expõe a missão da AQCC – promover o desenvolvimento de Conceição das Crioulas, fortalecendo a organização política, a identidade étnica e cultural e a luta pela causa quilombola – que é a gestora de todo o território. Nessa perspectiva, se articula ainda com questões simbólicas e culturais que estão presentes no seio da comunidade e que expressam

resistência ao sistema que o colonialismo inaugurou e que perdura no regime ao qual somos sujeitos.

Para isso, a escola vive num constante movimento com a comunidade escolar e a AQCC, onde os laços de pertencimento ao território e a identidade coletiva se entrelaçam nas lutas diárias e em práticas socioeducativas. Essa dinâmica é compartilhada na escola em que a mesma se refaz cotidianamente enquanto instrumento de luta.

O processo de ensino-aprendizagem nas escolas do território quilombola de Conceição das Crioulas é constituído a partir da valorização das práticas educativas presentes no fazer cultural próprio do povo quilombola. Na valorização da história oral, nos eventos festivos, nas práticas religiosas, nas relações familiares, no contato com o território, nas associações de moradores e moradoras.

Esse jeito de fazer é um ponto de fundamental importância na construção dessa pedagogia, pois se propõe como um sistema educacional, anticapitalista e descolonizador, onde o modo de pensar e os saberes da comunidade são valorizados. Assim, o público estudante tem a possibilidade de perceber o mundo de maneira mais consciente, verdadeira, objetiva e principalmente humana.

É uma pedagogia que se baseia, principalmente nos saberes e conhecimentos das pessoas mais velhas, e que prevalece a valorização da cultura de resistência e as lutas da comunidade. Podemos afirmar ainda que a pedagogia crioula além de ser fundamentada nos saberes históricos e culturais da comunidade e em ações socioeducativas do povo crioulo, se articula intencionalmente com a Pedagogia de Paulo Freire, que aponta caminhos para que a educação escolar seja libertadora. Essa ideia de educação dialoga também com a Pedagogia Decolonial de Fanon que trata da urgente necessidade de descolonização das mentes e das práticas.

Compreendo que a educação específica em curso na nossa comunidade tem semelhança com a ideia de Fanon quando citado por Walsh (2009) sobre a educação. Que seja um movimento de conscientização que possamos reaprender, e não só reaprender, o mais importante é desaprender as coisas que nos impuseram. Seria construir um novo mundo, uma população questionadora, aguerrida, que desobedeça às ordens impostas. Por isso, a Pedagogia Crioula é construída a partir da condição de *racialização* à qual fomos submetidos, conceito elaborado por Walsh, e fundamentada em saberes próprios da comunidade. Dessa forma, faz

analogia a Decolonial, afinal fomos colonizados e o que queremos é que a nossa educação abra as mentes, aja com um princípio central de descolonização.

Entendemos que esse é um processo desafiador, porém essencial para o projeto de vida do povo quilombola de Conceição das Crioulas. Essa ideia foi inserida nas escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas com a contribuição da Comissão de Educação da AQCC, criada em 2002. Um projeto de educação voltado para o fortalecimento da história e da cultura do povo quilombola.

Para isso, os referenciais pedagógicos foram, fundamentalmente, as pessoas mais velhas que passaram a serem valorizados pela escola. Com sua sabedoria ancestral essas pessoas traziam os conhecimentos tradicionais e assim fortaleciam nossa história. Essa era uma estratégia de se contrapor a um pacote “pronto e acabado”, construído fora dali por outras pessoas com realidades muito distintas da nossa, que pouco ou nada contribuía com a valorização dos nossos modos de viver, de ser e de se organizar. Essa escola se tornou referência para o povo quilombola de Conceição das Crioulas como um instrumento de descolonização e de inspiração.

É partindo dessa questão que através de entrevistas, conversas informais, de materiais didáticos (jornais, livros, vídeos) e de imagens que retratam o nosso fazer pedagógico que almejo apresentar esse processo que construiu parcerias e aprofundou a discussão tornando-se uma política cada vez mais sólida na nossa comunidade.

A Escola Municipal José Néu de Carvalho, não diferente das outras, tinha a intenção de afirmar cada vez mais a lógica educacional da colonização eurocêntrica. Isso pode ser confirmado ao conversarmos com estudantes da época pelas ações que nela eram desenvolvidas. Importou professoras e colocou em prática um currículo excludente e oculto que de forma sutil e amigável casou resultados negativos no público estudantil que dela participavam. Dessa maneira perpetuava-se a ideia de dominação de um povo através do sistema do Estado que deveria ser criado para mudar os conceitos impostos pela sociedade escravista. Com a intenção anteriormente descrita, a escola permaneceu por aproximadamente três décadas e meia, e somente a partir de meados dos anos 1990 foi que os primeiros passos para reversão desse pensamento foram dados.

O processo histórico vivenciado pelos negros e negras do nosso país, assim como aconteceu com outros povos tradicionais, como no caso dos indígenas, foi

duramente construído em oposição as identidades dos colonizadores com as quais nos confrontamos e nos relacionamos desde então.

As formas e estratégias de opressão a que fomos submetidos sustentou e ainda sustenta ideias de que somos inferiores aos brancos, visão amplamente difundida e reforçada pelo sistema educacional brasileiro desde a sua inserção na sociedade. Para ampliar esse pensamento cito Cynthia Veiga, 2008 quando ressalta que:

é importante destacar que o processo de produção dos afrodescendentes como grupo inferior na sociedade brasileira se fez por meio de práticas várias, entre elas o registro escrito, como domínio do grupo que se autodenominou portador de atitudes civilizadas. Se tomarmos alguns grupamentos de registros, podemos observar que foi recorrente a sinonímia negros e escravos, contribuindo para uma série de equívocos na historiografia da educação brasileira por incorporar tal registro e não se dar conta da importância da diferença entre a cor e a condição jurídica das pessoas para discutir o processo de produção da inclusão escolar de crianças na recém-fundada nação. (VEIGA, 2008, p. 509)

Dessa forma, a identidade crioula foi se estabelecendo a partir da história de resistência e da luta das mulheres, porém com entraves, pois, os ideais de branqueamento impostos pelas instituições e pela sociedade estavam bem presentes, principalmente, na escola. Esta vinha com um padrão de ensino no qual se utilizavam, e ainda se utiliza, estratégias e elementos para silenciar, negar e ocultar nossas crenças, tradições, religião, entre outras questões culturais relevantes para a afirmação da identidade, o que tornou mais difícil esse processo. Sobre isso, Silva (2012) reforça que:

é preciso pensar no sistema formal de ensino que os exclui, tanto do ponto de vista do reconhecimento de sua história, quanto da geografia, da produtividade e da sustentabilidade ambiental e cultural e as disputas que estão estabelecidas pelos espaços físicos, são também ideológicos e/ou pelo poder. (SILVA, 2012, p.61)

Por isso, enfrentar um sistema educacional, excludente e racista é bastante desafiador. Passar por um processo de autoaceitação da sua história quando esta é marcada por estereótipos negativos, é muito difícil e doloroso. Por não ser uma tarefa simples, requer muita reflexão e reconhecimento não só da sua história, seu passado histórico, mas também, de compreender sua posição como pertencente a um grupo que foi estigmatizado e excluído, e que teve sua cultura inferiorizada desde sempre. Conhecer a diáspora africana se faz necessário para assim poder se

rever dentro de um marco de coragem e resistência que historicamente foram invisibilizados nas narrativas da população negra brasileira e do mundo como um todo. De certa forma, esse pensamento é reafirmado na obra de Munanga, *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil* (2004) quando ele salienta que:

Essa identidade, que é sempre um processo e não um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros dos grupos: língua, história, território, cultura, religião, situação social, etc. Esses elementos não precisam estar concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram, ou que elas conquistaram em seus novos territórios. (MUNANGA, 2004, p. 14)

Entretanto, como a história do povo é dinâmica, cheia de descobertas e de reinvenções sempre surgem novas perspectivas, e esse mesmo sistema escolar que durante séculos negou a história das populações ditas “minoritárias” que na verdade são maiorias que foram oprimidas de forma desumana, começa a perceber que a história desses povos precisa ser recontada de forma autêntica, e isso ocorreu no quilombo de Conceição das Crioulas.

Vale destacar que uma nova percepção não surgiu por caso. Podemos crer que foi possível a partir de uma nova consciência identitária que foi sendo construída através da busca da nossa verdadeira história. Alguns questionamentos foram importantes nesse processo, pois não entendíamos o porquê de tanta exclusão, então começava um caminho investigativo sobre: quem éramos, de onde vínhamos e o que queríamos. Para isso, a escola exerceu um papel fundamental.

Sobre isso, Silva (2012) afirma que uma educação escolar pensada nos moldes organizativos locais poderá concretizar anseios coletivos, como também dar resultados possíveis no campo de uma identidade política capaz de lutar por direitos que historicamente foram negadas a essa parcela da população.

Lideranças começam a se perguntarem: de onde viemos? Quem somos nós? Quem foram nossos ancestrais? Por que a comunidade é maciçamente negra? E conseqüentemente perguntaram as pessoas mais velhas quem foram os primeiros habitantes dali, como tudo surgiu e começam a encaixar as peças que formavam o quebra-cabeça. Foi a partir daí que a história do Quilombo de Conceição das Crioulas foi registrada no papel, porque nas memórias o seu registro é vivo e dinâmico. Com as coisas mais nítidas, inicia-se o processo de reconstrução da

nossa história e de reorganização social da comunidade. Assim afirma uma das lideranças do processo inicial da luta por uma educação específica e diferenciada, João Alfredo.

E aí, é bem naquele momento ali que a gente, que nós, e eu começo a perceber isso através dos momentos Eclesiais de Base. Começo a perceber isso e começo a fazer um movimento de conversa de animação pra essa comunidade, pra nós começar a levantar a cabeça e pautar algumas coisas importantes que é fundamental pra gente contar a história que tamo vendo hoje, né. Tipo: educação, infraestrutura, água e por aí vai, sabe. (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

A situação em que vivíamos fez com que despertássemos para a busca de um projeto de descolonização que transformasse as nossas vidas, tendo como pauta prioritária: a reconquista do território tradicional e uma educação escolar específica para a comunidade. Essas duas temáticas de luta eram primordiais naquele momento. E para desenvolvermos uma educação escolar de acordo com os moldes de vida da comunidade seria praticamente impossível sem o acesso ao território. Por isso, a pauta do território acontece simultaneamente à luta pela educação. Não há como firmar uma data específica para cada acontecimento. A efervescência do momento fez acontecer diversas pautas, porém essas com maior intensidade.

Como a escola foi um dos mecanismos trazidos para catequizar os povos, portanto criou meios para desempenhar com eficiência esse papel, pensamos em fortalecer a tradição quilombola, nossa história, nossa cultura para também encorajar ainda mais as lutas. Com isso, a identidade crioula é também reafirmada, sendo possível definir caminhos para serem trilhados e confirmar o desejo de se conquistar de fato a liberdade e a autonomia, sonho buscado desde a chegada das primeiras crioulas nesse território.

Bell Hooks na sua Obra: *Ensinando a Transgredir* (2013, p. 76) enfatiza, citando Paulo Freire, que o momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e sobre nossa identidade diante das circunstâncias políticas é um importante estágio inicial da transformação.

Sendo assim, percebe-se que já naquela época a transformação que almejávamos era uma educação transgressora e libertadora, conforme autores acima citados, mesmo sem o conhecimento da literatura acadêmica. Em conformidade com esse ponto de vista está o relato de Givânia.

[...] Então, a escola, além da escola em si, do acesso à escola física, a concepção da escola pra nós era muito importante. Ela poderia ser até debaixo de um pé de umbuzeiro, não teria problema nenhum. Desde que ela refletisse aquilo que a gente tava discutindo à época. E aí, essa que era a batalha. E agente começa a chamar esse processo de educação diferenciada, nós nem sabíamos que tinha teorias discutindo isso. Ééé...não era uma coisa que tava baseada em nenhum teórico isso que a gente tava falando. O que nós tínhamos na verdade era a vivência prática de tá discutindo um processo de organicidade na comunidade e perceber que a escola até 4ª série não dialogava com aquilo. Então a gente queria a escola de 5ª a 8ª, mas também que ela trouxesse pra dentro como conteúdo escolar aquilo que a gente tava discutindo, que a gente acreditava que era por ali que a gente ia poder disseminar, e agente ia poder transmitir pra comunidade a história e esse pertencimento ao território. [...] (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016)

Percebe-se com clareza qual era o objetivo da comunidade naquela época. A busca não era simplesmente por uma escola, mas por uma escola capaz de transformar a vida das pessoas da comunidade, de fazer revolução, de transgredir. Dessa forma, a função da escola que até então era presente na comunidade deveria ser modificada para dar conta de outro projeto. Um projeto de vida coletiva, de fortalecimento das raízes ancestrais que desenvolvesse uma prática insurgente a fim de trilhar outro caminho de seguir outra lógica. Sendo assim, poderíamos afirmar que essa mudança estaria de acordo com o pensamento freiriano quando aponta que a opção pelo amanhã significa optar:

Por uma sociedade que, sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua história. Opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. Que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras, que lhe são sujeitos. Este é o dilema básico que se apresenta hoje, de forma iniludível, aos países subdesenvolvidos – aos Terceiro Mundo. A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção por isso, teria de ser, também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. Educação para o homem-objeto ou educação para o homem sujeito. (PAULO FREIRE, 2016, p. 51-52)

Objetivando a busca desse amanhã, destacam-se três personagens importantes nesse processo, Givânia Silva, professora e agente da Pastoral da Juventude, órgão ligado à Igreja Católica. Givânia atuou enquanto coordenadora da

Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e como coordenadora da Pastoral Rural, posto que mais tarde foi assumido por João Alfredo. Depois, a comunidade designou-a para ingressar no campo da política partidária; João Alfredo, liderança dos movimentos da Pastoral Rural e também da Juventude; e Andreilino Mendes que era mais engajado no movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Estavam com essas pessoas muitas outras que fizeram as ações acontecerem. Entretanto, essas se tornaram lideranças na caminhada para a elaboração de uma política educacional que tivesse o pensamento da comunidade.

Entender o processo de busca de uma escola como espaço de liberdade é ouvir a voz de quem lutou por uma escola específica para o seu povo, para o nosso povo. Pessoa que se emociona com a sua própria narrativa e que também nos faz voltar ao tempo de forma bastante reflexiva quando conta a história da educação escolar no quilombo. João Alfredo, liderança importante, expressa o seu pertencimento a essa comunidade desde seu nascimento e a sua vivência como um dos pioneiros na luta por melhores dias para ela. Conta com orgulho que além de buscar uma escola para a comunidade, tinham ao mesmo tempo o propósito de se ter uma escola diferente, uma escola que contasse a história da comunidade, que pesquisasse e que construísse o conhecimento tendo como base a identidade étnica e cultural e que fortalecesse os laços coletivos.

Porque a gente não poderia querer uma escola de qualquer jeito ou do mesmo jeito, nos mesmos moldes com o que tinham as tantas outras. Se ela não desse conta de pesquisar também, de fazer as descobertas da comunidade e motivar os alunos para que eles de fato se apropriassem disso, se tornasse um sujeito da sua própria história, então seria muito pouco a gente lutar só pra abrir a escola e deixar ela funcionando como uma escola normal. Então era um pouco essa nossa busca e inquietude em tudo isso [...] (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

Para isso, construíram pontes e buscaram o impossível naquela época. Uma escola de 5^a a 8^a série em um quilombo para quê?

Então, porque até aquele momento tinha um projeto de educação não de alfabetização, não de fazer a pessoa ler, aprender, e com a perspectiva de ir para a 5^a e pra 6^a, e seguir estudando, mas era como se a gente fosse projetado, os alunos, os nossos filhos fossem projetados, simplesmente para fazer de 1^a a 4^a, porque não tinha esperança, não tinha perspectiva e nem projeto político que ajudasse a população botar os seus filhos na escola. (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

O tempo se encarregou de dar respostas práticas e relevantes ao que parecia desnecessário para muitos políticos locais. A primeira diretora, liderança expressiva da comunidade, sonhadora e lutadora por dias melhores para o seu povo, Givânia inicia um projeto de educação diferente da forma como haviam pensado antes mesmo de existir o prédio escolar. Um projeto político pedagógico pensado pela comunidade na intenção de desconstruir a ideia de negação implantada e até então desenvolvida pela escola que poderíamos denominá-la como escola do fazendeiro. O papel desempenhado por ela tinha a intenção de manter no poder os que historicamente oprimiram e massacraram os pretos da comunidade. Uma escola de fase primária como era chamada à época, em que as professoras inicialmente vinham de cidades distantes para manter o sistema educacional do colonizador na ativa e quando passou a serem professoras de lugares mais próximos eram as mulheres dos fazendeiros. O ensino era muito rigoroso e quando os alunos sabiam fazer o nome já era o suficiente para se alcançarem o objetivo que era para votar nos candidatos escolhidos pelo patrão. Assim afirma Andreino Antônio Mendes, popular, André Negão.

E os deputados, ééé... mantinha os moradores de Conceição e mesmo faziam questão de alienar as pessoas achando que a gente não era capaz, porque meu pai tinha um deputado por nome de Suetone Alencar que ele chegava aqui e dizia: não seu Antonio Bilo, você pode ficar sossegado porque vocês não têm condições mesmo de ser professor, de ser doutor. Tá capaz de vocês estudar até a 4ª série, de botar os mínimo até a 4ª série e pra estudar até a 4ª série a gente traz professor seja de onde for, mas a gente bota professor. Não achavam que nós aqui seria capaz de um dia dentre nós mesmo tirar alguém pra ensinar, os que tavam iniciando. Então por isso, era muito ruim aquela época. (Trecho da entrevista com André Negão em julho de 2016)

A nossa capacidade era invisibilidade, nossa identidade crioula era negada, era violentada da forma mais desumana possível, pois utilizavam maneiras que mascarava de fato qual seria a intenção daquela ação. A escola, único espaço público disponível à época servia para manutenção de atitudes e práticas de alienação que eram necessárias para manter o pensamento do opressor em vigor. Aprendia-se na escola que éramos morenos ou as mais variadas tonalidades possíveis, pois o ser negro incomodava-os, podemos até dizer que ser negro era

uma identidade que ameaçava, e poderia a qualquer instante ressurgir ideias que foram sufocadas pelo pensamento colonial.

A luta anteriormente mencionada resultou na construção da Escola Municipal Professor José Mendes no ano de 1995. A partir daí começa uma nova história. Givânia enquanto diretora inicia um movimento diferente. Com a ideia de que essa escola pudesse recontar e reconstruir a história daquele povo que ora estava “esquecida” principia uma formação de professores e professoras em rede. Isso quer dizer que todos e todas que lecionavam nas escolas do II distrito vinham para a Vila de Conceição onde aconteciam os encontros. Discutia-se e planejava ações conjuntas referentes ao fortalecimento da história, como também acontecia o planejamento para avançar na aprendizagem, principalmente, da leitura e escrita. Já era o começo da construção de um PPP que representasse um coletivo, ou seja, com uma concepção política que pudesse se aproximar mais da realidade das escolas da região. Isso aconteceu no período de 1995 e 1996 últimos anos de um governo municipal em que era possível o diálogo, e a implementação de algumas ideias que favoreciam a autonomia da comunidade.

Entretanto, a nossa região, historicamente, foi dominada pelo poder político dos coronéis, que eram ao mesmo tempo, prefeitos, vereadores, fazendeiros, donos de cartórios e conseqüentemente “donos do povo”. Eram eles que diziam em quem votar, onde morar, e até em que dias os seus oprimidos podiam trabalhar em suas próprias roças.

Em conversas informais com minha mãe e com outras pessoas mais velhas, escutei por diversas vezes eles dizerem que naquela época quando chovia, eles (os fazendeiros) marcavam os dias que os pretos iam trabalhar nas roças deles. Geralmente os primeiros dias da semana e mais de uma vez por semana. Depois é que podiam trabalhar em suas roças.

Lutar contra esse mundo de dominação e exploração, os percalços são inevitáveis, e à época eram planejadas estrategicamente ações por quem historicamente nos oprimiu e nos massacrou para que a nossa organização fracassasse.

No ano de 1997, há exatamente vinte anos, toma posse um governo ligado às ideias da direita, no caso, o líder era o Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente Democratas (DEM). Era uma ala composta por uma elite oligárquica, da qual fazia parte os ditos fazendeiros/fazendeiras. Em 2003, esse mesmo partido entrou com a

ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o decreto 4887/03 que regulariza o art. 68 da CRFB que trata dos direitos territoriais quilombolas.

No plano local, o período de quatro anos de um governo municipal com o qual era possível fazer parceria e com ele havíamos avançado muito termina. E inicia-se um período de quatro anos de dominação na nossa comunidade. No plano nacional, o mesmo partido ingressa com ações contra os quilombolas nos primeiros momentos de reconhecimento legal dos seus direitos.

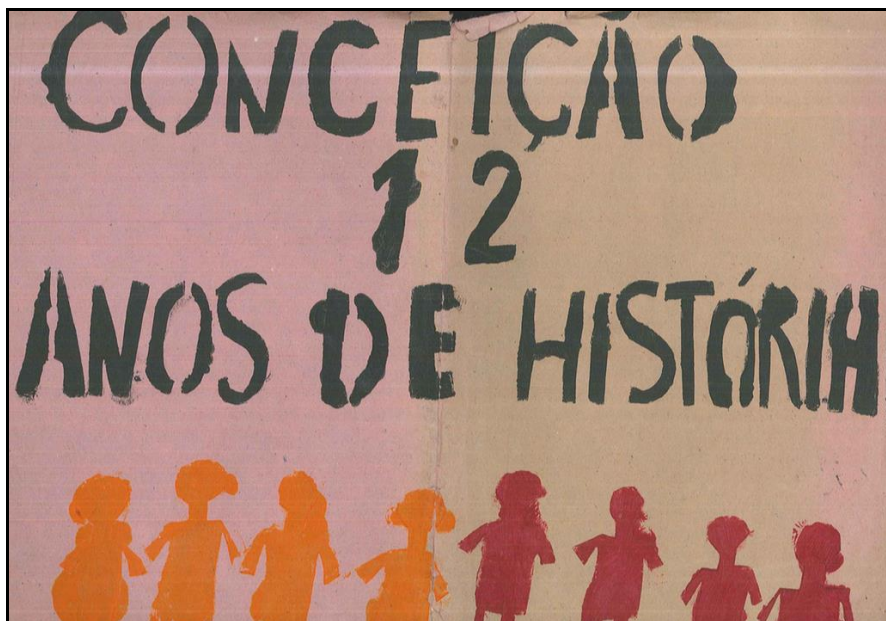
Nesse período, primeiramente, o quadro de pessoal das escolas é mudado, sendo substituído pela família dos fazendeiros invasores do nosso território. Ficaram apenas três professoras que defendiam à causa quilombola. Duas da comunidade e uma da cidade, mas que contribuía no processo de reconstrução da história. Mesmo assim no ano seguinte, foi transferida para bem distante. A prioridade do ensino era desfazer o que os estudantes haviam aprendido da história, e da luta pelo território.

Nesse tempo o currículo escolar conectado com a comunidade não acontecia. Não acontecia, e inclusive eu lembro que eu não estava na sala de aula naquela época, eu sai fui fazer outras coisas, mas houve uma desconstrução de tudo isso nesse tempo. Nesse período é como se agente tivesse percebendo a desconstrução disso. É como se a história, é como se o povo não tinha importância. E ainda mais, era colocado em cheque e interrogação, as perguntas como se o que o pessoal tinha levantado e o pessoal conversasse era inverdade, não era na verdade por parte deles. Então esse foi um período muito ruim. (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

Durante os quatro anos da gestão municipal muitas coisas aconteceram. O que havia sido construído foi tentado “apagar”. A história, os símbolos, a luta. No entanto, a memória e a consciência das pessoas ninguém consegue destruir. Dois anos de escola foram suficientes para reafirmar a identidade quilombola e fazer nascer nas mentes o desejo de manutenção do projeto que estava sendo desenvolvido. E a consciência que havia sido construída nesse pouco tempo, despertou. Os e as estudantes orgulhosas da sua história começaram a transgredir a ordem imposta pelos dominadores. Enfrentaram, foram radicais. Até porque, segundo Paulo Freire (2014, p. 35), num processo de libertação, não pode haver passividade diante da violência do dominador. Um pouco do que aqui descrevemos está registrado em um livro produzido na comemoração aos doze anos de surgimento da Escola José Mendes.

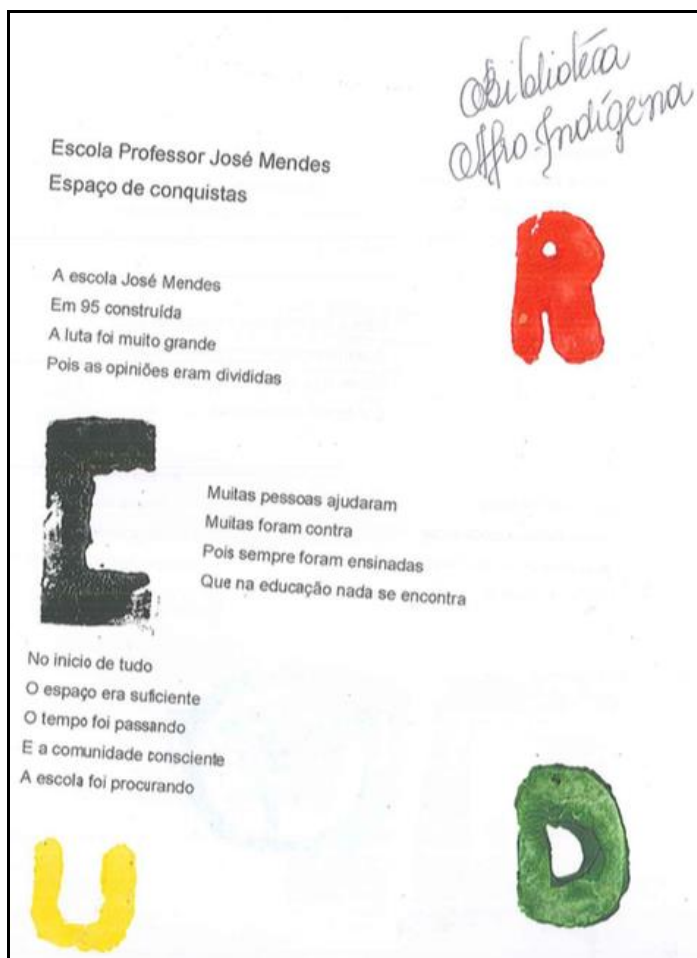
Figura 23 (23a – 23d). Livreto “Conceição 12 Anos de História”, 2007.

Figura 23a



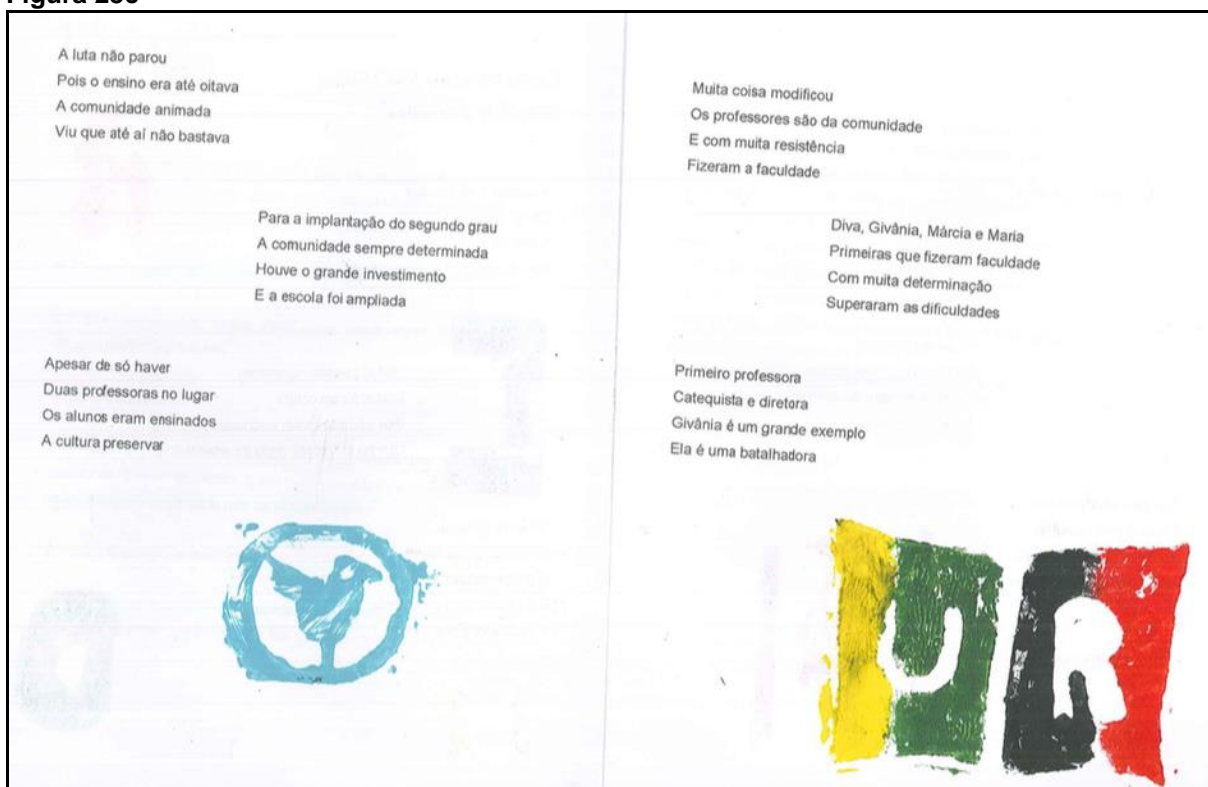
Fonte: Acervo da Comunidade

Figura 23b



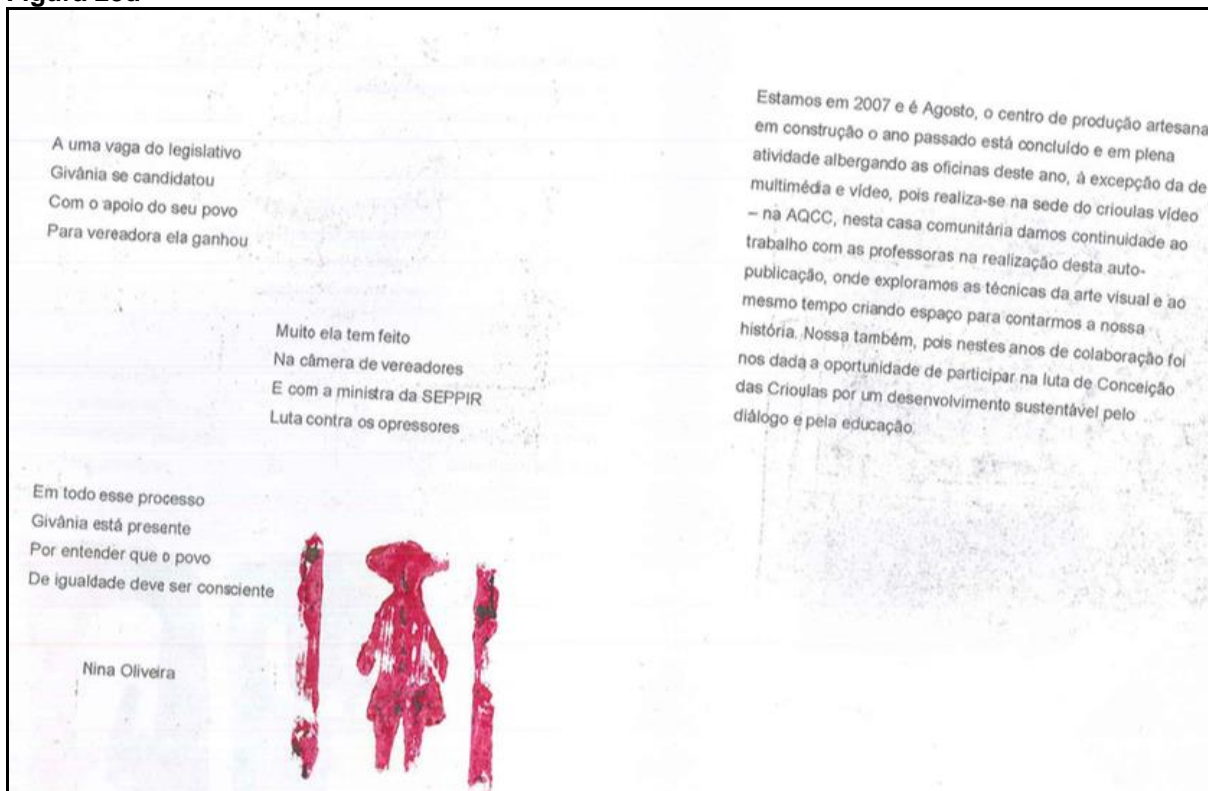
Fonte: Acervo da Comunidade

Figura 23c



Fonte: Acervo da Comunidade

Figura 23d



Fonte: Acervo da Comunidade

Nossa comunidade, historicamente, não tem se mostrado passiva quando o momento é de ação. E os primeiros a se movimentarem, a se mostrarem foram os estudantes. Aqueles que tinham vivido e que tinham contribuído na construção de uma educação mais viva, mais coletiva. Givânia explica o porquê de terem agido assim.

[...] E aí, por quê? Porque esses dois anos que a gente tinha vivido esse outro processo, esses meninos tinham conteúdo. Então, quem não tivesse conteúdo ia sofrer, porque eles iam pra cima mesmo. Então, esses quatro anos foram anos muito tensos, muito tensos mesmos entre a comunidade e a escola, porque os alunos continuaram querendo que a escola mantivesse o que ela havia começado, e eles (os fazendeiros/fazendeiras) brigavam exatamente pra apagar. Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016

Passado esse período tenso e desafiador, recomeça outra etapa em que denominei quando fiz o meu roteiro de pesquisa de: Uma nova escola, uma *pedagogia de resistência*. Parafraseando Hooks (2013, p. 11), posso dizer que seria uma fase fundamental para se recuperar e refazer ações para resistir às estratégias dos que nos dominavam, uma pedagogia revolucionária, uma pedagogia pela liberdade e em conflito contra o que a restringe.

Em 2001, inicia uma nova gestão municipal. Nossas expectativas aumentaram, afinal, um governo em que apoiávamos e acreditávamos. Não posso dizer que seria o início, no entanto, posso dizer nova pelo fato de ter que refazermos o caminho novamente. Porque além de ocorridos quatro anos, havia um novo público a quem não foi dada a oportunidade de ouvir e reconstruir a sua história.

A reinvenção, nesse momento, foi menos sofrida, pois já havia mais pessoas com escolarização capaz de estar em sala de aula e também compor a equipe gestora das escolas, mas ainda com muitos desafios.

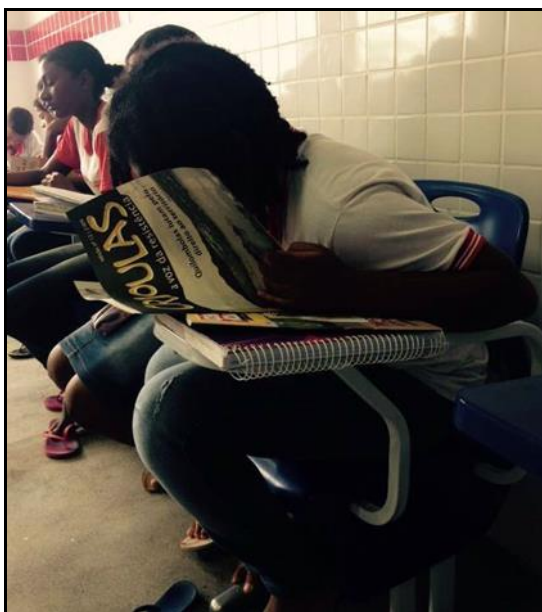
Com um corpo docente composto também por professores e professoras da comunidade, a José Mendes, coordenada pela professora Maria Diva busca a comunidade a fim de se reconstruir a parceria essencial para se reiniciar a construção do PPP.

Fazendo uma digressão, tentarei deixar mais evidente o desenvolver do PPP descrevendo sobre alguns instrumentos pedagógicos elaborados na comunidade e pela própria comunidade, os quais são utilizados na escola com a finalidade de fortalecer a luta e a identidade quilombola.

O Jornal: *Crioulas, a voz da resistência*, ferramenta elaborada pela Comissão de Comunicação da AQCC, que teve ampla divulgação na comunidade e fora dela, atua até hoje como recurso didático em sala de aula. Existe desde o ano de 2003. Com pautas consideradas importantes para a comunidade, entre tantas outras estava à educação escolar, sua lutas e seus avanços. De tantos temas que foram divulgados no nosso jornal, irei colocar o meu ponto de vista apenas sobre algumas matérias sobre a educação das quais também participei enquanto escritora.

É importante lembrar, que o Jornal: *Crioulas* é um recurso didático bastante utilizado em sala de aula. Que apesar de não termos mais recursos financeiros para elaborá-lo, ainda hoje seus textos são trabalhados. Com forte cunho político ele divulga inúmeras materiais referentes às lutas e as conquistas quilombolas, especialmente, do campo educacional e territorial.

Figura 24. Estudante lendo o Jornal *Crioulas*.



Fonte: Arquivo da Escola Professor José Mendes –
Foto: Fabiana Mendes

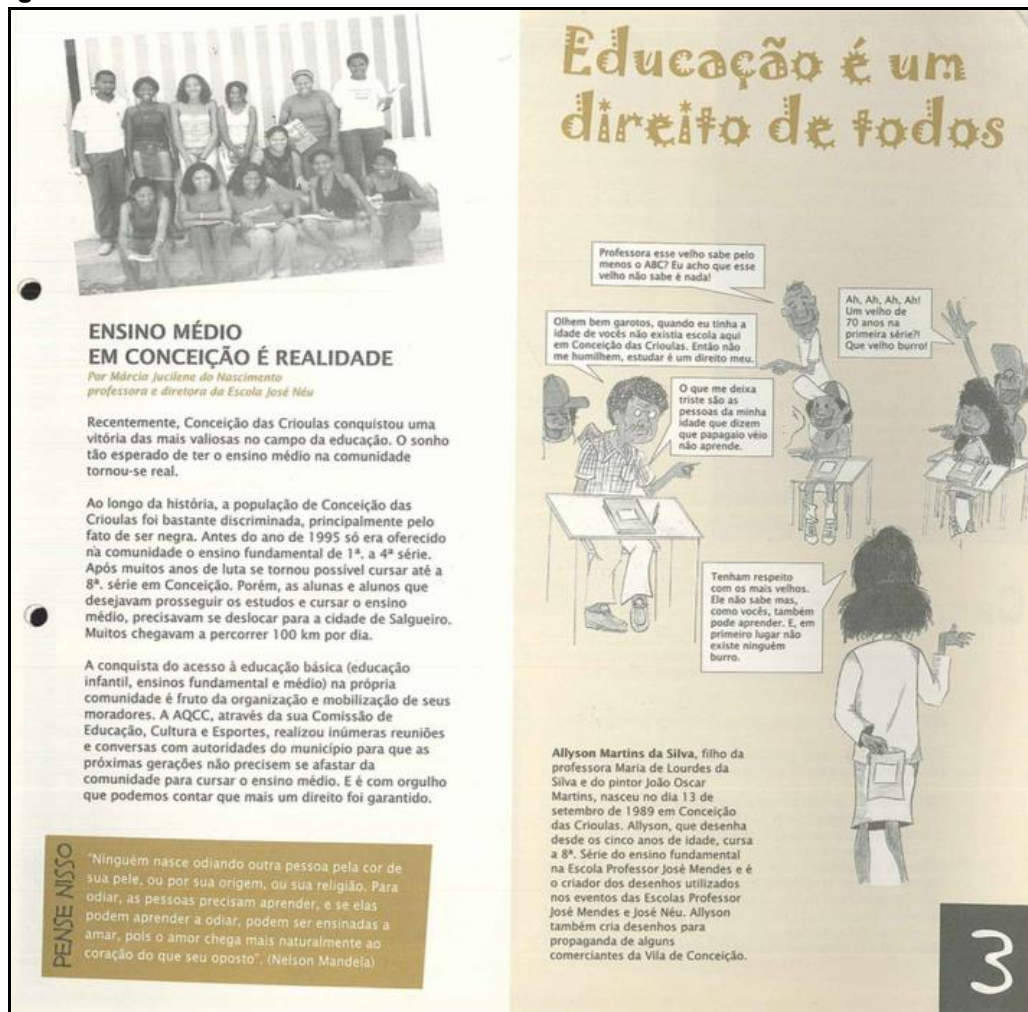
Logo na sua primeira edição o jornal apresentou a manchete: *Moradores de Conceição cursam o Ensino Médio na própria comunidade*. Percebe-se nessa matéria o quanto a conquista de mais uma etapa de escolarização é motivo de orgulho para aquele povo. Com um largo sorriso no rosto, um grupo de professoras e um professor ilustra o início do texto. A recém conquista nos deixava felizes e incentivados para continuar os próximos obstáculos. Afinal, foi um grande embate conseguir com que os estudantes pudessem cursar o Ensino Médio na própria

comunidade, fator muito importante para a apropriação da sua cultura. Givânia, na sua entrevista fala sobre isso.

[.....] e as batalhas foram se dando em seguida. Uma delas foi o Ensino Médio pra própria comunidade, assim, dentro da própria comunidade, que foi uma luta mobilizada a partir da escola, né. E aí com o apoio da associação, das comunidades que foi uma coisa muito legal. Eu me lembro que a gente chamou a diretora da escola pra uma reunião, a diretora da GRE, que eu não sei nem como é que chama agora mais. E ela pensava que era uma reunião, e nós conseguimos botar acho que umas duzentas pessoas numa sala que cabiam cinquenta. Eu me lembro desse episódio muito bacana, assim. E ela chegou e não teve como não se comprometer em abrir uma extensão da Escola Carlos Pena Filho dentro da escola José Mendes que funcionou até a chegada da escola Rosa Doralina. E foi um momento muito importante, por que ela pensava que ia ter uma reunião com a direção da escola, com algumas pessoas ali, e duzentas pessoas ou mais numa sala dissemos que ela só saia dali com um compromisso. E ela se comprometeu e aí abriu-se a extensão da escola Carlos Pena Filho e tivemos ali o Ensino Médio. E a luta continuou pra que não ficássemos numa extensão, e hoje temos a Escola Rosa Doralina Mendes que a escola do Ensino Médio. (GIVÂNIA SILVA, liderança da comunidade em entrevista no dia 04 de agosto de 2016).

E para ilustrar o retrato dessa luta, veja matéria abaixo.

Figura 25. Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência*



ENSINO MÉDIO EM CONCEIÇÃO É REALIDADE
Por Márcia Juçilene do Nascimento
 professora e diretora da Escola José Nêu

Recentemente, Conceição das Crioulas conquistou uma vitória das mais valiosas no campo da educação. O sonho tão esperado de ter o ensino médio na comunidade tornou-se real.

Ao longo da história, a população de Conceição das Crioulas foi bastante discriminada, principalmente pelo fato de ser negra. Antes do ano de 1995 só era oferecido na comunidade o ensino fundamental de 1ª. a 4ª série. Após muitos anos de luta se tornou possível cursar até a 8ª. série em Conceição. Porém, as alunas e alunos que desejavam prosseguir os estudos e cursar o ensino médio, precisavam se deslocar para a cidade de Salgueiro. Muitos chegavam a percorrer 100 km por dia.

A conquista do acesso à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) na própria comunidade é fruto da organização e mobilização de seus moradores. A AQCC, através da sua Comissão de Educação, Cultura e Esportes, realizou inúmeras reuniões e conversas com autoridades do município para que as próximas gerações não precisem se afastar da comunidade para cursar o ensino médio. E é com orgulho que podemos contar que mais um direito foi garantido.

PENSE NISSO
 "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração do que seu oposto". (Nelson Mandela)

Educação é um direito de todos

Professora esse velho sabe pelo menos o ABC? Eu acho que esse velho não sabe é nada!

Olhem bem garotos, quando eu tinha a idade de vocês não existia escola aqui em Conceição das Crioulas. Então não me humilhem, estudar é um direito meu.

Ah, Ah, Ah, Ah! Um velho de 70 anos na primeira série?! Que velho burro!

O que me deixa triste são as pessoas da minha idade que dizem que papagaio velho não aprende.

Tenham respeito com os mais velhos. Ele não sabe mas, como vocês, também pode aprender. E, em primeiro lugar não existe ninguém burro.

Allyson Martins da Silva, filho da professora Maria de Lourdes da Silva e do pintor João Oscar Martins, nasceu no dia 13 de setembro de 1989 em Conceição das Crioulas. Allyson, que desenha desde os cinco anos de idade, cursa a 8ª. Série do ensino fundamental na Escola Professor José Mendes e é o criador dos desenhos utilizados nos eventos das Escolas Professor José Mendes e José Nêu. Allyson também cria desenhos para propaganda de alguns comerciantes da Vila de Conceição.

3

Fonte: Jornal: *Crioulas, a voz da resistência*. Ano 1, nº 1, abril de 2003.

Nesse sentido, o jornal prossegue divulgando trimestralmente os assuntos que avaliados pela comissão de Comunicação, pela coordenação da AQCC e por lideranças são necessários de serem noticiados. E nesse caminhar, no ano seguinte na edição de nº 4 na sessão intitulada: Educação, Arte e Cultura, mais um passo importante da educação escolar no quilombo é divulgado. A discussão de uma educação diferenciada e específica ganha corpo. A Comissão de Educação da AQCC criada no ano 2002 discute, elabora e planeja ações para a concretização de uma política educacional que contemple sua história e seu modo de viver, conforme expressa o subtítulo da matéria jornalística. Queríamos liberdade, queríamos autonomia para produzir nossos próprios materiais didáticos, e cada passo dado era festejado, era publicado. Como podemos ler logo abaixo, o texto também anuncia a apresentação de um projeto de lei na câmara de vereadores através de Givânia Silva, liderança da comunidade e também vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT), que beneficiaria a comunidade a temática da educação. Essa mesma matéria

tem como foco principal a discussão da educação específica e diferenciada que começava a mais ou menos um ano ações para sistematização da proposta que já estava sendo desenvolvida.

Figura 26. Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência*

Educação, Arte e Cultura

COMUNIDADE DISCUTE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E ESPECÍFICA PARA QUILOMBOLAS

A luta por uma educação diferenciada e específica para o povo quilombola de Conceição das Crioulas, que contemple nossa história, nosso modo de ser e viver é um sonho de muitos anos.



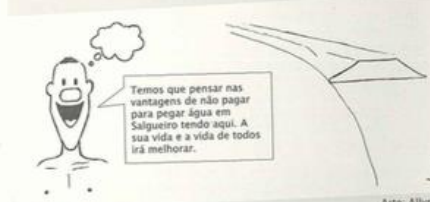
De 1995 até os dias de hoje, muitas coisas mudaram, principalmente no que se refere à identidade e à auto-estima do nosso povo. Este ano, novas propostas de trabalho vêm sendo discutidas. No dia seis de março, aconteceu uma reunião com a comissão de Educação da AQCC na escola Professor José Mendes. Professores e professoras quilombolas, lideranças da comunidade e o Centro de Cultura Luiz Freire encontraram-se para discutir um projeto de formação diferenciada para educadores (as) quilombolas.

Esse projeto tem como objetivo formular uma proposta de escola pautada nos moldes de vida de Conceição das Crioulas e que sirva de referência para outras comunidades quilombolas. Durante nossas discussões, tivemos a preocupação de construirmos instrumentos legais para que as mudanças governamentais não impeçam a continuidade do processo. Para isso a vereadora Givânia Silva, do PT de Salgueiro, com base nos depoimentos da comunidade, apresentou na Câmara Municipal um projeto de lei que dá mais autonomia à comunidade no que se refere ao fazer educação quilombola.

Por acreditarmos que a educação é capaz de transformações, apostamos nela, valorizando os saberes culturais do nosso povo. Assim, nossos pensamentos serão concretizados.

Por: Márcia Juilene do Nascimento, Maria Zélia de Oliveira e Maria Diva da Silva Rodrigues, Educadoras da Comunidade.

ÁGUA É FONTE DE VIDA

Arte: Allyson

PENSE NISSO

"Temos que ser iguais todas as vezes que as diferenças nos inferiorizam. Temos que ser diferentes todas as vezes que as igualdades nos descaracterizam".
Boaventura de Souza Santos

3

Fonte: Jornal: *Crioulas, a voz da resistência*. Ano 2, nº 4, maio de 2004.

Com a devida valorização, as conquistas vão sendo difundidas pelo *Crioulas: a voz da resistência*. Podemos perceber que as melhorias foram muitas e que paulatinamente iam sendo contempladas nas páginas do jornal. Como exemplo, analisando o texto: Os avanços da Educação como se denominou a matéria do *Crioulas* nº 7, vemos que ele apresentou vários projetos que estavam sendo desenvolvidos, porém a Escola Professor José Mendes ganha destaque, fato que só vem comprovar o que as entrevistas vêm mostrando ao longo desse capítulo.

Figura 27. Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência*

Educação, Arte e Cultura

AVANÇOS NA EDUCAÇÃO

Na comunidade de Conceição das Crioulas, o acesso à educação foi mais um dos nossos direitos negados durante muito tempo. Aqui, só era possível estudar até a 4ª série do ensino fundamental. Para continuar os estudos, muitas jovens tiveram que se deslocar para a cidade trabalhando como empregadas domésticas. O resultado de tudo isso não poderia ter sido pior. A grande maioria dessas jovens viram seus sonhos se perderem no tempo.

Negar a educação ao povo dessa comunidade era algo planejado por aqueles que detinham o "poder", por saberem que, com o conhecimento, as pessoas ficariam muito mais fortes e difíceis de serem manipuladas e exploradas.

No ano de 1995, a comunidade começou a dar seu primeiro passo. Com muito esforço e coragem, surgiu a escola Professor José Mendes de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental. Daí então a luta não parou, por entender que as grandes transformações só seriam possíveis através da educação. E com esse pensamento de mudança e transformação que a comunidade está apostando no desenvolvimento de todos e todas.

Durante essa jornada vários projetos com a participação da comunidade vêm sendo vivenciados nas escolas, com o objetivo de contribuir com o processo educacional, econômico, sócio político e cultural desse povo, podendo assim formar cidadãs e cidadãos, críticos(as) sabedores(as) de seus direitos e deveres e da sua importância na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Hoje as pessoas que moram na comunidade têm a oportunidade de cursar o 2º grau completo, como também dispõem de uma biblioteca pública que ajuda a todos (as) a conhecerem a sua história. Grande parte dos(as) professores(as) são da comunidade e boa parte fazem faculdade em Salgueiro. Os programas sociais também contribuem com a educação. Hoje, 96 crianças e adolescentes são atendidos(as) pelo Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) que tem como um dos seus objetivos resgatar do auto-estima das crianças e adolescentes através de atividades lúdicas.

Todos esse avanços têm-se dado através da organização de um povo que teve ao longo da sua história seus direitos negados. Em 2004, aconteceu o maior evento na história da educação de Conceição das Crioulas: 104 alunos(as) concluíram o ensino fundamental. Entre eles(as), mães, filhos(as), netos(as), pessoas de 14 a 56 anos, todas unidas, uma ajudando a outra sem preconceito.

"Sinto-me feliz e alegre, pois nunca pensei que eu iria passar por um momento tão lindo na minha vida. Estar ali concluindo a 8ª série com os mais jovens foi muito especial", diz dona Maria Antonia da Silva, aluna mais velha da turma, com 56 anos.

Com a fundação da AQCC essa luta tem sido fortalecida. A AQCC, com parceiros, tem conseguido realizar cursos na área de educação e artesanato. Oficinas de dança, percussão, leitura e escrita, artesanato, teatro, contação de histórias em inglês. Avançamos mais de trezentos anos de sonegação. Mas há muito a conquistar e para que isso aconteça precisamos lutar cada vez mais.

Por: Maria Zélia de Oliveira
Maria Diva da Silva Rodrigues
Jocicleide Valdeci de Oliveira
Márcia Iurilene do Nascimento

JUVENTUDE

Oi, lembrem-se de mim? Sou eu que comento todos os temas dos quadros do jornal *Crioulas* e venho com um novo tema, muito interessante. Vou falar de nós jovens, que pouco a pouco estamos nos envolvendo com os acontecimentos da nossa comunidade e falar sobre as vantagens da nossa participação.

Antes, ouvir a palavra "reunião", para nós já significava stress total. Sentado numa cadeira durante 3:00h ou mais, ouvindo "Bla-Bla-Bla" dos outros em nossos ouvidos, era tudo besteira. Davo sono.

Mas nós só pensamos isso, porque sempre tinha uma pessoa para dizer que nas reuniões só se fala besteiras. Já ouvi aquele dizer "Maria vai com as outras"? É isso aí! Nós iríamos bem trocar um futebol ou um filme na TV por uma reunião? Fala sério!

Mas o que nós não sabemos, é que o segredo da reunião é você prestar atenção pra ficar bem informado e não ter dor de cabeça.

Hoje, a juventude está se envolvendo e ganhando espaço na comunidade. Junto com a AQCC, forma grupos de dança e teatro e também tem oportunidade de viajar para outras cidades como: Recife, Petrolina, Brasília ou até mesmo para o exterior, mostrando o que sabe com estilo.

Agora quando fala em reunião, a juventude de Conceição está prestando atenção e sempre tem um tempinho para animação.

PENSE NISSO
"Através da educação e da cultura que a sociedade se faz, que a humanidade se controla e a democracia se consolida."
(Mariotti de Souza)

Fonte: Jornal: *Crioulas, a voz da resistência*. Ano 2, nº 7, abril de 2005.

"Negar a educação ao povo dessa comunidade era algo planejado por aqueles que detinham o 'poder', por saberem que com o conhecimento as pessoas ficariam muito mais fortes e difíceis de serem exploradas e manipuladas".

"Hoje as pessoas que moram na comunidade têm a oportunidade de cursar o 2º grau completo como também dispõem de uma biblioteca pública que ajuda todos (as) a conhecerem a sua história. Grande

parte dos(as) professores(as) são da comunidade e boa parte fazem faculdade em Salgueiro”.

“Com a fundação da AQCC essa luta tem sido fortalecida. A AQCC, com parceiros, tem conseguido realizar cursos na área de educação e artesanato. Oficinas de dança, percussão, leitura e escrita, artesanato, teatro, contação de história, inglês. Avançamos mais de trezentos anos em sonegação. Mas há muito a conquistar e para que isso aconteça precisamos lutar cada vez mais”.

Os trechos acima retirados da matéria anteriormente apresentada dão a entender que a comunidade vive num constante movimento que liga, passado e presente de lutas e de conquistas. E atualmente tendo a AQCC como a principal instigadora desse processo.

Ainda nessa matéria, quando a escola é apresentada como marco da luta, isso não significa um simples fato, mas a certeza de que ela foi pensada com a função de modificar o modo de vida da comunidade, de construir consciências nas pessoas, de transformar. Até porque mesmo antes do seu funcionamento já se pensava como seria o seu currículo, o que se ensinaria, quem ensinaria.

Apostar nessa escola era a crença de que a educação escolar seria um forte instrumento de luta por direitos. E essa aposta fez com que a comunidade se apegasse a ela de forma intensa. Pensamento que contribuiu para as elaborações de um PPP que tivesse na sua estrutura pontos fundamentais que fossem capazes de materializar a proposta desejada pelas lideranças.

Na verdade quando surgiam as discussões... também fluía a necessidade da gente resgatar a história da comunidade. Que a escola fosse ambiente de estudo e de pesquisa. Quer dizer, nós já começávamos a pensar numa escola onde ela desse conta disso. E aí, mas aí isso não era fácil, mas a gente passava pelas dificuldades de não ter os profissionais e também não ter muito material, e nem a escola oficial em si, não tinha isso nas suas diretrizes de ensino. E aí seria pra nós um grande desafio que era abrir essa escola, dar conta dela funcionar com profissionais e dar conta do conteúdo que a gente queria que ela tivesse. (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016).

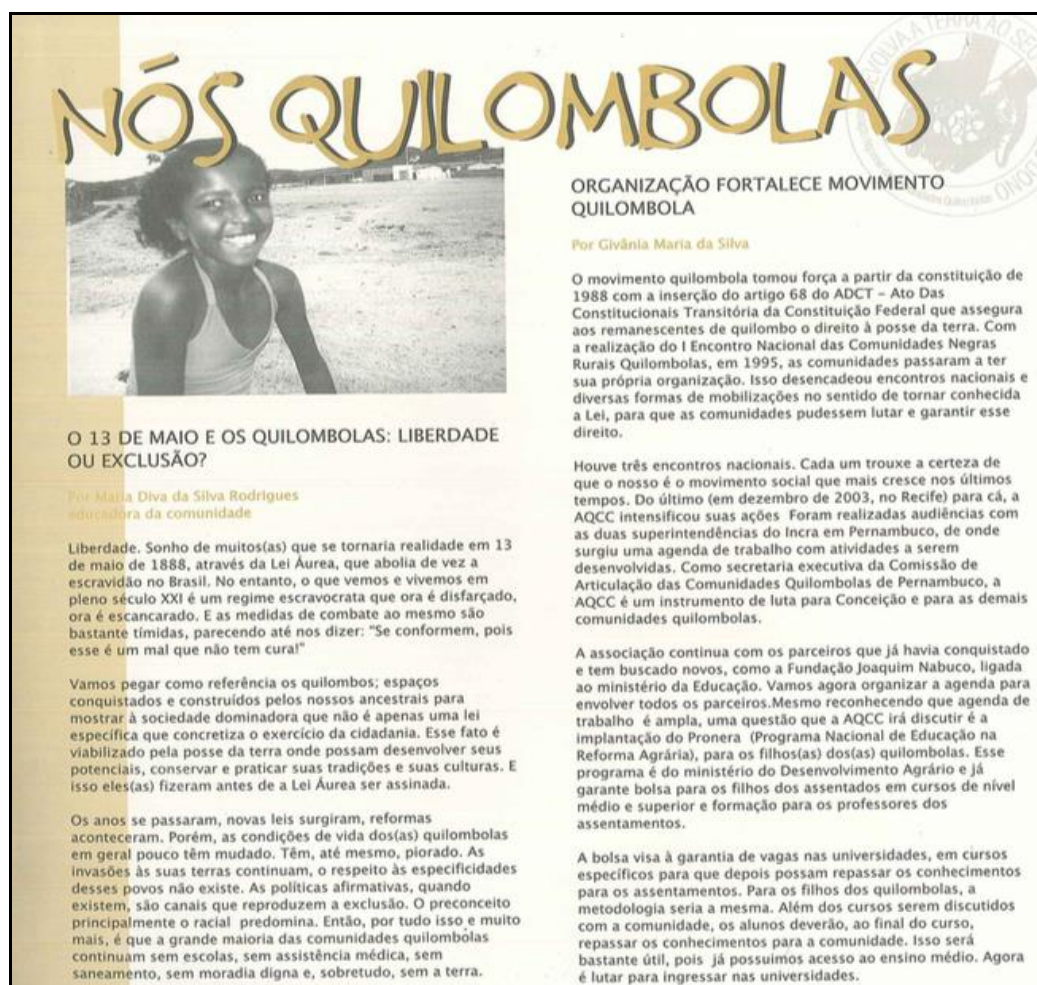
Nesse contexto, a consciência da negritude construída a partir da reconstrução da história das Crioulas traz consigo outra dimensão de extrema necessidade num processo de transformação, que é a dimensão crítica. Freire (2016) salienta que, a consciência crítica é a representação dos fatos pela nossa vivência naquele espaço,

ou seja, de acordo com as circunstâncias em que se vive. E acrescenta ainda que a escola em seus processos de alfabetização que sendo em si um ato de inovação poderá ser capaz de desencadear outros atos criadores. Dessa forma, cria uma comunidade de seres humanos de procura, de reinvenção e de reivindicação.

Sendo assim, a comunidade de Conceição das Crioulas, prova que não só constrói consciência crítica, como também demonstra que quando se sabe quem é, logo se sabe também o que quer e para onde ir. A narrativa dos acontecimentos ocorridos após a implantação da escola Professor José Mendes confirma essa tese.

Na página do jornal *Crioulas* exposta acima vemos que para a comunidade a consciência é um elemento importante nesse processo. Como diz no próprio texto, “a compreensão de que o quilombo é um espaço conquistado pelo nosso povo, e sua história é a nossa história, é a nossa vida”, fez com que avançássemos na luta. Abaixo, segue outros dois recortes da Sessão “Nós Quilombolas”.

Figura 28. . Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência*



ORGANIZAÇÃO FORTALECE MOVIMENTO QUILOMBOLA

Por Givânia Maria da Silva

O movimento quilombola tomou força a partir da constituição de 1988 com a inserção do artigo 68 do ADCT – Ato Das Constitucionais Transitória da Constituição Federal que assegura aos remanescentes de quilombo o direito à posse da terra. Com a realização do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em 1995, as comunidades passaram a ter sua própria organização. Isso desencadeou encontros nacionais em diversas formas de mobilizações no sentido de tornar conhecida a Lei, para que as comunidades pudessem lutar e garantir esse direito.

Houve três encontros nacionais. Cada um trouxe a certeza de que o nosso é o movimento social que mais cresce nos últimos tempos. Do último (em dezembro de 2003, no Recife) para cá, a AQCC intensificou suas ações. Foram realizadas audiências com as duas superintendências do Incria em Pernambuco, de onde surgiu uma agenda de trabalho com atividades a serem desenvolvidas. Como secretaria executiva da Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, a AQCC é um instrumento de luta para Conceição e para as demais comunidades quilombolas.

A associação continua com os parceiros que já havia conquistado e tem buscado novos, como a Fundação Joaquim Nabuco, ligada ao ministério da Educação. Vamos agora organizar a agenda para envolver todos os parceiros. Mesmo reconhecendo que agenda de trabalho é ampla, uma questão que a AQCC irá discutir é a implantação do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), para os filhos(as) dos(as) quilombolas. Esse programa é do ministério do Desenvolvimento Agrário e já garante bolsa para os filhos dos assentados em cursos de nível médio e superior e formação para os professores dos assentamentos.

A bolsa visa à garantia de vagas nas universidades, em cursos específicos para que depois possam repassar os conhecimentos para os assentamentos. Para os filhos dos quilombolas, a metodologia seria a mesma. Além dos cursos serem discutidos com a comunidade, os alunos deverão, ao final do curso, repassar os conhecimentos para a comunidade. Isso será bastante útil, pois já possuímos acesso ao ensino médio. Agora é lutar para ingressar nas universidades.

O 13 DE MAIO E OS QUILOMBOLAS: LIBERDADE OU EXCLUSÃO?

Por Maria Diva da Silva Rodrigues
educadora da comunidade

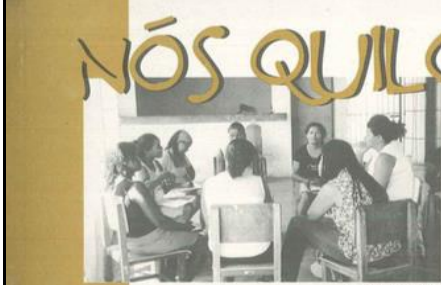
Liberdade. Sonho de muitos(as) que se tornaria realidade em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que abolia de vez a escravidão no Brasil. No entanto, o que vemos e vivemos em pleno século XXI é um regime escravocrata que ora é disfarçado, ora é escancarado. E as medidas de combate ao mesmo são bastante timidas, parecendo até nos dizer: “Se conformem, pois esse é um mal que não tem cura!”

Vamos pegar como referência os quilombos; espaços conquistados e construídos pelos nossos ancestrais para mostrar à sociedade dominadora que não é apenas uma lei específica que concretiza o exercício da cidadania. Esse fato é viabilizado pela posse da terra onde possam desenvolver seus potenciais, conservar e praticar suas tradições e suas culturas. E isso eles(as) fizeram antes de a Lei Áurea ser assinada.

Os anos se passaram, novas leis surgiram, reformas aconteceram. Porém, as condições de vida dos(as) quilombolas em geral pouco têm mudado. Têm, até mesmo, piorado. As invasões às suas terras continuam, o respeito às especificidades desses povos não existe. As políticas afirmativas, quando existem, são canais que reproduzem a exclusão. O preconceito principalmente o racial predomina. Então, por tudo isso e muito mais, é que a grande maioria das comunidades quilombolas continuam sem escolas, sem assistência médica, sem saneamento, sem moradia digna e, sobretudo, sem a terra.

Fonte: Jornal: *Crioulas*, a voz da resistência. Ano 2, nº 4, maio de 2004

Figura 29. Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência*



NÓS QUILOMBOLAS

**EDUCAÇÃO DIFERENCIADA:
UM DESAFIO QUE PERMANECE**

Desde 1995, quando foi implantado em Conceição das Crioulas o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, já havia uma discussão sobre o modelo de escola a ser implantado na comunidade, considerando as especificidades locais do ponto de vista cultural. Nasce o primeiro debate em torno do tema e passa-se a estudar sua história a partir da escola, ou seja, a escola leva como conteúdos a origem da comunidade, os aspectos sócio-culturais, a territorialidade, enfim, a vida do nosso povo. Isso despertou um grande interesse na população voltado para dois campos. Primeiro, as crianças começaram a se orgulhar em pertencer aquela história e buscavam nas pessoas mais velhas cada vez mais informações que sustentassem sua auto-afirmação enquanto grupo étnico; segundo, as pessoas que no passado não tinham tido oportunidade de estudar começaram a perceber que a escola não era apenas o lugar de receber conhecimentos, mas também de repassá-los. O saber estava com elas e não apenas com os professores, pois o sistema educacional não incorporou esses saberes. De 1997 a 2000, houve uma quebra no processo, por falta de apoio do governo municipal.

No entanto, com as mudanças ocorridas em 2001, o processo tomou força e já com alguns elementos a mais. A maioria dos(as) professores(as) já pertencia à comunidade, diferentemente de 1995. A vitória de Givânia Maria da Silva, uma educadora da comunidade, para a câmara municipal, ajudou a tocar o processo iniciado anteriormente por um grupo do qual ela fez parte. Portanto, levava o que tinha aprendido na prática para o debate legislativo.

Foi essa discussão que fez com que Givânia apresentasse na Câmara Municipal de Salgueiro um projeto de Lei criando o sistema municipal de educação diferenciada para as comunidades quilombolas de Salgueiro.

O projeto nasceu do debate dos(as) professor(es), por reconhecerem a necessidade de se regulamentar através de uma Lei Municipal o que a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação e a convenção 169 da OIT- Organização Internacional do Trabalho asseguraram para esses grupos. Ao chegar na Comissão Permanente de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores, houve uma incompreensão dos membros da referida comissão que até agora não deram o parecer para que o projeto pudesse ir ao plenário e ser apreciado pelos(as) demais vereadores(as), trâmite legal e norma das casas legislativas.

Todas as vezes que algo pensado no campo das políticas públicas tem como beneficiária a população negra, as tensões aumentam, transparecendo a resistência que há, pelos grupos privilegiados de nossa sociedade. Ou seja, o racismo aflora com mais nitidez. Isso só reforça a necessidade de intensificarmos o debate sobre as questões étnicas em nosso país.

A FORÇA DA MULHER QUILOMBOLA

A presença das mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas nos cenários local, regional e nacional é cada vez mais frequente. Conhecedoras do seu papel na sociedade, têm procurado sempre ocupar os espaços que de certa forma são decisivos para que as mudanças necessárias venham a acontecer, principalmente no que se refere às políticas públicas, uma vez que estas sempre foram pensadas e criadas pelos homens, para os homens, sem respeitarem as especificidades naturais e até mesmo sociais ao mundo feminino.

O envolvimento das quilombolas de Conceição das Crioulas nesse processo de discussões propiciou a participação de algumas companheiras na I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres, realizada no Centro de Convenções, em Olinda, no final de maio deste ano.

Isso deve-se à força da organização das mulheres quilombolas e ao engajamento de outras aliadas que lutam pelos mesmos ideais. Na Conferência Regional realizada em Salgueiro, Conceição das Crioulas ficou com sete das 17 vagas da sociedade civil para a região que engloba oito municípios.

Na Conferência Estadual, também com a ajuda de outras companheiras, conseguimos eleger uma delegada com uma suplente que participou da I Conferência Nacional que tratou da mesma questão.


Sabemos que a história é feita e contada pelas pessoas e que essas promovem a defesa de seus interesses. Somente após essa observação é que entendemos o porquê de tanto descaço, principalmente com o bem estar das mulheres. E para mudar este quadro, precisamos participar ativamente desse novo jeito de pensar e de construir sociedade.

Maria Diva da Silva Rodrigues, educadora da comunidade

6

Fonte: Jornal: *Crioulas, a voz da resistência*. Ano 2, nº 5, agosto de 2004

Figura 30. Matéria do Jornal *Crioulas: A voz da Resistência*



NÓS QUILOMBOLAS

CONSCIÊNCIA, ELEMENTO IMPORTANTE NO PROCESSO DE BUSCA DE DIREITOS E PRESERVAÇÃO DOS VALORES CULTURAIS DO POVO QUILOMBOLA.

A luta dos movimentos negros brasileiros e em especial a do povo quilombola tem se destacado muito no âmbito nacional. Lideranças de todo o Brasil, preocupadas com as consequências que causam o preconceito e a discriminação racial na sociedade e no desenvolvimento da cidadania, têm-se empenhado fortemente nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais para que haja uma melhor condição de vida para esse povo.

Os/as quilombolas de todo o Brasil têm criado importantes espaços de diálogo e articulação com o governo federal, mas só isso não basta. A consciência do que somos e do que queremos

é a ferramenta primordial para essa discussão. É perceptível que os avanços obtidos nessa luta devem-se a isso. A compreensão de que o quilombo é um espaço conquistado pelo nosso povo, é a nossa terra, sua história é a nossa história, é a nossa vida. Se fracassarmos nessa luta, corremos o risco de, daqui a uns dias, não mais existirmos.

Isso é o que muitas vezes nos dá força e coragem para seguir em frente. A coragem dos nossos ancestrais e o diálogo com os/as mais velhos/as nos anima, fortalece. Segundo Givânia Maria da Silva, integrante da Conaq, (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas), consciência negra é o processo de amadurecimento sobre a negritude seja a sua, como a dos outros. É o respeito às diferenças étnicas sem levá-las para o campo das desigualdades. É conhecer a história do Brasil e perceber que somos um país que no seu processo de formação teve vários grupos étnicos e por isso o Brasil é um país pluriétnico e multicultural.

Conceição das Crioulas é uma comunidade que já avançou bastante nesse processo. Givânia relata ainda que o 20 de novembro, dia em que comemora-se a imortalidade de Zumbi dos Palmares, é um marco na história do Brasil, não apenas para o povo negro, mas para a democracia brasileira.

Essa data é de grande relevância para o povo quilombola. Reflexões são feitas no sentido de despertarmos para os problemas relacionados à etnia na tentativa de cada vez mais combatermos o racismo.

Por Márcia Juclene do Nascimento, educadora da comunidade

Foto: Beto Figueroa/Canal 03

Fonte: Jornal: *Crioulas, a voz da resistência*, Ano 2, nº 6, dezembro de 2004.

CAPÍTULO 3. NARRATIVAS AUDIOVISUAIS, OLHARES E MEMÓRIAS AFETIVAS DA COMUNIDADE PELO OLHAR DOS EGRESSOS NUMA METODOLOGIA DA PEDAGOGIA CRIOULA

Conceição das Crioulas, depois de 95 passa por um grande processo de transformação. Com a implantação da Escola Professor José Mendes, escola essa que teve seu terreno doado por Andreilino Mendes, por não termos acesso ao território, vive hoje um momento diferente. Depois de muitas lutas conquistamos e acessamos outras partes do território. Porque, não existe educação específica e diferenciada em Conceição das Crioulas sem território indenizado. Pois a educação é instrumento legal de nossa luta e fundamenta a nossa história e identidade. (Jocicleide Oliveira- Kêka, narradora do Crioulas Vídeo)

O trecho acima, narrado por Jocicleide Valdeci de Oliveira resume antecipadamente o que pretendo apresentar neste terceiro e último capítulo. Porém, penso que antes convém apresentar-lhes quem são os interlocutores que construíram o vídeo-documentário que iremos analisar. Tanto os que pensaram o roteiro como os que foram entrevistados e entrevistadas por elas e ele.

O Crioulas Vídeo que teve sua formação no ano de 2005, inicialmente com seis componentes jovens (quatro homens e duas mulheres) passou por modificações na sua composição. A primeira composição ocorreu logo assim que foram concluídas as oficinas com o Movimento Identidades. Passado um pouco período de tempo, se junta ao grupo mais duas jovens: Jocicleide Valdeci de Oliveira e Jocilene Valdeci de Oliveira, duas dos três que participaram da elaboração do vídeo. Jocicleide Valdeci de Oliveira, mais conhecida por Kêka, começou a fazer parte da equipe logo no final de 2005. Tem 30 anos, é liderança jovem no quilombo e é também a mãe de Moisés, criança que foi entrevistada por mim e que no filme conta a história da comunidade para seu primo Mizraim. Kêka foi estudante da Escola Professor José Mendes e atualmente é professora de História nessa mesma escola. Ela compõe também duas Comissões da AQCC, a de Juventude e a de Comunicação. No Crioulas Vídeo desenvolve os trabalhos de roteirista, narradora e editora. Vale lembrar que não tem uma ou um roteirista específico, os roteiros são elaborados em conjunto por toda a equipe.

Jocilene Valdeci de Oliveira, popular Lena, irmã de Kêka. Passou a compor a equipe do Crioulas juntamente com Kêka. Tem 28 anos é a mãe de Mizraim, criança

que aparece na primeira cena do filme. Egressa da Escola Professor José Mendes, é também professoras de Língua Portuguesa e Inglesa nessa mesma instituição.

Adalmir José da Silva, veterano no grupo, tem 35 anos, e é egresso da primeira turma de estudantes da Escola Professor José Mendes. Também se destaca enquanto liderança juvenil. É mobilizador da comunidade, educador voluntário em diversas temáticas, principalmente as que envolvem o público jovem. Foi ainda Coordenador Geral da AQCC, no período de 2008 a 2011, e coordenador da Casa das Juventudes Girlene Rosa. Atualmente está diretor da Escola Professor José Mendes.

Com a socialização desses perfis, imagino ser possível conduzir nossos interlocutores por um percurso de entendimento interessante visto que, para a construção deste capítulo, será realizada a análise interpretativa de um filme elaborado especificamente por eles para este trabalho, o qual seguirá como encarte desta dissertação.

O filme elaborado, que seus produtores nomearam “Escola de Sonhos e Possibilidades”, foi planejado metodologicamente com o objetivo de percebermos quais os olhares deste público sobre o processo de reconstrução e reorganização da comunidade como um caminho para o fortalecimento da identidade quilombola, a valorização da história e da cultura utilizando a educação escolar como um meio de atingir essa finalidade. O que pensam sobre o papel da Escola Professor José Mendes nesse processo, o que lembram, e como lembram e quais as pessoas e elementos da comunidade que de alguma forma se convertem em práticas educativas e simbolizam questões primordiais nesse trajeto.

Com a intenção de que o produto audiovisual não tivesse a minha intervenção direta nas ações que desdobrassem na sua produção, num breve momento socializei com eles qual era a nossa ideia. Expus para eles a seguinte questão: como vocês percebem a educação escolar em Conceição das Crioulas, quais memórias e sentimentos vocês têm da escola José Mendes? Esse foi o mote que serviu de norte para percorrerem o caminho desejado. Acompanhei apenas de longe as etapas que iam sendo desenvolvidas.

O conteúdo do filme mostra visões e sentimentos desse segmento sobre a educação escolar no quilombo de Conceição das Crioulas de uma maneira que me emociona pelos surpreendentes resultados que o nosso trabalho pode causar. O modo como as cenas são apresentadas, na sua grande maioria, coincidem com a

narrativa que desenvolvo desde o início desse texto. Isso poderá ser percebido por meio das escolhas dos entrevistados e entrevistadas, o cenário apresentado pela própria narração em off que aparece na terceira cena do vídeo.

Os relatos dos primeiros estudantes, atualmente professores e professoras, o depoimento de Maria Diva, ex-gestora escolar e também componente da Comissão de Educação da AQCC, e o relato de uma mãe de como ela percebe a contribuição dos trabalhos dos professores e professoras quilombolas subsidiam a análise interpretativa do fazer pedagógico dessa comunidade.

Para o Crioulas Vídeo, que já produziu mais de quarenta vídeos, filmes, e documentários e cujo objetivo principal é o de trabalhar em prol da causa quilombola, fortalecer a identidade, a cultura e a história desse povo, esse será mais um trabalho dentro desse processo que é de grande importância dentro e fora do quilombo.

Quando os convidei para realizarem esse trabalho houve grande entusiasmo que, diga se de passagem, já esperado, por conhecermos a vontade que eles têm em sempre estarem realizando trabalhos no intuito de sensibilizar outros não quilombolas para defender a nossa causa e repassar nossa história de maneira autêntica. A equipe composta atualmente por quatro homens e duas mulheres, todos egressos da José Mendes e que acumulam outras atividades profissionais em que somente dois deles não são professores, após reunião em que socializei o meu trabalho de dissertação logo começaram a pensar como seria essa produção. Elaboraram o roteiro, e foram para o campo para a construção do documentário. Porém, como para quem trabalha em escola o tempo é sempre curto, somente conseguiram concluí-lo em fevereiro.

Muito ansiosa para ver o conteúdo, o que tinha de conexão com o que já havia escrito, logo foi fácil perceber que há uma grande valorização da história de origem da comunidade, pois, assim como nos outros, o vídeo se inicia com o relato dessa narrativa. Mostrar para o interlocutor como se formou o quilombo é como se fosse apresentar argumentos para o que se pretende anunciar, repassar, que nesse caso são as perspectivas e possibilidades de uma escola que foi tão esperada pelo povo e tão sonhada pelas lideranças. Assim como relata Andreilino Dionízio no próprio vídeo sobre a Escola Professor José Mendes. “A escola veio abrir portas, podemos dizer que é a escola da esperança, escola possibilidades, escola de novos horizontes”. Esse depoimento reflete como essa escola naturalmente é vista. O

sonho de construção dessa escola articula o passado com o presente. O sonho de liberdade trazido pelas crioulas quando enfrentam a opressão e vão à busca de autonomia.

Seguindo a mesma concepção de ensino-aprendizagem já expressada de várias formas nesse trabalho, a Escola Estadual Quilombola Professora Rosa Doralina Mendes (Escola Rosa Doralina) que foi inaugurada em fevereiro de 2012, é resultado da luta por uma escola de Ensino Médio na comunidade, pensada e gerenciada pela própria comunidade. Por isso, desenvolve ações que focam a sustentabilidade cultural e política.

Tendo como base um painel construído no muro da frente da Escola Rosa Doralina, de início o filme retrata essa magnífica história que dá sustentação as lutas daquela época até a atualidade. O referido desenho expõe personagens e os componentes dessa história são Moisés, 9 anos de idade, estudante da Escola José Nêu de Carvalho que narra para o seu primo Mizraim, de apenas 3 anos, como teve início o nosso quilombo. Quando indagados sobre a escolha do cenário inicial e das crianças, Adalmir responde:

A gente tava com a perspectiva de envolver criança também na discussão e mostrar sobre a história de Conceição, e que o “modelo” de educação é um elemento que além de chegar às pessoas mais velhas, também chega às crianças. Que a nossa história pode ser contada também a partir do olhar de uma criança. Ao invés de ser só pelo olhar das lideranças ou só pelo olhar de quem tá ligado diretamente com a educação.

Dessa forma, percebe-se que a intenção do Crioulas era de mostrar que a história da comunidade perpassa as gerações. Que essa narrativa vive na memória das lideranças, dos que estão fora da escola e também dos que estão na escola, sobretudo das crianças que podem, perfeitamente, recontá-la. Moisés, segundo sua tia (Lena), gosta de contar essa história para Mizraim, então aproveitaram as situações e gravaram a cena.

3.1. ESCOLA DE SONHOS E POSSIBILIDADES: DIALOGANDO SOBRE OS OLHARES DE EGRESSOS

Na primeira cena do filme, o painel retrata a história de origem da comunidade, já mencionado, e assim abre o filme. Ele foi construído de maneira coletiva, planejada com o envolvimento dos estudantes, professores e gestores da Escola Rosa Doralina. Esse desenho faz parte de um projeto mais amplo que é

desenvolvido em parceria com o *Movimento Intercultural Identidades* (ID), grupo formado com a liderança do professor Paiva³³, por estudantes da área de artes de diversos países que falam Língua Portuguesa (Brasil, Portugal, Cabo Verde e Moçambique), a AQCC e as escolas locais. O ID desenvolve ações na comunidade desde o ano de 2003, ano em que inicia uma parceria que já dura quatorze anos. Idealizado no âmbito da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto em Portugal – FBAUP, que por ironia do destino, é o país que coloniza o Brasil e retorna às nossas terras, dessa vez com outra missão, e se torna um importante parceiro para a nossa comunidade. Assim como relata Zaccara (2016) no seu livro *A viagem de volta, ações do Movimento Intercultural Identidades em comunidades de colonização lusa*.

A prática coletiva do coletivo português Identidades inscreve-se entre as ações de caráter micro político. O seu interesse intercultural pelo outro, implica na ideia de uma produção artística que tem identidade e alteridade como matéria prima. O movimento, apesar de ter origem em um passado colonialista, faz o caminho de volta e gera assim uma (re) conceitualização da palavra utopia: uma atualização de sentido.[...] (ZACCARA, 2016, p. 18)

O projeto denominado: ‘Expressões Artísticas’ nas Escolas da Comunidade de Conceição das Crioulas desenvolvido em nossa comunidade através do ID, visa elaborar uma construção participativa de um Currículo nas Artes. Sendo assim, objetiva trabalhar com as diversas formas de fazer arte em Conceição das Crioulas. Através desse projeto Mónica Faria, que à época era doutoranda da FBAUP e componente do ID, realizou juntamente com estudantes e gestores da Escola Rosa Doralina, a ação de pintura do muro da escola. Para isso, escolheram desenhar a história de Conceição das Crioulas. Fizeram pesquisas com D. Liosa, fotografaram o algodão, viram e ouviram sobre os símbolos dessa história. Houve também oficinas de técnicas de pintura. Moldaram em papelão os símbolos e por fim, realizaram o desenho. Passando por lá, podemos visualizar uma mulher fiando algodão, a Serra das Crioulas em destaque, potes e outros utensílios de barro, uma casa de taipa³⁴ com um pé de umbuzeiro do terreiro, além de um pé de algodão enorme estampando a entrada da escola. A história das crioulas é concluída com a segunda

³³ José Carlos de Paiva, professor doutor e diretor da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto em Portugal.

³⁴ Processo de construção de paredes que usa barro amassado para preencher espaços paus, varas, etc., trançados.

cena do filme que mostra Moisés em frente à casa da Fazenda Velha. Fazenda que é vista como símbolo da luta pela terra, por ser o primeiro espaço reconquistado após titulação da área, no ano de 2000.

Quando de posse definitiva da fazenda fizemos um mutirão para limpeza e reforma da casa grande. E na ocasião muitas pessoas mais velhas que participaram contaram-nos muitas histórias e situações vividas naquele lugar. Senão por eles, mas por seus antepassados. Lá aconteceram diversos episódios que são marcos de uma memória coletiva que podemos entendê-los como um dos elementos constitutivos da memória, de acordo com Michael Pollak (1992).

Quando Pollak se refere aos acontecimentos “vividos por tabela” diz se tratar também de experiências traumáticas que podem ser transmitidas ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação, entretanto, não só pelos acontecimentos, mas também pelo *personagem*. Assim me parecem ser as experiências vividas por grande parcela dos nossos naquele lugar.

Para deixar mais evidente essa ideia, quando fui investigar a equipe do crioulas sobre as escolhas do filme, Adalmir relatou o seguinte acontecimento que ocorreu com ele quando ainda criança. “Uma vez nós távamos pescando lá no sangrador³⁵ do açude. Eu lembro que tava eu e João Vitorino³⁶. E de repente João começou a correr. E eu sem entender porque que ele tava correndo. E ele foi embora e me deixou lá sozinho e eu sem saber, né. Só depois é que ele me disse: Oxe, tu num viu não, o homem tava lá com uma arma”. Sobre esse fato, Adalmir pontua que João tinha pavor desse homem, que era um dos fazendeiros, que vivia a rondar por aquela fazenda e sempre andava armado herdando os hábitos dos seus antecedentes. E pondera: “a gente ver o quanto que às vezes além da repressão aos mais velhos, ainda tinha a repressão psicológica às crianças daquela época. Não porque tinham sido abordadas, mas a própria figura representava esse processo de repressão”.

Além de mostrar lugares que relembram fatos como esse, é perceptível que para o Crioulas Vídeo é importante apresentar também que os estudantes são

³⁵ Essa palavra segundo o dicionário Houaiss se escreve sangradouro que significa canal pelo qual se desvia a água de rio, fonte, barragem, etc. Porém optei por grafá-la de acordo a pronúncia que é comum na nossa localidade.

³⁶ João Vitorino da Silva é primo de Adalmir. É professor de Educação Física das Escolas Professor José Mendes e Rosa Doralina Mendes.

estimulados a visitar/reconhecer os espaços que aos poucos retornam às nossas mãos.

No filme, numa cena na Fazenda Velha, Lurdinha, professora da comunidade mostra aos estudantes da escola Professor José Mendes o trabalho de loteamento que está sendo realizado na área pensada para plantios. Ela também fala da importância do bioma caatinga para a nossa sustentabilidade.

O trabalho de reconhecer os espaços reconquistados é uma prática que acontece nas quatro escolas que vivenciam o PPP. É uma ação orientada pelo o que diz os temas: história e território, no entanto, de forma interdisciplinar permeia os diversos eixos.

Figura 31. Estudantes da Escola Bevenuto Simão (Sítio Paula) reconhecendo a Fazenda Conceição, recentemente desintrusada, juntamente com a professora Marinalva.



Fonte: Arquivo do GT- Território.

Autora: Evânia Oliveira

São cenas, que acredito que por si só se destacam. Por serem representações da comunidade que evidenciam aspectos importantes na maneira de como esses interlocutores percebem os lugares, as pessoas, as coisas, os acontecimentos que foram registrados. Como é o caso das escolas, das crianças, da Fazenda Velha, elas poderão refletir o simbolismo na luta e resistência presente na comunidade e de como hoje queremos ser vistos. Além disso, enfatiza a luta pela reconquista do território. A imagem de Moisés em frente à casa grande da fazenda, casa em que abrigou por muitos anos um dos personagens sinônimo de colonização

dos nossos passos e pensamentos, é mostrar que com lutas, leis e muita persistência as conquistas acontecem.

Interrogada sobre o porquê da escolha da Fazenda Velha, Lena ressalta:

A fazenda é um elemento importante também na nossa comunidade, porque foi ali que houve um pouco de repressão aos negros, porque foi onde os fazendeiros por muito tempo moraram. E mostrar que ali, agora é também um espaço nosso aquela fazenda. Faz parte da nossa história e que a gente possa até dar um outro sentido. Não só o pensamento de que foi um lugar dos nossos antepassados, nossos parentes foram oprimidos, mas que também ali possa ser um lugar que a gente possa valorizar a nossa história naquele espaço também.

Nesse contexto, é importante analisar que para os jovens do Crioulas o contar dessa história, como também muitos lugares presentes no filme se apresentam como *lugares de memória* (Pollak, 1992), portanto essenciais para serem visitados e relembrados entre as gerações. É curioso também perceber como eles transitam nas ações educativas da comunidade e nos espaços escolares do território, percorrendo um trajeto de continuidade desse processo desde a escola de Educação Infantil até a escola de Ensino Médio.

Após apresentar a história das crioulas dando ênfase aos elementos acima descritos, os interlocutores produtores do filme, mostram a vista parcial da Vila Centro com imagens da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, símbolo da promessa das Crioulas à santa e também a fachada da José Mendes focando a frase: **“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”**, escrita na parede. Frase de Nelson Mandela, ícone da luta pelos direitos dos negros africanos, inclusive citado nos relatos de João Alfredo sobre alguns personagens externos de inspiração.

Uma observação interessante é que as imagens apresentadas, logo após essa cena são de atividades das quais muitas delas descrevo nos capítulos anteriores. Um exemplo é a imagem de uma passeata que organizamos (escolas) ano passado no mês de setembro quando fomos às ruas da Vila Centro protestar contra diversos projetos de lei que tramitavam no congresso, entre eles a da Escola Sem Partido que foi apelidada de “lei da mordaza”. A visão de que a escola deve ser autônoma e acima de tudo parcial em assuntos que vêm ao desencontro do projeto de vida da comunidade está em sintonia entre os gestores escolares, estudantes, ex-

estudantes e a comunidade. Visto que nesse dia muitas famílias também adeririam a esse evento. Seguimos o mote: Por “Nenhum Direito a Menos”, proposto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)³⁷. Apesar de ter sido um momento sem “som” em consideração ao velório de uma pessoa da comunidade, foi um acontecimento que mostrou um pouco do que representa a concepção da educação em Conceição das Crioulas, explicitando nesse ato de maneira nítida a sua dimensão política.

A ideia de que a educação de Conceição das Crioulas tem que ser acima de tudo, política, vive nos fazeres organizacionais, sociais e pedagógicos da comunidade. Isso resulta num engajamento entre escolas, associação e comunidade que produz resultados, muitas vezes imperceptíveis aos olhos de quem vive imerso aos procedimentos educativos vivenciados.

Por esse motivo, este trabalho agrega um valor ainda não descrito aqui, que é o de registrar uma análise dos fazeres pedagógicos da comunidade através do viés acadêmico, a partir da visão de quem também constrói e vivencia as ações.

3.2. TRANSGREDINDO E ENSINANDO: O CRIOULAS VÍDEO REFLETE A ESCOLA

O perfil dos interlocutores escolhidos demonstra o quanto o Crioulas Vídeo acredita ser importante repassar os resultados dessa pedagogia. A maioria são todos professores e professoras, mas mesmo os que não compõem esse quadro, fazem referência ao que pode ser um projeto de educação pensado e desenvolvido pela própria comunidade. Sobre isso, Lena e Adalmir explicam que se deve ao fato dessas pessoas fazerem parte das primeiras turmas da Escola José Mendes em 1995 e 1996, e também serem pessoas que em diversos outros momentos falavam/falam dessa escola com bastante entusiasmo. Além disso, são pessoas que não somente através das falas, mas também de outras ações demonstram o sentimento que têm pela educação, e em especial pela escola José Mendes. Inclusive quando participam nas formações de professores e professoras isso fica evidente.

³⁷ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, organização consolidada nos anos 90 com sede em Brasília, composta por diversos departamentos que tem como pauta principal a valorização dos trabalhadores em educação.

O professor Andreilino Vicente Dionízio, um dos egressos da primeira turma da Escola Municipal Professor José Mendes quando interrogado sobre sua avaliação em relação à educação do passado até os dias atuais, se refere à escola correlacionando dois tempos. O tempo vivido por ele enquanto estudante, e o vivenciado por ele enquanto professor e também diretor. Para ele essas duas fases são distintas. A primeira, caracterizada por uma escola que deixa de usar métodos “tradicionais”, como palmatória, gritos, difamação, e começa a se transformar a fim de dar conta da necessidade e o desejo do alunado. Que direcionava os estudantes para a realização dos sonhos. A segunda fase, denominada por ele de um novo momento, é um tempo em que a escola não mudou, continua implantado sonhos, continua motivando, no entanto, a clientela é outra, ou seja, não tem sonhos reprimidos.

Para Francisca Marcelina de Oliveira, mais conhecida por Nina, egressa da José Mendes e atualmente professora na escola Bevenuto Simão de Oliveira, localizada no Sítio Paula, o início dessa escola foi um momento de muitas expectativas. “Foi um tempo em que todo mundo que estava ali tinha objetivos. Todo mundo organizado e batalhador. Apesar de ter dificuldades como a falta de transporte, ninguém desistia. Tudo era novo, era motivador”.

Maria do Carmo, uma das egressas mais velhas, que estudava no horário vespertino e que na época já era mãe de quatro filhos, concorda com o que diz Andreilino em relação ao público estudantil de antes e o de hoje quando relata que hoje em dia tem mais facilidades. Ela acredita que as dificuldades praticamente não existem se compararmos ao período inicial da escola. Por isso, segundo ela os alunos não são tão curiosos como antes, têm menos força de vontade.

A maior parte dos relatos contidos no vídeo se refere, especificamente, a Escola Professor José Mendes. Isso comprova a importância dessa escola dentro do processo de reconstrução de um currículo inscrito na comunidade.

Francílio Luiz Bezerra, egresso da Escola Professor José Mendes e professor nessa mesma escola desde o ano de 2002 revela que através da escola se sente parte da comunidade, não só enquanto professor, mas também enquanto liderança.

Esse sentimento é aflorado por diversas vezes no vídeo quando interrogados sobre os sentimentos e a boas lembranças que se tem desse espaço.

A gente tem uma afetividade maior com aqueles colegas da gente. A gente vai vendo quem foram os nossos colegas da 5ª série, da 6ª série, da 8ª série e a gente consegue sentar e lembrar, contar. Cada quem conta as suas lembranças, cada quem conta suas histórias, e assim ninguém conta seu problemas. Talvez porque eram tantas coisas boas que problemas eram detalhes. (Andreino Dionízio)

Ao longo do vídeo-documentário percebe-se que não há dúvidas dos resultados positivos desse jeito de fazer educação, da escolha dos conteúdos, da maneira de conduzi-los para produzir conhecimentos e na construção de um perfil de professor que fosse também pesquisador da sua própria história. Sobre isso, os depoimentos são unânimes de que esse jeito de ensinar direcionava-os para a realização de sonhos e de valorização da cultura local.

Então, eu penso assim, que como naquela época era início de um processo. Acho que um pouco desse estudo aprofundado de buscar esses conhecimentos que não estavam nos livros didáticos, ele começa a partir daquela época. Naquele tempo a gente já começava a tá fazendo pesquisas na comunidade pra tá construindo algum material que pudesse ter a nossa história ali. Então hoje a gente já tem bastante material que conta isso. [...] A gente foi pessoa que contribuiu para que esses materiais que contasse essa história pudesse tá sendo construído. E aí, com o passar do tempo tá aprofundando esses estudos para que pudesse ser referências hoje. (Relato da professora Nina no filme)

O perfil de professor-pesquisador foi sendo formado desde então. Construir mapas, observar os caldeirões, percorrer riachos, desenhar as serras, que dentro da Geografia tinha sua importância, mas não tanto como símbolos e marcos de um território eram atividades corriqueiras nos primeiros anos dessa escola. A matéria-prima dessas pesquisas e estudos *in loco* se transformavam/transformam em materiais pedagógicos de ensino-aprendizagem da metodologia própria de ensinar fazendo, contando e recontando.

Essa era uma preocupação que deu resultados, os quais são apresentados no filme. Numa cena com uma urupemba³⁸ com materiais didáticos produzidos na e pela comunidade é apresentada enquanto a fala da professora Nina sobre esse tema fica em *off*. É interessante ainda perceber que os quatro materiais escolhidos para serem apresentados são de caráter diferenciado, ou seja, foram produzidos para atenderem um determinado público.

³⁸ Espécie de peneira de fibra vegetal, que serve para peneirar farinha de mandioca, o milho, o arroz etc.

O jornal produzido ano passado na escola José Mendes que teve seu trabalho de elaboração coordenado pela professora Fabiana Mendes foi produzido pelos estudantes das turmas dos 8º anos A e B(manhã e tarde). Nele são veiculadas várias matérias que vão desde ao ato: **Fora Temer** a discussões de sala de aula sobre temáticas e conteúdos atuais e necessários de serem discutidos e refletidos, como a discussão sobre a laicidade da escola que foi registrada através de poesia.

Esse tema ressurgiu há pouco tempo nos debates políticos sobre a lei “escola sem partido”, e a escola preocupada com o desdobramento desse assunto trouxe para discussão.

Outro material escolhido foi o Livro: Nosso Território já mencionado anteriormente. Material produzido a partir de subsídios coletados nas pesquisas desde 2003 por professores/professoras, lideranças e estudantes de todas as faixas etárias na intenção de divulgar a comunidade. É um livro que conta um pouco da geografia do lugar relacionando-a aos aspectos territoriais e as relações culturais do quilombo. Por isso, os capítulos são antecidos por histórias de Barnabé de Oliveira, que sobre ele João Alfredo diz no próprio livro (p.6):

[...] antes só era certo o que estava escrito, só era bom quem estava com a informação e formação. E isso não é verdade! Barnabé de Oliveira foi um grande contador de histórias e intelectual daquele tempo. Se não pensava o mundo no seu total, porque talvez ele não conhecesse toda a dimensão do mundo, mas ele contava a dimensão do mundo que ele conhecia, e isso é muito importante! (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

Os outros dois são materiais produzidos para formação de professores e professoras. O destaque para esse tipo de produção, no meu entendimento, tem a intenção de ressaltar o trabalho que é feito nas formações de professores em que são utilizados também materiais com assuntos específicos para professores(as) quilombolas. Além disso, visa divulgar ações formativas próprias do quilombo porque tanto o caderno quanto a realização da formação são organizados, produzidos e realizados pelas equipes pedagógicas das escolas.

Tudo isso me faz lembrar a importância da parceria escola e comunidade, afinal a escola é da comunidade e precisa refletir seus anseios e buscas. Uma ação coletiva de extrema relevância coordenada pela AQCC e desenvolvida pelas escolas do território que foi a realização de uma pesquisa para colher subsídios para construção do plano de gestão e uso do território, realizada no ano de 2011. Esse

caminhar conjunto entre escolas e comunidade só vem reforçar o que já de modo incisivo ao longo desse texto, reafirmando cada vez mais baseados em outras visões e circunstâncias reais a função social a qual se propõe realizar.

Os relatos não só dos professores e professoras apresentados no vídeo se concentram, especificamente, nos primeiros anos (1995 e 1996) de existência da Escola José Mendes. Visivelmente pode ser compreendido como um período de muita curiosidade e muito desejo de “crescer”. “Naquela época, eu acho que eu renasci. Após 16 anos voltei à escola. A escola tinha muitas dificuldades, mas a gente ia porque tinha força de vontade em aprender e seguir em frente”, relata Maria do Carmo emocionada.

Foram as boas memórias dos estudantes sobre essa escola responsável por fazerem um paralelo com o antes e o hoje. Talvez isso também se deva ao fato de todos os entrevistados serem professores e professoras, mães de estudantes e quererem que a sala de aula continue sendo um espaço de entusiasmo, de possibilidades. Boa parte dos discursos do vídeo se preocupa com a mudança que ocorreu em relação ao querer e a vontade do público de hoje. Para Nina, o sentimento de ter estudado nessa escola é muito grande e pretende repassar para os seus filhos essa história. “Quero contar pros meus filhos para que eles possam dar valor a educação, dar valor a cultura, ao lugar, sem esquecer suas raízes”.

O que a professora Nina enfatiza na sua fala é apresentado através de diversas partes no filme. Uma delas é a cena em que retrata Seu João Virgulino, artesão da palha, mostrando para as crianças como se faz urupemba Mesmo não sendo algo novo, pelo fato de ser um método ancestral de transmissão de conhecimentos em que se utiliza da memória oral, era/é algo diferente, inovador por estar sendo repassado através da instituição escola como manutenção de práticas educativas tradicionais.

Outra cena que demarca a preocupação da comunidade com a manutenção da cultura tradicional crioula são as imagens de crianças do Projeto ao Som do Pífano que são apresentadas em dois momentos, logo no início da fala de argumentação da narradora e no final.

Percebendo que a banda de pífano poderia ser um instrumento da cultura tradicional que viesse a desaparecer na nossa localidade. Adalmir, que é também produtor cultural, elaborou um projeto com a finalidade de envolver estudantes e outros jovens que estão fora da escola nesse tipo de atividades. O referido projeto foi

aprovado pela Fundação Nacional de Artes (FUNARTE Fundação Nacional de Artes) órgão com sede no Rio de Janeiro. Ano passado diversas ações foram desenvolvidas, entre elas, confecção de instrumentos, como pífanos, caixas e zabumbas. Acontecido isso, foram realizadas oficinas de pífano e percussão. Hoje, muitos deles já acompanham a banda de pífano nos momentos festivos da comunidade e em apresentações nos eventos.

Divulgar essa ação num produto audiovisual com a intencionalidade deste, a meu ver, é uma maneira da equipe do Crioulas Vídeo demonstrar para seus interlocutores o quanto ações dessa natureza são indispensáveis dentro da Pedagogia Crioula.

3.3. COMPARANDO EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E CONSTRUINDO UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

Todo esse percurso de descrição das experiências curriculares e pedagógicas nas escolas e fora delas na minha comunidade me fez analisar outras experiências educativas na intenção de perceber aproximações e também distanciamentos destas em relação à Pedagogia Crioula. No livro: *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*³⁹ de Bell Hooks, professora negra de classe trabalhadora do Sul dos Estados Unidos que estudou o Ensino Fundamental em escolas segregadas⁴⁰, descreve a sua experiência de vida enquanto aluna até chegar a atuar como professora no Ensino Superior, vi que há semelhanças, e elas se dão inicialmente no campo da identidade étnica, da regionalidade, e das perspectivas educacionais. Quero dizer com isso, que o fato de ser uma região rural em que vivem pessoas negras e em que a educação escolar desde cedo tem uma intenção fundamentalmente política, tem forte ligação com a nossa experiência. Isso se afirma quando (HOOKS, 2013, p. 10) diz que lá as crianças aprendem desde cedo que a prática dos estudos, a vida intelectual objetiva se contrapor aos atos

³⁹ No capítulo, "A construção de uma comunidade pedagógica: um diálogo", Bell Hooks (2013) propõe uma pedagogia transfronteiriça a fim de que as diferenças sejam confrontadas e a solidariedade possa, enfim, surgir. Desse modo, para educar para a liberdade é preciso, sobretudo, desafiar o modo como se costuma pensar os processos pedagógicos. O medo de perder o respeito da(o)s aluna(o) s, segundo ela, tem desencorajado muitas(o)s professora(e)s universitária(o)s a experimentarem novas práticas de ensino. Ela dá ênfase à voz como algo a ser utilizado estrategicamente, como um ato de contar histórias sobre si mesma(o)". (Oliveira, 2015, p. 221). Quando nos referimos a uma comunidade de aprendizagem fazemos uma alusão a essa proposição de Bell Hooks.

⁴⁰ Escolas em que só estudavam pessoas negras e onde a maioria dos que lecionavam eram mulheres negras.

contra-hegemônico, é um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista. Analogamente com as práticas educacionais aqui do quilombo quando partimos de um contexto de uma escola opressora fundamentada na lógica eurocêntrica e vamos à busca de outra pedagogia centrada no projeto de vida da comunidade de Conceição das Crioulas. Referindo-se à concepção de educação das Escolas Quilombolas do Território, Maria Diva (Diva) tem a convicção de que a educação de Conceição vai sempre avançar na luta por direitos, seja ela vinculada a escola ou não. Ela continuamente irá prosperar no sentido de saber dos nossos direitos, de questioná-los, e de brigar sempre por eles.

Outra pedagogia com a qual podemos fazer um paralelo com a pedagogia crioula é a intitulada Pedagogia Griô. Ela acontece em escolas quilombolas do município de Rio de Contas que está localizado na região da Chapada Diamantina no estado da Bahia. A pesquisadora Patrícia Pacheco da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no seu artigo: Pedagogia Griô em atos de currículo nas escolas quilombolas de Rio de Contas – Bahia faz a análise dessa experiência buscando compreender como a tradição oral através dos mitos e da memória social interage na dinâmica educacional das instituições escolares das comunidades quilombolas de Riacho das Pedras, Barra e Bananal. A questão teórica da sua pesquisa se reporta no geral ao campo do currículo tendo como referencial o fato de que os envolvidos num movimento dialógico interpretam os atos do currículo como uma experiência própria e de aspectos contextualizáveis, chamados etnométodos, que rompe com as ideias de um currículo visto como um documento ou “grade” curricular. Nesse aspecto, a Pedagogia Griô se aproxima da que acontece aqui no nosso quilombo, pois ao iniciarmos o movimento de repensarmos os processos educacionais locais pensamos, primordialmente, em desconstruir a ideia de currículo como grade, como papel, um nome bonito. Até porque a grade mais conhecida por nós é a grade de confeccionar tijolos, bastante utilizada na comunidade quando se iniciou o processo de trocas das casas taipas por casas de alvenaria, projeto idealizado pelo governo para combater o inseto barbeiro. Essa grade, prende, nivela, deixa tudo igualzinho. Dessa forma, a função da grade é contraditória ao tipo de educação que almejamos para o nosso povo. Quando Diva diz no vídeo que o PPP era visto só como uma sigla, entendo que ela se refere ao período em que esse instrumento chegava as nossas escolas como um documento pronto, pensado

dentro dos gabinetes por pessoas desconhecedoras das nossas vivências e, sobretudo do nosso projeto de sociedade.

Ao mesmo tempo em que vejo semelhanças em relação ao nosso projeto e processo educacional, percebo que a Pedagogia Griô se distancia em alguns aspectos do nosso jeito de desenvolver a educação escolar em nosso território. Um deles, no meu ponto de vista, se refere à função social das escolas. Aqui, vivenciamos um Projeto Político Pedagógico, cujo objetivo principal vai além de fazer um diálogo entre a tradição oral e a escola. Podemos dizer que as nossas escolas têm uma missão política, talvez mais “revolucionária”, e que foi construída no coletivo da comunidade e legitimada pelo estatuto da AQCC quando institui dentre outros objetivos o de desenvolver proposta de educação específica, diferenciada e intercultural para as comunidades quilombolas e lutar por uma legislação própria; Isso quer dizer que as escolas do quilombo receberam de forma indireta essa tarefa, e o desafio é cumpri-la dando vida e concretizando o desejo da instituição que representa o povo e faz a gestão do território.

Outra diferença importante é que nas escolas em análise o recurso didático que guia o plano de ação de conteúdos é o livro didático. Na nossa Pedagogia há outros meios de se trabalhar os conteúdos. Que entre outras coisas, se vale, fundamentalmente, nas ações do professor/professora-pesquisadora, que vão à busca das pessoas mais velhas; dos vídeos/filmes do Crioulas; dos espaços educativos fora da escola; elaboram os livros juntamente com os estudantes; e utilizam outros materiais que contam nossas histórias, crenças e tradições com base na visão que temos sobre nós mesmos.

[...] Por que a gente não tinha um material pronto pra isso. Aí tinha que arrumar material, tinha que fazer, tinha que motivar os professores pra entrar nessa dinâmica do educador-pesquisador que num estava na sala de aula pronto, que aprendesse da comunidade, que pesquisasse na comunidade. Isso pra nós foi um momento muito, muito bom, que eu até acredito que quem é professor daquela época, eu acho que se sente muito privilegiado de ter contar essa história de ter sido parte disso. (Informação oral - João Alfredo, agosto de 2003)

Analisando o que diz João Alfredo podemos perceber que o perfil de professor/professora-pesquisadora vem sendo valorizado desde o início da José Mendes. E isso faz grande diferença hoje, porque, essa característica podemos

dizer está bem firmada. Apesar de não dispor de todos esses recursos, as professoras daquela região convergem com o nosso jeito quando mantêm ações de valorização dos saberes da tradição oral através dos seus atos de currículos, da mesma forma como esse movimento é denominado no artigo de Patrícia Pacheco.

Nessa dinâmica de se aproximar e se distanciar de outras pedagogias, quando Miguel Arroyo se reporta a outras pedagogias identificadas em diversas ações coletivas de vários segmentos sociais contemporâneos em que luta por educação, visualizamos de forma bastante concreta a Pedagogia Crioula. Ele se refere como lutas radicais os direitos dos coletivos pelo conhecimento sistematizado. Daí surge a questão: será a Pedagogia Crioula uma luta radical? Percebo o termo radical como um termo que tem a cara de insurgência, revolução, transgressão, se assim for, o jeito de fazer educação no quilombo de Conceição das Crioulas é um jeito radical. Deste modo, a Pedagogia Crioula é uma pedagogia revolucionária, é uma pedagogia radical, é uma pedagogia que se contrapõe a qualquer forma de negação do outro.

Ainda nessa dinâmica de analogias com outras pedagogias, após leitura do artigo: *Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa* de Edival Teixeira, Maria de Lourdes Bernartt e Glademir Trindade, pesquisadores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, entendo que mesmo esse estudo nas suas considerações finais percebe que “existem aspectos que, em nosso entendimento, merecem estudos mais aprofundados, sobretudo no que tange à dinâmica da relação família-CEFFA, aos fundamentos teórico-metodológicos da Pedagogia da Alternância e às relações entre os CEFFAs e o Estado” e minha conclusão é de que ela tem grande distanciamento da Pedagogia Crioula no que se refere aos seus propósitos.

Primeiro porque surge da necessidade de uma educação escolar que atendesse às particularidades psicossociais dos adolescentes e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social. Segundo porque “a Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional” (2008, p.227).

Tendo como foco essas finalidades, a meu ver, se apresenta com disparidade em relação ao nosso jeito de ver a educação escolar em Conceição das Crioulas.

Alguns autores analisados por esse estudo vejam “a Pedagogia da Alternância como uma proposta inovadora que propicia ao educando: utilizar-se do seu cotidiano, das suas experiências, das suas leituras de mundo, como subsídios significativos para a aquisição do código escrito da língua e do letramento” (PEREIRA, 2005, p. 150), condição que podemos entender como um princípio que se assemelha aos processos educativos em nossa comunidade. Entretanto, mesmo quando acontece em área quilombola, essa metodologia não tem como ponto relevante a questão territorial, princípio principal da pedagogia crioula. Ou talvez não fosse ponto prioritário das pesquisas analisadas por esse estudo saber os fundamentos teórico-metodológicos da Pedagogia da Alternância. Em contraposição a esta, descrevo abaixo alguns dos quatorze Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco, em que a voz dos e das quilombolas define como pontos chaves que a educação escolar:

- a) Fortaleça e participe da luta pela regularização dos nossos territórios tradicionais;
- b) Que seja presente e participativa na vida da comunidade, reconhecendo e respeitando todos os espaços onde nossos jovens aprendem e se educam, como na roça, na pescaria, nas festas tradicionais, nas reuniões comunitárias, nos terreiros das casas dos mais velhos;
- c) Que reafirme nossa história de resistência, nossa identidade étnica, nossos saberes e nosso jeito próprio de ensinar e aprender;
- d) Que os professores e as professoras sejam quilombolas, da própria comunidade, engajados na luta e pesquisadores da sua própria história, e que seja garantida formação específica e diferenciada para os professores e professoras quilombolas;
- e) Que o currículo seja elaborado pela própria comunidade garantindo os conteúdos específicos de cada quilombo e a interculturalidade;
- f) Que seja voltada para o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades, para que nossos jovens permaneçam em seu território tradicional garantindo a continuidade da nossa existência e das nossas lutas;

[...] nós acreditávamos, sempre acreditamos que a condução da escola e os professores devem ser da comunidade. Não é só porque moram na comunidade, não. Não é só isso não, é mais que isso. [...]
(Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016)

O depoimento de Givânia deixa explícito que os princípios são desejos de uma educação com questões singulares materializados na Carta de Princípios, e que a preocupação para que os professores e professoras sejam da própria comunidade é

que eles/elas são entendidos como agentes essenciais dentro do processo educativo escolar.

Ainda sobre professores/professoras, quando analisamos o item 'd' colocado logo acima, vemos que ele dialoga, em alguns aspectos, com a ideia da Pedagogia Engajada de Bell Hooks (2013), quando argumenta acerca destes, pois ela considera que:

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral, os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e fazer de sua prática de ensino um foco de resistência. (grifo nosso)

E acrescenta ainda que:

Os professores que abraçam o desafio da autoavaliação serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente. (grifo nosso)

Porém, quando Hooks se refere à parcialidade dos professores, percebo algumas questões que pretendo destacar, que dizem respeito aos grifos que fizemos. Primeiro, ao contrário do que a autora expressa, o professor/professora quilombola de Conceição das Crioulas tem no seu conjunto de características a parcialidade, que é entendida como um aspecto importante dentro do papel que exerce.

Essa qualidade é imprescindível para desempenharem bem a missão que deles é esperada.

Queremos uma escola onde os professores falem nossa história e que seja adequada a nossa realidade, que discuta sobre nossas danças, religião [...]. Na escola que queremos precisa-se de professores que trabalhem nossa cultura e que os alunos possam saber seu passado e poder contar sua história. (Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco, p. 13).

João Alfredo, líder comunitário, acrescenta ainda que quando começaram a pensar na escola, pensavam também nas tarefas que precisavam desenvolver para preparar o professor/professora para que o mesmo tivesse um perfil de acordo com a concepção de educação almejada “tinha que motivar os professores pra entrar

nessa dinâmica do educador-pesquisador, que num estava na sala de aula pronto, que aprendesse da comunidade, que pesquisasse na comunidade”.

Portanto, o professor desde essa época tinha que se colocar do lado da comunidade para aprender, para desconstruir os equívocos constantes na nossa história quando contada pela visão dos dominadores. Logo, exercitar a parcialidade entendida pela comunidade como essencial.

Outro ponto que considero necessário sublinhar é a questão da *autoavaliação* relatada por Hooks (2013), a qual ela vê como um compromisso ativo para o próprio bem-estar dos professores e professoras. Sobre isso, compreendemos que um processo de autoavaliação é essencial no cotidiano dos docentes quilombolas para que possamos perceber a nossa incompletude, pesquisar, ir à busca dos *saberes necessários à prática educativa* (FREIRE, 1996). Por isso, um dos espaços de formação que é preciso valorizar, são os momentos de discussão político-pedagógicos que acontecem no dia-a-dia da comunidade. Portanto, as reuniões, assembleias, e formações com temáticas específicas realizadas através de projetos e ações da AQCC, as audiências sobre os processos territoriais, os encontros do GT- Território são espaços de aprendizagens muito significativas para a construção do perfil do professor quilombola na nossa comunidade.

Vale lembrar ainda que a concepção de educação escolar indígena ou *pedagogias indígenas* (CADERNOS SECAD/MEC, p. 20, 2007) se relaciona em muitos aspectos da educação pensada e construída aqui no nosso quilombo porque assim como a nossa, ela também se relaciona fortemente com as lutas pelos direitos, com a valorização dos saberes, a desintrusão dos territórios tradicionais e a descolonização das instituições. No entanto, mesmo nos identificando com o jeito de fazer educação escolar dos povos indígenas, com quem tivemos um extenso diálogo quando iniciamos efetivamente a sistematização do nosso PPP, percebemos diferenciações bastante singulares nesses povos. Segundo informações pesquisadas no Caderno Secad nº 3 “são características da escola indígena: a interculturalidade, o bilinguismo ou multilinguismo, a especificidade, a diferenciação e a participação comunitária” (2007, p. 20).

Diante do exposto, percebo que todas essas formas de conceituar pedagogias, que para Paula Andrade (2014) são intituladas *pedagogias adjetivadas*, que no meu entendimento, em relação à *Pedagogia Crioula* têm muitas aproximações, entretanto, tem distanciamentos significativos. Isso acontece, pois esta última se

mostra como uma prática educativa com finalidade singular as anteriormente apresentadas. Sendo assim, a educação escolar quilombola em Conceição das Crioulas, denominada por nós como, “Pedagogia Crioula”, se vale, especificamente, das seguintes práticas, valores e princípios:

- ✓ Compreensão da escola enquanto instrumento de luta por direitos, sobretudo, o direito ao território desintrusado,
- ✓ Uma educação com a missão de descolonizar as práticas e as mentes;
- ✓ Uma escola que reafirme a história e a cultura, que valorize a organização social, a identidade étnica e a relação com a natureza como elementos de sustentabilidade;
- ✓ Valorização das práticas e saberes tradicionais e dos conhecimentos próprios através da presença das pessoas mais velhas na escola;
- ✓ Produção de materiais didáticos específicos que contem a nossa história a partir do próprio olhar quilombola;
- ✓ Ter o professor e a professora da própria comunidade engajado nas lutas;
- ✓ Currículo elaborado pela própria comunidade;
- ✓ O professor e a professora precisam ser educadores-pesquisadores;
- ✓ Uso da oralidade como elemento de transmissão de valores culturais;
- ✓ Calendário escolar que se articula com o calendário sociocultural da comunidade;
- ✓ Uma educação que valorize e utilize os ensinamentos ancestrais sobre os tempos no quilombo.
- ✓ Utilização de materiais produzidos na própria comunidade;
- ✓ Reconhecimento e apropriação de outros espaços fora da escola que fazem parte do currículo como espaços de aprendizagens e transmissão de saberes comunitários.

Por fim, uma educação que fortaleça o projeto de vida coletivo dos e das quilombolas de Conceição das Crioulas. E que possa cotidianamente através da sua dimensão intercultural se apropriar de outros conhecimentos que sejam significativos para fortalecer as nossas lutas.

Sobre isso Givânia ressalta que a escola *não pode ficar alheia à história, as lutas, ao dia-a-dia*. Senão, corremos o risco dos estudantes vivenciarem uma vida comunitária centrada na coletividade, na valorização dos saberes e a escola desconsiderar, “apagar”:

Eu digo que era muito difícil a gente saber onde começava a ação da escola e terminava e a ação da comunidade. Por quê? Porque as lideranças da comunidade, formal ou informalmente elas eram muito envolvidas com a escola. Ora como alunos, ora como alunos. Por exemplo, quem eram as principais lideranças da época? Cida Mendes, João Alfredo, Andreino, que ao mesmo tempo eram alunos da escola. Entendeu? E eu, que era professora, que era diretora da escola que era também liderança. Então, eu não vou dizer que era confuso, eu não acho esse processo confuso, eu digo que era muito, muito... que era uma relação que não havia só esse aqui é o papel da escola, esse aqui é só o papel da associação, aqui da comunidade, não. A gente entendia que como a escola era um instrumento da comunidade, então era um envolvimento mútuo. Ora a gente tava fazendo uma atividade na escola que dizia respeito à comunidade, e por isso que a gente tinha o entendimento que a escola era um instrumento da comunidade. Ora a gente tava fazendo uma coisa na comunidade, puxada pela comunidade, não necessariamente da comunidade, que era da escola. (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016)

Sendo assim, concluindo o exercício de comparações entre algumas pedagogias é importante destacar que a Pedagogia Crioula não se reduz aos espaços institucionalizados, pelo contrário, ela tem nos espaços de interação comunitária e nos movimentos autônomos da comunidade uma centralidade essencial que a diferencia de outras experiências vistas.

É um jeito característico que reflete as práticas educativas do quilombo, bastante perceptíveis em momentos dinâmicos e “naturais”, como na maneira como as mulheres repassam os saberes e como as pessoas se relaciona com as outras. Portanto, uma *pedagogia engajada* nos saberes e fazeres crioula.

3.4 PEDAGOGIA CRIOULA: UMA PEDAGOGIA DE RESISTÊNCIA

A gente precisa pensar uma coisa, não dá pra pensar a evolução das pessoas sem educação, não dá. Se a gente quiser uma sociedade empoderada, se a gente quiser uma sociedade soberana, interferindo, participando como sujeito do seu próprio destino, a gente precisa investir na educação. Eu acredito e fico muito contente de poder tá dizendo hoje de que essa escola contribuiu pra isso. Ela contribuiu para ser esse ambiente de educação, de descoberta, de pesquisa, de busca... Verdade que todo mundo não está na mesma batalha com os mesmos ideais. Eu acho que seria uma estupidez da nossa parte pensar assim. Agora é interessante a gente dizer que a escola contribuiu pra construir sujeitos, pessoas e que atuam no campo da educação na comunidade, mas no mundo do trabalho, no mundo da tecnologia, nesse mundo grande onde precisamos estar todos nós inseridos, né. Então eu acredito, eu aposto nisso, nunca vou me arrepender de ter lutado, de ter pautado na minha vida

educação na comunidade de Conceição das Crioulas como prioridade número 1 da nossa defesa. (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

Percebe-se com bastante nitidez na fala de João Alfredo, o que a educação escolar em Conceição das Crioulas proporcionou/proporciona na vida dessa comunidade. Primeiro, reafirma o que vem sendo dito desde o início desse trabalho que a educação sempre foi pautada como uma das temáticas compreendidas como prioritárias para nós. A visão de que a educação no quilombo possibilitaria a construção de uma comunidade soberana, dona de si, era uma questão bem definida na fala e nas ações das lideranças locais.

Para estar nesse “mundo grande” ao qual João Alfredo se refere sem ficar perdido em meio a tantas outras culturas, com base nos relatos dos entrevistados e entrevistadas, entendo que é necessário algumas afirmações identitárias, como por exemplo, estar ligado a uma raiz histórica, a um povo. Sendo assim, a escola se tornou um espaço importante nesse processo. Ela planta a semente e vai regando-a até frutificar, numa dinâmica constante de luta, perseverança e resistência.

Um dos frutos mais novos dessa educação, Lívia, que com apenas 14 anos tem na sua memória que as lutas de ontem são também as lutas de hoje. Porque, ela aprendeu na escola e também é reforçado em casa, que o nosso território foi tomado à força, mas que os descendentes das crioulas jamais desistirão de reconquistá-lo. Sobre isso, ela relata:

O que eu sei sobre a história de Conceição das Crioulas eu aprendi na escola, minha mãe e meus avós também me conta. [...] E o que aprendi dizem também que essas terras são dos descendentes das seis negras, só que vieram fazendeiros e tomaram as terras delas. E o que eu aprendi e o que eu continuo aprendendo também, é que a história não acabou, porque nos dias de hoje os descendentes das seis negras continuam lutando pra reconquistar a terra que é deles e por direito. (Trecho da entrevista com Lívia, 14 anos, estudante da Escola Professor José Mendes, em setembro de 2016).

Isso revela resistência e persistência, questões que João Alfredo, duas gerações mais velha que a de Lívia, sempre se refere a elas com muito orgulho, como podemos perceber na epígrafe acima.

As informações colhidas leva-nos a acreditar que os princípios defendidos pela comunidade para a educação escolar quilombola tem bastante influência nos

processos políticos, culturais, identitários, que são por natureza educativos, e de fortalecimento da causa quilombola.

O contar e recontar da história de resistência das crioulas, a defesa de professores e professoras engajados nas lutas, são algumas das questões que não só as lideranças comunitárias e educacionais veem resultados, mas também, pais e mães de estudantes acreditam nisso. Por isso, importantes no momento atual.

Ultimamente, desde o primeiro dia do ano até hoje, as fortalezas presentes no jeito crioula de ser, têm sido acionadas com bastante veemência. Porque, o projeto de vida do povo de Conceição das Crioulas está sendo ameaçado.

Acreditar no poder de articulação e de organização do nosso povo foi o que fez estarmos hoje narrando a história da Pedagogia Crioula. Porém, existem situações que violentamente, passam por cima dos nossos sonhos e dos nossos direitos conquistados na luta árdua.

Com isso, quero dizer que o momento que estamos vivenciando parece retornar no tempo a exatamente vinte anos. O tempo de 1997 a 2000 que descrevo anteriormente. Tempo em que os brancos fazendeiros retornam à comunidade com muita sede ao pote⁴¹, e se apoderam, principalmente através das instituições públicas, porque havia ganhado as eleições municipais, e voltam para “sufocar” e silenciar as vozes dos quilombolas. Agora, estão querendo a todo custo nos impor novamente as mesmas situações de opressões que sofremos naquela época.

No entanto, como pessoa que viveu aquele tempo de perto, percebo que agora é, talvez, um período muito mais desafiador e revoltante, pois, compreendo que estamos em outro estágio, com mais conhecimentos, com marcos legais instituídos. Porém as estratégias do dominador são muitas vezes imbatíveis e cruéis, pois, se utilizam de ações em que colocam oprimido contra oprimido.

E nessa nova investida dos opressores, a escola é o instrumento central de retomada do “poder”, valendo-se de antigas estratégias de dominação. No momento atual, semelhante aquele período, *eles retomam o poder por dentro da escola*, (Trecho da entrevista com Givânia Silva em agosto de 2016).

O professor/professora da comunidade é um elemento que faz diferença nesse processo. Dessa forma, as famílias sentindo-se vulneráveis por conta das possíveis consequências da nova/velha forma de governar, se manifestam.

⁴¹ Com muita ganância, utilizando-se de práticas violentas e cruéis para conseguir seus objetivos.

Porque toda sala de aula que tem aqui em todas as escolas são os professor daqui. Aí se os professor daqui sair e vierem outros, como é que vai ser? Não, eu mesmo luto pelos que são daqui porque eles fazem trabalho e mostra. Eu mesmo tenho muito o que mostrar dos professores daqui. (Genilda, popular Nida, mãe de estudantes de duas escolas em entrevista realizada pelo Crioulas Vídeo, utilizada no vídeo elaborado para este trabalho)

As lideranças também têm a certeza de que a comunidade resistirá aos impactos negativos do momento, e de que a semente plantada pela pedagogia crioula deu resultado. “Então, eu acho que a semente que a gente plantou já é capaz de resistir. Eu digo, de não sofrer os abalos, mas de resistir a qualquer ameaça que venha ao pouco que a gente já conquistou”, (Maria Diva).

A comunidade sofreu, mas também aprendeu com as dificuldades. Esse período foi um momento em que houve ensinamentos. A resiliência superou os obstáculos e a comunidade adquiriu mais experiências, como se afirma logo abaixo.

Mas enfim, aquele momento também foi bom, porque a gente pode autoafirmar algumas coisas. Primeiro que a gente não pode abrir mão da história; segundo não pode também abrir mão da luta. Isso reafirmava tudo o que dizia já os nossos líderes de que pra gente ter alguma coisa precisa lutar, e lutar, lutar. Mesmo que não consiga, mas é importante, lutar e lutar sempre. Então eu acredito nisso até hoje, e não me espanto quando a gente passar por desafios, não me espanto quando a gente não conseguir. Não me espanto se a gente tiver alguns atropelos. O mais interessante é a gente ter a consciência de que é importante recomeçar sempre. (Trecho da entrevista com João Alfredo em agosto de 2016)

Diante disso, podemos fazer a ligação do passado com o presente e ver que, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os ensinamentos, os valores culturais a identidade, e especialmente a força quilombola feminina, são elementos primordiais na Pedagogia Crioula e que estão intimamente ligados ao futuro. Por isso, o lema é acreditar na luta sempre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE VIRÁ?

Não é com a certeza do fim que traçamos as reflexões finais deste trabalho, mas com indicativos de que a comunidade já percorreu caminhos que foram capazes de nos incentivar a seguir na luta mesmo que os obstáculos surjam. É também convencida de que a escola de Conceição das Crioulas gerou frutos que descreverei algumas questões que considero observações importantes para o final deste trabalho. Entretanto, colocarei algumas reticências para depois aprofundar o que não foi possível com esta pesquisa, quem sabe em outro momento, ou quem sabe deixar para que a dinâmica da vida crioula se encarregue de escrever na memória coletiva do povo.

A consciência de que os desafios surgirão, mas que o enraizamento da história das Crioulas está presente em nossa voz, nas nossas ações, no nosso jeito de cotidianamente construir a coletividade e resistir dentro do quilombo, nos faz afirmar que mesmo existindo percalços, o recomeço será certo.

A minha posição dentro da pesquisa, por não ser uma pesquisadora alheia ao seu objeto, pelo contrário, fazer parte de maneira muito intensa, poderá trazer interpretações distintas aos que lerem o meu trabalho. No entanto, essa posição me trouxe descobertas e desafios outros que talvez não aparecesse tão nítido se eu não estivesse imersa nos processos educacionais, históricos, políticos e sociais sobre os quais narrei.

Através do percurso metodológico seguido foi possível visualizarmos questões, que, provavelmente, sem uma definição precisa a partir de conhecimentos acadêmicos, não teriam emergido de forma mais consistente.

O estudo e a análise dos dados, as leituras e releituras de materiais produzidos por nós da comunidade, como também, as conversas informais permitiram um caminho de reflexão e interpretação que levou a afirmações importantes. Uma delas é o quanto a *Pedagogia Crioula* tem do jeito, dos fazeres, da participação e da sabedoria das mulheres crioulas. Portanto, podemos dizer uma pedagogia com essência feminina. Isso se encontra bem marcado em todos os capítulos do trabalho.

Outra afirmação importante, é que, sendo ela uma pedagogia que busca a liberdade, tem raízes ancestrais, conseqüentemente, o seu início acontece desde a chegada das crioulas nesse território, perpassa os processos de luta pela

reconquista do território e chega de maneira sistemática à escola. Esta, passa por um processo radical de transformação de suas estruturas, curricular principalmente, para poder ser um elemento da comunidade. Até podemos dizer que a escola é a comunidade.

A história de mulheres lutadoras, como exemplo das que foram apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, inspiram e incentivam o despontar de outras Givas, outras Cidas, outras, outras e outras, com coragem e determinação para dar continuidade às gerações de Marias que virão.

É importante destacar também que o proposto pela *Pedagogia Crioula* tem estreita ligação com o ontem, o hoje e o que está por vir na história de Conceição das Crioulas. Este último tempo, talvez, bem mais desafiador e com mais questões conflituosas para se lidar, porque o que a nação vive atualmente, a conjuntura política com a qual o país convive nos dias de hoje, a meu ver, um golpe político, reflete diretamente nos nossos direitos conquistados. Isto poderá trazer situações que precisem de ações de resistência para que os jovens de hoje estejam amanhã muito mais fortalecidos na sua cultura e identidade e firmes na luta para encarar tais momentos.

Além dessas constatações que de certa forma são um parâmetro avaliativo do nosso fazer pedagógico, no rito final deste trabalho, ou seja, na defesa do mesmo, os examinadores e examinadoras fizeram considerações importantes. Dentre elas, a afirmação de que a educação escolar desenvolvida na e pela comunidade tem uma pretensão coletiva. Ela não é um instrumento de uma só pessoa, ou mesmo do poder público. *Ela é a experiência, a voz e a verdade da comunidade*. Ouvir nesse momento que a escola em Conceição das Crioulas é uma estrutura que emana da vontade da comunidade, vive no ritmo dela e é inspiração desta, nos faz acreditar que o pensamento das lideranças, há anos atrás deu certo. Este é o caminho.

No momento da arguição final se confirmou ainda o que o texto traz de forma expressiva, o Projeto Político Pedagógico das Escolas do Território de Conceição das Crioulas é um elemento de elaboração coletiva, por isso manifesta de fato, os anseios do nosso povo, sejam eles crianças, jovens adultos, lideranças e pessoas mais velhas do nosso território. Ele agrega não só as dimensões que estão no próprio nome, mas demonstra sabedoria, reciprocidade, intencionalidade, autonomia, protagonismo e liberdade.

Entretanto, mesmo compreendendo por meio desta pesquisa que a educação escolar de Conceição das Crioulas tem uma concepção já consolidada, vale salientar, que o fortalecimento da nossa identidade étnica, o reconhecimento e a valorização da nossa história, a sabedoria das pessoas mais velhas precisam permanecer contínuo no currículo escolar. Por isso, essa escola diferente e específica, necessitará trabalhar com muita convicção nesse propósito, reafirmar sua missão que é extremamente política, e caminhar na certeza de que ela é elemento fundamental dentro de um contexto de lutas.

Percebemos ainda que esse jeito de fazer educação escolar que vem se consolidando, é reflexo de um pensamento em que era imposta à comunidade uma escola tradicional. Um espaço de manutenção de opressões, que negava nossa história e silenciava nossas vozes, ou seja, um espaço colonizador. A comunidade percebendo isso busca outra escola, transformando o que era instrumento de colonização num espaço de interação comunitária, de vivências culturais e de ações que possibilitem um futuro de resistência.

Mesmo a partir dessas afirmações, penso na incompletude do ser humano, em que seus conhecimentos são cotidianamente questionados, portanto, este trabalho se apresenta dentro desse contexto, por isso inconcluso, logo, passível de contestações e compreensões diversas.

No entanto, me sinto privilegiada por ser a primeira pesquisadora a narrar e conceituar o processo de elaboração desse jeito específico de fazer educação escolar, intitulado por nós da comunidade de *Pedagogia Crioula*. Por ter se constituído a partir de um processo sócio-histórico basicamente coletivo e comunitário, durante todo o meu caminhar acadêmico me senti e me sinto desafiada pelas leituras que poderão surgir e também pela importância do tema, que se apresenta como uma das prioridades principais na comunidade, questão que ficou evidenciada no texto.

Além disso, sabemos que não só para os criouleses, mas para a sociedade no geral, a educação é um assunto de grande importância. Sendo assim, acredito que este trabalho possibilitará novas demandas, e quem sabe até suscitará o registro de outras narrativas pedagógicas, e de outras experiências.

A compreensão da história de resistência das Crioulas, especificamente, como elemento central de autorreconhecimento de nossa identidade, faz com que acreditemos que ela sendo contada e (re)contada, a partir do olhar de quem viveu

na prática as mais diversas situações em que a opressão agiu como uma questão essencial para a manutenção do projeto de civilização europeu, desconstrói estereótipos e desfaz a visão de inferioridade construída sobre nós pela sociedade, principalmente, pelo sistema educacional. Isso faz também com que a comunidade atue enquanto protagonistas se fortalecendo a cada dia, e não figurando como meros personagens, que intencionalmente foram postos em papéis subalternos, na tentativa de manutenção do projeto elitista de uma ideologia dominante.

Diante de tudo isso, as perspectivas são de uma comunidade cada vez mais fortalecida, mas engajada, mais resistente. Estamos atuando no presente ao mesmo tempo em que construímos o amanhã que são os frutos das sementes do ontem.

Finalizo com a certeza de que a Pedagogia Crioula produz reflexos positivos que atuam diretamente nas ações que perpetuam as concepções educacionais hegemônicas que historicamente agiram em nossas vidas causando prejuízos irreparáveis.

Sendo assim, essa certeza me traz esperança, mas uma esperança paulofreiriana quando ele diz que:

"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo..."

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula D. Cultura e pedagogia: a proliferação das pedagogias adjetivadas. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

ANTUNES, Marta de Oliveira. **A terra que volta: Gerindo territórios, memória e conflitos e normas em Conceição das Crioulas**. 2016. 518 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, E. F. A. **Agostinha Cabocla: por três léguas em quadra – a temática quilombola na perspectiva global-local**. 2008. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2008.

ARROYO, Miguel. **Ações Coletivas e Conhecimento, Outras Pedagogias?**, 2009. Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/site/media/leituras_upms/Acoes_Coletivas_e_Conhecimento__30-11-09.PDF>. Acesso em 27 fev. 2017.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS. **CRIOULAS, a voz da resistência**. Ano 1, n. 1, abril de 2003. Salgueiro-PE.

_____. Ano 2, n. 4, maio de 2004. Salgueiro-PE.

_____. Ano 2, n. 7, abril de 2005. Salgueiro-PE.

_____. Ano 2, n. 5, agosto de 2004. Salgueiro-PE.

_____. Ano 2, n. 6, dezembro de 2004. Salgueiro-PE.

_____. Ano 3, n. 8, agosto 2005. Salgueiro-PE.

_____. **Relatório do Projeto: CRESCER COM CIDADANIA**, 2007.

_____. **Relatório de Discussões Sobre a Construção/Sistematização do PPP**, Salgueiro/PE, 2011.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS/Comissão de Educação. **Nosso Território-Conceição das Crioulas**. Salgueiro/PE, 2011.

_____. **Projeto Político Pedagógico das Escolas do Território Quilombola de Conceição das Crioulas**. Salgueiro/PE, 2008/2014/2015/2016.

Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombola de Pernambuco, 2009

BRASIL. **DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004**. Promulga a Convenção n 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em 10 ago. 2016.

BEZERRA, Daniel Oliveira. **Entrevista IV**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento. Conceição das Crioulas, 2010. 1 arquivo .mp3 (4 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo 2 desta dissertação.

BEZERRA, Livia Damaris da Silva. **Entrevista V**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento. Conceição das Crioulas, 2010. 1 arquivo .mp3 (2 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo 2 desta dissertação.

CARTA DE PRINCIPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA. Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Recife. 2009.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

FARIA, Elisabete Mónica Moreira. **Educação Artística Diferenciada: contando e recontando a história. Aprender fazendo com/para/na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas**, Tese de Doutorado, 465 f, FBAUP - Portugal, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 39ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **Pedagogia do Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56ª ed. Ver e atual, - São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 56ª ed. Ver e atual, - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 447-468.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. In: Aletria – revista de estudos de literatura. Alteridades em questão. Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.6, n.9, dez/2002, p. 38-47.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. “Legitimidade étnica no encontro entre índios e negros”. In CARVALHO, Maria do Rosário, REESINK, Edwin e CAVIGNAC, Julie (orgs.). **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades**. Natal, RN: EDUFRN, 2011, pp.361-385.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, 1992.

HOOBS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**, São Paulo, 2013.

IPEA - o “Desenvolvimento Humano para além das médias: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil” - Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf>. Acesso em 20 jun. 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas**. Etnográfica. Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Movimento social quilombola: processos educativos**. Curitiba: Appris, 2016.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História** In: Antropologia estrutural dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 4.ed.,1993.

LIMA, Marcos Galindo e VIANA, Maria Somália Sales. **Arqueologia em Salgueiro Pernambuco**. CLIO - Série Arqueológica nº 9, 1993.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia nº 322. 32p.

MARTINS, Catarina S; TERRASÊCA Manuela e MARTINS Vítor(org.). **À procura de renovações de estratégias e de narrativas sobre educação artística** (escritas posteriores ao Encontro Internacional em Cabo Verde). Edição GESTO Cooperativa Cultural, CRL, Porto, abril de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

_____. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em 20 set. 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Escolar Indígena: sociodiversidade cultural indígena ressignificando a escola**. Cadernos Secad – 3. Brasília, 2007.

MUNANGA, Kabengele, **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEGÃO, André. **Entrevista I**. [jul. 2016]. Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento. Conceição das Crioulas, 2010. 1 arquivo .mp3 (19 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo 2 desta dissertação.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. Resenha de Ensinando a Transgredir de bell hooks. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.34, p.219-222, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, Hiego Moisés de. **Entrevista VI**. [jul. 2016]. Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento. Conceição das Crioulas, 2010. 1 arquivo .mp3 (5 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo 2 desta dissertação.

PASSOS, Pâmella Santos dos; GIORGI, Maria Cristina; BAPTISTA, Ronaldo Pimentel. A pastoral afro-brasileira e a campanha da Fraternidade de 1988: uma análise discursiva das questões raciais no interior da Igreja Católica. **Educere Et Educare, Revista de Educação**, vol.10, n. 20, p. 500-610, jul./dez., 2015.

PACHECO, Patrícia. **Pedagogia Griô em atos de currículo nas escolas quilombolas de Rio de Contas – Bahia**. Revista Diversitas, São Paulo, n. 3, p. 358-381, abril 2016.

POLLAK, Michel. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Cleilson Pereira, **Relações étnico-raciais e multiculturalismo: a produção da identidade afrodescendente**. Publicado em 21 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/relacoes-etnico-raciais-e-multiculturalismo-a-producao-da-identidade-afrodescendente/45302/>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

SABOURIN, Eric. **Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, p. 24-51, mai./ago. 2011.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, vol.3, n.1, p.41-73.1997.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). **Mana**. Vol. 3, n. 2, p.103-150, 1997.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. Quem eram os Índios Umã? História, Territórios e Resistência nos Sertões de Pernambuco. In MENDONÇA, Caroline Leal (coord.) **Nossa serra, nossa terra: Identidade e território tradicional Atikum e Pankará**. 2012, pp.80-101.

SARAIVA, Regina F. Coelly. **História, Memória e Identidade**. Brasília: Faculdade UnB Planaltina, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs), **Raça e Diversidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia**, Usp, 1996.

SILVA, Givânia Maria da, **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas**. 2012. 199 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

_____. **Entrevista II.** [ago. 2016]. Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento. Conceição das Crioulas, 2010. 1 arquivo .mp3 (47 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo 2 desta dissertação.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, João Alfredo de. **Entrevista III.** [ago. 2016]. Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento. Conceição das Crioulas, 2010. 1 arquivo .mp3 (29 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo 2 desta dissertação.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. **Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. Laudo Antropológico.** Recife, Junho de 1998. Mimeo.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação.** v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

WAGNER, Alfredo (coord.). **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.** Fascículo 6, Brasília DF, abril 2007, p.6-7.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir. Tomo I. Serie Pensamiento Decolonial. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013, p. 43.

ZACCARA, Madalena. **A viagem de volta:** Ações do Movimento Intercultural Identidades em comunidades de colonização lusa. i2ADS/FBAUP – Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Portugal, 2016.

Sítios da Internet

Site das Comunidades Eclesiais de Base. Disponível em: <<http://comunidade-cebs.blogspot.com.br>>. Acesso em 7 abril 2017.

Site da Prefeitura de Salgueiro-PE. Disponível em: <<http://www.salgueiro.pe.gov.br/index.htm>>. Acesso em 14 de abril de 2017.

[Site da Prefeitura de Salgueiro-PE], acessado em 14 de abril de 2017.

ANEXOS

ANEXO 1- ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ANEXO 2- RELATOS ORAIS A PARTIR DAS ENTREVISTAS

ANEXO 3- CAPAS DO JORNAL: CRIOULAS, A VOZ DA RESISTÊNCIA (Edições de 2003 a 2009)

ANEXO 1 ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Período para as entrevistas: Julho a agosto de 2016

Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento

Pessoas que foram entrevistadas: Givânia, João Alfredo e Andrelino Negão

Dados de identificação:

Nome completo:

Local e data de nascimento:

Ocupação na comunidade:

ANTES DE 1995

1. A comunidade vivencia uma escola opressora

1.1 Como era a comunidade na questão educação escolar antes de 1995?

1.2 Em que consistia a busca por uma escola de 5ª a 8ª série na comunidade?

1.3 Qual a importância da educação escolar na comunidade?

DE 1995 A 1996

2. Os primeiros passos para uma educação escolar do nosso jeito

2.1 Qual a proposta de currículo vivenciada nos primeiros anos da escola?

2.2 Naquele momento foi importante contar a história das seis crioulas na escola? Por quê?

2.3 Como era a relação escola e comunidade?

2.4 Quais os desafios encontrados no início dessa escola?

De 1997 a 2000

3. Após a reinvenção, vem a invasão

3.1 Quais os impactos na comunidade de uma escola coordenada por fazendeiros invasores?

3.2 Como era o currículo? E como funcionava em relação ao tempo e aos espaços educativos?

3.3 Houve movimentos contrários a lógica de educação imposta naquele período?

De 2001 até os dias atuais

4. Uma nova escola, uma pedagogia de resistência

4.1 Como se dá o processo de retomada da escola?

4.2 Qual a participação da comunidade na construção das ações da escola?

4.3 No seu entendimento, poderíamos dizer que os avanços e as conquistas ocorridas na comunidade são resultados da escola Professor José Mendes?

5. Considerações finais

Livre

ANEXO 2 - RELATOS ORAIS A PARTIR DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA I, COM ANDRÉ NEGÃO no dia 27 de julho de 2016

Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento, às 9h51

Dados de identificação:

- ✓ Nome completo: **Andrelino Antônio Mendes (agricultor aposentado)**
- ✓ Idade: **63 anos**
- ✓ Ocupação na comunidade: **liderança e suplente da Coordenação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas.**

Eu expliquei como estava estruturado o roteiro de entrevista, por marco temporal. Os vinte e um anos de história da escola foram marcados por fatos importantes que ocorreram desde a sua inauguração até os dias de hoje.

EU: *Antes do ano de 95 como era a comunidade na questão da educação escolar?*

ANDRÉ NEGÃO: antes de 95, Conceição das Crioulas tinha uma professora e essa professora era a esposa dos opressores, Hã...fazia o que eles...tudo que a gente fazia era dentro do que ele determinava. Era uma escola que foi o período em que eu estava na escola, agente tava lá na escola, mas não podia falar nada, era aquele silêncio e só a professora que falava. Ééé... Ali tinha discriminações, mas a gente por ser negro também tinha que ficar quieto. e...mas era muito horrível, por que lá na década de 60, voltando um pouco, ééé..tinha essa escola continuar com uma professora só, e quem trazia indicado pelos deputados. E os deputados, ééé... mantinha os moradores de Conceição e mesmo faziam questão de alienar as pessoas achando que a gente não era *incapaz*, (acho que ele quis dizer *capaz*) porque meu pai tinha um deputado por nome de Suetone Alencar que ele chegava aqui e dizia: não seu Antonio Bilo, você pode ficar sossegado porque vocês não têm condições mesmo de ser professor, de ser doutor. Tá capaz de vocês estudar até a 4ª série, de botar os mínimo até 4ª série e pra estudar até a 4ª série a gente traz professor seja de onde for, mas agente bota professor. Não achavam que nós aqui seria capaz de nós aqui um dia, dentre nós mesmo tirar alguém pra ensinar os que tavam iniciando. Então por isso, era muito ruim aquela época. Eu era muleque, mas cheguei a presenciar essa declaração desse deputado. Então era porque nós era incapaz de ser um professor, ou até um negócio mais alto aí, uma graduação mais alta, porque pra nós era só...quer dizer na realidade era só pra aprender a votar manter, nos manter debaixo dos pés deles. E depois vem essa história dos opressores aí que tomaram a terra, os próprios que tomaram a terra da gente é quem botava as mulheres pa ser professoras, hã... e, mais ainda bem que tinha ao menos pa desarnar, mas num era uma coisa positiva.

EU: Certo, e aí começou a busca pela escola de 5ª a 8ª né?

ANDRÉ: Foi.

EU: Então em que consistia essa busca, por que essa busca por uma escola de 5ª a 8ª série na comunidade?

ANDRÉ NEGÃO: Então, essa história da escola de 5ª a 8ª série foi que Givânia trabalhava nas CEB's e colega da professora Creuza Pereira que na época era ééé... era prefeita e foi feito um acordo de que quando D. Creuza entrasse, se ela entrasse e ganhasse pra prefeita que ela faria essa escola de 5ª a 8ª série que já tava inquietando as pessoas daqui aquele negócio de tá só na 1ª a 4ª série. E, mas houve o compromisso junto com Givânia e Dona Creuza que era prefeita na época, que se ela ganhasse ela construiria uma escola de 5ª a 8ª. Foi construída a escola, eu foi quem cedi a área pra fazer essa escola, muita gente até ficava achando estranho porque uma escola ao lado de um cemitério (risos). Era muito estranho. Mas graças a Deus deu certo, é tanto que já criou outras e aí a gente tá indo aos poucos.

EU: Então a comunidade já via uma importância na educação escolar?

ANDRÉ: sim, com certeza

EU: Em 95 e 96 foi quando começou, a escola foi inaugurada em 15 de maio de 1995. Então, qual a proposta que era vivenciada naqueles primeiros anos, 95 e 96, principalmente, de currículo. Como era o ensino, como era que as professoras, a gestora trabalhavam.

ANDRÉ: naquela época tinha ééé...até por conta da alienação que havia antes os professores daqui eram muito poucos e a maioria dos professores ou quase todos vinham de outro município ou vinham lá da sede de Salgueiro e até mesmo de outros municípios pra ééé... lecionar aqui em Conceição das Crioulas. Mais que os mininos foram criando...inclusive eu voltei também à escola por conta da saída daquela história da 4ª série, andei um pouco ...e outros mininos continuaram até porque na época é...começou as aulas e tava indo bem 95-96, 97 já começou aquele problema que D. Creuza perdeu aí mudou todo o foco da história. Tudo que ela tinha construído junto com nós da comunidade ééé...entrou um partido adversário e que não tinha nenhum interesse de ver a comunidade andar e começou a desconstruir a nossa...inclusive o horário. Que tinha horário à noite aí quando tirou nós que trabalha, pai de família que trabalha que tem que trabalhar durante o dia e estudar à noite, aí eles já tirou o horário da noite, quer dizer, pra quem era pai de família que tinha que ficar correndo atrás de um dia de serviço ou fazer alguma coisa durante o dia, não podia porque tinha que ir pra escola. Eu tive que...no meu caso eu tive que desistir por conta disso.

EU: *Naquele tempo, nos primeiros anos da escola contava-se a história das mulheres, das crioulas, da comunidade na escola? Como era essa...*

ANDRÉ: não, não, não se contava nada disso. Ééé...na escola.

EU: *Em 95-96?*

ANDRÉ: Ah, sim. Aí já começou (risos, pq tinha entendido que era no tempo em que os fazendeiros tomaram de conta da escola).

EU: *No início quando a escola começou.*

ANDRÉ: É, Sim, já, já começou um pouco diferente, mais voltado pra nossa história, né, e descobrindo a curiosidade da questão artesanal e as curiosidades de saber o porquê, e por aí que começou a... inclusive era um incentivo entre a escola e a própria associação quilombola, ou não, que não era associação ainda era só a comunidade.

EU: *Então havia uma relação entre a escola e a comunidade naquela época?*

ANDRÉ: com certeza

EU: *Ééé...nesses dois anos tinha alguns desafios, vocês acharam...em 95-96 tinham desafios nessa época?*

ANDRÉ: Por exemplo?

EU: *desafios, acho que você já falou, inclusive André. Tipo: professores, né, que alguns professores que não eram da comunidade, e aí assim, é... os materiais, né, não tinham materiais específicos, é mais ou menos nessa linha. Como era?*

ANDRÉ: pois é, inclusive, ééé... tinha aquela questão, como é que eles dão, o negócio da escola, o padrão de ensino, como é que chama?

EU: *o currículo, os conteúdos?*

ANDRÉ: é, os conteúdos, muitas vezes era... pegavam os conteúdos lá e faziam uma adaptações aí pra nos incluirmos nesse... Lá (Secretaria de Educação) saiu de um jeito, mas aqui era feito de uma certa maneira que atendia também os anseios da comunidade.

EU: *Vamos para o período de 97 a 2000, os quatro anos, né. Então, nessa época, tiveram impactos? Quais foram os impactos, assim, como foi essa escola coordenada por fazendeiros/invasores. A escola passou quatro anos coordenada por fazendeiros, né? Quais foram os impactos? Um que você já falou que o horário da noite, né? O currículo como era, ensinava-se como, como era o currículo?*

ANDRÉ: *hunrum...eu fiquei só no começo e abandonei porque era uma coisa que não tinha um segmento, falava-se de uma coisa, mas não tinha um, assim não aprofundava o assunto, só por cima. Ééé...a questão de compromisso também não tinha, não tinham compromisso. Você chegava lá, o professor tavam em pleno horário de aula, os professores tavam em roda de fofoca. Isso eu cheguei a presenciar. A questão de cuidar da própria estrutura da escola também foi abandonada, que a gente tentava manter uma escola bonita e durante esses quatro anos deixaram a escola uma...uma coisa de terceira qualidade, pra simplificar. Até porque tinha deles mesmo que faziam questão de estragar. Por que... ééé... dos nossos alienados por eles que faziam questão de estragar uma escola tão bonita como foi feita a escola José Mendes que já foi ampliada e já teve várias modificações e ela ta indo aí, eu tô um pouco afastado, porque éé, já tô...o povo diz que já tô na terceira idade. Aí vou ficando mais em casa, dificilmente eu vou na escola, só se houver uma necessidade*

EU: *Nessa época teve algum movimento contrário a essa lógica, essa ideia dos fazendeiros. Alguém se... a comunidade se rebelou, assim, fez algum movimento contrário a isso, ou como foi?*

ANDRÉ: *Eita Maria!! Isso tu quer entre 97 e 2000? Tô caçando, mas num tô achando. Me dê uma certa introdução aí pra ver se eu...*

EU: *Não, assim, o pessoal se sentou, fez algum documento, ou foi como era assim uma invasão, chegaram e tomaram conta e não teve reação da comunidade e foi isso mesmo?*

ANDRÉ: *Na realidade, o povo ficaram mais naquela história olhando um pro outro, sem saber o que fazer, porque tava indo bem, de repente chega esse outro e joga tudo abaixo. A gente fica meio de mãos atadas, porque tava se encaminhando e de repente desfez tudo que tava sendo construído.*

EU: *aí de 2001 pra cá, até hoje, é um tempão danado, né, 16 anos, mas aí assim você vai falando...como é que se dar esse processo de volta pra essa escola, de retomada dessa escola, em 2001?*

ANDRÉ: *ééé...Aí já ajudou a questão de voltar pra escola porque, éé... entre os professores de Conceição, aqui ainda vários de outros municípios, mas Conceição*

através de uma certa coordenação já é quem tomava o punho da história, né, não ficava tão solto como era antes. E foi seguindo até que hoje a gente tá...houve a necessidade de se construir outra escola que também já está funcionando, e nós estamos aí com... temos a escola do primário, tem a de 5ª a 8ª e já temo essa aqui (apontando pra o lado que fica localizada a escola) Ensino Médio que é a Rosa Doralina Mendes que já é com professores, a coordenação já são os professores da própria comunidade. Eu digo que evoluiu bastante. A gente que tá aqui pode até não perceber tanto, mas as comunidades, outras comunidades negras ou comunidades quilombolas de outros municípios acham que pra nós já foi um avanço. O que falta também é a gente também sentar e analisar o que agente já andou. Falta muito, não tem tudo, mas em relação a outras nós já temos muita coisa.

EU: *A comunidade, como é que a comunidade participa, ela participa das ações da escola, né, da construção dos projetos, do Projeto Político Pedagógico, como é?*

ANDRÉ: É, inclusive a comunidade colabora através da coordenação da AQCC que tá sempre junto discutindo esses assuntos e depois ela éé... se expande pra os pais dos alunos, e é por aí que eu vejo a história, já tô com meus 64 anos e quero ver a coisa andar. Graças a Deus eu acho que tá dentro daquilo que Antonio Bilo previa. Era a intenção dele era ver Conceição crescer. E ela tá crescendo muito bem. Graças a Deus.

EU: *tá terminando já, viu?*

ANDRÉ: ah, hum??

EU: *não tá terminando já.*

ANDRÉ: Ah, tá terminando, pensei que tinha terminado.

EU *não, ainda não.*

EU: *No seu entendimento, a gente pode dizer, poderíamos dizer que os avanços, muitos avanços da comunidade, assim, algumas conquistas se devem a essa escola, a José Mendes?*

ANDRÉ: Também, principalmente porque, ééé...passou aquele período que ela regrediu, depois a gente deu sequencia e ela passou a ser parceira da comunidade nas decisões, eu acho que houve um grande avanço nessa parte aí. E tamo aí na luta.

EU: *Pronto, agora fica livre pra se você quiser dizer alguma coisa, nas considerações finais, fica livre para você dizer alguma coisa em relação a escola, a educação, as pessoas que fazem educação, a participação. Fica livre pra falar qualquer coisa.*

ANDRÉ: eu, tô feliz, tô satisfeito porque como no início a gente disse que os professores vinham de fora pra... eram professores brancos, tá, e que a gente não tinha direito a voz. A gente só ouvia, talvez hoje seja um dos problemas que eu enfrento nas conversas, porque eu nunca fui, não tive...naquela época não tinha a participação dos alunos não, nos conteúdos da escola. Vinha um livro, veio pra mim eu estudei primeiro, o nome do livro era Nosso Tesouro, e era só aquilo, folha por folha, ela marcava, oh você vai estudar daqui pra aqui. Então você tinha que estudar, memorizar aquilo, pra no outro dia ela pegava aquela lição, marcava outra. Mas não tinha conversa com o aluno como tem hoje não. Eu achei estranho quando voltei a estudar por conta do auê né, que a mulecada já tava mais aberta. Mais foi um dos grandes avanços. Hoje nós temos as coordenações das escolas são todas da própria comunidade, isso já é uma grande vantagem. Essa questão do conteúdo que é ensinado nas escolas também já tem uma grande participação do estilo quilombola, né. Isso se você observar em relação a outras nós tamos na frente já algum tempo.

ENTREVISTA II, COM GIVÂNIA MARIA DA SILVA no dia 04 de agosto de 2016

Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento com início às 16h16

Local da Entrevista: Casa de Maria Diva

Dados de identificação:

- ✓ Nome completo: **Givânia Maria da Silva**
- ✓ Local e data de nascimento: **Nasceu no dia 07 de novembro de 1965**
- ✓ Idade: **51 anos**

EU: Qual sua ocupação atual?

GIVÂNIA: Eu sou professora das séries iniciais, mas estava cedida ao Governo Federal, retornei a origem, então eu sou professora. No momento não estou em sala de aula, porque estou gozando férias e posteriormente licença prêmio. Minha ocupação atual é de professora.

EU: A gente vai começar pelo período anterior a 95. Então como era a educação escolar antes de 95?

GIVÂNIA: Bom Márcia, ééé...eu vou começar contando minha história pra poder chegar nessa história aí, vou tentar ser breve. Mas assim, assim como eu e outras pessoas da minha geração e de geração anteriores, ééé...da comunidade elas não tiveram a oportunidade de estudar. Algumas meninas até mais velhas do que eu, e mais novas do que eu saíram da comunidade com a ideia de que estudariam. Por quê? Porque a comunidade só oferecia de 1ª a 4ª série, então os alunos terminavam a 4ª série e muitos deles ficavam repetindo, repetindo, repetindo... a 4ª série várias vezes pra pelo menos não sair da escola. Eram menos escolas, depois foram ampliadas escolas no território, mas mesmo assim não havia qualquer política pra estimular os alunos, e pra absorver os alunos da comunidade. Ééé... no ano de 88 pra 89 começou um movimento na comunidade de rediscussão que veio por meio da catequese, das CEB's, e nós passamos a discutir várias questões. A questão de quem éramos nós, fomos discutir nossa identidade, e também fomos discutir algumas questões: por que era que não tinha energia na comunidade, por que era que não tinha escola, quando nós somos o distrito de Conceição a segunda maior população depois da cidade. E essa por a segunda população depois da cidade entendíamos que deveria ter um tratamento adequado considerando o número de pessoas. Então a agente passou a perceber que uma das ausências que afetava a nossa vida diretamente, era a questão da educação, né. Então, entre as pautas que a partir desse processo de reestruturação, de reconstrução da história da comunidade, nós passamos a discutir educação. Mas naquele momento nós discutíamos a ausência da educação. E fomos avançando, e depois passamos a perceber que não era só a ausência da educação que nos afetava, para além da ausência da educação, a educação que nos era oferecida também não batia com aquilo que a gente tava discutindo no processo de reorganização e de reestruturação da comunidade. Até então era isso. Foi a partir daí que a gente começou a fazer dois movimentos: um, era pra ter a escola, e o outro era pra que essa escola oferecesse uma educação que dialogasse com aquilo que a gente tava discutindo no território sobre a questão da organicidade do território, a luta pela reconstrução do território... Enfim, até esse período realmente são poucas pessoas que conseguiram concluir o Ensino Médio, e mesmo aqueles que concluíram, eles concluíram sem esse componente de saber quem eram, porque eram de Conceição das Crioulas, a história de Conceição das Crioulas. Eu começo por mim. Eu aprendi a história de Conceição na reconstrução da história. Mas, na escola, em qualquer lugar, não foi esse lugar que eu aprendi quem tinha sido e quem são as Crioulas, o que elas significam pra gente.

EU: Então assim... aí vocês começaram a buscar uma escola para além da 4ª série, né isso? Mas em que consistia de fato a busca por essa escola de 5ª a 8ª?

GIVÂNIA: Bom, primeiro Márcia, tenho que colocar uma questão que foi assim. Ééé...porque que a gente buscava não só a escola, a gente buscava a escola, é isso que eu já disse. A gente queria a escola, mas a gente não queria qualquer escola. A gente queria uma escola que a gente pudesse colocar pra dentro dela aquilo que a gente tava discutindo fora. Por quê? Porque na comunidade, não sei se você sabe, mas nós chegamos a ter momento em que nem o prédio da escola a gente podia

utilizar pra fazer reunião das CEB's, da juventude, da catequese. Então, a escola era como se fosse uma outra coisa assim. Era uma caixinha que ela tava ali, que ela era pros alunos, era como se fosse para os alunos, mas não para a comunidade. E a gente entendia, como entendo ainda hoje que a escola é instrumento da comunidade, entendeu? Então ela não pode ficar alheia a história, as lutas, ao dia-a-dia, ao cotidiano da escola. Por quê? Porque senão esse menino vai viver uma vida comunitária de uma forma e na escola era como se fosse apagar. Ela teria o papel de "apagar" aquilo que estávamos construindo naquele momento. E o que estávamos construindo naquele momento era muito importante, Márcia. Por quê? Porque nós estávamos era reconstruindo. Era como se nós tivéssemos formando uma cocha de retalhos da nossa história. Um contava um pedacinho, outro contava outro pedaço, e a gente então foi formulando a história da comunidade. Então, a escola, além da escola em si, do acesso à escola física, a concepção da escola pra nós era muito importante. Ela poderia ser até debaixo de um pé de umbuzeiro, não teria problema nenhum. Desde que ela refletisse aquilo que a gente tava discutindo à época. E aí, essa que era a batalha. E agente começa a chamar esse processo de educação diferenciada, nós nem sabíamos que tinha teorias discutindo isso. Ééé... não era uma coisa que tava baseada em nenhum teórico isso que a gente tava falando. O que nós tínhamos na verdade era a vivência prática de tá discutindo um processo de organicidade na comunidade e perceber que a escola até 4ª série não dialogava com aquilo. Então a gente queria a escola de 5ª a 8ª, mas também que ela trouxesse pra dentro como conteúdo escolar aquilo que a gente tava discutindo, que a gente acreditava que era por ali que a gente ia poder disseminar, e agente ia poder transmitir pra comunidade a história e esse pertencimento ao território.

EU: Como a gente já tá nos anos de 95 e 96, eu queria que você aprofundasse mais um pouco sobre a proposta de currículo vivenciado nesses dois anos.

GIVÂNIA: tá, então bom. Aí o que acontece. Aconteceu uma coisa que é importante registrar também, é que Salgueiro vivia uma... eu vou chamar de oligarquia. Salgueiro continua sendo uma cidade oligárquica. Mas assim, ela vivia no domínio do então PFL de quase 30 anos. Ééé... e a gente fez um movimento, e agente quebrou essa... e Conceição contribuiu muito pra a gente quebrar essa corrente de governabilidade na cidade ou de ingovernabilidade na cidade. Ééé... nesse processo uma das pautas que nós apresentamos pra nova gestão, pra prefeita da época, que também era professora, foi de que nós queríamos uma escola de 5ª a 8ª. Bom, ela se comprometeu com essa escola. Eu me lembro que na casa dela fizemos uma conversa, nós éramos três pessoas, fizemos uma conversa com ela, e ela dizia assim: "O que vocês esperam desse meu governo?" Aí nós dissemos: que a senhora possa fazer com que chegue educação escolar pro nosso povo. Um texto muito simples foi esse. Não queremos cargo, não queremos nada. Nós queremos educação. Foi nossa principal pauta. E aí começou uma luta também dela por essa escola pra que essa escola fosse feita. Conseguir recurso a câmara reprovou, alegando que Conceição não cabia uma escola daquele tamanho, enfim... houve um processo político muito forte, tenso, entre o executivo e o legislativo da cidade. Paralelo a isso, ou concomitante a isso, nós avançávamos na discussão do currículo, do que nós queríamos na escola. E aí, passamos a discutir, a perceber que todas as escolas do território ou tinham nome de santo ou de fazendeiro, e aí nós discutimos internamente que as próximas escolas não poderiam mais ter os de

nomes santos. Não que não poderia, mas não deveria ter os nomes dos santos. Mas deveria enaltecer os nomes das lideranças da comunidade que vieram, que chegaram, que defenderam o território. E nesse bojo, nós discutimos também que essa escola ela teria que ter a cara da comunidade. Então, nós fomos meio que formulando um currículo quando ainda sequer não existia escola. É como se a gente fosse fazendo o currículo da escola que ainda não existia. Quando a escola passa a existir em 95, aí sim tivemos a oportunidade de implementar aquela discussão que nós vínhamos fazendo fora, nós levamos pra dentro da escola. Então tudo aquilo que a gente discutia de que a escola devia ter uma relação com o território, ela devia buscar, absorver as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar à época, ela devia ter mecanismos pra contar a história da comunidade, ela devia ter uma proposta de currículo que pudesse fortalecer a identidade, e aí fizemos gincanas, fizemos várias atividades no sentido de fazer dois movimentos. Um, resgatar a história da comunidade e contar pra aqueles que nunca tinham ouvido em lugar nenhum, e ao mesmo tempo fortalecer esse pertencimento das pessoas ao território. Ééé... e onde achar isso? Não tinha em lugar nenhum, Márcia. Não tinha nada escrito sobre a isso, não tinha. Hoje Conceição já tem sei lá quantos doutores; já escreveram sobre Conceição. Mas naquela época não tinha ninguém que tinha escrito. Então tudo que nós íamos fazer era a partir da oralidade. Então, nosso currículo era o currículo da oralidade, podia se dizer que era o currículo da oralidade. Porque tudo que a gente ia contar, a história. Tudo que a gente ia contar da identidade do território, era a partir do que nós tínhamos feito, nós tínhamos buscado enquanto história. Então formatamos esse currículo, e aí, assim Márcia, não teve uma coisa assim do currículo está como hoje, tá tudo organizadinho lá, vocês tão lá... Nessa época, nós não tivemos tempo de fazer isso. Por quê? Porque a escola, ela é aberta em 15 de maio de 1995, ou seja, no meio do semestre, já perto de fechar um semestre, e nós tivemos que correr até janeiro de 1996 pra fechar o primeiro ano letivo, trabalhando sábado e domingo, mas numa energia muito boa. Então, é meio que a gente tinha aquele conteúdo sistematizado em parte, mas não tão bem sistematizado, mas nós não tivemos tempo de dizer, não, agora vamos organizar a parte do currículo de história, não. Era tipo, vamos organizar e fazer valer e vivenciar o currículo. Ééé...Foi uma experiência muito interessante!! As aulas de Geografia, as aulas de História, as aulas de Português, não tinha livro pra isso, não tinha nada. Então como é que se davam as aulas de Português? Então, os meninos tinham tarefas de escrever o que a família falava sobre o território. Eles faziam um texto, então era sobre aquele texto que a gente ia trabalhar a gramática, era sobre aquele texto que a gente ia trabalhar interpretação de texto e ao mesmo tempo a gente tava contando a história da comunidade e fazendo com que os meninos aprendessem a história da comunidade. De uma forma que era uma precariedade, que ao mesmo tempo... hoje eu avalio que aquela precariedade, Márcia, ela foi importante. Porque nós estudamos muito mais a vida da comunidade por não ter subsídio, talvez do que hoje. Não tô dizendo, porque hoje eu tô fora, não sei. Mas talvez a gente tenha estudado muito mais por necessidade naquele momento, porque não tinha outra coisa, mas foi importante pra gente formular e pra reconstruir. E me lembro que assim a gincana, por exemplo, quando a gente viu o povo contando a história do professor José Mendes, quando a gente viu os meninos orgulho de ser crioula, quando a gente viu, sabe, isso pra nós foi assim, ééé.. tipo Oscar, assim. Foi uma coisa muito legal. Foi uma experiência única. Eu acho que na minha vida pessoal mesmo de educadora foi uma experiência, talvez a mais rica que tenha vivido da gestão pública.

EU: E a relação da escola com a comunidade, como era?

GIVÂNIA: Bom Márcia, eu digo que era muito difícil a gente saber onde começava a ação da escola e terminava e a ação da comunidade. Por quê? Porque as lideranças da comunidade, formal ou informalmente elas eram muito envolvidas com a escola. Ora como alunos, ora como alunos. Por exemplo, quem eram as principais lideranças da época? Cida Mendes, João Alfredo, Andreino, que ao mesmo tempo eram alunos da escola. Entendeu? E eu, que era professora, que era diretora da escola que era também liderança. Então, eu não vou dizer que era confuso, eu não acho esse processo confuso, eu digo que era muito, muito... que era uma relação que não havia só esse aqui é o papel da escola, esse aqui é só o papel da associação, aqui da comunidade, não. A gente entendia que como a escola era um instrumento da comunidade, então era um envolvimento mútuo. Ora a gente tava fazendo uma atividade na escola que dizia respeito à comunidade, e por isso que a gente tinha o entendimento que a escola era um instrumento da comunidade; ora a gente tava fazendo uma coisa na comunidade, puxada pela comunidade, não necessariamente da comunidade, que era da escola. Mas por essa concepção. Porque tinha uma concepção de escola ali. Qual era? Que a escola era um instrumento de fortalecimento da luta da comunidade. Não era porque a escola tinha um prédio, só simplesmente. Não era isso. Era porque tinha uma concepção. Que deve ter até uma teoria sobre isso, mas na época a teoria era nós, era o nosso fazer, era a nossa prática, era o nosso cotidiano. A gente não ia atrás de teórico pra ver como ele fez pra a gente fazer não. A gente tava diante do problema, meio que assim, e ia fazer. Então, era uma relação muito... eu me lembro que, por exemplo, o São João. Gente!!! O São João, nosso São João era uma coisa belíssima. Por quê? Por que era um momento da gente festejar o São João, uma tradição que não era da escola, é da comunidade, mas ao mesmo tempo nós levávamos os conteúdos da escola para ser trabalhado dentro das quadrilhas. Por exemplo, eu me lembro que teve um ano que uma quadrilha trabalhou a questão da sexualidade, outra trabalhou a questão das drogas, ou seja, os conteúdos que nós estávamos trabalhando e defendendo dentro da escola eles viravam tema de quadrilha. Então era essa mistura que eu digo que não era uma mistura, era um entrelaçamento de pertencimento da escola e a comunidade, e a comunidade e a escola.

EU: E aí vocês tiveram alguns desafios, nesses dois anos? Como é que foram as dificuldades?

GIVÂNIA: Bom. Muitos desafios. Quais? Um dos primeiros era que nós não tínhamos na comunidade pessoas... nós acreditávamos, sempre acreditamos que a condução da escola e os professores devem ser da comunidade. Não é só porque moram na comunidade, não. Não é só isso não, é mais que isso. E um dos desafios que a gente tinha, Márcia, é que a gente tinha pouca gente formado que preenchesse os pré-requisitos até mesmo pra contratar. A gente não tinha concurso ainda, né, e além de não ter concurso até pra contratar a gente não tinha pessoa da comunidade. Então nós tínhamos pessoas com conhecimento da comunidade, mas que formalmente não tinha a história da graduação ou da formação que permitisse. Então, esse foi um dos grandes desafios que a gente teve. Mas assim, a gente tinha o desafio, e ao mesmo tempo a gente construiu uma estratégia. A gente tinha isso como desafio, e logo em seguida nós percebemos isso e construímos uma

estratégia que era animar os nossos a continuarem estudando, se formando para que eles pudessem se tornar os protagonistas da escola. Essa sempre foi a nossa defesa. Um outro desafio Márcia, é que era uma educação, toda essa proposta ela não tinha essa formalização nenhuma. Ela não tinha uma formalidade. Então, ela era a partir de acordos políticos, por exemplo. A prefeita e a secretária de educação à época nos deixavam à vontade, não interferiam naquilo que a gente ia fazer. Então, a gente já sabia que qualquer mudança na gestão a gente poderia perder aquilo. A gente sabia, mas a gente continuava acreditando que a comunidade tava forte o suficiente pra brigar por aquilo que acreditava. Tanto é verdade que brigou por aquilo, e continua brigando por aquilo que acredita. Então, nós sabíamos disso, mas ao mesmo tempo a gente não ia se intimidar, deixar de fazer só porque, ah, se mudar a gestão vai mudar tudo, a gente sabia. A gente tinha consciência desse risco. Mas ao mesmo tempo nós dizíamos: bom, enquanto não mudar nós vamos fazer. E a gente tinha uma liberdade, a gente recebeu da própria administração, liberdade pra gente conduzir esse processo. Eu acho que isso foi bacana, assim. Ao mesmo tempo em que não tinha formalização, mas tinha uma certa autorização, entendeu, informal pra gente fazer. Ééé... e o outro desafio era o que? Era, nós tínhamos uma escola que começamos com 105 alunos, nós tínhamos que montar essas turmas. Tinham alunos nossos muitos bons, assim, escrevendo muito bem e lendo bem. Teve outros que nós alfabetizamos na quinta série. Nós chegamos a alfabetizar alunos na quinta série, porque vinham de escolas dos núcleos com muito mais deficiência, com muito mais limitação de que quem tava ali, quem tava aqui, no Mulungu e de quem tava ali na Vila. Então esse equilíbrio que a gente teve que fazer foi também um desafio pra que a gente também não chegasse com uma disparidade muito grande, né. E foi engraçado, alfabetizar um adulto na quinta série, porque uma coisa é o EJA, né, que a gente já tem toda uma metodologia pro EJA. Outra coisa é você pegar um aluno na quinta série e alfabetizar. E eu não tinha como regredi-lo pra primeira série, como eu ia botar esse menino pra primeira série se tava dito lá no histórico que ele era quinta série. Outros, tinham feito a quarta série, não tinha feito a terceira, e nós tivemos que correr pra fazer a terceira. Então assim, estruturalmente a gente teve muitos desafios, mas assim, eram desafios que se apresentavam e a gente rapidamente pensava uma estratégia e todo mundo se envolvia pra resolver coletivamente aquela situação.

EU: Pois bem, então vamos pra 1997 a 2000. Quatro anos, né? Em 97/2000 acontece uma ruptura desse processo, né? Quais foram os impactos de uma escola coordenada por fazendeiros, como é que foi isso?

GIVÂNIA: primeira coisa Márcia, é que eles mudaram toda direção da escola. Eles transferiram e exoneraram todo mundo que pertencia aquele grupo. Era uma forma de apagar o rastro daquela proposta que a gente vinha fazendo. E como a disputa pelo território já tava bem acirrada, nesse momento aí já tava muito acirrada, os fazendeiros já sabiam o que a gente queria, então o que eles fizeram. Mudou a gestão do município, a gente já falou sobre isso, e eles mudaram a direção da escola. Então eles retomaram o poder por dentro da escola. Foi a mulher do fazendeiro, foram as filhas dos fazendeiros que não só assumiram a gestão da escola, mas assumiram também a sala de aula. E os nossos ligados à comunidade, os negros e negras da comunidade, quem eles não puderam demitir que não eram contratos, já era concurso eles tiraram da escola, tiraram da sala de aula, mandaram

pras outras escolas. E aí começaram a dizer que aquilo era invenção minha e enfim que não tinha nada a ver. Nesses dois anos anteriores nós tínhamos construído um calendário diferenciado que era um calendário que se regia, que se rege até hoje, graças a Deus por uma coisa que tem relação com a comunidade, e não o calendário tradicional. Se a comunidade quilombola é uma comunidade específica, a legislação garante isso, ela tem todo o direito de ter questões da sua educação específica. E o calendário específico pra nós foi uma conquista importante, porque a gente percebeu que no período da festa era uma brincadeira. O aluno brincava de estudar e nós, professores de ensinar. Porque a gente ia era pra festa mesmo Márcia, dançar e beber uma cervejinha que a gente não é obrigada. E aí a gente condicionou o calendário, colocou o calendário. E aí, segunda coisa eles demitiram, não contrataram mais ninguém da comunidade, contrataram os filhos dos fazendeiros e mulheres de fazendeiros para gerenciar a escola, pra gestão da escola, e foram apagando aquilo que agente tinha como marco importante dessa educação diferenciada, então o calendário foi uma dessas. Tem um fato muito engraçado que é, no ano de 1997 teve dois recessos na escola, o recesso tradicional e o recesso da comunidade, discutido e acertado com a comunidade. Bom, eles reviram e depois em 1998 eles já entenderam e reconheceram, eu acho que eles leram o que tá na LDB e até hoje esse é o calendário de Conceição das Crioulas. Essa foi uma das questões. O terceiro impacto que visivelmente nós sofremos foi porque toda essa dinâmica de discutir a história da comunidade eles passaram a descontar a história. Descontar, não tem essa palavra não, né... (risos)... mas desfazer o que a gente tinha contado. Então, tudo o que a gente tinha tentado fortalecer, a identidade, fortalecer as referências do povo negro, eles passaram a dizer que isso não era importante. E que não era importante, por quê? Porque isso não ia cair num concurso, porque nós estávamos guetizando a escola, que nós tínhamos transformado a escola num gueto, os meninos tinham que estudar era pra concurso, não era saber quem era Zé Mendes, quem era num sei quem, quem eram as crioulas. Então foi uma desestruturação não só do ponto de vista institucional, mas muito mais do ponto de vista conceitual dessa proposta que a gente vinha desenvolvendo. Ééé...e houve um embate muito forte. O que nos orgulha muito de olhar pra trás e vê é que a comunidade viveu isso, mas não viveu passivamente, como a história dos quilombos. Os quilombos nunca viveram passivamente qualquer em absolutamente nada do que se impôs do processo escravista. Então, Conceição não foi diferente. A comunidade reagiu, né. Tentaram mudar o nome da escola a comunidade não deixou; mudaram o calendário, a comunidade fez dois calendários, dois recessos, por exemplo. Ééé.. e pautava sempre, porque esses dois primeiros anos tinham sido muito importante esse trabalho que a agente tinha feito, porque os alunos continuavam lá. Eles não queriam quebrar aquilo. Então tem histórias de meninos hoje que são lideranças, assim, de embates muito violentos, embates ideológicos não embates físicos, muito violentos em relação a concepção da escola. Me lembro de uma briga, um debate, vou chamar de briga, de Adalmir com Aurélia. E ela perdeu a noção do tempo, perdeu a noção do ridículo, e começou a xingar Adalmir dizendo que ele era um xucro, dizendo que ele era um bruto, dizendo que ele era... porque ela perdeu no debate, quando ela perdeu no debate, ele foi melhor que ela, aí ela começou a xingar no meio de todo mundo, porque ela não tinha mais argumento, porque ele engoliu ela no argumento. E aí, por quê? Porque esses dois anos que a gente tinha vivido esse outro processo, esses meninos tinham conteúdo. Então, quem não tivesse conteúdo ia sofrer, porque eles iam pra cima mesmo. Então, esses quatro

anos foram anos muito tensos, muito tensos mesmos entre a comunidade e a escola, porque os alunos continuaram querendo que a escola mantivesse o que ela havia começado, e eles brigavam exatamente pra apagar. Aí tiraram as turmas da noite que era uma estratégia de trazer os pais e mães de famílias pra escola, eles fecharam o turno da noite que era exatamente pra tirar as principais lideranças de dentro da escola. Então assim, foi um conjunto Márcia, foram vários impactos assim, e o currículo nesse momento aí foi o que mais sofreu. Porque aí eles passaram a pregar que os meninos tinham que estudar pra fazer concurso e não estudar a comunidade. E a gente nunca pregou que os meninos não tinham que fazer concurso. Tanto é, que fomos brigar por concurso, tamo brigando e continuamos brigando por concurso. Ééé..não era isso o que a gente tava dizendo. O que a gente tava dizendo é que os meninos tinham que aprender Matemática e Português, mas eles tinham que aprender quem eram eles, né. E eles só iam se sentir parte daquele território se eles soubessem de onde eles vinham, quem eram eles, se eles se pertencessem a esse território. Mas assim Márcia, foram quatro anos muito tensos e a comunidade reagiu do primeiro ao último dia. Ora mais forte, ora mais fraco, mas não se rendeu, não se rendeu.

EU: Agora vamos de 2001 pra cá, né. 2001 que a gente tem uma retomada. Então assim, como é que se dá essa retomada do processo da escola, da reinvenção da escola depois desses quatro anos.

GIVÂNIA: Então Márcia, quando a gente retoma, a gente retoma diferente. Eu acho que a gente retoma noutra patamar. A gente retoma na política, porque a gente elege novamente uma concepção mais avançada pro município, a gente elege um parlamentar, e a gente aí já tinha mais gente, aí já se iam, ééé... cinco anos, já tinha gente no Ensino Médio entrando na faculdade, então a gente já tava noutra lugar. Então a gente não estava mais como a gente estava em 95. A gente já tava noutra lugar. E aí nessa hora a gente já teve condições de brigar pra que... e poder politicamente e tecnicamente oferecer às escolas a gestão. Porque a época Márcia, no começo, quando começou mesmo tinha eu, ééé... acho que tinham duas pessoas que preenchiam o pré-requisito para ser direção de escola. Porque lá no nosso estatuto, que nós nem tínhamos estatuto na época, mas lá no estatuto do estado que era o que o município seguia, tinha que ser do quadro efetivo e tinha que ter curso superior. Então a gente não tinha nem do quadro, nem tinha com curso superior. Tinha uma pessoa só. Quando eu entrei, eu entrei por ser do quadro e cursando superior. Eu nem preenchi completamente os pré-requisitos que o estatuto do estado queria. Mas foi entendido como eu era a única da comunidade que era do quadro e cursava faculdade, o ensino superior, então eu pude ser diretora da escola. Então, eu digo que em 2001 quando a gente retoma, a gente retoma noutra patamar. A gente retoma com gente já nas universidades, a gente retoma com gente que tinha saído pra casas de famílias pra estudar e tinha terminado o magistério, nós buscamos essas pessoas e trouxemos pra comunidade. Eu me lembro de uma pessoa que foi Zélia, ela me escreveu... ééé...falando do desejo que ela tinha de voltar pra comunidade, e eu disse pra...não me lembro de ter respondido a carta, mas acho que mandei recado dizendo a ela venha simhora. Então aí nós já não precisamos de tanta gente de fora como precisamos no primeiro momento. Porque aí nós já tínhamos quem não tinha a faculdade ainda, ou tava começando cursar ou tinha pelo menos terminando o Ensino Médio, coisa que nós não tínhamos em 95

quando a gente começou. Então a gente retoma noutra patamar eu digo que já foi uma coisa muito mais institucionalizada, muito mais sistematizada, aí já tinha mais condições de estruturar a proposta, o projeto político pedagógico... e as batalhas foram se dando em seguida. Uma delas foi o Ensino Médio pra própria comunidade, assim, dentro da própria comunidade, que foi uma luta mobilizada a partir da escola, né. E aí com o apoio da associação, das comunidades que foi uma coisa muito legal. Eu me lembro que a gente chamou a diretora da escola pra uma reunião, a diretora da GRE, que eu não sei nem como é que chama agora mais. E ela pensava que era uma reunião, e nós conseguimos botar acho que umas duzentas pessoas numa sala que cabiam cinqüenta. Eu me lembro desse episódio muito bacana, assim. E ela chegou e não teve como não se comprometer em abrir uma extensão da Escola Carlos Pena Filho dentro da escola José Mendes que funcionou até a chegada da escola Rosa Doralina. E foi um momento muito importante, por que ela pensava que ia ter uma reunião com a direção da escola, com algumas pessoas ali, e duzentas pessoas ou mais numa sala dissemos que ela só saia dali com um compromisso. E ela se comprometeu e aí abriu-se a extensão da escola Carlos Pena Filho e tivemos ali o Ensino Médio. E a luta continuou pra que não ficássemos numa extensão, e hoje temos a Escola Rosa Doralina Mendes que a escola do Ensino Médio. Acho que várias conquistas de 2001 pra cá, elas foram se consolidando. Eram coisas que estavam no nosso horizonte lá em 94, 95, 96, mas que a gente não tinha nem as condições técnicas e nem políticas, e elas foram se consolidando a partir daí. A partir daí cria-se uma política nacional específica para educação quilombola. Aquela escola é com recurso do Brasil Quilombola. A escola Rosa Doralina é feita pelo estado, mas com recursos do Governo Federal, do Programa Brasil Quilombola. Cria-se uma política específica pensada para material didático, em que pese o município e o estado, isso é uma queixa, que eles não aproveitaram isso muito bem. Eles não souberam captar essa política que podia ter sido muito melhor aproveitada, o que não foi. Mas eu digo que de 2001 pra cá foi a consolidação daquilo que a gente em 95, 96 pra cá pensava, algumas coisas pensávamos muito distantes, como por exemplo, ter uma escola de ensino médio. A gente falava, mas era um sonho que a gente via muito longe, a gente não via perspectiva naquele momento. E hoje a gente tem aí, eu não sei como está esse quadro atual, mas a gente tem aí 99% do professorado da comunidade e todos com curso superior e a maior parte deles, uma grande maioria, com especialização pelo menos ou cursando. E as mestrandas que já estão circulando no páreo também. Então eu digo de 2001 pra cá foi a consolidação e a estruturação que é muito mais difícil derrubar a proposta hoje. Hoje, eu acho muito mais difícil derrubar a proposta. Por quê? Porque você tem muita gente de contrato, tem, mas você também tem gente de concurso. Você vai exonerar todo mundo, o que você vai fazer com as pessoas que fizeram concurso pra ali, né. Ééé... Você tem uma estrutura orgânica da escola muito mais fortalecida do que antes, né. Porque você tem um projeto político pedagógico sistematizado, validado pela comunidade, você tem uma interação maior das comunidades com a própria escola. Enfim, eu digo que, de 2001 pra cá foi um pouco esse consolidar e o avançar. Eu não consigo enxergar retrocesso na proposta. Ao contrário, eu sempre vejo os passos que foram dados que naquela época no início algumas coisas a gente nem sonhava ainda, não era nem coisa da nossa cabeça. Ter internet na escola? Nós estávamos na época da carta, nós íamos imaginar que a escola ia ter internet? Não, a gente não discutia isso naquela época, não fazia parte do nosso contexto naquele momento. Mas assim Márcia, eu sou muito até suspeita de falar da escola porque eu sou apaixonada pela proposta, não é. Mas acho que nós tamo

vivendo o consolidar, o aprimoramento de parte daquilo que a gente pensava no início e de coisas que nós não pensávamos no início e que vocês foram tocando, e foram surgindo, as necessidades foram surgindo, os desafios foram surgindo, e vocês foram superando a partir da luta e da organização da própria comunidade. A Comissão de Educação da associação, por exemplo, eu acho que ela cumpriu, talvez, um dos papéis mais importantes desse processo. Porque ela funciona como se fosse o órgão formulador da política. Eu fico imaginando como se fosse o MEC e a escola, então a comissão seria o MEC, que é um indutor. O MEC não é o executor da política de educação, ele é um indutor, ele formula e induz o município e o estado a cumprir. Então, a Comissão de Educação na minha avaliação, ela cumpre esse papel. Ela não executa, mas ela formula e induz. Então, essa é que é a grandiosidade desse casamento comunidade e escola.

EU: assim pra você dizer as considerações finais, algumas coisas que você acha importante que você não disse.

GIVÂNIA: não Márcia, o que eu diria como final dessa nossa conversa é de que eu vejo duas questões que nós precisamos discutir ainda. Uma, é que nós precisamos estimular para que os nossos graduados virem mestres; a outra é que a gente escreva mais detalhadamente, eu acho que a escola cabe um livro sobre a escola, entendeu? Pode ser uma dissertação de mestrado, pode ser uma tese de doutorado, pode. E pode não ser. Eu tenho desejo de poder contribuir com o livro da escola. Eu acho que talvez fosse um projeto que terminando seu mestrado, vocês terminando o mestrado, defendendo, a gente pudesse tocar. Eu tenho disposição, quero ajudar, mas eu acho que merece um livro, ééé... em que a gente possa registrar coisas que você vai não vai poder registrar na sua pesquisa, por que você vai querer, mas não vai poder, porque senão vai virar duas mil páginas é que você vai escrever. Então, eu deixo aí como sugestão, ou alguém se propor a fazer um mestrado cujo objetivo seja escrever a história da Escola Professor José Mendes, ou nós mesmos podemos encampar um projeto em que a gente escreva a história. E aí a gente organizar e buscar as pessoas pra escrever a história dessa escola. Eu acho que é uma contribuição que a gente dar pra comunidade, mas é uma contribuição que a gente dar pra educação, pra organização do movimento quilombola, não em Pernambuco, mas no Brasil, e sobretudo pra participação social que é um tema que eu pretendo desenvolver e estudar um pouco mais agora no meu doutorado. Então, fica aí uma deixa e uma proposta de que a gente possa... ééé...pode ser que uma das suas considerações finais, um dos seus indicativos como considerações finais no final da sua dissertação seja você identificar e ver a partir das suas entrevistas que caberia um estudo, uma sistematização mais aprofundada. O mais é desejar Boa Sorte!

Quilombo de Conceição das Crioulas, 04 de agosto de 2016.

ENTREVISTA III, COM JOÃO ALFREDO no dia 03 de agosto de 2016

Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento, com início às 16h06

Local da Entrevista: Salão de reuniões da Casa da Comunidade Francisca Ferreira.

Eu expliquei como estava estruturado o roteiro da entrevista, por marco temporal. Os vinte e um anos de história da escola foram marcados por fatos importantes que ocorreram desde a sua inauguração até os dias de hoje.

Dados de identificação:

- ✓ Nome completo: **João Alfredo de Souza**
- ✓ Local de Nascimento: **Nasceu em Conceição das Crioulas, no dia 1º de fevereiro de 1959**
- ✓ Idade: **57 anos**
- ✓ Ocupação na comunidade: **agricultor**

EU: Certo. *Então assim, antes de 1995 em se tratando de educação escolar, como era a comunidade nessa questão antes de 95?*

JOÃO ALFREDO: Márcia me permita ainda dizer que além dessa minha ocupação de agricultor que é de onde eu tiro o pão de cada dia...mais ainda sou engajado no movimento popular do qual eu tenho um compromisso assim, ééé...muito finito (???). Então respondendo a pergunta que você estava fazendo como era a educação antes de 1995, então eu posso te colocar alguns roteiros que me lembram assim muito nitidamente, né. Até 95 nós tínhamos aqui uma educação de 1ª a 4ª série, na qual a participação desses alunos não era total, e ainda os que estavam na escola era muito... a evolução escolar era muito pequena. Então, porque até aquele momento tinha um projeto de educação não de alfabetização, não de fazer a pessoa ler, aprender, e com a perspectiva de ir para a 5ª e pra 6ª, e seguir estudando, mas era como se a gente fosse projetado, os alunos, os nossos filhos fossem projetados, simplesmente para fazer de 1ª a 4ª, porque não tinha esperança, não tinha perspectiva e nem projeto político que ajudasse a população botar os seus filhos na escola. Então, e aí é bem naquele momento ali que a gente, que nós, e eu começo a perceber isso através dos momentos Eclesiais de Base, começo a perceber isso e começo a fazer um movimento de conversa de animação pra essa comunidade, pra nós começar a levantar a cabeça e pautar algumas coisas importantes que é fundamental pra gente contar a história que tamo vendo hoje, né. Tipo: educação, infraestrutura, água e por aí vai, sabe, Márcia. Então pra você ter uma ideia, nós naquela época a pouco tempo tava lembrando quem era que a gente tinha na sala de aula. Nós tínhamos ééé...posso falar o nome delas?? **EU:** pode. Era Rosa Doralina que começou ensinar como professora leiga lá no Poço Verde e depois foi pra um curso que eles chamavam de Logos, que era um curso avançado para concluir a profissão de professor, né, magistério; era Givânia na região do Pé da Serra, no Poço da Pedra, Mulungu, tal...era a esposa de Severino que era Francisca que também era professora naquela região; aqui era D. Euza que era professora do estado, ééé... Lúcia, Rizalva e Neta de Lulu. Na Paula nós tínhamos Maria de Izabel que Maria de Izabel era professora leiga, num era professora formada; no Paus Brancos, nós tínhamos Rita de Mídio e Mariinha de Zé Pedro e por aí vai, sabe. E a gente assim, em canto desse era assim como se cada uma fazia o que podia. Então,

não tinha por parte da prefeitura ou do município nenhuma sistematização de profissionalização dessas profissionais e aí a gente também não tinha uma estrutura escolar que a gente pudesse possibilitar uma escola aprendizado. Pra se ter uma ideia, aí eu lembro muito bem quando a gente começamos a trabalhar nessa discussão, no grupo escolar José Néu o que nós tínhamos de material didático, de equipamento, nós tínhamos um mimeógrafo à óleo, não à tinta que você passava, ficava passando aquelas provinhas copiadas. E não tinha uma máquina de escrever, não tinha... só o quadro e o giz. E, merenda não tinha, de vez em quando, então não tinha um compromisso na questão de educação como é um direito que a criança tivesse na escola. Então, era um pouco essa situação até o período de 95. Que quando foi em 95,94 foi 94?(ficou em dúvida). Que foi inaugurada a escola Doralina Mendes ou Professor Zé Mendes. Foi 95. Quando foi em 95, 94(ficou em dúvida novamente), nós elegemos D. Creuza Pereira em 95, quando passou 94, final de 94 ela começou construiu a escola, e a escola foi terminada bem no início de maio, se minha mente não me trai. E assim, e nós começamos aquele momento ali com as maiores das dificuldades, porque a gente tava começando... tinha uma proposta de educação onde gente sabia que ia precisar de profissional que tivesse um nível superior e tal, e a gente não tinha essa mão de obra na comunidade. E aí nós fizemos duas tarefas, uma era de manter as crianças na escola e correr atrás das crianças; e a outra coisa era de investir nos profissionais de educação naquela época e ainda motivar que eles fizessem faculdade com enes dificuldades da vida, porque não tinha transporte, porque não podia pagar o transporte, porque o que ganhava era muito pouco naquela época. Então, e aí nós... esse foi o início... digamos que aquele momento foi um momento de transição para a gente ter uma história diferente.

JOÃO ALFREDO: Então, faça a pergunta que eu já tô...

EU: (risos) você transitou pelas duas perguntas já.

JOÃO ALFREDO: ...se não eu ligo...

EU: Mas é assim mesmo.

EU: Então assim ééé... e aí a busca, você já começou a falar da escola de 5ª a 8ª, né, qual era o objetivo dessa escola? Eu sei que sempre vai e volta né, a conversa, porque numa conversa... tem isso, né. Mas assim, vocês de repente né, de repente não, já vinham pensando, né, e tudo, e aí em que consistia essa escola de 5ª a 8ª, agora a gente quer uma escola, por quê?

JOÃO ALFREDO: Márcia, na verdade quando surgiam as discussões nessa...também fluía a necessidade da gente resgatar a história da comunidade. Que a escola fosse ambiente de estudo e de pesquisa. Quer dizer, nós já começávamos a pensar numa escola onde ela desse conta disso. E aí, mas aí isso não era fácil, mas a gente passava pelas dificuldades de não ter os profissionais e também não ter muito material, e nem a escola oficial em si, não tinha isso nas suas diretrizes de ensino. E aí seria pra nós um grande desafio que era abrir essa escola, dar conta dela funcionar com profissionais e dar conta do conteúdo que a gente

queria que ela tivesse. Porque a gente não poderia querer uma escola de qualquer jeito ou do mesmo jeito, nos mesmos moldes com o que tinham as tantas outras. Se ela não desse conta de pesquisar também, de fazer as descobertas da comunidade e motivar os alunos para que eles de fato se apropriassem disso, se tornasse um sujeito da sua própria história, então seria muito pouco a gente lutar só pra abrir a escola e deixar ela funcionando como uma escola normal. Então era um pouco essa nossa busca e inquietude em tudo isso, por que a gente não tinha um material pronto pra isso. Aí tinha que arrumar material, tinha que fazer...tinha que motivar os professores pra entrar nessa dinâmica do educador-pesquisador que num estava na sala de aula pronto, que aprendesse da comunidade, que pesquisasse na comunidade. Isso pra nós foi um momento muito, muito bom, que eu até acredito que quem é professor daquela época, eu acho que se sente muito privilegiado de ter contar essa história de ter sido parte disso, sabe Márcia?

EU: humrum... Eu acho que eu vou passar essa que já contemplou que era a importância da escola, você já falou. Então vamos pra 95/96, você já falou muita coisa, mas eu queria saber assim, especificamente algumas coisas desses dois anos, né?

EU: A proposta de currículo vivenciada nos primeiros anos, como era esse currículo?

JOÃO ALFREDO: Márcia, era tão legal que alguns momentos a gente desafiava a provocar os currículos, né? Tipo: pra estudar Geografia, como é que a gente fazia. Nós começávamos estudando a Geografia a partir do nosso meio. Até onde são as divisões geográficas, as nossas serras? De que é vive o pessoal? Como é que vive? E ainda mais assim, como é que vivem as pessoas, porque também tá dentro da Geografia, né? Pra História, o é que a gente fazia, ah, gente ia pesquisar o pessoal da comunidade para buscar as informações na comunidade. Chegando na sala de aula, aí o professor pegava isso e ia transformando em material didático, ia transformando em informações. Ia colocando o seu conhecimento dentro disso. E ainda fazendo paralelo com outros conhecimentos do mundo. Com personagem importante como Nelson Mandela, como outras pessoas da Bahia, como artistas importantes que contribui para a história. Então era assim que se dava, e eu lembro muito bem, muito, muito isso, e eu acho que foi de uma importância muito grande.

EU: E a história das Crioulas, era contada na escola naqueles anos?

JOÃO ALFREDO: Então, contada e repetida tantas vezes por vários ângulos. Cada pessoa que conhecia um pedaço da história iam contando. E os mais velhos também tiveram o seu espaço valorizado, porque eles também eram chamados a contar essa história nos momentos festivos da escola, nas datas comemorativas importantes. Então os mais velhos eram chamados a contar a história. Tinha algumas didáticas que era muito interessante, que eu me lembro muito que era a Gincana na escola para descobrir quem sabia mais da história, que sabia o quê. E aí a gente ia disputar, os alunos iam disputar quem era Francisca Ferreira? O que que Francisca Ferreira fez? Onde era que vendia o fio, quem comprava, qual era a cidade mais próxima? Então tudo isso ia sendo material produzido onde a escola

ganhou muito com isso, e os alunos muito, muito. Porque aquela turma foi a turma... aquele momento foi o momento mais animado da escola que tudo era descoberta.

EU: certo. Então vamos... e a relação da escola e a comunidade, como era essa relação?

JOÃO ALFREDO: a escola como você bem disse era escola e comunidade. Não era a escola de um lado e a comunidade do outro. As duas caminhavam numa correlação muito grande. E a comunidade tinha a escola como uma ferramenta de apoio a própria história da comunidade.

EU: e os desafios, vocês encontraram alguns desafios e dificuldades nesses dois anos?

JOÃO ALFREDO: Muitos. Muitos desafios. Desafio primeiro pra gente trazer todo o alunado pra escola, resgatar a autoestima das pessoas pra irem pra sala de aula e permanecer; desafio pra ter professores que dessem conta dessa metodologia e abraçasse a causa da escola; fazer a escola, porque nós também fizemos a escola, conseguimos algumas coisas, mas fomos atrás de equipamentos, fomos atrás de coisas que a escola não dava conta e a gente foi levando pra escola pra poder ajudar a colocar a escola pra funcionar. Mas esses primeiros dois anos foi um momento assim de uma importância muito grande, porque a partir daquele momento nós não voltamos mais atrás. Mas teve um outro desafio...

EU: risos... que você vai falar agora chegamos lá João, 97 a 2000.

JOÃO ALFREDO continua: é, um outro desafio que eu acho que é um dos maiores que acontece na história da sociedade que a questão política. A política eu entendo e acredito que ela é a ferramenta se serviço para o bem comum do povo. Mas nem sempre os políticos que são eleitos eles têm um pouco essa responsabilidade e essa clareza de fazer cumprir isso. E no ano 2007 nós tivemos no poder um outro, aliás, 97, assume o poder um governo municipal o qual totalmente desconectado de esse compromisso e aí a primeira providencia que ele toma é tirar todos os professores, desfazer toda essa história e fazer uma reviravolta na escola, né. E aí, eu entendo que naquele momento ali nós tivemos uma parada, alguns professores, aqueles que já tinham um pouco se situado dentro dessa proposta pedagógica de escola-comunidade, as que não foram transferidas, foram isoladas num canto que num puderam exercer a sua função como uma proposta pedagógica da escola, elas continuaram fazendo o seu trabalho na sala de aula, e aí isso atrapalhou e muito a vida da escola, e a vida dos alunos e da comunidade. Porque nesse ano aí nós estávamos terminando o fundamental e agente já almejávamos a luta para o Ensino Médio, e aí esse pessoal que concluindo o Ensino Médio não podiam mais ir pra escola na cidade de Salgueiro, porque não tinha transporte, porque não tinha como ficar na cidade, então naquele momento foi de muita dificuldade.

EU: E o currículo, o currículo como era? Como era que funcionava em relação ao tempo, aos espaços educativos...como era o currículo nessa época de 97 a 2000. Como era que eles trabalhavam?

JOÃO ALFREDO: Márcia, o currículo sempre teve um alinhamento com espaço e tempo. Espaço, porque a escola sempre considerou esse espaço geográfico da...

EU: 97 a 2000 eu tô falando.

JOÃO ALFREDO: 97 a 2000? Aliás, mintó. Eu vou usar essa palavra na tua reportagem. Nesse tempo o currículo escolar conectado com a comunidade não acontecia. Não acontecia, e inclusive eu lembro que eu não estava na sala de aula naquela época, eu sai fui fazer outras coisas, mas houve uma desconstrução de tudo isso nesse tempo. Nesse período é como se agente tivesse percebendo a desconstrução disso. É como se a história, é como se o povo não tinha importância. E ainda mais, era colocado em cheque e interrogação, as perguntas como se o que o pessoal tinha levantado e o pessoal conversasse era inverdade, não era na verdade por parte deles. Então esse foi um período muito ruim.

EU: E aí, mas assim, e a comunidade nessa época se movimentou, teve algum movimento contrário a isso, a essa educação que era imposta?

JOÃO ALFREDO: Márcia, sim. A comunidade nunca deixou de lutar por isso, não. Sempre a comunidade sentou, sempre... Eu lembro ter ido algumas vezes sentar com a secretária de educação por conta disso, né. Inclusive, bem naquela época ali eu estava, eu fui numa data onde tinha uma proposta de uma biblioteca na comunidade. E fui tratar com a secretária, e eu estava na fila pra ela me receber quando ela saiu, ela disse assim: Ó gente infelizmente eu não vou poder te receber porque eu tô indo agora numa reunião com o prefeito e não posso receber. Eu lembro da frase que eu disse: é isso mesmo. Num entendo quando a gente vem propor o município construir, onde ele vai ganhar com isso, né. Mas isso só vai acontecer mais tarde quando a gente teve de novo ao poder D. Creuza que abraçou a causa da biblioteca, e a biblioteca foi construída. Mas enfim, aquele momento também foi bom, porque a gente pode autoafirmar algumas coisas. Primeiro que a gente não pode abrir mão da história; segundo não pode também abrir mão da luta. Isso reafirmava tudo o que dizia já os nossos líderes de que pra gente ter alguma coisa precisa lutar, e lutar, lutar. Mesmo que não consiga, mas é importante, lutar e lutar sempre. Então eu acredito nisso até hoje e não me espanto quando a gente passar por desafios, não me espanto quando a gente não conseguir. Não me espanto se a gente tiver alguns atropelos. O mais interessante é a gente ter a consciência de que é importante recomeçar sempre.

EU: Pronto, aí passou essa fase né, de 97 a 2000. Aí de 2001 até agora, um tempão, né, mas aí você vai respondendo de acordo com o que... Como se dá o processo de retomada da escola, como foi de 2001 pra cá?

JOÃO ALFREDO: Márcia, aí a gente já tinha mais pessoas preparadas, né. E também no governo D. Creuza que tinha um compromisso escolar com muita intensidade. E aí, além dos professores que a gente já tinha, uns já com nível superior, e os alunos que tinham concluído, já tinham participado de seleção pra fazer faculdade. Então aí, a gente já começou a ter na escola um maior número de pessoas daqui da nossa comunidade assumindo a escola. E assumindo também os desafios das diretrizes escolares quilombola. Então, nesse contexto aí teve uns ganhos importantes, né, que foi o aluno ir pra faculdade e voltar pra escola pra fazer a educação. Então a própria comunidade junto com o poder municipal, o poder estado conseguiu uma instância de nível médio aqui na comunidade. Isso também foi uma conquista muito boa, que funcionou tipo um anexo da escola fora da escola. Esse anexo nos motivou a lutar para que a gente tivesse a escola estadual na comunidade. Nós lutamos, lutamos e conseguimos a primeira escola quilombola aqui no município de Salgueiro. Não quero desafiar, mas faço a provocação talvez a primeira de nível médio no estado de Pernambuco ou Brasil, se eu estiver errado não quero ser punido por isso. Mas essa foi uma grande conquista da gente, e a comunidade ganhou muito com isso.

EU: E a participação da comunidade na construção das ações da escola? A comunidade participa, como é que ela participa, se participa das questões da escola? Como é?

JOÃO ALFREDO: Márcia, na verdade tem vários momentos em que a comunidade participa. Lá bem atrás a gente já tinha começado uma proposta de ter uma comissão eleita pela comunidade para tá sentado e ajudando a encaminhar, a resolver e a pensar escola. Depois essa comissão virou um conselho da escola. E hoje é constituído na escola um conselho escolar onde tem os professores, diretores, e tem a participação da comunidade, os pais e mães que atuam nesse espaço direto com a escola. E a comunidade no geral participa em outros momentos maiores, eventos, reuniões de pais e mestres, reuniões para tratar de assunto relacionado à escola ou de uma mudança que precise chegar ao conhecimento de todo mundo. Então eu acho que estamos construindo, não tá construído não, estamos construindo um modelo de escola que ele é um modelo, uma prática muito boa pra gente poder tá tendo uma relação escola com a comunidade e os dois caminharem juntos.

EU: No seu entender, podemos dizer que os avanços, conquistas da comunidade se deve a essa escola?

JOÃO ALFREDO: Márcia, eu acredito que sim. Porque no princípio da redescoberta, a gente precisa pensar uma coisa, não dá pra pensar a evolução das pessoas sem educação, não dá. Se a gente quiser uma sociedade empoderada, se a gente quiser uma sociedade soberana, interferindo, participando como sujeito do seu próprio destino, a gente precisa investir na educação. Eu acredito e fico muito contente de poder tá dizendo hoje de que essa escola contribuiu pra isso. Ela contribuiu para ser esse ambiente de educação, de descoberta, de pesquisa, de busca... verdade que todo mundo não está na mesma batalha com os mesmos ideais, eu acho que seria uma estupidez da nossa parte pensar assim. Agora é

interessante a gente dizer que a escola contribuiu pra construir sujeitos, pessoas e que atuam no campo da educação na comunidade, mas no mundo do trabalho, no mundo da tecnologia, nesse mundo grande onde precisamos estar todos nós inseridos, né. Então eu acredito, eu aposto nisso, nunca vou me arrepender de ter lutado, de ter pautado na minha vida educação na comunidade de Conceição das Crioulas como prioridade um(1) da nossa defesa.

EU: Agora fica livre, as considerações finais. Livre pra você dizer alguma coisa que você teve vontade de dizer e as perguntas não deram oportunidade, ou qualquer coisa sobre a educação, sobre a escola, o que você queira falar.

JOÃO ALFREDO: Márcia, eu acredito que a história não para e a cada momento ela vai exigindo de nós mesmos estar sempre aprendendo. Então, eu quero assim, primeiro parabenizar a vocês por estarem fazendo um curso de especialização onde lhes traz a qualificação profissional, então essa comunidade só tem a ganhar com isso, né; E depois dizer que tudo isso também me satisfaz, porque é fruto de toda essa luta conjunta da comunidade. Então, é verdade que nós vamos tá sempre desafiando. Desafiando os currículos, desafiando as dificuldades que são imensas, né. Mas também propondo sempre que as pessoas precisam estar em sala de aula pra está sempre aprendendo, precisa tá sempre buscando. E claro, questionando e denunciando qualquer forma de governo ou de interrupção do direito das pessoas de ter educação. E aí queria lembrar uma frase que eu sempre penso: não pensar a educação de uma forma exclusiva, mas a gente poder propor uma educação onde inclua as pessoas, onde valorize as pessoas, onde as pessoas tracem seu próprio destino. Não penso que uma educação ela hoje seja pra dá um troco ao que fizeram com o povo negro ao longo do seu tempo, mas seja sim para dar conta de dizer tem tanta riqueza que foi massacrada, oprimida pelo poder dominante desse país. Então me satisfaz aqui essa sementinha de experiência de liberdade.

Quilombo de Conceição das Crioulas, 03 de agosto de 2016.

ENTREVISTA IV, COM DANIEL OLIVEIRA BEZERRA

Método: Memória e História oral

Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento

Data da entrevista: 13 de agosto de 2016

Perguntas de identificação do entrevistado:

Nome completo, idade e ocupação atual

DANIEL: meu nome é Daniel de Oliveira Bezerra, tenho 20 anos, sou estudante, curso a faculdade de Licenciatura em Física e estou no 7º período.

Eu: Então eu quero que você conte a história de Conceição das Crioulas a partir do que você aprendeu, como você aprendeu, o que essa história traz pra sua vida?

DANIEL: A história da comunidade que os mais velhos já contaram pra mim, é que chegaram seis negras aqui nesse território e acompanhada de um homem trazendo consigo uma imagem de uma santa. Aí nesse espaço eles começaram a produzir algodão e preparavam o algodão pra vender lá em Flores que é uma cidade que fica próxima aqui do território. Com o passar do tempo foram arrecadando dinheiro, arrecadando, até que conseguiram juntar o valor que seria possível comprar essa terra. E...(pausa e risos) sim, aí eles tinham feito parece que uma promessa que se conseguissem comprar as terras eles iriam construir uma capela em homenagem à santa. E com uma capela com isso ficou lá na comunidade. Aí ficou o nome Conceição das Crioulas, Conceição em relação à santa e Crioulas por causa das seis negras que chegaram aqui.

EU: Ficou em dúvida, por quê? Tá esquecido?

DANIEL: É. É tanta coisa que eu tenho que lembrar

EU: Só uma pergunta? O que essa história tem a ver com a sua história, com a sua identidade? Tem alguma relação?

DANIEL: Essa história pra mim significa uma fonte de motivação. Por eu ser negro, ser descendente das negras que chegaram aqui e saber como elas lutaram, trabalharam pra conquistar o território. Eu vejo isso como uma motivação, porque a gente sai, a gente encontra barreiras como elas encontraram aqui, e agente sabe que elas conseguiram conquistar essas barreiras e isso faz com que a gente tenha um espírito a mais pra lutar pra querer conquistar os nossos objetivos. E saber que a gente não tá só, que a gente precisa da companhia das outras pessoas pra construir o nosso futuro. Porque como elas estavam em seis e tiveram toda a cooperação delas mais o homem que chegou com elas, a gente também precisa de trabalho em grupo pra conseguir alcançar os nossos objetivos.

ENTREVISTA V, COM LÍVIA DAMARIS DA SILVA BEZERRA

Método: Memória e História oral

Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento

Data da entrevista: 23 de setembro de 2016

Perguntas de identificação do entrevistada:

Nome completo, idade e ocupação atual

LÍVIA: meu nome é Lívia Damaris da Silva Bezerra, tenho 14 anos, atualmente eu só estudo.

EU: Conte a história de Conceição das Crioulas a partir do que você aprendeu, o que você imagina sobre ela.

LÍVIA: Bom, o que eu sei sobre a história de Conceição das Crioulas eu aprendi na escola, minha mãe e meus avós também me conta. E o que eu aprendi é que a história de Conceição se iniciou quando seis negras vieram pra cá, e ninguém sabe de onde elas vêm e dizem que elas gostaram dessa terra, aí plantaram algodão iam vender na cidade de Flores e conseguiram dezesseis selos. Aí depois veio um homem, um negro, chamado Francisco José, que ele vinha com a imagem da santa Nossa Senhora da Conceição, aí fizeram uma capela pra ela e deixaram o nome: Conceição por causa da Santa e Crioulas por causa das seis negras. E o que aprendi dizem também que essas terras são dos descendentes das seis negras, só que vieram fazendeiros e tomaram as terras delas. E o que eu aprendi e o que eu continuo aprendendo também é que a história não acabou, porque nos dias de hoje os descendentes das seis negras continuam lutando pra reconquistar a terra que é deles e por direito. Porque foi elas quem trabalharam que foram vender e compraram.

É um pouco o que eu sei.

ENTREVISTA VI, COM HIEGO MOISÉS DE OLIVEIRA

Método: Memória e História oral

Entrevistadora: Márcia Jucilene do Nascimento

Data da entrevista: 23 de julho de 2016

Perguntas de identificação do entrevistado:

EU: Seu nome completo

MOISÉS: meu nome completo é: Hiego Moisés de Oliveira.

EU: Quantos anos tu tem?

MOISÉS: eu tenho 9 anos.

EU: Estuda onde

MOISÉS: Eu estudo na escola José Nêu de Carvalho.

EU: Conte pra mim como é a história de Conceição das Crioulas, como é que ela aconteceu. Conte do jeito que você aprendeu:

MOISÉS: os mais velhos diziam e ainda dizem que a história de Conceição das Crioulas começou com seis mulheres negras que chegaram aqui a procura de terra boa para plantar algodão, elas... (pausa) quando elas chegaram aqui elas viram que essa terra é boa e começaram a plantar um bocado de algodão. Elas plantavam algodão porque, para elas fazerem artesanatos porque elas sabiam fazer artesanato, elas sabiam também plantar. Aí quando criou muito algodão elas tiraram, fizeram vários artesanatos para vender em uma cidade que se chamava Flores. Éééé... (pausa) quando elas tavam vendendo, aí quando passou um bocado de tempo, um homem que se chamava Francisco José chegou aqui trazendo uma santa que se chamava Nossa Senhora da Conceição. Aí eles se juntavam e trabalhavam para vender algodão. Com o passar de tempo, éééé... (pausa) um homem fazendeiro, um fazendeiro muito rico chegou aqui e ficou com aquela vontade de querer as terras. Aí ele, como ele era muito rico, ele comprou as terras, e as seis mulheres e o homem começaram a trabalhar para ele. Éééé... (pausa) e até hoje nós tamos lutando para conseguir essas terras. Nós já conseguimos algumas fazendas, alguns terrenos. Éééé (pausa)...e... (pausa) e nós até hoje nós tamos lutando, muito, muito para conseguir mais terra, mais terrenos. Aí essa história que foi contada. Aí por isso que esse lugar foi chamado de Conceição das Crioulas, Conceição com a santa que Francisco José Chegou aqui, que o nome da santa era Nossa Senhora da Conceição, e Crioulas por causa das seis mulheres negras.

ANEXO 3- CAPAS DA REVISTA CRIOULAS
(Edições de 2003 a 2009)

